

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Brenda Rafaele Viana da Silva
Liége de Souza Moura
Jorge Martins Filho
(Organização)

Dos tempos à viração, dos ventos à Amarração

Estudos histórico-geográficos
sobre o litoral do Piauí

volume 3

cancioneiro



DOS TEMPOS À VIRAÇÃO, DOS VENTOS À AMARRAÇÃO

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA
ELISABETH MARY DE CARVALHO BAPTISTA
BRENDA RAFAELE VIANA DA SILVA
LIÉGE DE SOUZA MOURA
JORGE MARTINS FILHO
(ORGANIZADORES)

**DOS TEMPOS À VIRAÇÃO, DOS VENTOS
À AMARRAÇÃO: ESTUDOS HISTÓRICO-
GEOGRÁFICOS SOBRE O LITORAL DO
PIAUÍ (V. 3)**

Copyright © 2025 by Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Brenda Rafaela Viana da Silva, Liége de Souza Moura, Jorge Martins Filho (org.)

Todos os direitos reservados.

Editoração, projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Revisão
Héberton Mendes Cassiano, Jurema da Silva Araújo

Capa
Mário Sergio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora-chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Johnny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dos tempos à viração, dos ventos à Amarração: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí (v. 3) / Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Brenda Rafaela Viana da Silva, Liége de Souza Moura, Jorge Martins Filho (org.). – Teresina: Cancioneiro, 2025.
308 p. il.

ISBN: 978-65-83330-89-5 (físico) / 978-65-83330-96-3 (digital)

1. Piauí – História 2. Piauí – Geografia 3. Litoral do Piauí 4. Parnaíba (PI) – Saneamento 5. Piauí – Turismo 6. Piauí – Questões Socioeconômicas 7. Delta do Parnaíba 8. Parnaíba (PI) – Literatura e Cultura I. Título

CDD: 981.22

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PERSPECTIVAS DOS VIAJANTES/NATURALISTAS/ CRONISTAS DO SÉCULO XVI AO XIX SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ.....	15
<i>Luis Eduardo Santiago dos Santos</i>	
<i>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</i>	
<i>Marcus Pierre de Carvalho Baptista</i>	
<i>Brenda Rafaele Viana da Silva</i>	
AS INICIATIVAS DE HIGIENE E SANEAMENTO NA CIDADE DE PARNAÍBA (PI) ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1930.....	37
<i>Rakell Milena Osório Silva</i>	
<i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	
A GEOGRAFIA, O TURISMO E AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: O CASO DE BARRA GRANDE, MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI.....	57
<i>Leonardo José da Silva Costa</i>	
<i>Jorge Martins Filho</i>	
A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ, NA PERSPECTIVA DE ANTONINO FREIRE.....	79
<i>Maria Natielly Soares Campos</i>	
<i>Johny Santana de Araújo</i>	

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
MUNICÍPIOS DAS BACIAS DIFUSAS LITORÂNEAS DO
PIAUÍ, NORDESTE BRASILEIRO..... 99**

Francisco Wellington de Araujo Sousa

Ítalo José Pereira Sobral

Thamires Oliveira Silva

**VOZES DA PRAIA: PESCADORES NO LITORAL PIAUIENSE
NA DÉCADA DE 1970..... 121**

Pedro Vagner Silva Oliveira

**UNIDADES PAISAGÍSTICAS E A DINÂMICA DO TURISMO
NÁUTICO NO DELTA DO PARNAÍBA – PIAUÍ – BRASIL..... 143**

Mateus Rocha dos Santos

Edvania Gomes de Assis Silva

Roneide dos Santos Sousa

**ENTRE COQUEIROS E PEDRAS DE SAL:
REPRESENTAÇÕES DO LITORAL PIAUIENSE EM O GURU
DAS SETE CIDADES, DE CARLOS BINI (1972)..... 167**

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Francisco de Assis Sousa Barbosa Júnior

Natanael da Silva Cardoso

**COMUNIDADES E GEOCONSERVAÇÃO:
IMPORTÂNCIA E RECONHECIMENTO DA
GEODIVERSIDADE DO LITORAL PIAUIENSE..... 183**

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Brenda Rafaele Viana da Silva

**A PARNAÍBA SOB AS LETRAS DE ASSIS BRASIL:
LITERATURA E DENÚNCIA SOCIAL NAS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX..... 219**

João Vitor dos Santos

Vitor Gabriel Bezerra Arrais

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

**POTENCIALIDADES EDUCATIVAS PARA A
GEODIVERSIDADE DO LITORAL PIAUIENSE:
A GAMIFICAÇÃO COMO RECURSO DIDÁTICO NO
ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA..... 243**

João Paulo de Sousa Silva

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Liége de Souza Moura

Brenda Rafaele Viana da Silva

**“PROGREDIR SEMPRE É O NOSSO LEMA”:
A MODERNIZAÇÃO E A ADAPTAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DA CIDADE DE PARNAÍBA..... 263**

Livia Eduarda Ferreira da Silva

Pedro de Alcantara Vasconcelos Nunes Junior

**WIKIPÉDIA COMO FERRAMENTA DE ENSINO:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DE
INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS SOBRE O
MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA, PIAUÍ..... 273**

Edson Osterne da Silva Santos

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Brenda Rafaele Viana da Silva

SOBRE OS AUTORES..... 291

SOBRE O NEZCPI..... 305

APRESENTAÇÃO

Ao se deparar com a leitura desta obra talvez um leitor despretenhoso se veja imerso em questionamentos sobre os sentidos existentes em uma produção conjunta que busque dar conta dos distintos significados produzidos por ciências que, embora próximas, se revelam, ao mesmo tempo, sensivelmente diferentes.

É possível que se questione para quê ou quem os conhecimentos destas duas áreas se destinam ou mesmo de que modo História e Geografia se entrelaçam neste livro, irrompendo em narrativas de caráter interdisciplinar acerca de um determinado contexto histórico e espacial.

Saberes diferentes, mas semelhantes, díspares, ao mesmo tempo contíguos. Historiadores e Geógrafos à medida que produzem suas narrativas, que conduzem seus estudos, apresentam seus interesses de pesquisa: a humanidade. No entanto, se é esta que interessa a ambos os saberes, é preciso considerar as singularidades de cada ciência ao tratarem de seus objetos.

À História importa esta humanidade ao longo do tempo. Àqueles que se apresentam enquanto aprendizes de historiador o fascínio exercido pelas temporalidades que interpelam os indivíduos e os questionamentos realizados no tempo presente é o que instiga o olhar contínuo para os sujeitos e seu passado.

À Geografia preocupa a relação que as sociedades estabelecem com o seu espaço. Àqueles que se identificam enquanto geógrafos são as interconexões que os humanos produzem entre si e com o meio em que vivem e os significados decorrentes destas interações que ecoam nas paisagens modificadas e marcadas pela presença humana.

Conquanto, é impensável, provavelmente impossível, a produção de uma pesquisa em História ou Geografia em que não exista um diálogo interdisciplinar com outras ciências, principalmente entre ambas. À História não haveria sentido uma narrativa preocupada exclusivamente com a hu-

manidade ao longo do tempo que não levasse em conta o espaço ocupado por esta. Do mesmo modo, à Geografia perderia a relevância um estudo que analisasse a relação dos sujeitos com o meio que consomem esquivando-se de discutir a temporalidade que os atravessam.

Deste modo, é esta humanidade, fruto do tempo em que vive e do espaço que ocupa, que interessa a aqueles que se aventuram nas intempéries da História e da Geografia. É também o cuidado e a compreensão de que estes saberes não apenas se complementam, mas só se tornam possíveis por meio da interdisciplinaridade que conduz os fios narrativos daqueles que ousam e insistem em seguir pelos meandros da pesquisa. São estas questões que assinalam os estudiosos de História e Geografia que se arriscam e aceitam o desafio de escrever sobre o litoral do Piauí por meio deste olhar interdisciplinar.

Esta obra então se constitui na continuidade do propósito do **Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI)** em valorizar as pesquisas sobre o litoral piauiense apresentando o terceiro volume do livro “Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí”.

Assim, o primeiro capítulo com o título “*Perspectivas dos viajantes/naturalistas/cronistas do século XVI ao XIX sobre o litoral do Piauí*” de autoria de Luis Eduardo Santiago dos Santos, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Brenda Rafaela Viana da Silva, por meio de uma escrita que dialoga com a Geografia e a História versa sobre os diversos personagens que transitaram pelo litoral do Piauí entre os séculos XVI ao XIX e produziram registros sobre sua paisagem.

O segundo capítulo “*As iniciativas de higiene e saneamento na cidade de Parnaíba (PI) entre os anos de 1890 e 1930*”, escrito por Rakell Milena Osório Silva e Joseanne Zingleara Soares Marinho, por sua vez, com um enfoque específico para a cidade de Parnaíba, costura uma narrativa que tem como finalidade compreender a modernização deste cenário urbano mediante a imposição de novos modelos de salubridade pública realizados naquela conjuntura através da legislação e imprensa local.

O terceiro capítulo intitulado “*A Geografia, o turismo e as segundas residências: o caso de Barra Grande, município de Cajueiro da Praia – PI*” de autoria de Leonardo José da Silva Costa e Jorge Martins Filho apresenta a discussão sobre o caso da comunidade Barra Grande que se destaca na expansão

da atividade turística e a inserção crescente desta comunidade nos roteiros turísticos entre os anos de 2000 e 2020. O texto apresenta que uma das principais transformações observadas no espaço de Barra Grande é o crescimento de segundas residências, resultado de um processo de valorização e apropriação espacial. Os autores destacam que tal transformação é impulsionada por diversos setores, incluindo a hotelaria, a construção civil, o setor gastronômico e o comércio. Na discussão apresentada enfatizam que as segundas residências em Barra Grande refletem a crescente demanda por acomodações aos visitantes temporários, como aos residentes ocasionais, e ainda o entendimento de como o fenômeno turístico atrelado às segundas residências na citada comunidade exerce influência nas transformações socioespaciais e contribui para a reconfiguração deste espaço.

O capítulo quatro, *“A praticagem da barra da Tutóia: questões para se pensar o litoral do Piauí, na perspectiva de Antonino Freire”* produzido por Maria Natielly Soares Campos e Johny Santana de Araújo, entrelaçando História e Geografia, adentra uma seara distinta e pouco discutida na historiografia contemporânea piauiense, o litígio entre o Piauí e o Maranhão, discorrendo sobre esta disputa territorial no início do século XX a partir da barra de Tutóia localizada na divisa norte dos dois estados.

O quinto capítulo, cujo título é *“Caracterização socioeconômica dos municípios das bacias difusas litorâneas do Piauí, Nordeste brasileiro”*, trata sobre as características socioeconômicas das bacias hidrográficas do litoral piauiense, em estudo realizado por Francisco Wellington de Araujo Sousa, Ítalo José Pereira Sobral e Thamires Oliveira Silva. A preocupação do estudo não versa somente em apresentar as características socioeconômicas dos municípios situados nas citadas bacias, mas também os seus aspectos ambientais, com o intuito de oferecer subsídios ao planejamento e gestão ambiental da área a partir de uma abordagem sistêmica.

O sexto capítulo, de autoria de Pedro Vagner Silva Oliveira, que tem por título *“Vozes da praia: pescadores no litoral piauiense na década de 1970”*, retorna à cidade de Parnaíba também por meio de um olhar interdisciplinar, preocupando-se com os diferentes modos que a praia de Pedra do Sal em Parnaíba foi consumida por moradores locais e as transformações incididas sobre este espaço a partir da ampliação do turismo nos anos 1970, tecendo uma narrativa que produz uma interlocução entre a História e Geografia neste contexto histórico-espacial.

O sétimo capítulo, intitulado “*Unidades paisagísticas e a dinâmica do turismo náutico no Delta do Parnaíba – Piauí – Brasil*”, de autoria de Mateus Rocha dos Santos, Edvania Gomes de Assis Silva e Roneide dos Santos Sousa apresenta o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar como as unidades de paisagem e os recursos hídricos da área do Delta do Parnaíba são explorados para a oferta turística. Os resultados apresentados discutem a dinâmica do turismo náutico no Delta do Parnaíba, Piauí, relacionando as Unidades de Paisagem aos Recursos Hídricos. As análises revelaram que os recursos hídricos desempenham um papel central nas atividades turísticas no Delta do Parnaíba, apresentando um mapa com a espacialização das atividades deste segmento turístico no litoral piauiense.

“*Entre coqueiros e pedras de sal: representações do litoral piauiense em O Guru das Sete Cidades, de Carlos Bini (1972)*” é o título do oitavo capítulo, conduzido por Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, Francisco de Assis Sousa Barbosa Júnior e Natanael da Silva Cardoso, que por sua vez, através de uma produção audiovisual realizada nos anos 1970, versa com uma escrita sensível sobre o litoral piauiense e as representações sociais construídas sobre este naquele momento, discutindo os distintos significados presentes no filme “O Guru das Sete Cidades” acerca do espaço foco desta narrativa.

O nono capítulo, “*Comunidades e geoconservação: importância e reconhecimento da geodiversidade do litoral piauiense*” de autoria das pesquisadoras Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Brenda Rafaela Viana da Silva apresenta texto que revela a necessidade de estudos que relacionem as comunidades e a Geodiversidade presente no litoral piauiense. As autoras destacam que geralmente os trabalhos discutem sobre Geoconservação e suas estratégias, principalmente o Geoturismo e a Geoeducação, sem considerar o envolvimento das comunidades locais como agentes fundamentais para a Geoconservação. Outro aspecto que as autoras apresentam são as análises dos trabalhos de pesquisa sobre comunidades no litoral piauiense, que vão desde moradores de forma geral de um bairro ou praia, a grupos determinados por atividades específicas como pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo etc. Por fim, destacam a necessidade de pesquisas que discutam as relações das comunidades locais e a Geodiversidade do litoral piauiense, no sentido de entender o conhecimento das comunidades sobre os recursos abióticos e a importância da Geoconservação.

O décimo capítulo, tendo por título “*A Parnaíba sob as letras de Assis Brasil: literatura e denúncia social nas primeiras décadas do século XX*” escrito por João Vitor dos Santos, Vitor Gabriel Bezerra Arrais e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, por meio de uma escrita sutil de época, notadamente a produção literária do piauiense Assis Brasil, analisa as diferentes questões que atravessam a sociedade que viveu no litoral do Piauí na segunda metade do século XX, principalmente grupos sociais historicamente marginalizados e silenciados, os quais emergem como protagonistas na narrativa do autor.

O décimo primeiro capítulo intitulado de “*Potencialidades educativas para a geodiversidade do litoral piauiense: a gamificação como recurso didático no ensino de Geografia Física*” apresentado pelos autores João Paulo de Sousa Silva, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Liége de Souza Moura e Brenda Rafaela Viana da Silva é fruto de experiência de pesquisa de iniciação científica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Curso de Geografia. A temática é relevante pois, relaciona estratégias de ensino presentes no cotidiano das crianças, jovens e adultos, os jogos eletrônicos. Assim, os autores apresentam manuais de uso de jogos como ferramentas didáticas e educativas para o ensino de Geografia Física e Educação Ambiental.

O décimo segundo capítulo, de autoria de Lívia Eduarda Ferreira da Silva e Pedro de Alcantara Vasconcelos Nunes Junior, com o título “*Progreder sempre é o nosso lema”: a modernização e a adaptação do centro histórico da cidade de Parnaíba*”, nos apresenta outros aspectos referentes à cidade de Parnaíba e que assinalam a História e Geografia desta cidade no litoral do Piauí. Aos autores interessa refletir sobre este espaço, especialmente o centro, como um lugar de memória, um produto arquitetônico que se configura enquanto um patrimônio e que, portanto, reverbera as reminiscências e sentimentos de pertencimento da população local.

Por fim, o décimo terceiro e último capítulo, que tem por título “*Wikipédia como ferramenta de ensino: potencialidades e desafios na utilização de informações históricas e geográficas sobre o município de Luís Correia, Piauí*” escrito por Edson Osterne da Silva Santos, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Brenda Rafaela Viana da Silva, encerra esta coletânea com uma reflexão sobre novas ferramentas

para o ensino de História e Geografia, analisando a *Wikipédia* como um recurso didático para se discutir a geografia e história do litoral do Piauí no contexto educacional.

Deste modo, cientes da importância da leitura interdisciplinar dos textos que integram esta obra sobre o litoral do Piauí, convidamos a todos e todas para se aventurarem nas distintas narrativas que articulam diversos aspectos sobre a História e a Geografia do litoral piauiense.

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Brenda Rafele Viana da Silva
Liége de Souza Moura
Jorge Martins Filho
(organizadores)

PERSPECTIVAS DOS VIAJANTES/ NATURALISTAS/CRONISTAS DO SÉCULO XVI AO XIX SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ

*Luis Eduardo Santiago dos Santos
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Brenda Rafele Viana da Silva*

Introdução

A Geografia tem ao longo do tempo se preocupado em descortinar espaços oriundos da dinâmica natural do planeta ou as culturais decorrentes das atividades antrópicas sob a luz da observação e contribuição de seus inúmeros estudiosos, ainda anteriores a sua sistematização enquanto ciência, em percursos antecessores de um período de incursões para além da exploração de recursos naturais, mas também de expansão e conhecimento sobre novos territórios. Assim, este contexto perpassa a necessidade de estabelecer conexões historiográficas no sentido de se compreender melhor a formação dos espaços em períodos anteriores à contemporaneidade que constituem os territórios nos quais as sociedades se desenvolvem.

Para o cenário brasileiro se configuram importantes pesquisas referentes às contribuições para o conhecimento geográfico dos primeiros estudiosos que chegaram no território que posteriormente se conformou enquanto o Brasil no período da entrada dos portugueses na América, como por exemplo, os cronistas missionários e jesuítas, que acompanhavam as naus lusitanas, dentre outros (Camargo, 2002).

Entretanto, Silva (2013) comunica que os relatos existentes no período referente à chegada portuguesa no território brasileiro foram publicados muito tempo depois, exemplificando com a obra do jesuíta Fernão Cardim (1549-1625), cuja presença no Brasil data da segunda metade do século

XVI, publicada somente em 1939, dentre outros. Afirmar ainda sobre a presença de expedições estrangeiras e que “[...] somente no século XVII é formada a primeira expedição científica para estudar deliberadamente a nossa flora e fauna” (Silva, 2013, p. 126), cujos resultados influenciaram outros estudiosos como Alexander von Humboldt (1769-1859), um dos fundadores da Geografia.

Logo, muitos foram aqueles que percorreram o território luso-brasileiro anotando e descrevendo os aspectos fisiográficos da paisagem, bem como registrando através de desenhos a biodiversidade local exuberante e diferente. Bonato (2010) quando trata do espaço que veio a se configurar politicamente e administrativamente a partir da República enquanto Nordeste brasileiro, afirma que seu interior até o século XVIII recebeu poucas visitas de europeus, dedicando-se estes a campanhas principalmente pelos litorais, sendo que a partir da segunda metade deste século é que se tem por parte da coroa portuguesa incentivo para as viagens de naturalistas e curiosos a fim de conhecer melhor o interior da colônia.

Inserido no conjunto espacial brasileiro, o litoral do Piauí, ainda que não se constituísse enquanto o território em que hoje está estabelecido, também esteve certamente sujeito a excursões, que pretendiam extrair informações acerca da geografia e história dos espaços no Brasil da época. Portanto, este trabalho em uma perspectiva que relacionou a Geografia e a História Ambiental, versou sobre os relatos que incluem a descrição do litoral do Piauí com o objetivo de identificar a percepção dos viajantes/naturalistas/cronistas que passaram por este no recorte temporal entre os séculos XVI e XIX, visando a possibilidade de utilização das obras estudadas como recurso didático para o estudo da formação territorial do Piauí e em especial do seu litoral no ensino de Geografia e História na Educação Básica.

No que diz respeito a metodologia, para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada o estudo bibliográfico, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183) trata de “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema [...]”. Sobre este procedimento metodológico Severino (2017, p. 90) entende que “[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”. Por sua vez, Fontana (2018, p. 66) expressa que a pesquisa bibliográfica “[...] tam-

bém exige planejamento e, após uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado, o material angariado deve ser triado, estabelecendo-se assim, um plano de leitura do mesmo [...]”.

Além da pesquisa bibliográfica, também foi empreendida a pesquisa documental, que a partir de Prodanov e Freitas (2013, p. 55) “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]”, e que suas fontes abrangem documentos, escritos ou não, realizou-se o procedimento. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158) os documentos consistem em “[...] dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc. [...]”. Sendo os documentos “[...] fonte rica e estável de dados [...]” e como “[...] subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica [...]” (Gil, 2002, p. 46).

Deste modo, o presente texto, decorrente de pesquisa de iniciação científica intitulada *“Descrição do litoral do Piauí sob a ótica dos viajantes/naturalistas/cronistas do século XVI ao XIX”*¹, se estrutura em duas seções, na primeira se discorrendo brevemente sobre as principais viagens identificadas no território luso-brasileiro no recorte temporal estabelecido, e na segunda com a apresentação das descrições dos relatos destas viagens de forma específica para o litoral piauiense, na mesma temporalidade, com as análises subsequentes.

1. No desenvolvimento da pesquisa se contou também com a colaboração dos alunos Luana Silva Marques de Macedo e Marcelo Anthonny Ferreira de Oliveira, principalmente no auxílio à leitura dos relatos de viagem, tendo sido os resultados dos estudos apresentados no XXIII Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Piauí (UESP)I, em outubro de 2024. O resumo da investigação deverá constar nos anais do referido evento, e o relatório final, está disponível no site oficial do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI), grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela UESPI, que tem por objetivo investigar os aspectos históricos, geográficos e ambientais sobre o litoral do Piauí, na perspectiva da ampliação do conhecimento e o acesso a informações sobre essa região, tendo sido o estudo empreendido no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), da citada IES e seus pesquisadores a ele vinculados.

Viagens e excursões do Velho ao Novo Mundo: relatos de descrição das paisagens

As inúmeras expedições que percorreram o território que se constitui no Brasil contemporâneo, possibilitaram ampliar as informações e conhecimento sobre os espaços geográficos brasileiros, permeando o estudo da Geografia, com o da História, em especial da História Ambiental. Neste sentido, Castro, Gomes e Corrêa (1997) expressam que a identidade da Geografia se associa à perspectiva da exploração, na aventura de conhecer “novos mundos” pelos viajantes do passado, em busca de redescobrir constantemente a Terra incógnita.

Quanto à História Ambiental se configura em campo vasto de possibilidades de estudos tratando sobre “[...] os diferentes aspectos das interações entre os sistemas sociais e sistemas naturais [...] por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc.” (Pádua, 2012, p. 35). Sobre esta, Baptista e Nascimento (2015, p. 323) apontam que “[...] a História Ambiental pode trazer para as questões ambientais uma compreensão da significância do homem como agente interveniente em seu ambiente natural construindo ou reconstruindo um novo percurso histórico [...]”.

Assim, neste estudo, considerando a pesquisa e análises realizadas foi possível indicar uma quantidade significativa de relatos de viagens ao considerarmos o contexto que marca o início do processo de conquista do continente que veio a se tornar a América. Desde o momento em que os europeus necessitam buscar uma nova rota para a Ásia, com intuito chegar a Índia e a China e ter acesso às suas especiarias, se estabelecem os primeiros contatos com os povos nativo-americanos (Todorov, 1999), e se inicia também o registro de diversos relatos de viagem. Estes, por sua vez, assinalavam elementos da paisagem, da fauna, da flora, bem como das comunidades nativas que, por motivos distintos, chamavam a atenção dos europeus, constituindo-se, assim, documentação pertinente e privilegiada sobre esta conjuntura histórica e, no caso em questão, sobre as configurações históricas da paisagem.

E tanto em seu percurso, como quando chegavam ao seu objetivo, as descrições que eram feitas e posteriormente publicadas na Europa, demonstravam como os europeus enxergavam o “novo mundo”, e segundo

Figueiredo e Ruschmann (2004, p. 162) isso foi responsável “[...] pela imagem que o mundo (Europa) dos séculos XVI e XVII tinha do Brasil [...]”, sendo este descrito de uma forma mais romântica pelos viajantes, detalhando a imensidão e beleza da flora e da fauna, como também, os índios, como eram chamados os povos indígenas.

Assim, o quadro 1 apresenta o espaço e paisagem da América Portuguesa e Brasil nos principais relatos de viajantes/naturalistas/cronistas nos séculos XVI ao XIX, identificados na pesquisa bibliográfica e documental, dando ênfase principalmente ao espaço/paisagem percorridos e a finalidade do trabalho.

Quadro 1 – Espaço e paisagem da América Portuguesa e Brasil nos relatos de viajantes/naturalistas/cronistas – Séculos XVI ao XIX.

Nº	Autor	Título	Ano(s) ²	Espaço / paisagem percorrido	Finalidade
1	Gabriel Soares Sousa	História do Brasil. v. 1 – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil (1587)	1587	1ª Parte: Costa do Brasil, do rio Amazonas, no Norte, ao rio da Prata no Sul. 2ª Parte: Costa da Bahia	Descrever a costa do Brasil e da Bahia, tratando dos aspectos naturais como fauna e flora, bem como do potencial econômico e de ocupação e povoamento, além dos costumes dos nativos.
2	Frei Vicente do Salvador	História do Brasil	1627	Todos os estados do Brasil	Descrever como ocorreu o descobrimento do Brasil, os costumes dos habitantes, as batalhas que foram travadas, os primeiros governadores das capitanias e a flora e a fauna.
3	Mauricio de Heriarte	Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e rio das Amazonas	1662	Maranhão, Pará, Curupá e rio Amazonas.	Descrever os aspectos físicos da viagem, observações sobre os rios, povos, terras e aspectos naturais.
4	Alexander Von Humboldt	<i>Relation historique du Voyage aux Régions équinoxiales du Nouveau Continent</i>	1799 – 1804	Venezuela, Cuba, Colômbia, Equador, Peru e México.	Descrever os aspectos geográficos, geológicos, botânicos, zoológicos, econômicos e culturais.
5	George Marcgrav Wilhelm Piso	História Natural do Brasil	1782 – 1790	Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	Descrever a vegetação, fauna e flora.

2. As informações relativas ao tempo de realização das viagens citadas se referem aos anos em que estas foram empreendidas e não da publicação do documento. Nas citações diretas se indica a data das edições analisadas na pesquisa conforme lista de referências.

6	Alexandre Rodrigues Ferreira ³	Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá	1783 – 1792	Capitanias do Pará, Rio Negro (Amazonas) e Cuiabá	Estudar sobre os reinos vegetal, animal e mineral e registrar sobre os habitantes locais
7	Joaquim José Pereira	Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody	1792 – 1793	Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte	Descrever a seca que assolou as regiões por onde ele passou.
8	Vicente Jorge Dias Cabral	Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí ao Ilmo e Exmo Sor. D. Diogo de Souza, [governador] e capitão general do Maranhão	1800 – 1801	Maranhão e Piauí	Visou “[...] identificar, classificar e catalogar, de acordo com os métodos científicos da época, o potencial mineralógico, vegetal e animal [...]” (Silva, 2016, p. 145) das capitanias do Maranhão e Piauí.
9	Maximiliano Wied-Neuwied	Viagem ao Brasil: nos anos de 1815 a 1817 (2. ed.)	1815 – 1817	Rio de Janeiro e Bahia	Ampliar o conhecimento sobre a história natural e a geografia.
10	Auguste François César de Saint-Hilaire	Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce	1816 – 1822	Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Realizar observações sobre aspectos naturais, geográficos, históricos, sociais e culturais.
11	Johann Baptist von Spix Carl Frederich Martius	Viagem pelo Brasil. v. 2.	1817 – 1820	Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará	Descrever as feições do país, a fauna e flora, os costumes e vida dos habitantes.
12	Johan Emanuel Pohl	Viagem no interior do Brasil	1817 – 1821	Províncias Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás	Descrever aspectos da natureza, do clima, dos hábitos e costumes do povo da região.
13	Charles Robert Darwin	O Beagle na América do Sul	1832	Fernando de Noronha, Salvador e Rio de Janeiro	Descrever a paisagem (especialmente os aspectos geológicos e geomorfológicos) e da biodiversidade. Realizar observações sobre os costumes locais.

3. Primeiro naturalista nascido na América portuguesa a chefiar uma viagem científica nesta que teve por objetivo realizar investigação sobre territórios não conhecidos à época, pela ótica científica e viés econômico com registros manuscritos, iconográficos e etnográficos (Cordeiro, 2022).

14	George Gardner	<i>Contributions towards a flora of Brazil</i>	1836	Províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.	Apresentar observações sobre a fauna, a flora, os hábitos e costumes dos habitantes, além de realizar estudos geográficos.
15	Jean Louis Agassiz Elizabeth Agassiz	Viagem ao Brasil (1865-1866)	1865 – 1866	Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Pará e Amazonas	Coletar espécies e fazer estudos geológicos; tratamento de saúde do autor.
16	David Moreira Caldas	Minuciosa descrição da exploração de todo o delta do rio Parnaíba	1867	Delta do rio Parnaíba, Piauí	Descrever o delta do rio Parnaíba em seus aspectos naturais e de ocupação.
17	Gustavo Luís Guilhaume Dódt	Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy, relatórios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memória sobre o porto de San'Luiz do Maranhão.	1873	Percurso dos dois rios.	Descrever os rios da nascente à foz, apresentando informações relacionadas às características naturais e potencial de navegação.
18	Theresa Charlotte Marianna Augusta	Viagem pelos trópicos brasileiros: Província do Espírito Santo	1888	Norte, Nordeste e Sudeste	Descrever os costumes indígenas.
19	Francisco de Assis Iglésias	Caatingas e Chapadões 1º Volume	1912 – 1919	São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Alagoas.	Observar fatos concernentes aos três reinos da natureza: mineral, vegetal e animal, bem como apresentar informações sobre o modo de viver do ser humano.

Fonte: Dos autores, 2024.

A partir da análise do quadro 1, observa-se que a maioria das descrições tem por finalidade o estudo da flora e da fauna do Brasil, como o de Spix e Martius (2017), que descrevem em alguns momentos de suas viagens pelo território brasileiro os costumes dos indígenas, como, por exemplo, em sua viagem pelo rio São Francisco, relatam que:

[...] consistem as suas armas em arco e flechas de seis pés de comprimento, e de uma clava de quatro pés de comprimento, achatada na parte superior, como um remo. Para uso desta poderosa arma, habitua-se eles por meio

de vários torneios, sobretudo carregando um pesado madeiro de dois a três quintais, que arremessam em plena corrida. O rapaz que não é capaz disso não se pode casar (Spix; Martius, 2017, p. 150).

Sobre a expedição de Spix e Martius, uma das mais relevantes no cenário das viagens ao território luso-brasileiro, Sá (2021, p. 17) destaca a passagem destes naturalistas pelo Piauí, afirmando que:

[...] percorreram cerca de 500 km em território piauiense, no sentido sudeste noroeste, entre abril e maio de 1819. Chamou à atenção a riqueza da fauna, da flora, aspectos mineralógicos e a abundância de gado bovino, sendo este último a principal base socioeconômica da província à época. Coletaram plantas e animais e fizeram contatos com moradores e autoridades da região (Sá, 2021, p. 17).

O autor ainda evidencia em seu estudo que “[...] um dos marcos da passagem de Spix e Martius no Piauí foi o encontro com os indígenas em São Gonçalo do Amarante (atualmente Regeneração)” (Sá, 2021, p. 17).

Meireles (2023) demonstra também a contribuição de alguns destes viajantes, como por exemplo Humboldt que esteve na América do Sul, dentre outros, cujas expedições científicas retratavam a integração entre o ser humano e a natureza, perspectiva inclusive do geógrafo alemão. Segundo o autor, naturalistas como:

[...] Saint-Hilaire, Maximiliano de Wied-Neuwied e Teresa da Baviera, em suas viagens pelo Brasil, fizeram descrições pormenorizadas da fauna, flora e das diversidades étnicas e culturais [...] além dos relatos nos diários de viagens, registraram suas impressões da paisagem por meio de pinturas, e fotografias (Meireles, 2023, p. 300).

É possível constatar então que o resultado apresentado pelos viajantes/naturalistas em seus relatos expressavam a finalidade precípua da excursão no sentido de identificar, além do novo território a ser incorporado, os recursos naturais existentes com potencial de exploração.

No que se refere ao Brasil, nos relatos citados se verificou a forma como os viajantes perceberam o território brasileiro à época, com sua expressiva dimensão e beleza, através da descrição dos diferentes aspectos naturais que observaram, como por exemplo, a flora, a fauna, o relevo,

as condições hidrográficas etc. Também descreveram os distintos povos indígenas que encontraram em seu percurso, apontando seus costumes e diferenças culturais.

Paisagem e costumes no litoral do Piauí através dos relatos de viajantes e naturalistas entre os séculos XVI e XIX

Diante da singular possibilidade que se descortinava frente aos políticos e regentes europeus entre os séculos XVI e XIX especialmente em se conhecer novos territórios e explorar suas riquezas naturais, as expedições dos viajantes/naturalistas/cronistas se constituíram em meios para se concretizar estes intentos. Assim, Galves (2017, p. 568), destaca que “[...] nos debates atuais sobre a história da ciência no mundo luso-brasileiro, aparecem, com certa frequência, os naturalistas que chefiaram expedições pela América portuguesa, Ásia e África a partir da década de 1780 [...]”, contribuindo para a história ambiental destes espaços.

No caso do Piauí, em se tendo estudado os relatos de viajantes identificados na pesquisa e que percorreram a província, verificou-se que nestes foram descritos os aspectos físicos da paisagem, além da presença humana e o potencial dos canais fluviais do referido espaço.

Desse modo, o quadro 2 relaciona os viajantes/naturalistas/cronistas que percorreram a capitania e província do Piauí nos séculos XVI ao XIX, com indicação do nome, título do trabalho, ano ou período de realização da viagem e o espaço piauiense percorrido, analisados na segunda etapa da pesquisa.

Quadro 2 – Viajantes/naturalistas/cronistas na Capitania e na Província do Piauí nos séculos XVI ao XIX.

Nº	Autor	Título	Ano(s)	Espaço / Paisagem
1	Mauricio de Heriarte	Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e rio das Amazonas.	1662	Faz uma menção ao Piauí quando descreve os limites do Maranhão citando os rios que correspondem aos do delta do Parnaíba até a Serra da Ibiapaba. (p. 14-15)
2	Joaquim José Pereira	Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody	1792 – 1793	Comenta sobre as áreas mais altas do sertão do Piauí, propícias para plantação e a serra da Ibiapaba na divisa com Pernambuco. (p. 81)
3	Vicente Jorge Dias Cabral	Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí ao Ilmo e Exmo Sor. D. Diogo de Souza, [governador] e capitão general do Maranhão	1800 – 1801	Percorreu “[...] desde o extremo norte (Parnahiba) até o extremo sul (Parnaguá), além de várias localidades do centro-oeste, como Oeiras, Valença, Campo Maior e Jerumenha” (Galves, 2017, p. 560).
4	Johann Baptist von Spix Carl Frederick Martius	Viagem pelo Brasil	1817 – 1820	Percorreu a região do alto curso do rio Parnaíba (p. 150), Serra de Dois Irmãos (p. 324) com representações iconográficas da paisagem (p. 330) e do sertanejo piauiense (p. 325) e Oeiras, capital da província à época (p. 336), vários rios como o Piauí, Canindé e Gurguéia e novamente o Parnaíba (p. 354-355), com descrição de seu leito e de seu delta no litoral.
5	George Gardner	Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841	1836 – 1841	Descreve várias características da província do Piauí, da vegetação, sobre os rios, clima e relevo, tendo passado por Oeiras (p. 211) e Paranaguá (p. 243).
6	David Moreira Caldas	Minuciosa descrição da exploração de todo o delta do rio Parnaíba	1867	Descreve os aspectos observados no delta do rio Parnaíba e o litoral do Piauí, especialmente Amarração (atual Luís Correia).

7	Gustavo Luís Guilherme Dodt	Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy, relatórios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memória sobre o porto de San'Luiz do Maranhão.	1873	Descreve as características das nascentes à foz do rio Parnaíba.
8	Francisco de Assis Iglésias	Caatingas e Chapadões – 1º Volume	1912 – 1919	Relata sobre a região da foz do rio Parnaíba e o litoral piauiense (p. 25)

Fonte: Dos autores, 2024.

Com isso, os viajantes que passaram pelo Piauí enquanto província, descreveram em muitos momentos os aspectos naturais da paisagem e costumes da população, algo que é característico dos naturalistas.

Considerando o objetivo deste estudo se destaca, e a partir do quadro 2, o relato de Caldas (1901, p. 1), que em sua viagem saindo de Teresina até Parnaíba, descreveu o litoral da província, informando que:

A's 8 horas e 26 minutos chegamos á bocca de um grande igarapé que conflue com o Igarazú pela direita, confundindo suas aguas e seu nome (pois o igarapé se chama também Igarazú) com o braço mais oriental do rio Parnahyba, que fenece no mar com o nome de – Barra da Amarração (Sic) (Caldas, 1901, p. 1).

Em todo o seu percurso Caldas (1901) descreve então os aspectos físicos da paisagem, além da fauna e da flora por onde passava, se constituindo em um relatório minucioso da região percorrida, com detalhes sobre a fisiografia, organização espacial e potencial econômico desta. Além de Caldas (1901), outros autores descrevem minuciosamente o litoral piauiense, entre eles Dodt (1981) e Iglésias (1958), ainda que o segundo tenha realizado sua viagem no início do século XX.

Dessa forma, Dodt (1981) percorreu e analisou o território piauiense enviado pelo então governador da província Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro, com o objetivo:

[...] de apresentar uma planta de Rio Parnaíba desde suas cabeceiras até sua foz, que devia representar com exatidão, não só o curso do rio, com

suas ilhas, coroaas, cachoeiras, recifes e outro obstáculos à livre navegação, mas também as embocaduras dos seus confluenteas de ambos os ladoa, que formam aa cabeceiraa do rio, de modo a conhecer-se qual delea devia ser considerado como uma verdadeira nascente. Em todo o curso de rio deviam-se determinar aa poaições geográficas doa pontoa principaa e de outoa, que foaaem preciaoa para dar a todo o trabalho o cunho da exatidão [...] (Dodt, 1981, p. 19).

Neeae sentido, percebe-se que oa objetivoa e oa relatoa de ambos oa viajantea eram semelhantea, embora com deacrições diferentea. Caldaa (1901) deacrevia com maior detalhe a fauna e a flora, a paisagem e aa po-voações por onde paava, visando o aproveitamento econômico. Já Dodt (1981) eabeleceu aa análise mai centrada em fina eatruturaa, ou aeja, deacrever quaa pontoa doa cursoa fluviaa eram aptoa a navegação. Com iaa, ele relata:

[...] no Santa Rosa não tem navegação, não obatae ser a barra do Tutoia a mai fraa entre todaa, porque a comunicação com a cidade da Parnaíba, que é o empório do comércio da Província do Piauí é difícil por causa da distância. Pelo meao motivo não são aproveitadaa aa barraa do Carrapato e do Caju, que além diaa são muito inferiorea à da Tutoia. Deaa forma reata só a barra do Igaráu, na Amarração, que aeve de porto marítimo ao comércio da cidade da Parnaíba e de toda a Província do Piauí. Por eeae motivo é o Igaráu de muita importância. Ele é muito eareito e tortuoao e além diaa eeae perto do lugar onde ae aparta do rio principal um baixo denominado “Maria Pequena”, que dá paagem só naa marés vivaa. Também a barra é ruim por causa daa coroaas, que ae formam na aa frente, de aeorte que navioa de maior calado deevem eeperar pela época da-quelaa marés, para poderem entrar ou sair. Em viata deaaa circunatânciaa chamei repetidaa veaa a atenção doa presidentea da província para eeae ponto, propondo a abertura de um canal, que, aeparando-se do rio principal no lugar São Joaé na Ilha Grande, devia entrar no Igaráu um pouco mai doa Tucuna (Dodt, 1981, p. 37).

Por outro lado, Igléaa (1958) deacrevia tanto oa apectoa relaciona-doa ao meio físico, como o aocial. Sobre a paisagem natural relata:

[...] Amarração, ae não fôr amarrada, o màr, auxiliado pelaa areiaa daa du-naa, terminará tragando-a. Aa águaa iam avançando e deatruindo ruaa e

casas, numa lenta, mas contínua invasão. Pelo lado da terra as dunas de areia movediças cobriam já os arrabaldes da vila, mais de 100 metros, mar a dentro, viam-se esteios de construção, como marcos da conquista das águas. Se não se tomarem providências enérgicas, [...] poder-se-á um dia colocar um letreiro – Aqui foi Amarração. [...] entrámos no leito sem ramificação do rio Parnaíba. A medida que o vaporzinho ia subindo, a paisagem mudava, oferecendo novos cenários à vista ansiosa dos viajantes. Começavam a aparecer os primeiros pindobais do “Côco Babaçú” ou “Côco de Macaco” - Orbignia Martiana B. R., como é conhecido no Piauí” (Iglésias, 1958, p. 30-31) (Sic).

Em relação ao aspecto social, ele comenta:

Parnaíba, apesar da vaidade dos parnaibanos, era cidade pequena, ruas mal calçadas ou sem calçamento algum. Não tinha esgoto e nem água; esta era transportada por jumentos, do rio às residências. Os jumentos, com cangalhas e dois corotes, um de cada lado, desciam à beira do “Iguaçú”, que outra coisa não é senão um braço do Iro Parnaíba, e aí esperavam pacientemente que os meninos enchessem os corotes de água (Iglesias, 1958, p. 29).

Desse modo, os autores citados, dentre os cronistas, viajantes e naturalistas que percorreram as terras piauienses, são os que melhor descreveram o litoral do Piauí com riqueza de detalhes, tanto os aspectos físicos, como os sociais, especialmente Caldas (1901). E a partir deles, é possível identificar a dimensão expressiva do litoral do Estado, desde seus cursos fluviais até problemas sociais que se encontravam em cidades da província naquela época.

Nesse sentido, outros viajantes também percorreram o estado do Piauí, no entanto, diferente dos autores citados anteriormente, estes descreveram principalmente outras partes da então capitania/província, entre eles estão: Heriarte (1662), Pereira (1792 – 1793), Spix e Martius (1817 – 1820) e Gardner (1836 – 1841).

Nesta análise, Heriarte (1874, p. 33) relata “[...] doze legoas do Corupá para o poente está o rio Paranaíba, caudeloso, e algum tanto enfermo, por ser um clima muito quente. Está mui povoado de Indios Guaiapes, Caraus, Juruunás, Cuanis, e outras muitas nações”.

Já Pereira (1906, p. 81) comenta que:

Quem dos sertões da parte do norte de Pernambuco quer entrar para o sertão do Piauí conhecerá logo a sua grande altura na passagem que faz pelo caminho do Grauatá ao Ribas, que está situado sobre a serra da Biapaba, a qual, subida que seja, não descerá mais, por estar a sua posição paralela com o dito sertão do Piauí (Sic).

Nesse interim, para Spix e Martius (2017, p. 336) em seu percurso partindo da província de Pernambuco, em direção a Oeiras, os autores relatam “[...] alcançamos, a 3 de maio, ao pôr do sol, a capital do Piauí, a cidade de Oeiras, cuja casaria, em filas desiguais, se apresenta, só ao olhar do viajante, depois de contornar em picadas muito tortuosas a última colina [...]”.

Embora não tenham confirmado a passagem pelo litoral do Piauí, na descrição do rio Parnaíba, que consideram importante curso fluvial entre o rio São Francisco e o rio Tocantins escreveram: “Lança-se, porém, o rio no mar por seis bocas, e apresenta fundo desigual, de duas a quatro braças, no qual, mesmo as sumacas e outras pequenas embarcações, só com o preamar, podem alcançar a vila [...]” (Spix; Martius, 2017, p. 355).

A vila em questão é a de São João da Parnaíba (hoje Parnaíba), sobre a qual os autores ainda citam que se localiza “[...] a quatro léguas distantes de sua foz, único porto de mar da província do Piauí, e praça que ainda tomaria maior importância para o comércio, se dispuser de melhor ancoradouro [...]” (Spix; Martius, 2017, p. 355).

Nesta mesma análise, para Gardner (1942, p. 212) “[...] a cidade de Oeiras, capital da província do Piauí, está situada num grande vale circular, de cerca de uma légua de largura, quase todo cingido de uma interrupta cadeia de baixas montanhas, de arenito mole e esbranquiçado [...]”

Portanto, se faz importante além de conhecer o litoral piauiense outras características da então província pelo olhar dos viajantes, e nota-se que dos autores analisados o principal ponto de partida para suas viagens era a então capital, Oeiras. E uma característica comum a todos eles, é que em seus relatos a descrição do meio físico é sempre presente, com a preocupação de apontar os principais recursos naturais das regiões que percorreram.

Cabe ainda ressaltar, que o estudo aqui apresentado se constitui em material de consulta e pesquisa, haja visto a sistematização dos espaços percorridos nos períodos de tempo das viagens realizadas e as questões

abordadas por cada cronista/viajante/naturalista, principalmente para trabalhos posteriores no que se refere ao Piauí e ao seu litoral.

Conclusão

Desde antes da Geografia se institucionalizar como ciência e ter um objeto de estudo estabelecido, diversos estudiosos já a praticavam, principalmente por meio da observação e descrição do espaço. E quando se trata de relatos de viajantes/naturalistas/cronistas, e o “descobrimento” do “novo mundo” o número de trabalhos descritivos passa a aumentar, assim como a riqueza de detalhes. No entanto, é válido ressaltar que os primeiros relatos feitos na América eram realizados por pessoas que não tinham um objetivo científico sobre aquilo que estavam relatando, ou seja, descreviam o que achavam belo, a exemplo de Cristóvão Colombo em seus diários. Posteriormente, os relatos passaram a conter um cunho mais científico por parte dos pesquisadores.

Nesse sentido, se fez importante descortinar quais autores percorreram e como descreveram o que observavam em suas viagens pelo Brasil e especificamente o litoral do Piauí, dando ênfase as características geográficas e históricas de suas anotações.

Com isso, em uma análise sobre os relatos dos viajantes/naturalistas/cronistas que percorreram o Brasil entre os séculos XVI ao XIX, foi possível identificar como eles descreviam o território brasileiro, destacando-se sua dimensão e seus encantos, além de descrever diferentes aspectos do que viam, como por exemplo; a fauna e a flora, e em alguns casos nomeando novas espécies até antes desconhecidas, assim como a geologia e a geomorfologia do lugar. Também eram descritas as distintas populações indígenas que encontravam em seu percurso e suas diferenças culturais e a relação delas com os europeus.

Nesse ínterim, partindo de uma apreciação focada no litoral do Piauí foram analisados relatos de viajantes que percorreram a província, nos quais eram descritos os aspectos físicos da paisagem, além da presença humana e o potencial de recursos naturais presentes no espaço piauiense percorrido. Os estudos que melhor descrevem estes aspectos são o de Caldas (1867), Dodt (1873) e Iglésias (1912 – 1919), além de outros espaços no interior da capitania/província que foram percorridos por viajantes, como Heriarte

(1662), Pereira (1792 – 1793), Spix e Martius (1817 – 1820) e Gardner (1836 – 1841).

Portanto, ao compilar e analisar as descrições dos viajantes, observa-se um panorama rico sobre o litoral do Piauí, destacando-se por suas características geográficas singulares e pela interação humana com o ambiente natural. Tais relatos se fazem importantes não apenas pela relevância deste espaço no contexto do estado, como pelo enriquecimento em relação aos aspectos históricos e geográficos do Piauí. Além do mais, contribuem na constituição da memória e identidade cultural da região, assinalam a importância de uma abordagem científica e sistemática na documentação e estudo dos aspectos do território brasileiro, e ainda estimulam e abrem caminho para novas pesquisas e descobertas nessa área.

No âmbito educacional, seja no ensino de Geografia, de História, ou de outras disciplinas, indica-se que é possível usar, por exemplo, o relato de David Moreira Caldas através da produção de um mapa como um quebra cabeça que demonstre o percurso feito por ele. Além disso, se pode elaborar também um jogo da memória sobre os aspectos físicos do litoral descritos pelo autor, como por exemplo, os igarapés, o rio Parnaíba e sua foz em delta, as barras, dentre outros.

Sugere-se, ainda, a elaboração de um documentário com enfoque para os relatos de viagens e as descrições produzidos por estes sujeitos com o intuito de tomar estes enquanto um pretexto para a compreensão do espaço litorâneo piauiense não apenas nas épocas em questão, mas como este se modificou ao longo do tempo, considerando as novas demandas que surgiram quanto a produção e consumo deste espaço.

Por fim, evidencia-se que as informações coletadas e organizadas no quadro 2, também serão disponibilizadas no verbete sobre Luís Correia⁴ na *Wikipédia*, em complementação a produção da pesquisa referente a importância desta enciclopédia digital para o ensino de História e Geografia do Piauí desenvolvida através de projeto do PIBIC 2022-2023, por Baptista *et al.* (2023), vinculado ao Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI), tal como este estudo.

Isto posto, este estudo também contribuirá para a democratização do acesso as pesquisas produzidas na universidade por parte de seu corpo docente e discente no ensino superior e na educação básica e da população

4. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Correia_\(Piau%C3%AD\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Correia_(Piau%C3%AD));

em geral, colaborando com as novas perspectivas concernentes às discussões sobre a História Pública.

Referências

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865 – 1866**. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal: 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

AUGUSTA, Teresa Carlota Mariana. **Viagem ao Espírito Santo 1888**. Viagem pelos trópicos brasileiros. Tradução de Sara Baldus. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; NASCIMENTO, Tamires Soares do. Acidentes com Embarcações no Litoral do Piauí: Possibilidade de diálogo entre Geografia e História Ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, p. 313-327, jan./jul. 2015.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SANTOS, Edson Osterne da Silva; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **A Wikipédia como fonte de informações históricas e geográficas sobre o litoral piauiense: o município de Luís Correia em foco**. Teresina: PROP; NEZCPI; UESPI, 2023. (Relatório de Pesquisa).

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CABRAL, Vicente Jorge Dias. **Colleção das Observações dos Produtos naturais do Piauí**. Tomo. 1º Oferecido ao IHmº e Ex.º Sr. D. Diogo de Souza do Cons. Do Pr. N. Governador e Capitão General do Maranhão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ, 1800-1801.

CALDAS, Davi Moreira. Minuciosa descrição de toda o delta do rio Parnahyba (1867). **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 30, p. 1, 27 jul. 1901.

CAMARGO, José Carlos Godoy. A contribuição dos cronistas coloniais e missionários para o conhecimento do território brasileiro. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 79-90, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORDEIRO, Karen. **Alexandre Rodrigues Ferreira**: o primeiro cientista brasileiro. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/visualidades-amazonicas/alexandre-rodrigues-ferreira-o-primeiro-cientista-brasileiro>. Acesso em: 05 fev. 2024.

DARWIN, Charles Robert. **O Beagle na América do Sul**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

DODT, Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi**. Relato da exploração do naturalista alemão no século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783 - 1792**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1971.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio / ago. 2017.

GARDNER, George. Contributions towards a Flora of Brazil. **Journal of Botany**, London, England, v. 1, p. 158-193, 528-548, 1842.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Nacional, 1942.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERIARTE, Maurício de. **Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Vienna D'Áustria: [s.n.], 1874.

HUMBOLDT, Alexander von. **Relation historique du Voyage aux Régions équinoxiales du Nouveau Continent**. 3 v. Stuttgart: Brockhaus, 1970.

IGLESIAS, Francisco de Assis. **Chapadas e Chapadões** (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro.) 1912-1919. São Paulo: Nacional, 1958.

MARCGRAVE, George; PISO, Wilhelm. **História Natural do Brasil**. Tradução de José Procópio de Magalhães São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELES, Sebastião Ricardo Machado. A paisagem do Rio Doce sob a ótica dos viajantes naturalistas: Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire e Princesa Teresa da Baviera. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 72, p. 297-316, 2023.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandra Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 17-37.

PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. **Revista do Instituto Histórico e Geographico** do Rio Grande do Norte, Natal, v. 4, n. 1, p.

71-83, jan. 1906.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SÁ, Antônia Alikeane de. **Expedição de Spix e Martius no Piauí**: Flora e Aspectos Socioeconômicos 200 anos depois. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste François César. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Garnier, 2020.

SALVADOR, Vicente do (Frei). **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. (Edições do Senado Federal, 131).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil**: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Marcelo Werner da. Os viajantes estrangeiros e a paisagem urbana da cidade de São Paulo, 1808-1858. **Espaço & Geografia**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 123-154, 2013.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Notas de Francisco Adolpho de Varnhagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographya de João Ignacio da Silva, 1879.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem**

pelo Brasil (1817-1820). Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**: nos anos de 1815 a 1817. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1958.

AS INICIATIVAS DE HIGIENE E SANEAMENTO NA CIDADE DE PARNAÍBA (PI) ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1930

Rakell Milena Osório Silva
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Antiga, legendaria, hospitaleira e activa,
Foi sempre do progresso a grande pioneira,
– Do nosso Piauí destaca-se a primeira
– Da nossa Independência a flamma primitiva!
Sobre a margem d'um rio, alegre e productiva,
Recebendo do Mar a brisa alvicaireira,
Quem que lhe procure, acolhe prazenteira,
Sempre firme e leal, sublime, redivina!
Nos tempos de D. João, do velho Portugal,
Em prol da Liberdade, armou-se de fazi,
Victorias conquistando em luctas sem igual!
Tornou-se Independente, Excelsa, Varonil,
Emporio do Commercio em feitos sem rival,
“A terra dos Heroes”, do “Norte do Brasil”!
(Castello Branco, 1925, p. 63)

Introdução

O poema que inicia este capítulo consta na edição de 1925 do Almanaque da Parnaíba,¹ escrito por Lívio Castello Branco.² Nessa publi-

1. Foi um periódico fundado em Parnaíba (PI) pelo empreendedor gráfico Benedicto dos Santos Lima, o *Bembem*, em 20 de agosto de 1923, contexto no qual os referidos impressos foram responsáveis por retratar o cotidiano da cidade de Parnaíba, por meio de poemas, crônicas e notícias (Freitas, 2020).

2. Nasceu no dia 30 de dezembro de 1876, em Barras. Foi auxiliar do comércio e chefe da contabilidade da Casa Inglesa, em Parnaíba. Também atuou como político e poeta, assinou crônicas com os apelativos de João do Mato e Sabino Ferreira. Faleceu em 5 de fevereiro de

cação, o autor aponta a cidade de Parnaíba a partir de uma visão idílica de cunho memorialístico, que enaltece o passado da urbe litorânea. Inicialmente, é importante destacar que, antes de ser elevada à categoria de cidade, a região era conhecida como Vila São João da Parnaíba. Ainda no período colonial, somente em 1844, passou à condição de cidade, sendo denominada, então, como Parnaíba.

Diante do breve exposto, a proposta do capítulo é analisar de que forma Parnaíba passou a se organizar com base no novo ideário de modernização, na busca por um padrão de higiene e saneamento, e quais foram as disposições governamentais responsáveis por assistir a cidade entre 1890 e 1930.

O controle dos corpos, especialmente no que diz respeito à higiene, tornou-se fundamental para a construção das sociedades modernas, destacando-se o papel da disciplina na vida cotidiana (Foucault, 2008). Arelado a isso, de acordo com George Rosen (2015), o saneamento era tido como tarefa crucial no desenvolvimento das cidades modernas, para controle das doenças, por meio de medidas que buscavam garantir a salubridade do meio ambiente, com foco no tratamento e disposição adequados de esgoto, recolhimento de lixo e abastecimento de água.

Todavia, na cidade de Parnaíba, os recursos que garantiam o saneamento e a higiene ainda eram muito deficitários no final do século XIX, contribuindo para a manutenção da insalubridade e o aumento das enfermidades. Esse aspecto será discutido juntamente com os processos de transformações sociais implantadas em Parnaíba, que já se destacavam em relação aos outros municípios do interior do estado. Além disso, também serão investigadas as iniciativas do Intendente Municipal, que intentavam modernizar a cidade a partir dos códigos de posturas e da implantação de instituições de saúde, como a Santa Casa de Misericórdia e o Posto de Higiene. Ademais, será apresentada a importância dos veículos impressos de notícia na divulgação de remédios para o tratamento de diversas enfermidades.

Para o desenvolvimento da pesquisa, dispôs-se de fontes primárias que foram compostas pelas Mensagens e Relatórios do Governo do Piauí, pelo Código de Posturas do Município de Parnaíba, pelo jornal *Nortista*

1929, em Parnaíba, acometido por um acesso de angina, durante o Carnaval, em um baile do Clube Cassino (Rego, 2010).

e pelo *Almanack da Parnahyba*. Também foi utilizada uma bibliografia de caráter teórico e metodológico, com a contribuição de autores, tais como: Joseanne Marinho (2018; 2020), Ana Karoline Nery (2021), Junia Motta Rego (2010) e Alexandre Silva (2019).

Desenvolvimento econômico e transformações sociais em Parnaíba a partir do final do século XIX

Nos oitocentos Parnaíba apresentava desenvolvimento econômico crescente a partir do comércio, oriundo da agricultura e da atividade extrativista, com artigos como o algodão, o couro, a borracha da maniçoba, a cera da carnaúba, as resinas de jatobá e do angico, além do coco da palmeira do babaçu, produtos que vinham do sertão pela via do Rio Parnaíba para o Porto Salgado.³ As mercadorias chegavam, a princípio, em embarcações à vela ou a remo, barcas cobertas de folhas de babaçu, em balsas de buriti, barcas e, mais tarde, em navios a vapor (Rego, 2010).

Além de a cidade corresponder a um atrativo polo comercial por conta do transporte fluvial, contava ainda com viagens a vapor realizadas por uma companhia de navegação particular, empresa que o Governador do estado, Gabino Besouro, destacou no Relatório Governamental, com a qual realizava os percursos semanais: três viagens de Teresina a Parnaíba, duas viagens de Teresina a Colônia São Pedro de Alcântara, hoje conhecida como Floriano, e uma viagem de Teresina a Santo Estevão, localidade próxima à cidade de Amarante que, posteriormente, foi incorporada ao município. Contudo, no mesmo relatório, o chefe de estado demonstrou preocupação com relação às dificuldades de navegação do Rio Parnaíba no trecho para se chegar à última localidade:

Tendo porem verificado-se a impossibilidade da navegação a Santo Estevam, na primeira viagem até alli feita, deixando quasi inutilisado o vapor que para tal fim acabava de ser preparado, foi semelhante facto levado ao conhecimento do Ministro da Agricultura, que por Aviso de 11 de Setembro do anno passado resolveu dispensal-a enquanto permanecessem os obstáculos apontados, ficando a companhia com o direito de perceber a subven-

3. O Porto Salgado, hoje chamado de Porto das Barcas, ficou conhecido pelo comércio de carne salgada realizado no século XVIII (Rego, 2010).

ção na razão das milhas navegadas nessa viagem, que estava sendo feita até a Colônia (Relatório Governamental, 1890, p. 23-24).

A dificuldade de navegação deu-se por conta da obstrução do Rio Parnaíba que cortava as corredeiras da Vargem da Cruz, Cajueiros e Boa Esperança. Com a comissão de desobstrução, sob a direção do engenheiro Manoel Maria Del-Castillo, o rio tornou-se navegável novamente, possibilitando o trânsito dos vapores comerciais e daqueles destinados ao transporte de passageiros (Relatório Governamental, 1891). De forma gradativa, a região consolidou-se como um importante polo comercial. De acordo com Teresinha Queiroz (1984), ainda no século XIX, o movimento econômico, baseado na pecuária e na lavoura, caracterizava as regiões próximas do Parnaíba, de modo que a navegação expandiu gradativamente em direção ao sul do estado.

A segunda metade do século XIX e o início do século XX foram frequentemente constituídos como um período de intensas transformações na sociedade brasileira. Todavia, o cenário piauiense não desenvolveu a urbanização tão almejada, manifestando um distanciamento de um modo de viver marcadamente ruralizado (Castelo Branco, 2008). A necessidade de se ordenar e disciplinar o espaço urbano foi algo premente para os poderes públicos do estado, que almejavam estabelecer harmonia entre as localidades – sobretudo a capital – e os moldes de um mundo moderno e civilizado.

A partir disso, a estrutura educacional em Parnaíba consistia em um ensino primário que era realizado, frequentemente, nas residências dos próprios professores, ou em casas alugadas, “fossem eles professores públicos custeados pelo Estado ou particulares mantidos pelas mensalidades dos alunos” (Mendes, 2001, p. 85). Na década de 1890, de acordo com o Relatório apresentado pelo Governador do Estado Gabino Besouro, a cidade contava apenas com uma escola pública e três particulares. Devido a esse fato, foram nomeados novos professores para as matérias de Português e Aritmética (Relatório Governamental, 1890).

Durante esse período, as verbas eram insuficientes para o cumprimento do pagamento do ordenado dos professores, tornando-se difícil manter o ensino em algumas localidades. Contudo, na Mensagem Governamental de 1893, pode-se notar a persistência do Governador em estabelecer mais

instituições de ensino primário, para diminuir as condições de miséria e pobreza das crianças, pois, além de se edificar a educação, a escola serviria de abrigo para aqueles que não possuíam lar:

O estado de abandono em que vivem muitas crianças pobres, que não dispõem dos recursos indispensáveis para frequentar os estabelecimentos de instrução, me lembrou o alvitre de fazer-vos sentir a necessidade de restabelecer-se o antigo estabelecimento de educandos artífices, collocando-o em condições de poder satisfazer aos fins de sua criação (Relatório Governamental, 1893, p. 11).

O Estabelecimento de Educando Artífices do Piauí consistia em uma escola de ensino elementar e profissionalizante destinada a funcionar como internato para a educação de meninos pobres, com o objetivo de retirá-los das ruas, abrigá-los e capacitá-los profissionalmente (Fernandes, 2019). Nesse contexto, no Piauí, os governos identificaram a necessidade de implementar projetos voltados para a superação do atraso do estado e de sua população em relação ao sistema educacional. Para se cumprir tal objetivo, julgou-se essencial modernizar e expandir o ensino primário, substituindo o modelo de casa-escola, o que demandava, por sua vez, investimentos na formação e qualificação específicas dos docentes primários, além de estruturas adequadas que pudessem funcionar como escolas.

Com o passar do tempo, a situação socioeconômica de Parnaíba apresentou melhora. Além disso, na Primeira República, as elites política, intelectual e econômica, identificavam a educação escolar como um sinônimo de progresso, sendo assim um fator fundamental para o crescimento da cidade. Esse já era um discurso existente no Piauí, sobretudo em Teresina, como aborda Joseanne Marinho (2021, p. 25):

Já era existente nessa época um discurso defendido principalmente por intelectuais que colocavam o desenvolvimento educacional como condição para o crescimento do Brasil. Mas as ações realizadas pelos poderes públicos até o início da década de 1920 pareciam não ter aplicação realmente eficaz de modo a contribuir para o encaminhamento da solução do grave problema da oferta de educação elementar.

Desse modo, a situação da educação no Piauí contribuiu para a permanência do número de analfabetos, e a maioria das crianças em idade escolar

permaneciam fora da escola. A eliminação do analfabetismo, por meio de uma educação primária acessível a todos, era baseada na crença de que os problemas sociais, morais, políticos e econômicos poderiam ser resolvidos a partir do letramento. Esse processo, por sua vez, deveria ser capaz de direcionar, organizar e orientar o desenvolvimento da sociedade rumo ao progresso.

Durante a Primeira República, um outro problema discutido pelos poderes públicos locais foi a saúde pública, devido às más condições higiênicas do estado, além das epidemias e endemias recorrentes, da falta de profissionais médicos e de instituições para o atendimento da população. No trecho da Mensagem a seguir, o Governador do estado, Gabino Besouro, admitiu que a condição sanitária do estado era problemática:

No anno de 1889 o estado sanitário deste Estado foi máo, tendo se desenvolvido além das moléstias indemmicas como empalodismo e outras occasionaes, uma epidemia de sarampo que começando na capital mais tarde propagou-se às cidades e vilas do interior, ceifando conjunctamente com a secca que então grassava, não pequeno numero de vidas (Relatório Governamental, 1890, p. 41).

Com isso, a parceria entre Governo Federal, estados, municípios e associações privadas visou implantar uma ideologia modernizadora, uma vez que a assistência sanitária se resumia às Santas Casas de Misericórdia, em Teresina e Parnaíba, e ao Hospital São Vicente de Paula, em Floriano (Marinho, 2018). Diante da inexpressividade dos serviços prestados no estado, os chefes do poder legislativo reclamaram da falta de profissionais médicos para exercer cargos de delegados e inspetores de higiene, havendo apenas cinco delegacias. Por conta da falta de profissionais, esses serviços públicos funcionavam de forma ineficiente, atuando de maneira regular apenas aqueles da capital (Marinho, 2018).

Além disso, investiu-se na limpeza pública das ruas e praças, uma vez que havia visitas sanitárias por armazéns, quitandas e mercados públicos, a fim de manter a ordem e a salubridade na capital. Logo foi possível notar que medidas similares passaram a ser adotadas na cidade de Parnaíba.

As iniciativas em busca da implantação da higiene e do saneamento

A fim de ordenar a cidade, em 17 de outubro de 1899, o então Intendente da cidade de Parnaíba, Francisco Severiano de Moraes Correia Filho, publicou a Lei Municipal N. 43, conhecida como *Código de Posturas do Município de Parnahyba, Estado do Piauhy*. Essa legislação substituiu e atualizava o antigo código, aprovado em 1870, que foi considerado ultrapassado após a abolição da escravidão e as mudanças estruturais provocadas pela Proclamação da República no núcleo da administração pública, realizada dez anos antes, além dos desejos da elite local de refletir sobre as leis que regiam a vida urbana e a maneira como esta deveria operar (Parnahyba, 1899).

Desse modo, os códigos de posturas foram criados pela Câmara Municipal, originados da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais na cidade. Nesse contexto, o espaço urbano já tinha passado a ser alvo de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas, que criaram códigos e leis para coibir a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino. Com o crescimento das cidades, especialmente no contexto da urbanização do século XIX e início do século XX, os espaços urbanos insalubres começaram a ser vistos como foco de problemas de cunho social e de saúde pública, como a proliferação de doenças. Isso levou profissionais que atuavam em diferentes áreas a se mobilizarem para resolver esses problemas, a partir de leis e regulamentos (Rosen, 2015).

A concepção de punição aponta para a ideia de prevenção, ou seja, a pena como um mal positivo e que deve ser corrigido na forma da precaução. Diante disso, os códigos de posturas assumiram uma conduta correlacional preventiva da ordem e da segurança pública, como um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio, assumindo, portanto, também uma esfera normativa (Foucault, 1999).

Dividido em 18 capítulos e 226 artigos, o Código de Posturas do Município de Parnaíba registrava o pensamento jurídico das elites da cidade naquele período. Uma frequente preocupação com aspectos estéticos e fundiários pode ser percebida em seu arranjo estrutural. No Capítulo I, inti-

tulado *Concessão, alinhamento e outras disposições sobre terrenos, reedificação e aformoseamento da cidade*, destacava-se o Artigo 13, que registrava:

E prohibida a continuação ou construcção de casas de palha dentro dos limites da decima urbana, e quem as tiver deverá cobril-as de telhas ou demoli-as, no prazo de um anno, a contar da data da publicação do presente Cod. de Post.

Paragrapho unico. Aos infractores será applicada a multa de 20\$000 (vinte mil reis) annuaes (Parnahyba, 1899, p. 4).

A exemplo, no Artigo 16, do mesmo capítulo, lê-se “As ruas que d’ora em diante se abrirem, terão de largura quatorze metros, inclusive as calçadas dos predios ou muros, e serão alinhadas rectamente.” Já no Artigo 22, vê-se que “as calçadas só poderão ser construidas de tijollos cosidos, pedras lavradas, cimento e outros materiaes eguaes ou superiores, e nunca de pedras soltas ou das denominadas - cabeça de jacaré.”

Por meio desses três artigos, pode-se perceber que a intenção da Intendência não era apenas controlar as transformações estéticas do centro da cidade, mas restringir, na área considerada nobre, formas de moradia incompatíveis com o ideal moderno. Cobrir ou demolir casas de palha, regulamentar a abertura de ruas e, até mesmo, exigir a construção de calçadas com materiais mais caros, que demandavam condições financeiras que dificilmente estariam ao alcance das pessoas pobres.

De acordo com o Artigo 176 do Capítulo XVII, que tem como título *Assumptos diversos, operam na mesma intenção*, era condenado, por exemplo, “banhar-se qualquer pessoa nos portos públicos desta cidade das 5 horas da manhã ás 7 horas da noite”, “lavar roupa nos portos públicos da cidade”, “lançar nas ruas, praças e mais logares públicos aguas servidas, materiais fecaes, animaes mortos ou qualquer imundície”. Nesses espaços de convivência coletiva, também era proibido “lavar vasilhas de qualquer espécie; ferrar, sangrar ou fazer curativo em animaes; partir lenha; cozinhar”, e, como tentativa de impedir a adulteração de produtos comercializados, “vender gêneros alimentícios de primeira necessidade falsificados com ingredientes que prejudiquem a saúde”, “vender agua ou qualquer outro liquido alimentício em vasilhas que não estejam limpas, ou sejam de metal cuja oxydação prejudica a saúde”, com pena de “5\$000 (cinco mil reis) a 20\$000 (vinte mil reis)”.

A prisão apresentava-se sempre como caso de reforma moral para aqueles que cometiam as imposturas, ainda que, de forma similar à capital do estado, “[...] talvez muitas das penalidades postuladas nos referidos dispositivos legais não chegaram a ser postas em prática” (Andrade, 2017, p. 37). Dessa forma, é perceptível que a prática do ofício de lavadeiras, carregadores de água, rachadores de lenha e vendedores ambulantes, exercida com mais frequência por jovens e mulheres, deveria ser constantemente vigiada pela Intendência, da mesma forma que as diversões populares, como os banhos de rio.

No Capítulo II do Código de Posturas, destinado a tratar da limpeza de terrenos, ruas, praças e casas, demonstrava-se preocupação com a salubridade dos ambientes públicos e privados, a fim de evitar a disseminação de doenças, pois ressaltava que todo o lixo seria recolhido nas portas das casas pela Intendência Municipal. No mesmo capítulo, também se destacava que, para o bom funcionamento do Mercado Público da cidade, deveriam ser lavados diariamente as bancas e os talhos dos açougues, bem como as balanças. Além disso, para assegurar que as carnes fossem de boa procedência, antes de serem expostas nos açougues, o médico do Partido Público⁴ ou um inspetor de saúde pública, verificaria os produtos (Parnahyba, 1899). Geralmente, a contravenção era revertida em multa e o encarceramento provisório seria oferecido aos que não podiam arcar com a quantia estipulada.

Um outro tópico importante do Código de Posturas do Município de Parnaíba, era sobre os denominados vagabundos ou vadios, pois um denso debate durante esse período marcou a divisão entre os termos *mendigo* e o *vagabundo*, baseado na ideia de redenção social pelo trabalho. Os mendigos, geralmente, inseriam-se no contexto da impossibilidade de trabalhar, podendo viver da caridade pública, como pedinte de esmolas (Silva, 2019). Enquanto o termo *vagabundo* servia para intitular aqueles que não prestavam serviços que dessem retorno em forma de impostos à Intendência, ou mesmo não representassem os valores da modernidade, sendo que essas pessoas eram sumariamente condenadas. Sobre isso, o Capítulo XIII,

4. Eram profissionais de saúde que atuavam em cargos públicos, nomeados pelo governo para desempenhar funções relacionadas à saúde pública. Esses médicos tinham responsabilidades que incluíam a inspeção sanitária, o combate a epidemias, a supervisão de hospitais e a implementação de medidas de saúde pública (Freitas; Edler, 2022).

“Incendios, tumultos, vagabundos, armas e outras disposições”, apresenta o seguinte no Artigo 148:

Os vagabundos que forem encontrados pelas ruas em estado de doença serão conduzidos para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e ao Fiscal incumbe promover os meios para sua admissão, o que também se deve entender com os mendigos que se acharem em idênticas circunstancias (Parnahyba, 1899, p. 27)

Nesse caso, servindo como forma de tratamento aos desvalidos e ajuda aos necessitados, a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, instituição de caráter filantrópico, foi fundada em 1896, no governo de Coriolano de Carvalho e Silva. Tinha como base a realização da assistência de caráter privado, mas também contava com auxílios dos poderes públicos. Foi uma instituição, a princípio, idealizada e institucionalizada por um grupo de pessoas da elite econômica da sociedade parnaibana, não possuindo ligação direta com a Igreja Católica (Rocha; Coe, 2020).

No Piauí, até o início do Período Republicano, os governos não viam a assistência às pessoas em situação de pobreza como responsabilidade, acreditando que esta deveria ser garantida por iniciativas de caridade e filantropia. Apesar disso, costumavam agir de forma colaborativa, apoiando a criação e a manutenção das ações assistenciais promovidas por instituições de beneficência em diversos setores, incluindo os serviços de saúde (Marinho, 2020). A partir da análise do processo de institucionalização da saúde no Piauí, a assistência organizava-se da seguinte forma:

A Santa Casa de Misericórdia de Teresina era a principal referência hospitalar, por estar sediada na capital e localizar-se na região central do Piauí, atendendo os enfermos do interior e de outras unidades federativas limítrofes. Já a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, estava localizada na região Norte. O Hospital São Vicente de Paula, instalado na cidade de Floriano, disponibilizava serviços de saúde para pessoas que viviam na região Sul. Estas eram as únicas unidades hospitalares do Piauí, considerando-se a inexistência de estabelecimentos públicos (Marinho, 2018, p. 94).

Essas eram basicamente as três instituições de caráter benemérito que existiam no Piauí. Até os anos 1930, os poderes públicos não eram responsáveis constitucionais pela assistência a necessidades, como tratamento

de doenças, fornecimento de consultas e distribuição de remédios, fazendo com que esses serviços fossem realizados, frequentemente, pelas associações de assistência particular, como as Santas Casas de Misericórdia e o Hospital São Vicente de Paula.

No início do século XX, alguns elementos foram encarados como ameaças à ordem da sociedade parnaibana. Dentre eles, pode-se destacar o perigo que o pobre doente representava à sociedade. Como destaca Aleisa Rocha (2020), os problemas de saúde na cidade influenciaram diretamente a criação da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, que, durante muitos anos, foi a única responsável pelo tratamento dos enfermos da cidade.

Ainda no final do século XIX, um grupo numeroso de pessoas reuniu-se para concretizar as próprias ideias em prol de um espaço que pudesse oferecer assistência médica à população pobre. Entre os anos de 1914 e 1924, a maior parte do público atendido na Santa Casa era natural dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Pode-se observar que, além de habitantes de regiões que fazem fronteira com o Piauí, pessoas de outros estados também chegavam ao território piauiense. Não apenas do Brasil, mas também do exterior do país, vindas de locais como Portugal, Síria, China, Rússia, Espanha e Áustria. Parnaíba atraía pessoas de diferentes localidades, visto que, sendo uma cidade portuária, era um local privilegiado pelo escoamento de produtos e circulação de pessoas.

Na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, eram oferecidos diversos serviços, como atendimentos ambulatoriais, cirurgias, internações e distribuição de medicamentos, realizados por médicos generalistas. Isso ocorria devido às verbas limitadas do governo estadual, especialmente quando comparadas às destinadas aos estabelecimentos em Teresina. Segundo Joseanne Marinho (2021, p. 181) “[...] era comum o atraso nos pagamentos e a redução dos valores do auxílio, de acordo com a variação das receitas estaduais. Essa situação repetia-se em âmbito municipal, deixando a instituição, em determinados períodos, sem esse tipo de subsídio”.

Consta que os auxílios financeiros eram insuficientes para o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, que enfrentou uma fase crítica, reduzindo gradualmente a oferta de serviços até ser fechada em 1915. A reabertura da instituição ocorreu apenas em 1917, com as contribuições do governo estadual para o fornecimento de maiores subsídios, e

dos setores sociais abastados, como os comerciantes estrangeiros, que se mobilizaram por meio de doações para a reativação do local.

A escolha do município para abrigar essa instituição pode ser explicada por Parnaíba ter se tornado o maior centro comercial do Piauí, com um volume de atividades econômicas mais significativo do que o da capital. As transações comerciais ocorriam com outras regiões do estado, partes do Maranhão e algumas áreas do Ceará, devido à navegabilidade do rio Parnaíba (Rego, 2010).

A partir disso, além das instituições de saúde subsidiadas pelo governo para tratamento dos doentes, alguns meios de comunicação serviram para divulgar a venda de medicamentos na cidade de Parnaíba, uma vez que as enfermidades se propagavam com maior facilidade por todo o estado do Piauí.

O jornal *Nortista*, o *Almanack da Parnahyba* e o combate das enfermidades com palavras e remédios

O *Nortista* era um periódico semanal que se destacava na cidade de Parnaíba. Fundado em janeiro de 1901, teve como redator-chefe e proprietário, Francisco de Moraes Correia, um rico comerciante, ex-intendente e promulgador do Código de Posturas de 1899. O jornal tinha como finalidade relatar o cotidiano e as condições estruturais da cidade, discutir sobre política e anunciar vendas de produtos, inclusive, de medicamentos, a fim de prevenir e sanar algumas enfermidades que assolavam a região. Na segunda edição, destacou-se as melhorias na estrutura pública do município, entre as quais:

[...] a reedificação do Mercado, transformado de pardieiro com espeques em um predio que honra a uma cidade pequena como a nossa; os grandes concertos que soffreu o armazem da polvora, agora devidamente adaptado ao fim a que é destinado; a instrucção publica, que lhes mereceu especial cuidado, sendo elevadas a nove escolas municipaes, uma das quaes de curso secundario, disseminadas com criterio por todo o municipio; a creação do cargo de medico do partido publico, de grande utilidade para a pobreza maximè em época calamitosa, como a presente; a illuminação publica, que tendia a desaparecer, foi reformada sem excepção de um so lampeão, tendo agora numero duplo de combustores e funcçãoando com

máxima regularidade; a limpeza publica tornou-se uma realidade sendo notável o asseio constante que apresenta a cidade; [...] (Nortista, 1901, p. 1).

Promover uma nova aparência urbana para a cidade de Parnaíba, tornou-se preocupação da Intendência Municipal. Por isso, o órgão teve como propósito revitalizar os serviços públicos essenciais da cidade, que eram deficientes ou ausentes, como: a iluminação pública, o calçamento das ruas e a coleta de lixo; visando, desse modo, à modernização da cidade. Ao noticiar essas melhorias, o Intendente objetivava informar a população sobre as transformações em andamento, ao passo em que buscava construir uma representação de que tinha compromisso com o progresso e o desenvolvimento da cidade.

No contexto do início do século XX, mesmo a capital, Teresina, era desprovida de meios para promover a condição sanitária, uma vez que a saúde pública era uma questão sempre adiada, utilizando-se as limitações financeiras como argumento. Mesmo com as instituições de saúde, como a Santa Casa, a Delegacia de Higiene e, posteriormente, o Posto de Saúde, esses serviços apresentavam-se de forma ineficiente, tanto pela falta de profissionais para exercerem os cargos de delegados e inspetores de higiene pública, além de um reduzido número de médicos, quanto pela organização administrativa precária (Marinho, 2020).

A partir disso, o jornal *Nortista* foi essencial para a divulgação dos medicamentos, posto que, além da ação dos médicos em instituições e clínicas, da atuação dos farmacêuticos e da presença das farmácias nas cidades do Piauí, principalmente na capital Teresina, a circulação de medicamentos para o tratamento de diversas doenças passou por ampliação (Nery, 2021). Além disso, no início do século XX, como afirma Gabriel Kenzo Rodrigues (2015, p. 11):

Nas propagandas de medicamentos, pudemos vislumbrar uma tentativa de estabelecimento de comunicação com a sociedade, utilizando representações arregimentadas para produzir um discurso que estabelecesse uma relação efetiva entre produtor e receptor da mensagem.

Desse modo, era perceptível a existência de uma comunicação entre a indústria farmacêutica e a sociedade, mediada pela propaganda. Nesse contexto, Ana Karoline Nery (2021) analisa as trocas estabelecidas entre

o médico que prescrevia o medicamento, o farmacêutico que o manipulava, o laboratório responsável pela produção dos remédios, o jornal que promovia a divulgação, a farmácia que servia como ponto de acesso aos diversos medicamentos e o paciente, que recorria a todas essas etapas na busca pela tão almejada cura.

Em 1901, após divulgar as melhorias realizadas no município de Parnaíba, concluindo o periódico *Nortista*, exibiu anúncios de medicamentos destinados ao tratamento de várias enfermidades. Nesse período, as doenças do aparelho respiratório eram frequentes, como tuberculose, *influenza*, coqueluche e pneumonia. Nesse sentido, tais doenças poderiam ser tratadas com um xarope peitoral, feito a partir de plantas medicinais que tinham função expectorante, como alcatrão, angico, mutamba e jatahy. Além disso, no mesmo anúncio, havia a divulgação das pílulas de fedegoso e caferana para o tratamento da malária. Essas plantas medicinais possuem propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas. Usando o extrato das plantas, as pílulas eram fabricadas pelo farmacêutico Thomaz Bem e vendidas na cidade de Parnaíba (*Nortista*, 1901, p. 4).

Além do jornal, outro veículo que tinha como função noticiar a venda de medicação e demonstrar a incidência de doenças era o *Almanaque da Parnaíba*, responsável por caracterizar o dinamismo da cidade e promover as relações comerciais. Dessa forma, os leitores poderiam dirigir-se à *Mercearia Bembem*, pertencente ao fundador do Almanaque, Benedicto dos Santos Lima⁵. Por meio dos anúncios publicitários, era possível conhecer os produtos e serviços que eram apresentados para o consumo da sociedade parnaibana. Além daquela casa comercial, destacavam-se estabelecimentos como: farmácias, papelarias, relojarias, alfaiatarias e firmas de navegações marítimas (Rego, 2010).

A *Farmácia e Drogaria Humanitária*, apresentada nas propagandas como a mais antiga e com maior credibilidade na cidade, anunciava os seus produtos no Almanaque. Alguns dos itens produzidos pelo farmacêutico Antônio Neves, eram: o elixir antifebril e desobstruente, composto de jurubeba e fedegoso, tido como o melhor e mais eficaz remédio para sezão e fe-

5. Benedicto dos Santos Lima nasceu no dia 27 de maio de 1893 em São Bernardo-RJ. Foi jornalista, historiador, comerciante e contista. Filho de José Estevão dos Santos Lima e Genuína Correia Lima, fundou o *Almanaque da Parnaíba* e foi proprietário da *Mercearia Bembem*, localizada na Rua Duque de Caxias, em Parnaíba (PI). Faleceu em 21 de agosto de 1958 em Parnaíba-PI (Rego, 2010).

bres palustres; o peitoral de umbauda creosotado, responsável por curar as doenças respiratórias, atuando como poderoso desobstruente das vias aéreas; e o carnahubol, que possuía eficazes propriedades terapêuticas, capaz de livrar o organismo de impurezas ou de toxinas (Almanaque da Parnaíba, 1926).

Nesse sentido, os medicamentos produzidos pelo farmacêutico Antônio Neves, cada um com propriedades e usos específicos, refletem o conhecimento e as práticas farmacêuticas, que frequentemente utilizavam ingredientes naturais e ervas para tratar uma variedade de condições de saúde. A produção e o uso desses remédios eram parte do esforço do farmacêutico para fornecer tratamentos que fossem mais eficazes e adaptados às necessidades da comunidade local.

Considerações finais

Desde o final do século XIX – e início do século XX –, a cidade de Parnaíba desempenhou um papel central na economia do estado do Piauí, destacando-se pelas atividades de comércio. A localização estratégica, situada junto ao delta do Rio Parnaíba, tornou-a um ponto de atração para navegadores desde o período colonial. Esse posicionamento geográfico favoreceu o progresso econômico e social da cidade, moldado tanto por iniciativas governamentais, quanto privadas.

A administração pública e as ações particulares tiveram impacto significativo na modernização de Parnaíba. A implementação dos códigos de posturas e a criação de instituições de saúde foram esforços-chave para alinhar a cidade e os padrões de higiene e saneamento. No entanto, essas medidas, apesar de importantes, eram insuficientes para atender às necessidades da população. A saúde, embora tenha se mostrado, viu-se limitada por conta das limitações das iniciativas beneméritas e governamentais, diante das precárias condições sanitárias.

O jornal *Nortista* desempenhou um papel importante na divulgação das mudanças no sentido da promoção das iniciativas de higiene e saúde. Além disso, as publicações do *Almanaque da Parnaíba* tornaram-no um aliado na documentação e na promoção do desenvolvimento da cidade. Os periódicos também se destacavam na abordagem das contribuições dos profissionais locais na produção do que se refere, sobretudo, aos medicamentos

divulgados como inovadores. Nesse sentido, eles serviam para incentivar o engajamento da comunidade na melhoria das condições higiênicas e de saúde.

Desse modo, observa-se que as transformações de Parnaíba não se limitaram apenas à infraestrutura, envolvendo um esforço para transformar os hábitos e costumes dos habitantes, em consonância com os padrões sanitários e de higiene. A implementação dessas iniciativas refletia uma tentativa de alinhar a cidade às exigências de saúde pública que surgiam com a crescente urbanização. Esses avanços não aconteceram de forma isolada, ao contrário, estavam profundamente vinculados às transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que atravessavam não somente o município, mas também o restante do Piauí, principalmente Teresina, durante o final do século XIX e início do século XX.

Referências bibliográficas e documentais

ALMANACK DA PARNAHYBA (AP), ano 3. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia. Livreiros Editores, 1926.

ANDRADE, Andreia Rodrigues. Pelas tramas do urbano: ideias normatizadoras na Teresina oitocentista. **Contraponto**, Teresina, v. 6, n. 2, p. 25-39, jul./dez. 2017.

ANUNCIOS. **Nortista**. Parnaíba, PI, 9 jan. 1901.

CASTELLO BRANCO, Lívio. Parnahyba. **Almanack da Parnahyba**. Parnaíba: Typ. Renascença de A. Prado & Cia., 1925.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Os machos nos papéis e os papéis dos machos: masculinidades através da escrita literária no Piauí do início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

FERNANDES, Robson de Lima. Estabelecimento de educandos artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais** [...]. Recife: ANPUH-BRASIL, 2019. p. 1-14.

FREITAS, Ana Beatriz Araújo de. As representações de gênero no Almanaque da Parnaíba. **Veredas da História**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 25-46, jul., 2020.

FREITAS, Ricardo Cabral de; EDLER, Flavio Coelho. A “realidade do saber e da habilidade que se inculca”: clima, médicos e saúde pública no Brasil, 1808-1835. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3409-3417, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A interiorização da saúde no Piauí: Parnaíba entre o fim do século XIX e meados do século XX. **Revista NU-PEM**, cidade, v. 13, n. 29, p. 175-191, maio/ago. 2021.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A interiorização dos serviços de saúde piauienses e o protagonismo do município de Parnaíba (1889-1945). In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí**. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 133-159.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. As Delegacias, os Postos e os Hospitais: as primeiras instituições de saúde e o atendimento infantil no Piauí (1889 -1930). **Outros Tempos**, v. 17, n. 30, p. 156-180, 2020.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. Iguatu: Quipá, 2021.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade.** Teresina: EDUFPI, 2001.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940.** 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PELO Município. **Nortista.** Parnaíba, PI, 9 jan. 1901.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. Lugares de Memória dos Trabalhadores: Cais do Porto Salgado, Parnaíba, (PI). **Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT), LMT#13,2022.** Lugares de Memórias dos Trabalhadores.

PARNAHYBA. **Lei Municipal n. 43 de 1899.** Estabelece o Código de Posturas do Município de Parnahyba, Estado do Piauí. 1899.

PIAUHY. Governo 1890. **Relatório com que o Sr. 1º vice governador do estado do Piauí Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890.** Teresina: Typ. De Honorato Souza, 1890.

PIAUHY. Governo 1893. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador do mesmo estado Dr. Coriolano de Carvalho e Silva em 8 de junho de 1893.** Teresina: Typ. Do Piauí, 1893.

PIAUHY. Governo 1891. **Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí em sessão extraordinária pelo Sr. Governador do Estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira no dia 7 de novembro de 1891.** Teresina: Typ. Do Piauí, 1891.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920.** 1984. 258 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História

do Brasil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz: Ética, 2008.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. 305 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ROCHA, Aleisa de Sousa Carvalho; COE, Agostinho Júnior Holanda. Entre Caridade e Filantropia: a admissão das Irmãs da Congregação das Filhas do Imaculado Coração de Maria na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí**. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 181-202.

RODRIGUES, Gabriel Kenzo. **Não há cura sem anúncio: ciência, medicina e propaganda (São Paulo, 1930-1939)**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

SOUZA, Gustavo. História da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. In: SANTOS JÚNIOR, Luiz Ayrton (org.). **História da Medicina no Piauí**. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. A pobreza transformada em crime: O combate às práticas subalternas no Código de Posturas da cidade de Parnaíba, Piauí (1899). **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, ano 6, v. 9, n.1, p. 11-26, 2019.

A GEOGRAFIA, O TURISMO E AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: O CASO DE BARRA GRANDE, MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI

Leonardo José da Silva Costa

Jorge Martins Filho

Introdução

Ao analisar e propor discussões mais ampliadas sobre o fenômeno turístico no atual contexto global, entende-se que este é de fato um trabalho complexo, e que exige do geógrafo a compreensão sob diferentes realidades socioespaciais, dentre as quais este permeia. Como é amplamente reconhecido, o turismo possui um potencial significativo para transformar lugares em espaços voltados ao consumo e ao lazer, reorganizando assim o espaço geográfico consoante as suas influências, fato este que permite o desencadear do interesse da Geografia a partir das preocupações em analisar e interpretar os espaços turísticos.

Destacando o potencial do turismo, Martins Filho (2014), aponta que, na economia mundial, desempenhado resultados positivos, principalmente no setor de bens e serviços, e com isso apresenta-se como uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, ressalta-se que a presença deste fenômeno não se limita somente as questões que envolvem o desenvolvimento econômico, a atividade turística transcende e aplica-se no espaço geográfico multifacetadamente, ao englobar diversos setores, gera impactos e implica transformações nas formas e estruturas espaciais das comunidades onde se estabelece.

E como parte dos aspectos centrais que envolvem a atividade turística, o turismo de segundas residências emerge como um fenômeno ainda mais particular e influente sob o espaço, que embora seja ainda pouco estudado, possui historicidade e prática secular, e demonstra por sua vez uma nova

valorização as áreas litorâneas, bem como a uma nova expressão de hábitos e costumes direcionados a percepção do mar como atração e paisagem de consumo (Corbin, 1989).

Túlik (2001), ao compreender as residências de veraneio como um alojamento turístico particular a discute mediante a sua utilização para momentos de lazer, principalmente por pessoas que possuam sua residência permanente em outro lugar, de modo que quando esta situa-se em uma região litorânea torna-se comumente chamada de segunda residência ou propriamente casa de praia.

Considerando as discussões elaboradas, o caso da comunidade Barra Grande, situada no município de Cajueiro da Praia, no litoral do estado do Piauí, destaca-se no contexto da difusão e expansão da atividade turística como uma das principais formas de transformação do espaço local. Tendo em vista a relevância dessa discussão, o texto em questão tem em vista abordar justamente o fenômeno da inserção crescente desta comunidade nos roteiros turísticos entre os anos de 2000 e 2020, como resultante de um processo de valorização e apropriação espacial. Tendo em vista que tal transformação é impulsionada por diversos setores, incluindo a hotelaria, a construção civil, o setor gastronômico e o comércio, todos reconhecem o alto potencial de Barra Grande para o desenvolvimento do turismo.

E assim como um dos aspectos notáveis dessa expansão corresponde justamente a presença das segundas residências, que refletem a crescente demanda por acomodações que atendem tanto aos visitantes temporários quanto a residentes ocasionais, contribuindo ainda mais para a transformação e valorização do espaço local. Destarte, a problemática trazida consiste em buscar para as discussões sobre a temática, o entendimento de como o fenômeno turístico atrelado às segundas residências na comunidade Barra Grande influencia nas transformações socioespaciais e contribui para a reconfiguração do espaço local.

Como forma de investigar e entender o fenômeno turístico e as dinâmicas decorrentes da atividade turística em comunidades litorâneas o objetivo central deste texto direciona-se para uma abordagem que visa analisar quais os impactos decorrentes da expansão do turismo em Barra Grande, discutindo assim a presença das segundas residências nos últimos anos e as respectivas implicações decorrentes tanto para a estrutura social, a dinâmica econômica e as questões ambientais da área.

Dos respectivos processos metodológicos adotados neste trabalho, o processo de pesquisa a princípio partiu das definições quanto a estrutura adotada, assim definiu-se a necessidade de se construir uma pesquisa de natureza básica mediante as características evidenciadas que tratam de um caráter tanto descritivo como exploratório. Assim, em complemento a análise tratou de seguir as abordagens concentradas mediante a pesquisa qualitativa, que na concepção de Rodrigues e Limena (2006, p.90): “[...] é utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade”. Sendo que, ainda por meio desta para os autores: “[...] o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias” (Rodrigues; Limena, 2006, p.90).

No decurso do processo metodológico, a aplicação das técnicas de pesquisa também se fizera necessárias, tanto pela utilização da pesquisa bibliográfica (Realizada mediante a consulta das principais fontes que tratam de discutir o tema do turismo sob um olhar geográfico especificamente no que se refere ao litoral piauiense bem como da própria comunidade Barra Grande). Como também da pesquisa documental (Que buscou por meio da consulta de fontes documentadas, dados referentes aos índices socioeconômicos da comunidade, disponibilizados principalmente por meio do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que dispõe de informações relevantes, dado os informes dos últimos censos demográficos realizados nos anos de (2000, 2010, 2022).

Por fim, o processo metodológico também levou em consideração as informações disponibilizadas mediante o mapeamento da área de estudo, que caracterizou por meio do uso de Sistema de Informações Geográficas - SIGs, nos *Softwares* (QGIS 3.34.5; *Google Earth Pro*; *Open Street Maps*), a área ocupada (urbanizada) na comunidade nos últimos anos, conforme os dados disponibilizados na base vetorial do IBGE, permitindo a compreensão quanto a influência das novas formas de ocupação e valorização espacial dada a dinâmica da atividade turística.

Destarte, a estrutura elaborada nesta discussão inicia-se com a análise do pensamento geográfico em relação às influências do fenômeno turístico no espaço, examinando de que maneira a Geografia se inter-relaciona com as dinâmicas derivadas da atividade turística. Em seguida, é abordada a pre-

sença das segundas residências como um indicador da apropriação e valorização dos espaços turísticos, destacando como as comunidades se tornam centros de consumo voltados ao lazer por meio do imobiliário turístico. Por fim, é apresentado um recorte espacial da comunidade Barra Grande, evidenciando como a expansão do turismo e o crescimento no número de segundas residências ocasionam o estabelecimento de novas estruturas socioespaciais e implicado em consideráveis transformações nos diversos setores do município de Cajueiro da Praia-PI ao longo das últimas décadas.

Geografia, turismo e espaço geográfico

Nas discussões referentes a relação que se estabelece entre Geografia e turismo, destacam-se as análises que buscam entender como a atividade turística incide no espaço geográfico. O turismo, como é sabido, emerge como fenômeno, o qual interage diretamente com o meio, promovendo novas práticas espaciais que transformam os territórios onde este ocorre, implicando em influências culturais, sociais, ambientais e econômicas.

Por conseguinte, os desdobramentos da atividade turística no espaço geográfico, a partir do surgimento de espaços turísticos podem apresentar-se tanto por meio do desenvolvimento socioeconômico, bem como a partir de desafios mediante a evidênciação de impactos. Assim, o turismo se configura como um fenômeno de grande influência nos locais onde se estabelece, com efeitos que variam de acordo com a forma como é gerido e distribuído.

Castilho (2008), considera que o turismo se caracteriza particularmente como um fenômeno social, o que por sua vez está associado a práticas pelas quais os indivíduos buscam atender seus próprios interesses, sejam eles de lazer, consumo, lucro ou trabalho, e assim, envolvendo o espaço geográfico nesta dinâmica que cada vez mais consolida-o como fenômeno. É justamente este, um dos fatores pelos quais permitem que a Geografia desperte o seu interesse em estudar e compreender as implicações que são decorrentes da dinâmica gerada mediante a atividade turística.

Entretanto, antes de compreender como se dá a relação entre a Geografia e a atividade turística na apropriação do espaço geográfico, é importante discutir o que de fato é o fenômeno turístico e como ele tem se expandido globalmente no último século. Todavia, ao ressaltar as múlti-

plas abordagens que o turismo pode albergar, como: Negócios, Ambiental, Geográfica, Histórica, Econômica, Lazer, dentre outras, discute-se aqui o turismo como um fenômeno social, que afeta diversas áreas da sociedade e que provoca múltiplas transformações no espaço geográfico.

Na atual literatura, o turismo emerge como um fenômeno relacionado ao deslocamento do lugar habitual, no qual existe uma previsão de retorno, estando estreitamente esta atividade integrada a concepção de viagem mediante a existência de necessidades sejam elas pessoais ou profissionais, com esta concepção, cabe ao turismo a promoção de uma interação entre os sujeitos que se deslocam dos seus lugares e os diferentes espaços que os atendem (Barretto 1995; Vasconcelos, 2005).

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (De La Torre, 1992, p. 15).

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2008), o turismo também é visto como um fenômeno não somente social, mas também cultural e econômico, e que está diretamente associado aos processos de deslocamento de pessoas para espaços que ultrapassam os seus limites habituais, sendo o lazer uma das principais motivações desencadeantes deste deslocamento.

Desta forma, ao analisar as definições que direcionam o turismo este atrelado a ideia de viagem, implementou-se na sociedade uma nova forma de ver e de vivenciar os lugares bem como as paisagens e o próprio espaço geográfico, com isso a atividade turística, tem transformado significativamente a realidade contemporânea, no qual os espaços compreendidos por esta atividade acabam perpassando por significativas transformações, justamente para atender as necessidade de uma nova dinâmica social, cultural e econômica, que lhes é imposta. Dessarte, Coriolano (1998, p. 22), compreende que o turismo: “[...] é, antes de tudo, uma experiência geográfica”. De modo que esta atividade se coloca dessa maneira ao: “[...] representar uma relação direta entre o homem e os espaços”.

Portanto, ao relacionar a experiência geográfica com o fenômeno do turismo, é importante analisar que as manifestações decorrentes da atividade turística decorrem especificamente no espaço geográfico, assim, todas as atividades desencadeadas acabam por alterar as dinâmicas vigentes em prol de novos interesses, principalmente engendrados pelo capital, assim, o espaço geográfico que na concepção de Santos (1996, p.122), é entendido como um: “[...] conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. É integrado à novas formas, processos e funções moldados principalmente pelas dinâmicas do turismo global.

Ao discutir sobre a Geografia do Turismo a professora Rita de Cássia Ariza da Cruz (2003), considera que embora não seja tão recente o interesse da ciência geográfica em discutir o fenômeno turístico, ressalta-se que principalmente nas últimas décadas os geógrafos tem de fato despertado um maior interesse em estudar os efeitos a atividade turística no espaço, no qual, tal interesse emerge justamente da compreensão de que o turismo como prática social, apresenta-se como a única destas que consome verdadeiramente o espaço geográfico, de modo que, com o respectivo crescimento desta atividade, e tem-se uma necessidade implícita na Geografia em discutir esse movimento.

Assim, ainda na abordagem da autora: “[...] O turismo, entendemos, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (Cruz, 2003, p.05). O que na concepção de Martins Filho (2014), a Geografia ao também conceber o turismo como um fenômeno ou prática social, compreende que este pode se materializar no espaço geográfico, e assim se concretizar mediante a localização e a distribuição dos recursos, bem como da criação de ações dos estados que através de planos, projetos e programas atendem não somente os interesses próprios, mas também daqueles que estão ligados ao desenvolvimento das atividades turísticas.

O Turismo como atividade dinâmica, representa um agente que interfere na construção do espaço geográfico, estando ligado com o objeto de estudo da Geografia (Relação sociedade – natureza), além de estar intrinsecamente conectado a categoria espaço geográfico, pois alguns elementos conceituais como a paisagem, território e lugar são usados como produtos ou atrativos para a realização da atividade turística (Alves; Sales, 2010, p. 3).

Analisando tais considerações, é perceptível que na atual realidade global, o turismo tem se estabelecido de uma forma cada vez mais intensa, tal movimentação ocorrendo de forma mais concentrada nas regiões litorâneas¹, tem proporcionado tanto em cidades médias como pequenas a produção de novas dinâmicas sejam elas sociais ou espaciais, gerando impactos que redefinem as formas e as estruturas destes espaços. O que de acordo com Costa e Oliveira (2016, p. 4): “[...] o litoral passa a ganhar uma supervalorização, tornando-se uma espécie de investimento, atrai investimentos tanto externos como internos que se refletem principalmente nos grandes empreendimentos hoteleiros e imobiliários”.

A então relação da atividade turística com o mar, tem favorecido ainda mais a ocupação destes espaços litorâneos, contribuindo consequentemente no crescimento do turismo nestas áreas na medida em que as regiões turísticas são desenvolvidas dentro de uma visão capitalista de consumo do espaço geográfico, neste caso a região litorânea passa a ser valorizada no intuito de maximizar o seu potencial turístico pela atração que ela produz a partir da beleza cênica.

Para o geógrafo e professor Antônio Carlos Robert Moraes (2007, p. 21), essa nova reconfiguração do espaço turístico litorâneo se dá mediante uma chamada: “[...] apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência”. Enfatizando assim uma utilização ainda mais moderna e atual que tem no litoral e nas atividades turísticas de veraneio um novo objeto de desejo (Costa, 2012).

Destacando, assim, a introdução crescente de novas práticas espaciais nestes espaços turísticos litorâneos, dados principalmente em razão de uma consequente massificação cultural da atividade turística, que adicionam novas dinâmicas a estes, é igualmente relevante apresentar alguns dos demais processos que também são decorrentes mediante essa nova configuração socioespacial, dos quais são moldados principalmente sob a influência do

1. “Nos espaços litorâneos estão concentradas as maiores cidades do mundo, reunindo a maior parte da população do planeta, a mais alta concentração e pluralidade de serviços, além de parte significativa dos símbolos que representam a sociedade de consumo erguida nos moldes do capitalismo contemporâneo. Trata-se de parcela do espaço de valorização moderna, desenvolvida a partir de re-significações e destinação de diferentes usos a essas áreas, estabelecendo-se um processo contínuo de valorização desses espaços, transmutando espaços antes tidos como território do medo, do desconhecido, repulsivos, agora transformados em territórios cobiçados e atrativos para o consumo” (Costa, 2012, p.154).

capital global. Conforme aponta Harvey (1989), dado os múltiplos interesses das organizações capitalistas em investir nestes espaços, o recorrente impacto na organização espacial ou urbana é substancial, visto que por meio de tais investimentos se constrói toda uma rede de infraestruturas físicas que alteram a paisagem destes espaços, com o principal objetivo de incitar as trocas e o consumo, contribuindo assim em uma acumulação desigual de capital.

Considerando a presença dos interesses capitalistas e de acumulação, o litoral mediante a intensificação do turismo acompanha essas manifestações e por meio da valorização e ocupação espacial incide nessas áreas o surgimento e a expansão de alguns setores da economia que tem no turismo grandes atrativos financeiros, a exemplo da própria expansão da urbanização, da rede de *resorts*, hotéis e pousadas, restaurantes e as segundas residências.

A estas últimas, apresentando-se como uma dinâmica de considerável relevância a se estudar a presença do turismo no espaço geográfico e de como a atividade turística exerce sua influência na transformação espacial e urbana dos espaços turísticos. De modo que adiante apresenta-se maior direcionamento acerca das segundas residências como meio de apropriação, valorização e transformação do espaço geográfico a partir dos interesses decorrentes do fenômeno do turismo.

Segundas residências: o imobiliário turístico e as relações de consumo e lazer no litoral

Na perspectiva dos autores Dantas, Pereira e Panizza (2008, p.01): “[...] os espaços à beira-mar se tornam objetos de desejo quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então, desconhecido”. Ao ter no litoral, especificamente nos espaços situados à beira-mar a percepção deste enquanto um local destinado principalmente ao lazer, o homem transcendeu a percepção enquanto este ser um espaço destinado apenas ao trabalho e a moradia, sendo essa recente valorização do mar como destino turístico uma atividade recente da sociedade do século XX (Dantas; Pereira; Panizza, 2008).

No território brasileiro, dada a sua colonização iniciada pelo litoral, essa movimentação as regiões litorâneas como destino turístico, concentrou-se

principalmente nas praias da região nordeste. O que de acordo com Borges (2020), tal aculturação implicou ao mar, este apresentando-se como um espaço de consumo, que se dá principalmente em razão das chamadas “práticas marítimas modernas” onde o litoral é meio para o desenvolvimento de novos usos.

[...] o litoral experimenta a partir dessas atividades, novas destinações de usos, destacando-se a predominância das atividades de lazer, marcadamente pelo fenômeno do turismo e das segundas residências destinadas ao veraneio, intensificando ainda mais a valorização do litoral (Borges, 2020, p. 15).

As segundas residências apresentam-se nessa dinâmica como um dos fatores que implicam ao litoral novos usos, e que conseqüentemente em razão da influência da atividade turística alteram consideravelmente os aspectos da paisagem física e também cultural do litoral, seja pela ocupação, valorização ou pela presença de traços ligados a urbanização das áreas onde estas se concentram. O que na perspectiva de Coriolano (2006), as regiões litorâneas antes espaço dos povos tradicionais ou do mar, agora são transformadas em espaços para o consumo, lazer e para o imobiliário turístico, principalmente em razão da necessidade de segundas residências.

Seguindo a concepção de Túlik (1998, p.200), as segundas residências podem ser compreendidas conforme um tipo de: “[...] alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”. Tal entendimento é também acompanhado por Colás (2003, p. 29), ao momento em que este direciona a compreensão de que: “[...] uma residência familiar é considerada secundária quando é utilizada somente parte do ano, de forma estacional, periódica ou esporádica e não constitui residência habitual de uma ou várias pessoas”.

As segundas residências como uma das características que decorrem mediante a elucidação das novas práticas marítimas modernas, desencadeadas muito em função da tendência da vilegiatura marítima², é também

2. “[...] A vilegiatura marítima representa instauração de racionalidade associada à sociedade do ócio nos trópicos. Sua natureza consiste em deslocamento com o objetivo de estabelecer-se (fixar-se) em espaço privilegiado para seu exercício (zonas de praia)” (Dantas; Pereira; Panizza, 2008, p. 296).

reconhecida pelo uso de outros vocabulários, a exemplo das casas de praia, de veraneio, de temporada, de verão etc. No respectivo censo demográfico de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao publicar os dados oficiais que quantificam e localiza, as segundas residências utilizou-se do termo “residência de uso ocasional”, assim, seriam estas o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes (IBGE, 2010).

Considerando assim o respectivo fenômeno das segundas residências, Assis (2001, p.109), argumenta que este corresponde a: “[...] uma prática aristocrática antiga que se massificou, recentemente, associada ao fenômeno de urbanização, expandindo-se bastante não só nos espaços insulares, mas também nas áreas continentais urbanas e rurais”. Destarte, é discutível que a presença das segundas residências ou residências de uso ocasional, retratam as dinâmicas recentes empreendidas principalmente no litoral, o imobiliário turístico é, cada vez mais, um dos grandes atrativos a ocupação dessas regiões, e também um dos principais vetores do recorrente processo de expansão urbana em comunidades litorâneas, das quais concentram não apenas as segundas residências mas também toda uma rede de infraestrutura turística voltada aos interesses dos setores que exploram neste caso a atividade turística.

O turismo de segunda residência, é neste processo, um dos principais fatores que colaboram na alteração da dinâmica do espaço, tanto pelos impactos ambientais como pelas influências culturais que são repercutidas face a interferência da cultura proveniente do turismo global. Conforme discute Assis (2001, p. 110-111):

O refúgio frequente nas residências secundárias estabelece identidades e territorialidades, que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos socioculturais entre a população visitante e a nativa. Estas repercussões espaciais podem ser positivas e negativas e, geralmente, estão associadas à expansão do processo de urbanização nos núcleos receptores e a perda da atratividade turística, à proliferação do turismo adventício, à diversificação do mercado de trabalho e seus efeitos no padrão de renda etc. (Grifos dos autores).

Analisando este respectivo processo, no qual as segundas residências representam novas repercussões espaciais em regiões turísticas, se torna válido ressaltar o caso do litoral do estado do Piauí, a partir da comunidade Barra Grande, município de Cajueiro da Praia, que principalmente a partir da década de 2000, perpassou por significativas transformações espaciais, principalmente em decorrência da alta busca pelo turismo litorâneo, assim, tais práticas como a presença das segundas residências bem como do processo de expansão urbana, resultaram na imposição de uma nova dinâmica local, no qual o espaço da comunidade foi sendo transformado a fim de atender as novas especificidades derivadas da atividade turística.

Deste modo, as discussões adiante tratarão de discutir acerca do fenômeno referente ao turismo de segundas residências em Barra Grande, e de como este atrelado ao próprio fenômeno do turismo implicaram em novas formas e estruturas espaciais na comunidade, fato este que ainda permanece alterando e diversificando as diferentes atividades econômicas e culturais que são desencadeadas na área.

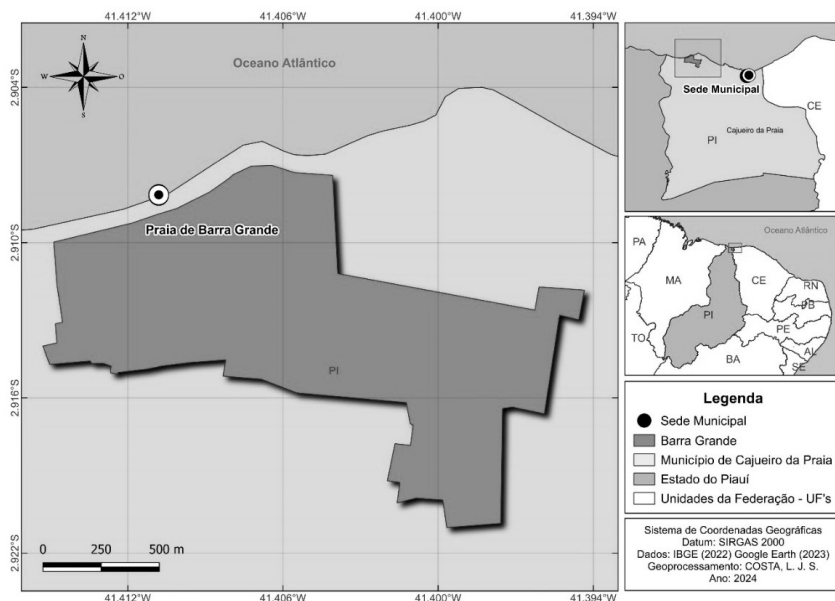
Caracterização da área de estudo

Quanto ao litoral do estado do Piauí, este ocupa uma extensão de 66 km de faixa litorânea. Cajueiro da Praia é um dos quatro municípios da Planície Litorânea Piauiense que tem acesso ao mar, estando distante 402 km da capital, Teresina. Tendo como limites geográficos ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul e oeste pelo município de Luís Correia, e a leste faz fronteira com o estado do Ceará. Cabe ressaltar ainda que Cajueiro da Praia somente tornou-se de fato um município ao ano de 1995, após o desmembramento de 281,75 km² do território do município de Luís Correia, por meio do Decreto nº. 4.810 de 27 de dezembro de 1995. E atualmente o município por sua vez dispõe de um de 7.957 habitantes considerando tanto a área urbana quanto a rural (Macêdo, 2011; Carvalho, 2010; IBGE, 2022).

O município por sua vez, é um dos grandes destinos turísticos do litoral piauiense e também do Brasil devido aos seus recursos naturais, a exemplo de suas praias (Mangue, Itam, Ponta do Barbaço, Cajueiro da Praia, Morro Branco, Sardim, Barrinha, Ponta do Anel e Barra Grande), totalizando assim um total de 13 km de extensão (Baptista; Lima; Silva, 2023; Macêdo, 2011).

Quanto a Barra Grande, o principal objeto de estudo, esta encontra-se a uma latitude de 02°55'40" Sul, longitude de 41°24'40" Oeste, corresponde a uma comunidade situada no litoral no respectivo município de Cajueiro da Praia, localizado às margens da praia de mesmo nome, distante cerca de 15 km da sede do município e possuindo uma faixa de praia com cerca de 4 km de extensão (Costa, 2006), conforme apresenta a figura 1.

Figura 1 – Localização da Comunidade Barra Grande – PI.



Fonte: Dos Autores (2024).

Barra Grande e a influência da atividade turística

Ao discutir a influência da atividade turística no litoral do Piauí, é evidente a importância atual de Barra Grande. A localidade não só atrai turistas da região e dos estados vizinhos, como também, nos últimos anos, tem sido integrada ao turismo global, recebendo visitantes de diversos países. Esse fluxo internacional introduz novas práticas e formas socioespaciais ao local. No entanto, ao abordar o turismo contemporâneo em Barra Grande, é fundamental compreender o desenvolvimento histórico dessa atividade

na região, o que permite entender como o turismo foi introduzido e como tem transformado o espaço local ao longo do tempo.

A literatura correspondente ao turismo em Barra Grande, discorre que a comunidade passou a ser visitada já a partir da década de 1970, por turistas vindos da capital do estado, Teresina, e também da cidade vizinha de Parnaíba, além de frequentadores oriundos de pequenas cidades do Ceará e do Maranhão. O que começou a se intensificar a partir das décadas de 1980 e 1990, onde o fluxo turístico bem como as primeiras instalações turísticas marcaram a dinâmica espacial da comunidade até então caracterizada como uma pequena vila de pescadores locais (Macêdo; Ramos, 2012; Macêdo, 2011).

A atividade turística no município de Cajueiro da Praia teve início no povoado Barra Grande. Isso ocorreu por volta de década de 1980, quando se instalou a primeira pousada no local. Assim, com o tempo, o turismo no povoado foi crescendo, e a imagem que se passava era que o povoado de Barra Grande era um município, e não um povoado pertencente ao município de Cajueiro da Praia (Carvalho, 2010, p. 105).

E é mais recentemente que se desenvolve em Barra Grande a intensificação da atividade turística, especificamente a partir da década de 2000, com a então introdução da prática do *Kytesurf*, e mais adiante do *Stand up paddle*, em função das condições naturais propensas a estes esportes como a incidência de ventos e o próprio banho de mar (Macêdo, 2011; Borges, 2020).

A então introdução dessas atividades, colaborou também no processo de instalação de equipamentos turísticos, como hotéis, pousadas, *resorts*, restaurantes, quiosques e segundas residências tanto por praticantes de tais atividades, como também de empresários interessados em explorar os potenciais turísticos da área, o que acelerou ainda mais o processo de valorização e transformação recente da comunidade Barra Grande.

Assim, outra característica da intensificação recente da atividade turística na comunidade resulta do fenômeno do turismo de segundas residências, o qual tem provocado mudanças significativas na paisagem local. Isso se reflete especialmente nas influências do turismo global, que tem introduzido elementos urbanos na área próxima à faixa de praia em Barra Grande, especificamente na comunidade. Diante das transformações ur-

banas recentes, a seção a seguir discute as implicações desse fenômeno em Barra Grande, abordando tanto os aspectos socioespaciais quanto os fatores econômicos, culturais e ambientais envolvidos.

O imobiliário turístico de segundas residências frente as dinâmicas urbanas recentes em Barra Grande

Abordar o fenômeno turístico no século XXI é compreender que, especialmente nos espaços litorâneos voltados ao turismo de sol e mar, tem-se emergido uma nova especificidade. Essa transformação envolve a mudança de locais antes predominantemente caracterizados por um cotidiano bucólico para áreas valorizadas e planejadas para atender ao lazer e ao consumo, impulsionadas pelo crescimento da vilegiatura marítima.

Desta forma, uma das principais especificidades a serem retratadas é o acelerado processo de expansão urbana, que pode ser observado em povoados, vilas, cidades pequenas e médias. Esse fenômeno é resultado dos diversos investimentos provenientes tanto do setor público quanto privado, que enxergam na atividade turística um potencial significativo para concentrar ainda mais recursos e promover o crescimento dessas áreas.

Segundo Pereira (2014, p. 10): “[...] o processo de urbanização paralela à linha de costa institui-se a partir da disseminação da valorização do litoral, processo este fundamentado pela inserção das funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo no cotidiano da sociedade urbana brasileira”. Ao discorrer sobre este processo de urbanização Correa (2016, p. 297), associa-o ao turismo de segundas residências, que por sua vez tem: “[...] implicações espaciais que interferem na produção e consumo do espaço geográfico. A segunda habitação, vista à luz da prática de lazer, do uso do tempo livre e do turismo, implica em interesses, articulações e conflitos no espaço urbano litorâneo”.

Assim, ao analisar os efeitos do crescimento do turismo em Barra Grande ocorrido nas últimas duas décadas (2000-2020) é claramente perceptível o adensamento no quantitativo de segundas residências, além de outras infraestruturas destinadas a atenderem a atividade turística, e que consequentemente tem produzido este espaço e alterado a dinâmica física da paisagem da comunidade, além de influenciar também nos serviços e nos aspectos culturais locais.

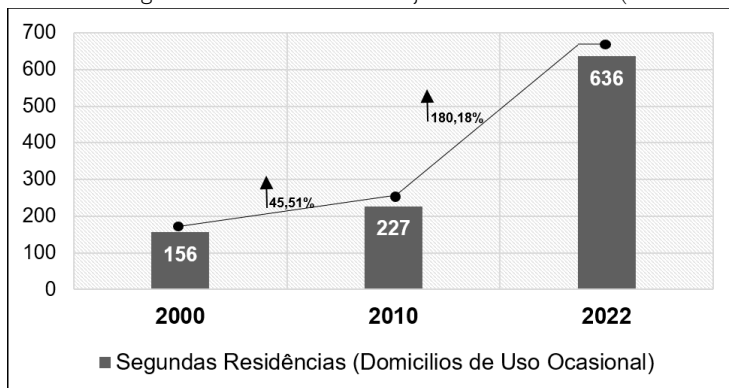
Laraburre (2009, p. 98), argumenta que: “[...] pelo fato da segunda residência ser uma das formas utilizadas pelo turismo para a apropriação do espaço, é necessário para a sua compreensão considerar a totalidade das relações em que se desenvolve a atividade”. Destarte, o recorrente processo de urbanização de áreas como a de Barra Grande é resultado de acordo com Costa (2012), de uma significativa aplicação de capital tanto do estado mediante o estabelecimento de políticas públicas voltadas a atividade turística, que promovem a melhoria dos equipamentos e infraestruturas turísticas, bem como de grupos de empresários que mantem participação constante e crescente no turismo.

Na atualidade, os espaços litorâneos nordestinos, mediante suas características físicas, as políticas públicas de incentivo ao turismo, e a implementação de infraestrutura e investimentos da iniciativa privada, têm promovido significativo aumento de segundas residências e de serviços voltados à atividade turística (Pessoa, 2020, p. 61).

No litoral do Piauí, especificamente em Barra Grande, as segundas residências têm-se apresentado como uma forte expressão da produção e da valorização do espaço litorâneo, mediante o forte atrativo turístico da área através da comunidade e da própria praia de Barra Grande. Partindo então desta compreensão, ao buscar na base de dados do IBGE, informações quanto as segundas residências ou residências de uso ocasional, nos respectivos censos demográficos de 2000, 2010 e 2022 (ver gráfico 1), é observada uma considerável ampliação destas, expressando desta forma a intensificação e o crescimento das dinâmicas relacionadas a atividade turística que produzem significativamente o espaço geográfico da comunidade.

Ao analisar os dados quantificados no gráfico 1, percebe-se que as residências de uso ocasional (nomenclatura adotada pelo IBGE para identificar as segundas residências), ocorreu nas últimas duas décadas um aumento exponencial, de 156 ao ano de 2000, para 227 em 2010 e mais recentemente 636 em 2022, constituindo assim um alta de 45,51% e posteriormente 180,18%. Esse crescimento se deve principalmente pela valorização espacial da região, que nos últimos anos recebeu múltiplos investimentos, recebendo infraestruturas turísticas cada vez mais atrativas e aptas a receber o turista nacional e principalmente o internacional.

Gráfico 1 – Segundas Residências em Cajueiro da Praia – PI (2000-2022).



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2022).

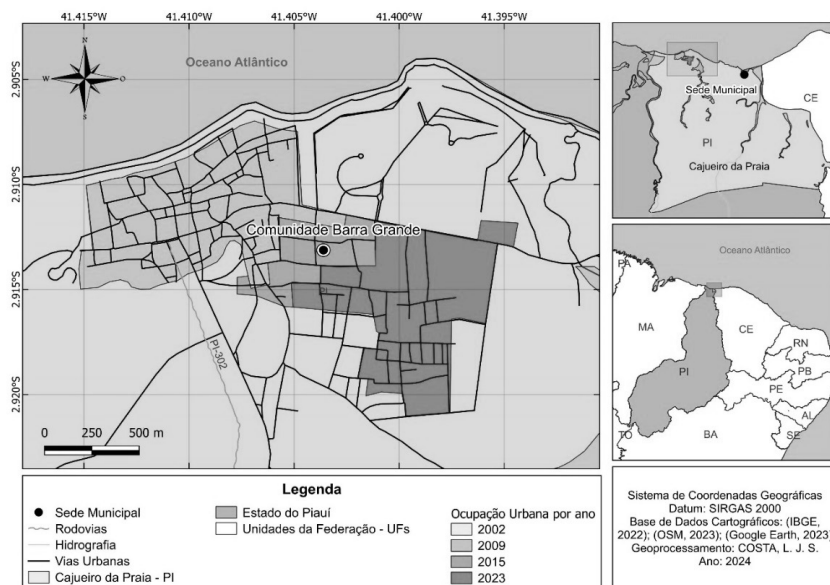
Considerando as informações apresentadas, é notório que Barra Grande cada vez mais está inserida na dinâmica do turismo, tal movimento tem acelerado a produção do espaço local e conduzido a uma série de impactos sejam eles positivos e negativos, dos quais influenciam tanto nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ambientais do local. O então crescimento das segundas residências na comunidade é uma mostra de que o turismo possui um alto potencial para produzir e valorizar o espaço de comunidade litorânea além de intensificar também o processo de urbanização. Conforme aponta Araújo (2015, p. 114):

A urbanização litorânea – atrelada à atividade turística – se consolida em quase todo o Nordeste brasileiro, agregando cidades e localidades litorâneas que são formadas e/ou adaptadas aos novos fluxos turísticos que se vinculam também às outras escalas econômicas, como a lógica imobiliária através dos empreendimentos turísticos como segundas residências e/ou imóveis de uso ocasional, representativos da vilegiatura marítima.

Dessarte, analisar como se dá este processo em Barra Grande também é fator essencial para se compreender como ocorre a influência da atividade turística na comunidade, assim a figura 2, apresenta a evolução de áreas ocupadas (urbanizadas) a partir de um recorte temporal e espacial, que vai desde o início da década de 2000, quando ocorre a intensificação do turismo na comunidade, até a respectiva atualidade, no qual encontram-se no local um maior número tanto de segundas residências bem como

de demais infraestruturas turísticas a exemplo de hotéis, pousadas, *resorts*, quiosques, restaurantes e etc.

Figura 2 – Ocupação Urbana da Comunidade Barra Grande (2002-2023).



Fonte: Dos Autores (2024).

A partir da interpretação da figura 2, é perceptível que se consolida na comunidade de Barra Grande, um recorrente processo de expansão urbana, que adentra ainda mais ao interior do território, ultrapassando os limites que compreendem a faixa de praia. Todavia, essa urbanização na comunidade está atrelada a diversos outros processos, que têm no turismo seu principal vetor de atratividade. O aumento quantitativo de segundas residências, hotéis, *resorts* e pousadas de luxo, bem como nos altos preços utilizados no setor imobiliário, albergam à Barra Grande um novo *status* de valorização espacial, referente às novas práticas e formas que têm no turismo global sua maior representação.

A discussão assim evidencia que o turismo de segundas residências em Barra Grande é um dos principais elementos que consolida a atividade turística na comunidade e no próprio município de Cajueiro da Praia, além de ser também um dos meios pelos quais a paisagem local tem-se transforma-

do. Destarte, embora não seja um fenômeno recente, a segunda residência, principalmente em espaços litorâneos, pode ser de fato considerada parte das novas práticas marítimas que intensificam cada vez mais a atividade turística e o próprio turismo global.

Conclusão

Ao concluir esta discussão, é evidente que a relação entre turismo e Geografia é tanto próspera quanto frutífera. A análise das diversas abordagens do turismo no espaço geográfico revela as múltiplas facetas e processos de um fenômeno que tem se intensificado na realidade global. Dadas suas possibilidades, potencialidades e impactos, o fenômeno turístico deve ser cada vez mais examinado sob a perspectiva geográfica, adotando uma abordagem mútua e integrada.

Como fora discutido ao longo desta discussão, os espaços litorâneos na atualidade global estão sendo transformados em função da intensificação do turismo. Além dessa evidência, observam-se outros elementos que atuam em conjunto com esse processo, a exemplo da valorização e produção do espaço, a expansão urbana, a mudança nas dinâmicas sociais e econômicas locais além dos impactos ambientais. Tais fatores, interligados, configuram um cenário complexo o qual demanda uma abordagem ainda mais integrada que tenha a finalidade de compreender plenamente as transformações e os desafios enfrentados por essas regiões turísticas.

Analizando a comunidade de Barra Grande, associada principalmente ao turismo de segundas residências, esta discussão buscou entender as implicações que a atividade turística pode ter em comunidades tradicionais. Os dados apresentados mostram que, nos últimos anos, a comunidade tem se integrado cada vez mais ao turismo global, resultando em mudanças significativas nas práticas e formas socioespaciais anteriormente presentes no local. Assim, é compreensível que o turismo de segundas residências exerça uma grande influência na comunidade, especialmente devido ao aumento recente dessa prática, o que leva à evidência de impactos não apenas ambientais, mas também nas dinâmicas socioeconômicas da comunidade.

A conclusão que se chega com esta discussão é de que é possível estabelecer caminhos que possam propiciar a comunidade um equilíbrio sustentável, e que integre a expansão da atividade turística, com as dinâ-

micas sociais, culturais e ambientais originais da comunidade. Com isso é necessária uma atuação cada vez mais participativa entre moradores, poder público, vilegiaturistas e empresários locais, por meio da implementação de estratégias que conservem o patrimônio local e também favoreçam o desenvolvimento econômico da comunidade dado o seu alto potencial para a atividade turística, sendo assim possível maximizar os benefícios do turismo de segundas residências enquanto se minimizam seus impactos negativos.

Referências

ALVES, F. D.; SALES, E. J. C. G. O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico-Metodológicas. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. SABERES E FAZERES NO TURISMO: interfaces, 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul-RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010. p. 1-11.

ARAÚJO, E. F. **Políticas governamentais e metropolização no Nordeste brasileiro**: apontamentos espaciais nas cidades de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE). 2015. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ASSIS, L. F. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens da Ilha de Itamaracá-PE. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 103-135, 2001.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 6. ed. Campinas: Papius, 1995.

BAPTISTA, E. M. C.; LIMA, I. M. M. F.; SILVA, B. R. V. Praias do litoral piauiense: características para a Geoconservação. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 17-47, 2023.

BORGES, G. K. L. A. **A produção do espaço imobiliário no litoral do Piauí a partir do lazer e turismo**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Sobral, 2020.

CASTILHO, C. J. M. D. Turismo e espaço geográfico: o turismo como uma

prática socioespacial reforçadora de uma economia urbana voltada aos interesses do mercado. In: CASTILHO, C. J. M.; VIEGAS, J. M. (org.). **Turismo e práticas socioespaciais: Múltiplas abordagens e interdisciplinaridades**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008. p.15-46.

CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável no município de Cajueiro da Praia (PI)**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

COLÁS, J. L. **La residencia secundaria en España**: estudio territorial de uso y tenencia. 2003. 440 f. (Tese de Doutorado em Geografia) – Facultat de Filosofia i Letres, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

CORBIN, A. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, L. N. M. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORREA, L. H. S. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 291-307, 2016.

COSTA, A. S. **Turismo e desenvolvimento local sustentável em Barra Grande – Cajueiro Da Praia / PI**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

COSTA, C. R. R. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 5. n. 1, p. 147-162, 2012.

COSTA, C. R. R. D.; OLIVEIRA, J. M. R. Lazer, Urbanização e Valorização

do Espaço: a expansão das segundas residências e as dinâmicas do mercado imobiliário do Piauí. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA, 17., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: AGB, 2016. p. 1-10.

CRUZ, R. C. C. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZZA, A. C. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 5, n. 8, p. 293-326, 2008.

DE LA TORRE, O. **O turismo, fenômeno social**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1992.

HARVEY, D. **The urban experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LARRABURE, S. P. O fenômeno da segunda residência: o caso do rio Grande entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 93-106, 2009.

MACÊDO, E. M. **O turismo na Praia Grande de Barra Grande/PI**: impactos e contribuições ao desenvolvimento local. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília: Brasília/DF, 2011.

MACÊDO, E. M.; RAMOS, R. G. O Desenvolvimento do Turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu Significado para a Comunidade Local. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MARTINS FILHO, J. **Dinâmica espacial e condicionantes para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no Piauí**: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo. 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

OMT. **International recommendations for tourism statistics**. New York: United Nations, 2008.

PEREIRA, A. Q. A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 111-132.

PESSÔA, F. S. **Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí**. 2020. 341 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. (org.) **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

TÚLIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, L. C. (org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

TÚLIK, O. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001. 113 p.

VASCONCELOS, D. A. L. Conceitos e Modelos em Turismo: uma evolução do reducionismo aos sistemas turísticos. **Turismo**: visão e ação, Balneário Camboriú, v. 7, n. 1, p. 155-171, jan./abr. 2005.

A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ, NA PERSPECTIVA DE ANTONINO FREIRE

Maria Natielly Soares Campos
Johny Santana de Araújo

Introdução

É comum nos depararmos com discussões que narram o contexto de litígio territorial que envolve o Piauí e, de imediato, lembrarmos da contenda territorial existente com o estado vizinho, o Ceará. No presente artigo, buscaremos analisar algumas das principais discussões que atravessam as escritas bibliográficas que apontam para o litígio territorial envolvendo o Piauí e o Maranhão, no que se refere à genuinidade da barra da Tutóia e sua praticagem portuária. Observaremos como as escritas do século XX, através das contribuições de Antonino Freire¹ (1907), em *Limites entre os estados do Piauí e Maranhão*, percebem essas questões estacionadas no tempo e como elas reverberam nas escritas sobre o Piauí.

Uma das razões que nos levaram a pesquisar a temática, envolvendo as discussões bibliográficas sobre o uso e praticagem² da barra da Tutóia, é

1. Maria Natielly Soares Campos (2023), em sua dissertação de mestrado intitulada *O litoral piauiense e a praticagem da barra da Tutóia(1901-1910)*, destaca que Antonino Freire foi Engenheiro Civil e funcionário público, foi governador do Piauí, atuando de 5/03/1910 a 01/07/1914, portanto, era ligado às questões políticas do Piauí. Antonino Freire estava diretamente relacionado ao Jornal *Pátria* (1901), do qual também fazia parte da “comissão patriótica”, atuando em defesa da barra da Tutóia como genuinamente piauiense.

2. Vale ressaltar que o termo praticagem também está relacionada com o ofício do “prático”. Conforme o site do Ministério da Infraestrutura, podemos entender que “O prático é o profissional especializado que possui experiência e conhecimentos técnicos de navegação e de condução e manobra de navios, bem como das particularidades locais, correntes e variações de marés, ventos reinantes e limitações dos pontos de acostagem e os perigos submersos”

a possibilidade de observar tais debates no recorte cronológico observado de 1901 a 1910, evidenciando a presença de uma discussão pertinente, que soma no campo historiográfico piauiense e que se revela viva em narrativas que ecoam no tempo. Desse modo, dentro do recorte analisado, observamos essa disputa, no campo das narrativas, sobre de quem deveria ser atribuída a barra da Tutóia. A metodologia utilizada se insere no campo da revisão bibliográfica.

Sobre essa questão da praticagem, são observados, em 1901, no jornal *Nortista*, que era vinculada em Parnaíba, ao citar uma parte *Do serviço de Praticagem*: “Ar. 1. A praticagem do Piauí, compreende as barras da Amarração, Canarias, Cajú e Tutóia, formadas pelo Parnahyba” (*Nortista*, 1901, nº 10).

As contribuições de Odilon Nunes (2007) reúnem informações de como o Piauí era noticiado em suas pesquisas que remontam há séculos:

Outrora, no período colonial, quando havia navegação marítima ligando o Piauí ao Estado do Maranhão e ao estado do Brasil os navios preferencialmente penetravam no Parnaíba pela barra da Tutóia. Testemunhamos essa ocorrência, pelo menos, até o decênio de 30, do século XIX.

Desde então, os poucos navios que por vezes ainda estavam no delta do desse rio, preferiam a barra das Canárias, porque distava apenas duas léguas do porto do Parnaíba, enquanto Tutóia distava 20 léguas (Nunes, 2007, p. 131).

Nessa parte da escrita de Odilon Nunes, podemos observar que, por um tempo, por questões de viabilização de navegabilidade, os navios entravam, preferencialmente, pela barra da Tutóia. Aqui não é feita essa relação de uso e praticagem da barra da Tutóia e o tema envolvendo litígio territorial, mas sinaliza essa prática de utilizar as entradas que, naquele momento, eram utilizadas.

Diferente das argumentações de Antonino Freire (1907), aliás, em resposta direta, no ano seguinte em 1908, o maranhense Justo Jansen Ferreira (1908), em seu livro intitulado *A barra da Tutóia*, se mostrava defensor ferrenho da causa maranhense, e escrevia, logo após a publicação de Antonino Freire, o livro dedicado a questionar os argumentos desse autor e expor

(Ministério da Infraestrutura, 2023). Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario/praticagem.

outros argumentos e referências. Vejamos essa passagem retirada da seção intitulada Palavras Prévias:

E' mister que o leitor, antes de perlustrar as paginas seguintes tenha feito conhecimento do livro que as motivou.

Tem elle o titulo de "Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão".

Foi dado ao publico em Therezina, no discurso do anno passado, mediante o auxilio de subscrição popular.

E' da lavra de autores escriptores de áureas nomeada.

Em resposta ao mesmo, publicamos o presente trabalho que vai cofiado ao juízo dos competentes e insuspeitos.

Adoptamos fielmente a sentença – *multis paucis*.

Relevamos que os esforços empregados pelos nossos contendores só lograram, até hoje, corroborar até hoje a certeza de que a barra da Tutoya , além de ficar inteiramente em território do Maranhão, sempre lhe pertenceu. S. Luiz do Maranhão, 21 de Março de 1908 (Ferreira, 1908).

Observando esse detalhe na escrita de Justo Jansen, podemos verificar o conflito, no campo das narrativas, presente entre o Piauí e o Maranhão. Sua escrita se dedica a questionar e responder os argumentos tecidos por Antonino Freire. Justo Jansen Ferreira afirmava também que:

Notando-se que, quando se agitou no Senado do Imperio a discussuo sobre tão magnanimo assumpto, o senador Jaguaribe, aliás adversario de Candido Mendes de Almeida, observando que o Piauhy já pretendera traçar a linha divisoria pela barra da Tutoya, salientou que isso era uma invasão aos limites do Maranhão que sempre respeitou os dos visinhos (Ferreira, 1908, p. 47).

Justo Jansen elenca uma série de posicionamentos favoráveis aos maranhenses. Suas afirmativas se voltam para a defesa da titularidade secular do Maranhão e sua incontestável união territorial

Em contrapartida do movimento realizado nas escritas maranhenses, as informações observadas no jornal *Nortista* (1901-1902) e jornal *Pátria* (1901), contam com argumentações em defesa do território piauiense.

Também foram analisadas informações vinculadas ao ramo das comunicações, como é caso do *Almanack da Parnahyba* (1924, 1925 e 1927). No que se refere às escritas maranhenses, como citado, observamos as

narrativas de Justo Jansen Ferreira³ (1908), em *A barra da Tutóia*⁴, e temos as contribuições de José Ribeiro Amaral⁵ (1910), em *Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia*. Ambos elencam uma série de argumentos em suas escritas, que são favoráveis às defesas de uma barra da Tutóia genuinamente maranhense.

O Piauí que observamos nas escritas de Antonino Freire (1907) surge reivindicando a barra da Tutóia (no Maranhão), partindo da argumentação de que, por anos, o Piauí utilizava-se da barra da Tutóia para escoar e receber produtos que navegavam pelo mar.

Assim, Antonino Freire observa que, como essa praticagem cabia aos piauienses, estes reivindicavam a posse da barra da Tutóia. O autor elenca uma série de argumentos e fontes que aparecem em sua escrita⁶. Suas narrativas gravitam em torno das narrativas tecidas no século XX, abordando questões que surgem através de interesses em intensificar as reivindicações da barra da Tutóia, em face de seu uso/praticagem portuária.

Para pensar o conceito de praticagem, no artigo intitulado “Amarração entre o Piauí e o Ceará: modernidade, conflitos e litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX”, os professores historiadores Dr. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2021) refletem sobre os serviços de praticagem, ao apontarem que “O serviço de praticagem comumente utilizado em portos para

3. Justo Jansen Ferreira nasceu em São Luís, em 16 de março de 1864. [...] Doutor em Medicina, também foi professor catedrático de Geografia Geral e Corografia do Brasil, do Liceu Maranhense, e de Física, Química e Mineralogia, da Escola Normal. [...] Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Informações disponíveis em: <https://academiamaranhense.org.br/fundadores/justo-jansen/>.

4. Livro disponível para download em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20180116124923.pdf.

5. “Nasceu em São Luís, a 3 de maio de 1853 [...] Foi catedrático de História e Geografia do Liceu Maranhense, instituição a que também serviu na condição de seu diretor: [...] Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, figurou entre os que em 30 de novembro de 1925 fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, então denominado Instituto de História e Geografia do Maranhão”. Informações extraídas do site da Academia Maranhense de Letras. Disponível em: https://www.academiamaranhense.org.br/inf_aml/jose-ribeiro-do-amaral/.

6. O livro encontra-se disponível para Downloads em: https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26430?solr_nav%5Bid%5D=0936d232a83c8843b40a&solr_nav%5Bpage%5D=4&solr_nav%5Boffset%5D=63.

auxiliar as embarcações a manobram e terem acesso a portos ou atracadouros evitando acidentes marítimos” (Baptista; Nascimento, 2021, p. 14)⁷.

Dessa forma, as práticas de navegação e conhecimento sobre condução de embarcações no Piauí estão diretamente ligadas à utilização da barra de Tutóia, no Maranhão, como um porto estratégico. Por muito tempo, essa barra foi a principal via de escoamento de produtos e de comunicação do Piauí com o mundo, já que oferecia as melhores condições de navegabilidade do rio para essas operações.

Ao analisar essas narrativas que reinauguram a temática, foram selecionados, no quadro abaixo, alguns dos principais argumentos que tecem essas narrativas. Nota-se que tanto Antonino Freire (1907) como o jornal *Nortista* (1901) são favoráveis à causa piauiense, que defende uma barra da Tutóia genuinamente piauiense. Em oposição a essas defesas, temos o outro lado da moeda, que defende a barra da Tutóia como pertencente ao Maranhão.

Vejamos o seguinte esquema, em que consta alguns dos principais argumentos elaborados por pesquisadores piauienses e maranhenses na primeira metade do século XX:

7. BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. “Amarração entre o Piauí e o Ceará: Modernidade, Conflitos e Litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX”. Artigo disponível em: [1627923360_ARQUIVO_4f0b6ce419672d00d434c432e642435b.pdf](https://anpuh.org/ARQUIVO_4f0b6ce419672d00d434c432e642435b.pdf) (anpuh.org). Acesso em: 20 abr. 2023.

Quadro 1 – Argumentos de piauienses e maranhenses sobre a titularidade da barra da Tutóia.

PIAUI	MARANHÃO
FREIRE, Antonino. Limites entre os estados do Piauí e Maranhão. Teresina. 1907. - Tutóia era considera porto do Piauí - Mapa de Gallucci 1760; - Praticagem das barras de Amarração, Canárias, Caju e Tutóia; - João Pereira Caldas e a defesa armada de 1763; - Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, reclamava a restituição do território usurpado.	FERREIRA, Justo Jansen. A barra da Tutóia. Maranhão. 1908 AMARAL, José Ribeiro. Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia. Imprensa oficial. Maranhão, 1910. Responde a Freire (1907) sobre as confusões de nomenclatura do termo Maranhão: - Povoamento central; - Naufrágio e perda de documentos.
Nortista (1901): - Litoral surrupiado por Maranhão e Ceará; - Ausência de demarcações das províncias; - Inflamação do patriotismo do povo parnaibano, no ano de 1901, em prol da causa relacionada à reivindicação da barra da Tutóia	VASCONCELOS, Benedito de Barros. A Tutóia e o Delta do Parnayba. Maranhão. - Confusão de termos: Maranhão, Parnaíba; - João Pereira Caldas não gerou intervenção em Tutóia; - Ausência de reivindicações anteriores AMARAL, José Ribeiro. Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia. Imprensa oficial. Maranhão, 1910. - Ambição a um porto lucrativo: - Silêncio do Piauí; - Pioneirismo maranhense e cearense; - Documentação.

Fonte: Campos (2019).

De acordo com o quadro 1⁸, notamos alguns dos principais argumentos desenvolvidos ao longo das pesquisas e escritas de piauienses e maranhenses observadas. As contendas que remontam a discussões sobre a quem pertencia a barra da Tutóia foram observadas até o presente momento, entre os anos de 1901, data referente às publicações do jornal *Nortista*, seguido do ano de 1907, com a escrita de Antonio Freire. Como resposta direta à escrita de Antonino Freire (1907), observaram-se as pu-

8. Quadro extraído do trabalho de monografia de Maria Natielly Soares Campos (2019), intitulado *Um Piauí no Maranhão ou um Maranhão no Piauí? Discursos e narrativas bibliográficas sobre a genuinidade da barra da Tutóia (1901-1910)*.

blicações de Justo Jansen Ferreira, em 1908, e por fim, as escritas de José Ribeiro do Amaral, em 1910⁹.

Desse modo, emergiam, no Piauí nesse período analisado, tais reclamações que reivindicam a barra da Tutóia como sendo parte do litoral do Piauí, inflamando o povo, ao reinaugurar essa temática de pendência com o Maranhão.

Em contrapartida, os maranhenses dedicavam-se a comprovar o contrário, deixando claro que a barra da Tutóia sempre pertencera ao estado do Maranhão. Um dos principais motivos para ambos os estados disputarem a barra da Tutóia, como observado, se dava por questões políticas e econômicas. De um lado, o Maranhão defendia sua integridade territorial consagrada, com a presença de uma das barras que compõem o rio Parnaíba que melhor correspondia às atividades portuárias; por outro lado, o Piauí, que fazia valer de seu direito de reivindicar, sustentado pelas ações de uso e praticagem da barra da Tutóia.

Michel de Certeau (1982), em *A escrita da história*, explica que a história também é um ato político pois, através dessa fabricação do fazer historiográfico, descortinamos temáticas existentes no tempo, que se traduzem em nosso produto: a escrita.

Questões sobre a distribuição das Capitanias e praticagem da barra da Tutóia

Iniciaremos com uma provocação: onde começam as discussões sobre a titularidade da barra da Tutóia? As narrativas que evidencia a questão da barra da Tutóia, um dos braços do rio Parnaíba, pertencente ao Maranhão, nos são descortinadas desde as discussões sobre as imprecisões nas doações das capitanias hereditárias.

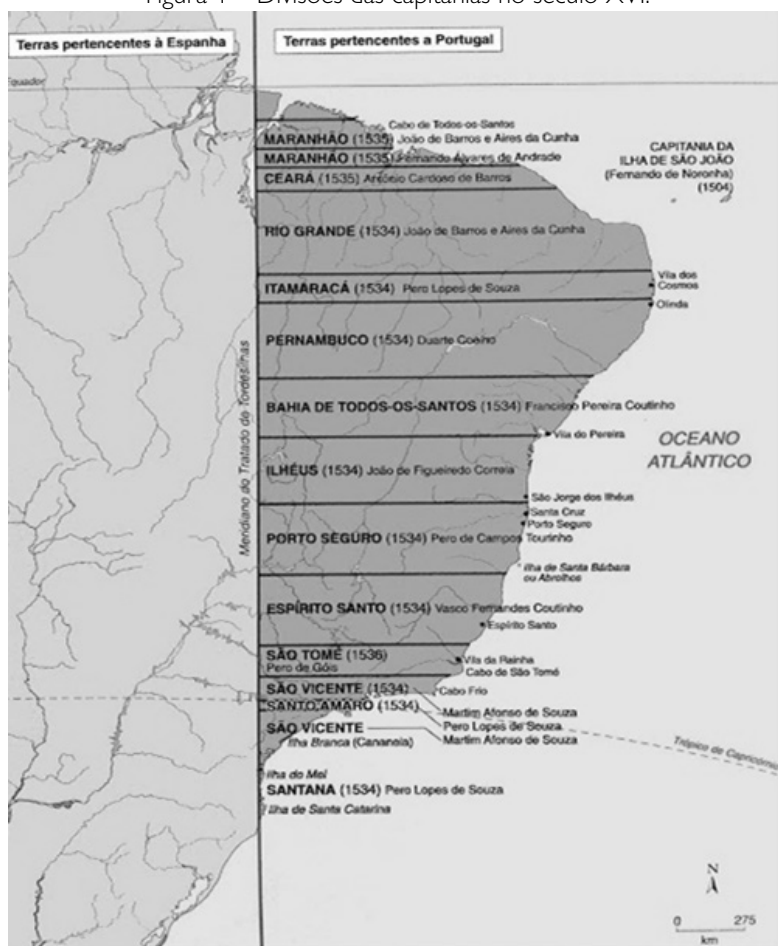
Contribuições como as de Jorge Pimentel Cintra (2013), em *Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território* auxiliaram nas discussões sobre as distribuições das capitanias. O autor mostra questões a respeito da divisão das capitanias, nas quais é possível observar o que hoje corresponde ao Maranhão, Piauí e Ceará, que foram doados em consórcio para os fidalgos Ayres da Cunha, João de Barros e Fernand' Alvares, entre

9. A estruturação da presente pesquisa se deu, em grande medida, por essas fontes analisadas e que foram integradas a outras fontes de pesquisa, imprescindíveis para o trabalho.

os anos de 1534 e 1536. O que chama atenção são as narrativas que revelam a imprecisão dessa divisão territorial.

A figura 1 exemplifica como essas capitanias hereditárias eram pensadas ao longo do século XVI, enquanto a figura 2 retrata como Jorge Pimentel Cintra (2013), em *Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território*¹⁰, compreende essas divisões territoriais, através de suas pesquisas:

Figura 1 – Divisões das capitanias no século XVI.



Fonte: Cintra (2017).

10. Site Histo é História. Disponível em: <https://doughahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html>.

Segundo Cintra (2013), as Capitânicas teriam sido pensadas entre os anos de 1534 e 1536. Agora, na figura 2, vejamos como ao autor realiza a adaptação do mapa das capitânicas, atualizando a informação de divisão por partes iguais:

Figura 2 – Mapa das capitânicas Hereditárias – 1534 – 1536.



Fonte: Cintra (2013).

Cintra (2013)¹¹, em suas pesquisas, nos possibilita observarmos não somente como se encontravam divididas as capitânicas hereditárias de Ayres da Cunha e João de Barros, mas também a existência de terras que não estariam divididas. Na figura 2, Cintra (2013) retrata que as mudanças são

11. Disponível em: <https://doughahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html>.

observadas em especial nas linhas divisórias das capitanias do norte. Sua reformulação parte da ideia de que as capitanias, doadas em partes iguais, obedeceriam a um modelo próximo às suas ideias retratadas na imagem.

Sobre as divisões das capitanias, nos entornos de 1534, quando tudo era compreendido como Maranhão, Antonino Freire (1907) destaca que:

A capitania do Maranhão teve para limites, aproximadamente os mesmos da doação de João de Barros e Ayres da Cunha; o Estado do Maranhão estende-se desde o Amazonas até ao Ceará.

Tarefa difficilima è estabelecer sobre actos positivos e claramente expressos, os limites das antigas circunscripções administrativas do Brazil. Porque a falta de legislação sobre o assumpto è quase absoluta e as divisões territoriais das primitivas capitanias hereditárias, que è a base remota sobre a qual pode assentar o traçado dos ditos limites, è deficiente e anarchica (Freire, 1907, p. XIV).

Nas percepções do autor supracitado, o fato de que, desde as divisões das capitanias, todo o emaranhado de terras correspondente ao Ceará, Maranhão e Piauí foi intitulado de Maranhão, causou e ainda causa grandes controvérsias e discussões sobre essas divisões, como relatam as bibliografias examinadas.

Além de imprecisões territoriais, havia uma presença de duplicatas de nomes¹², identificados em documentos e mapas. Um exemplo dessa duplicata de nomes é o termo Maranhão, que ora aparecia como o que hoje compreende a região da Ilha de São Luís, ora se referia a todo o território que abrangia sua jurisdição territorial.

Sobre as divisões das primeiras sesmarias do Piauí, Alencastre (2005), em *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*, comenta sobre a Carta Régia de 19 de junho de 1761, que, destinada a João Pereira Caldas, então governador do Piauí, estabelecia a autorização de novas concessões de terras.

Segundo Alencastre (2005), as primeiras sesmarias do Piauí foram concedidas em 12 de outubro de 1676, e a divisão para cada uma correspondia a 10 léguas em quadro, na margem do Gurgueia, ficando dividida “Por Dom Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, ao capitão mor Francisco

12. Essa questão da duplicata de nomes é criticada na escrita de Justo Jansen Ferreira (1908), tido como um argumento que não se sustenta.

Dias de Ávila, ao seu irmão Bernardo Pereira Gado ao Capitão Domingos, Afonso Serão, e seu irmão Julião Afonso Serra” (Alencastre, 2005, p. 166).

Pensando na discussão que chega até as questões de jurisdição territorial, Antonino Freire (1907) cita o momento em que, segundo suas pesquisas, em 1715, a *bahia da Tutoya* passava para a jurisdição do Maranhão:

Era esta a situação, quando em 1715, pelos motivos apontados no nº 24, foi anexado ao Estado do Maranhão a parte do território do Piauí, que ainda não lhe estava subordinada. A bahia da Tutoya passou, assim, à jurisdição d'aquele Estado, sem contudo, deixar de fazer parte integrante da circumscrição territorial a que estava ligada (Freire, 1907, p. LXXI).

Antonino Freire destaca o momento em que a barra da Tutóia passava para a jurisdição do Maranhão em 1715, e finaliza observando que, desde aquele momento, a capitania do Piauí ficara sem essa parte do território. Suas pesquisas e documentos encontrados ao longo do livro nos mostram detalhes da história que revelam o desejo da sociedade daquele período em reivindicar esse direito, entendido como secular.

Antonino Freire escrevia que o fato da barra da Tutóia possuir excelentes ancoradouros gerou a cobiça do Maranhão. O Piauí utilizava-se da barra da Tutóia para escoar seus produtos. Freire escreve sobre uma carta, escrita em 30 de março de 1826, ano em que, segundo o autor, o Piauí, sob o governo de Manoel de Sousa Martins, teria recebido um ofício do Ministro da Marinha, pedindo informações sobre o litoral do Piauí, incluindo a barra da Tutóia.

Sobre as características da barra da Tutóia, Antonino Freire (1907) ressalta:

A Bahia da Tutoya com as suas excellentes qualidades de porto de mar, concorreu poderosamente para esse resultado, aguçando-a cubiça dos nossos vizinhos. Possui ella magníficos ancoradouros, sendo principal delles o do cajueiro, ponto de escala dos vapores, trasatlanticos e por onde se faz hoje um activissimo commercio (Freire, 1907, p. LIX-LX).

Antonino Freire cita que o fato da barra da Tutóia possuir excelentes ancoradouros acabou gerando “cobiça” do estado vizinho, ao utilizar a baía

da Tutóia como ferramenta de navegabilidade e movimentação comercial pela economia maranhense.

As temáticas que envolvem questões territoriais entre o Piauí e Maranhão, a respeito da titularidade da barra da Tutóia, são percebidas também nos estudos de Alexandre Wellington dos Santos Silva (2020), em um capítulo intitulado “Trabalho e cotidiano no Delta do Parnaíba no entresséculos (XIX e XX)”, no livro organizado pelo mesmo autor, intitulado *Mundos do Trabalho no Piauí, história, sociabilidades e resistências*, publicado em 2020:

Aberto por cinco braços e totalizando 73 ilhas, o Delta do Rio Parnaíba é uma região que hoje está sob a jurisdição dos estados do Maranhão e Piauí. Estudado por diversos autores mapas e registros de viagem apontam para uma intrincada rede insular de fauna e flora diversificada e abundante. Muitos detalhes são oferecidos ao pesquisador quanto a geografia do lugar, especialmente durante o litígio pela posse da barra da Tutóia, entre o Piauí e o Maranhão nas primeiras décadas do século XX [...] (Silva, 2020, p. 85).

Tal citação nos serve como termômetro para observar que, de fato, essas temáticas e discussões estão inseridas na historiografia piauiense, e que muito ainda se deve pesquisar e compreender sobre esse período que reivindica a barra da Tutóia como genuinamente piauiense, com base em fontes que atestam seu uso nas atividades comerciais e na proteção marinha contra inimigos invasores.

Compreender essas contendas nos auxilia em novos olhares e novas ramificações de pesquisas piauienses. Falar e escrever sobre história é, de certa forma, tocar o próprio tempo, em que tempo e espaço coexistem em uma simbiose, ocupando o mesmo espaço.

É nesse processo de simbiose, quando o espaço e o tempo parecem se tocar, que observamos as falas defendidas pelo jornal *Nortista*, de 1901, com sua sede em Parnaíba, edição 1 número 6¹³, ao afirmar que:

O Piauí foi e continua a ser prejudicado territorialmente pelos seus vizinhos do Maranhão e Ceará, que têm ultrapassado os nossos limites, apesar de determinados em diversos alvarás, decretos e leis. Continuaremos a

13. Jornal *Nortista*, 1901, Anno 1, nº 6. Em sua primeira página, trata do texto “Pelo Piauí, integridade territorial. Tutóia II”. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/825565/per825565_1901_00006.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

tratar dos nossos limites com o Maranhão pelo contestado Tutoya, e mais tarde passaremos a ocupar-nos dos limites com o Ceará, pela serra da Ibiapaba, cuja vertente occidental nos pertence, embora se ache sob o domínio do Ceará (Nortista, 1901, ano I, n. 6).

Nota-se a presença de uma mobilização que articula uma vigilância social para com as questões que envolvem o território piauiense. Ao alegar uma perda parcial da faixa litorânea que liga os estados do Piauí e Ceará, o jornal *Nortista* busca evidenciar a perda paulatina de outras áreas piauienses, em litígio com o estado maranhense.

O Jornal *Nortista* (1901) declarava seu apoio ao Piauí e suas reivindicações sobre a barra da Tutóia, e tudo isso acabaria inflamando os patriotas, ao escrever sobre as reivindicações territoriais almejadas.

É nesse clima de integrar a sociedade aos interesses defendidos que observamos, em algumas passagens do *Almanack da Parnahyba* (1924), o desejo de parnaibanos, em especial da elite, de poder realizar negócios via comércio marítimo, o que era alimentado pelo sonho de possuir um porto piauiense:

A pitoresca villa, cujo nome serve de epigraphe a estas linhas, distante desta cidade apenas 16 kilometros, está destinada a um grande fucturo. Durante longos annos, pesou sobre ella, esmagadoramente, a mão rude da mais feroz perseguição da própria natureza. A semelhança dum pequeno sahara, as areias movediças impelidas pelo vento impetuoso e forte soterravam os prédios erguendo sobre eles imensas Pyramides de areia ou de ouro, que emprestava naquella pobre terra, uma belleza sinistra e aterradora. Em 1911, porém, o eminente e boníssimo Piauiense, o então deputado federal, dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, volveu ás vistas para a infeliz Amarração e obteve do Governo Federal uma comissão de melhoramento para seu porto que valiosíssimos serviços emprestados áquellavilla, distinguindo-se e salientando-se a paralisação das dunas, levado a efeito durante um trabalho tenaz e perseverante de doze annos.

Com a construção do Porto, que está sendo providenciada, Amarração, como a Phenix da fabula, ressurgirá de suas próprias Cinzas. Um futuro grandioso aguarda a sympatlicavilla, já possuidora de um clima adorável e sua veemente bafejada pela amena brisa do mar (*Almanack da Parnahyba*, 1924, p. 9, transcrição Cleiton do Amaral).

Observamos nessa parte do *Almanack da Parnahyba* que era desejo da sociedade parnaibana, em especial da elite comercial, possuir um porto para escoar produtos e alavancar os negócios via rotas marítimas. Esse contexto de mudanças, identificadas no contexto da *Belle Époque*¹⁴, refletia nesse desejo da sociedade em adquirir um porto comercial.

Sobre essa atmosfera comercial, o *Almanack da Parnahyba* (1925) se referia ao resumo de exportações do Piauí, ao apontar que Tutoya era também mencionada como bahia do Cajueiro. Sobre os destinos das embarcações, o Almanack mencionava “Da praça de PARNAHYBA, com destino aos portos da Europa e dos Estados-Unidos, durante o primeiro semestre de 1924, pela bahia do Cajueiro (TUTOYA)” (Almanaque da Parnahyba, 1925, p. 35).

Sobre questões comerciais, temos as escritas dos professores Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e Dr. José Lins Duarte, no artigo intitulado “A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso”, observando o desempenho econômico do Piauí. O *Almanack da Parnaíba* (1924) mostrava como era pensado o projeto de melhoramento do porto de Amarração, já que a elite comercial piauiense sonhava com um porto.

O jornal *Pátria*, na publicação de 1902, fazia referência às questões de litígio envolvendo Piauí e Maranhão. Uma de suas menções encontra-se localizada nas escritas de Antonino Freire (1907), no livro *Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão*, no qual o autor faz uma citação sobre os olhares lançados pelo jornal a respeito da pauta em questão.

Vejamos o que Antonino Freire (1907) cita, ao fazer um recorte do jornal:

Depois de tomar conhecimento do relatório dos trabalhos do Sr. Santos Ferreira, oficial do exército português, incumbido de fazer pesquisas nos arquivos da Torre do Tombo, Bibliotheca Nacional e outros do reino de Portugal, a comissão resolveu, por unanimidade, mandar reunir em volume todos os documentos publicados até agora e outros existentes sobre a questão da Tutoya, afim de serem aproveitados na defesa perante o

14. Momento de grandes referências e transformações urbanas na cidade de Parnaíba, que vivenciava mudanças sociais e experimentava novos costumes. Momento também de grandes avanços no comércio internacional, lançando o Piauí do século XX nas entranhas capitalistas em escala mundial. Nas narrativas da época, encontrava-se o Piauí em busca da emancipação daquilo que o detinha a fio: os traços coloniais.

tribunal arbitral, ou na acção judicial que o estado do Piauhý terá de mover ao do Maranhão, para a reivindicar aquelle território (Freire, 1907, p. 264).

O referido autor, ao dialogar com o jornal *Pátria*, LVII, nº 123, sobre o “Delta Contestado” VII, nos revela trechos retirados do jornal que falam sobre uma reunião com a “commissão patriótica”, incumbida de promover discursos e narrativas que reivindicavam a Tutoya como genuinamente piauiense. Nessa comissão, segundo o jornal semanal, citado por Antonino Freire, participavam “Os srs. Coronéis João Augusto Rosa, Manoel Raymundo da Paz e Lysandro Francisco Nogueira, major Manoel Lopes e drs. Antonino Freire e Miguel Rosa” (Freire, 1907, p. 204).

Antonino Freire (1907) disponibiliza um trecho extraído dessa mesma edição do jornal *Pátria*, em que é divulgado um balanço dos valores arrecadados para a produção de volumes de documentos em prol do Piauí. Tendo como tesoureiro da comissão o Coronel Manoel Raymundo da Paz, os valores em posse da comissão, estavam alçados em:

Eis o balanço dos valores ainda em poder do thesoreiro da comissão, coronel Manoel Raymnundo da Paz:

Quantias recebidas.....	4.993.090
Despendido até agora.....	1.910.250

Saldo Rs:3.082.840

(Da Patria n.º 123.).

(Freire, 1907, p. 265).

Como observado, a comissão, a convite do presidente coronel João Augusto Rosa, incumbida de angariar provas, documentos e qualquer referência sobre o delta do rio Parnaíba, bem como sobre a praticagem da barra da Tutóia sob o Piauí, encontrava-se com a responsabilidade de juntar volumes de documentos que pudessem ser utilizados pelo Piauí em uma defesa, fosse em ação judicial, ou em tribunal arbitral. Como mencionado, Antonino Freire também fazia parte da “comissão patriótica”.

Já sobre os pedidos de anexação da barra da Tutoya ao Piauí, Antonino Freire (1907) transcreve um trecho do “relatório apresentado em 1901, ao Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, pelo coronel João Augusto Rosa, Secretário de Estado da Fazenda”:

IV. Reclamação documentada do presidente do Piauí em 14 de março de 1825 para ser anexada à sua província a barra da Tutóia. A reclamação, reconhecida justa pelo governo imperial (aviso de 15 de julho de 1825), foi, todavia, adiada para quando se fizesse a demarcação geral dos limites das províncias. É curioso acrescentar que no mesmo ano de 1825 (portaria de 4 de novembro) era o governo do Piauí, e não ao do Maranhão, que o ministério da marinha se dirigia para obter esclarecimentos sobre o porto da Tutóia.

[...]

VII. Regulamento expedido em 11 de dezembro de 1857, pelo ministro da marinha, para a prática das barras na província do Piauí. A da Tutóia está compreendida, e é importante acrescentar que o ministro que expediu o dito regulamento foi o conselheiro José Antonio Saraiva, profundo conhecedor das coisas do Piauí, cuja administração pouco antes deixara (Freire, 1907, p. 344-345).

Antonino Freire elenca, em seu livro, uma série de documentos que trabalham a sua tese de ter o Piauí o direito secular sob a barra da Tutóia. A citação acima aborda uma dessas questões, em que o presidente do Piauí, em 1825, fazia uma reclamação, pedindo que fosse anexado à sua província a barra da Tutóia.

Nesse exemplo, temos alguns dos tópicos retirados do relatório de 1901, direcionado para o governador do estado. Além da questão litigiosa com o Ceará, o Coronel João Augusto Rosa, Secretário de Estado da Fazenda, citado por Antonino Freire, ressaltava que “A questão da barra da Tutóia é, a meu ver, a que reclama mais imediata solução (Freire, 1907, p. 343).

Outro trecho do jornal *Pátria*, do ano de 1902, sobre o texto “O Delta Contestado” VII, publicação do ANNO I, num. 9, e escrito por Miguel Rosa, cita um episódio que ocorreu em 1901, quando Antonio Mineu Castello Branco, um piauiense, que morava na ilha de Santa Cruz, por se recusar a renegar sua própria pátria, foi intimado a mudar-se dentro de três dias. Caso não obedecesse, estaria sujeito a prisão. O jornal cita ainda um relatório escrito pelo engenheiro civil Antonino Freire da Silva ao Governador do Piauí:

Tendo-o percorrido ultimamente (o delta parnahybano) pude verificar que, apesar dos longos anos do domínio, a tradição popular guarda intacta a soberania piauiense e esta tradição é bastante forte para não fazer esquecer aos filhos do Piauí, que como tal se consideram, repelindo a nova pátria que lhes querem oferecer (Patria, 1902, anno I, n. 9).

Nessas duas partes descritas pelo jornal, percebemos duas importantes informações. A primeira é que esses movimentos transcendiam os debates do campo acadêmico, uma vez que, segundo o jornal *Pátria*, o Maranhão fazia uso de praças e forças de defesa armada, para conter os levantes e desobedientes, que contestavam a soberania maranhense sob o territorial em questão.

Outra informação é a presença de uma cultura piauiense, que utilizava a identidade como meio patriótico de reconhecimento popular, tradições essas que buscavam se sobressair da “pátria que lhes queriam oferecer”.

Outro ponto, tocado pelo jornal, é o fato de que ficava sob responsabilidade do governo do Piauí todas as informações prestadas sobre a Tutoya. “Convém dizer que todas as ordens referentes a Tutoya, informações prestadas ao governo e até participações dos diversos postos, ali emanavam do presidente do Piauí” (Patria, 1902, anno I, n. 9).

No mesmo texto do jornal *Pátria*, que, aliás, é redigido por Miguel Rosa, nesta mesma edição citada anteriormente, comentava-se sobre os praças e oficiais que foram enviados para abafar os protestos e a campanha cravada em 1902. Vejamos o que escrevia Miguel Rosa no jornal *Pátria*:

Aos que acompanham com interesse este litigio, uma cousa prende logo a atenção: o silencio do Maranhão. Diante da forte campanha levantada no Piauí, apenas aprouve ao governador do estado transparnahybano consignar algumas phrases em sua mensagem de 1902 sobre a pendencia, depois de haver mandado destacar praças e officiaes no contestado, para abafar protestos, justas revoltas dos nossos coestadanos (Patria, 1902, anno I, n. 9).

Como demonstram os fragmentos analisados no jornal *Pátria*, de 1902, havia um sentimento patriota, um desejo de persistir com as origens que se identificavam como piauienses.

Considerações finais

O artigo objetivou observar as tensões existentes no campo das narrativas historiográficas acerca de debates bibliográficos sobre a praticagem da barra da Tutóia-MA, e sua reivindicação por piauienses. Desse modo, foram analisadas essas tensões no campo das narrativas, uma vez que, entre os anos de 1901 e 1910, ocorreram reivindicações que ora defendia uma barra da Tutóia genuinamente piauiense, ora genuinamente maranhenses.

É buscando compreender essas tensões narrativas e discussões territoriais entre os estados do Piauí e Maranhão pela disputa secular da titularidade e praticagem da barra da Tutóia que seguimos observando as escritas existentes e que sinalizam essa perspectiva. Assim, o artigo descortina essas narrativas, demonstrando que essa contenda territorial existiu entre os estados do Piauí e do Maranhão, ao discorrerem sobre a temática que envolve os discursos de quem deveria ser atribuída a barra da Tutóia.

Nesse sentindo, o suporte das fontes aqui analisadas nos permitiu experienciar novos direcionamentos da pesquisa e, assim, nos guiar nesse mar de reivindicações bibliográficas ora piauiense, ora maranhense. Para Marc Bloch (1997), em *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, a História é uma forma de conhecimento do passado, que se produz a partir das “inquietações” do presente, e o presente acontece a cada passo.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: SEDUC, 2005.

ALMANACK DA PARNAHYBA. J. B dos Santos & Comp. Livreros – editores. Livraria Clássica | Livraria do Povo. Pará, Belém. 1927. p. 37 (digital) / p. 30 (impresso).

ALMANACK DA PARNAHYBA. Typ. Renascença, de A. Prado e Cia. Fortaleza, Ceará. 1924. p. 9.

ALMANACK DA PARNAHYBA. Typ. Renascença, de A. Prado e Cia. Fortaleza, Ceará. 1925. p. 40 (digital) / p. 35 (impresso).

AMARAL, José Ribeiro. **Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya**. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Amarração entre o Piauí e o Ceará: Modernidade, Conflitos e Litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1-22. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627923360_ARQUIVO_4f0b6ce419672d00d434c432e642435b.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAMPOS, Maria Natielly Soares. **O litoral piauiense e a praticagem da barra da Tutóia: (1901-1910)**. 2023. 99 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

CAMPOS, Maria Natielly Soares. **Um Piauí no Maranhão ou um Maranhão no Piauí?** Discursos e narrativas bibliográficas sobre a genuinidade da barra da Tutóia (1901-1910). 2019. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CINTRA, Jorge Pimentel. Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-223, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/cN5btGRBgRxqhfcTs5N7Hj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FERREIRA, Justo Jansen. **A barra da Tutoya**. Maranhão: Tipografia Ramos D'Almeida, 1908.

FREIRE, Antonino. **Limites entre os estados do Piauí e Maranhão**. documentos mandados publicar por subscrição popular. Teresina: Tipografia

da “Patria”, 1907.

JORNAL NORTISTA, 1901, a.1, nº 6. Pelo Piauí, integridade territorial. Tutoya II. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/825565/per825565_1901_00006.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa; DUARTE, José Lins. A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso. **La Razón Histórica**, Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas, [S. l.], n. 50, p. 136-157, 2021. Disponível em: <https://www.revista-larazonhistorica.com/50-8/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**: Lutas partidárias e a situação da província. Em busca de organização: escola e trabalho. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 344 p. (Coleção Grandes Textos, v. IV).

PÁTRIA. Jornal semanal, ano 1, n. 9, 1902.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. Trabalho e cotidiano no Delta do Parnaíba no entresséculos (XIX e XX). In: SILVA, Alexandre Wellington dos Santos (org.). **Mundos do Trabalho no Piauí, história, sociabilidades e resistências**. Parnaíba: Taipa Editorial, 2020.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DAS BACIAS DIFUSAS LITORÂNEAS DO PIAUÍ, NORDESTE BRASILEIRO

Francisco Wellington de Araujo Sousa

Ítalo José Pereira Sobral

Thamires Oliveira Silva

Introdução

A compreensão das características físico-naturais (aspectos geológicos, geomorfológicos, hidroclimáticos, pedológicos e biogeográficos) representa um passo importante para o entendimento dos fenômenos e processos de ordem natural que se desenham no espaço geográfico. Ademais, insere-se nesse contexto físico-natural os aspectos socioeconômicos, que se relacionam de maneira indissociável com a paisagem natural, cujo resultado é uma paisagem onde se mesclam elementos, processos e fenômenos naturais às ações e processos e antrópicos.

Destaca-se que na atualidade demanda-se uma abordagem sistêmica, que vislumbra compreender a realidade, cada vez mais complexa, como um todo interconectado. Nesse sentido, no contexto da Geografia Renovada, a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) representa a incorporação do holismo (Bernardino; Oliveira; Diniz, 2018).

Dessa forma, a abordagem sistêmica tornou-se uma metodologia de grande relevância para os estudos da Geografia Física, pois, com o surgimento do conceito da TGS, abriu-se uma nova forma de compreensão do meio ambiente, por meio de uma análise mais integradora. Para Suertegaray (2005, p. 22) “os geógrafos assumiram a análise sistêmica como método unificador que salvaria o abismo entre Geografia Física e Geografia Humana”.

No campo de estudos de uma perspectiva integradora, as bacias hidrográficas constituem-se uma unidade de análise ambiental relevante, pois ao adotar esses sistemas ambientais como objeto de estudo, é possível conhecer o ambiente de forma inter-relacionada, por meio da análise dos elementos que compõem a paisagem, que incluem a parte abiótica, biótica e seu uso pela sociedade.

Sobre essa temática, Botelho e Silva (2007) comentam que “a bacia hidrográfica permite conhecer e avaliar seus diversos componentes e os processos e interações que nela ocorrem. A visão sistêmica e integrada do ambiente está implícita na adoção desta unidade fundamental”.

Para Bernardi *et al.* (2012) a bacia hidrográfica configura uma importante unidade de gestão ambiental, sendo necessário, desde a realização de pesquisas ao planejamento e adoção de políticas, que tenham como objeto de interesse essas unidades ambientais. Desta forma, os estudos dessas bacias possibilitam relacionar a questão do uso e disponibilidade dos recursos hídricos, tendo em vista que a água consiste num recurso essencial para a sociedade (Sousa; Lima, 2022).

Nesse contexto, é essencial ponderar a indissociabilidade entre os fatores antrópicos e físico-naturais, quando pretende-se analisar a paisagem no todo. Dessa forma, Sousa e Lima (2022) ressaltam que as pesquisas de determinada bacia de drenagem tornam-se de grande importância para compreender toda a dinâmica que se estabelece entre as relações da natureza com a sociedade. Assim, ao adotar as bacias como unidade de análise, os resultados darão subsídios ao planejamento ambiental e territorial, além de ser um meio para fundamentar a legislação ambiental no Brasil e em outros países (Sousa; Lima, 2022).

Tendo em vista que um conjunto de atividades antrópicas vem desencadeando uma série de impactos ambientais por meio da pressão sobre as bases físico-naturais nas bacias hidrográficas que se localizam na faixa litorânea piauiense, chama-se a atenção para a especulação imobiliária, como um dos fatores que vêm intensificando essa pressão nas últimas décadas. Esse uso da terra tem se destacado a partir da construção de condomínios de médio e alto padrão, seguidos da instalação de infraestrutura para atender a dinâmica turística sazonal nessa faixa litorânea.

Assim, com base na observação dessa realidade, esse estudo tem como objetivo geral realizar uma caracterização socioeconômica dos municípios

com sedes inseridas nas Bacias Difusas Litorâneas do Piauí; e específico caracterizar os aspectos ambientais dessas Bacias, buscando ampliar o conhecimento da região litorânea, como subsídio às ações de planejamento e gestão ambiental. Vale ressaltar que o trabalho se trata de parte de resultados do projeto de pesquisa intitulado “Levantamento de dados dos municípios por sub-bacia hidrográfica do rio Parnaíba e do litoral do Piauí”.

Metodologia

Para a realização desse trabalho foram desenvolvidas as seguintes etapas: primeiramente foi feita a delimitação das bacias hidrográficas que seriam estudadas e os municípios que iriam fazer parte da análise socioeconômica, tendo como critério de escolha a presença da sede municipal no limite territorial desse conjunto de bacias no território piauiense. Ressalta-se que a área das bacias estudadas difere da área total dos municípios que nela se encontram, uma vez que a divisão municipal não obedece aos critérios de delimitação das bacias hidrográficas.

Posteriormente realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as temáticas conceituais abordadas no trabalho. Em seguida buscou-se identificar as principais características ambientais das bacias em estudo, bem como a coleta dos dados socioeconômicos dos municípios. Assim, essas informações são referentes à produção agrícola, pecuária e extrativismo vegetal, tendo como fonte os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006; 2017). Os dados populacionais (população total e densidade demográfica), foram coletados utilizando o Censo Demográfico do IBGE (2010; 2022), enquanto as informações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram obtidas no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013).

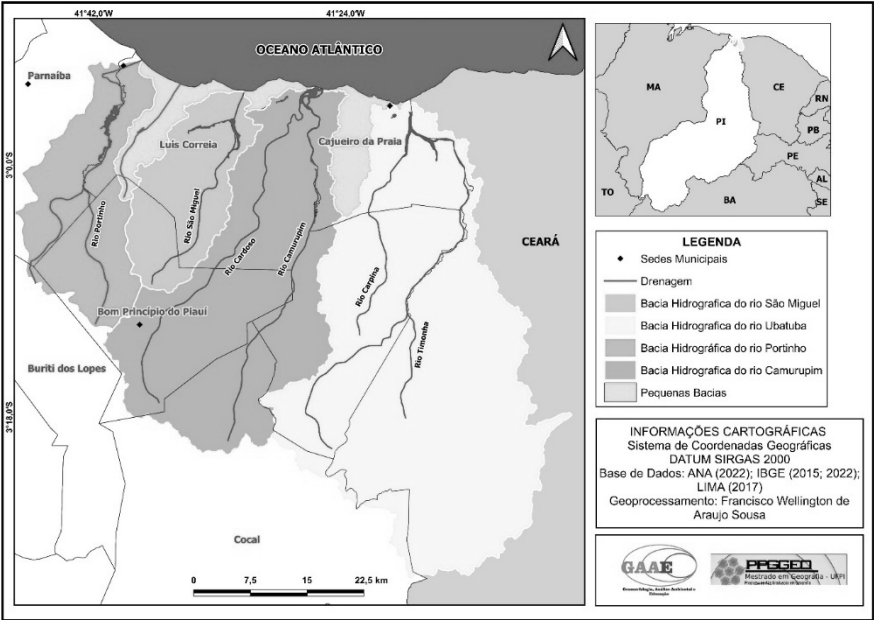
A etapa seguinte foi a elaboração do mapa de localização das Bacias Difusas Litorâneas, em que foram utilizados arquivos *shapefiles* da Agência Nacional de Águas (ANA, 2022) e do IBGE (2015; 2022). O mapa gerado teve como referencial geodésico o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), sendo este o *Datum* oficial adotado no Brasil. Todo o mapeamento cartográfico foi realizado através do *software* livre QGIS versão 3.32.3.

Localização geográfica e caracterização geral da área de estudo

As Bacias Difusas Litorâneas constituem-se em um conjunto de bacias de pequenos rios que drenam diretamente para o Oceano Atlântico (Figura 1). Estão localizadas na porção norte do estado do Piauí, inseridas na área da microrregião Litoral Piauiense, conforme a classificação do IBGE (1990), e no Território de Desenvolvimento Planície Litorânea, ao utilizar-se a classificação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP) (Brasil, 2006a).

Essas bacias localizam-se aproximadamente entre as coordenadas 2° 57' e 3° 23' de latitude sul e entre 41° 15' e 41° 49' de longitude, com área aproximada de 1.977 km², correspondendo a 0,78 % da área do Estado. Para Lima (2017, p. 19), “o divisor topográfico desse conjunto de rios litorâneos faz limite com a bacia hidrográfica do rio Parnaíba nos topos do relevo da margem direita do rio Piranji, último afluente do rio Parnaíba no espaço norte piauiense”.

Figura 1 – Mapa das Bacias Difusas Litorâneas, no Estado do Piauí, Brasil



Fonte: Dos autores (2024).

Os municípios que se encontram localizados nestas bacias são: Luís Correia, Parnaíba, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cocal dos Alves e Cajueiro da Praia. Desses, apenas Bom Princípio, Cajueiro da Praia e Luís Correia têm suas sedes inseridas nas bacias.

Aspectos ambientais das bacias difusas litorâneas

Nas Bacias Difusas Litorâneas, a geologia é caracterizada pelas províncias geotectônicas Borborema, Parnaíba e Costeira. A Província Borborema é constituída por terrenos mais antigos, compostos por rochas do embasamento cristalino, datados do pré-cambriano e envolvem domínios afetados pela Orogênese Brasileira (Lima; Brandão, 2010). Na área de estudo, observam-se os granodioritos da Suíte Intrusiva Chaval, formados no Neoproterozoico (591 ma), que se encontram aflorando na porção sul das bacias do rio Ubatuba, Camurupim, São Miguel e Portinho (Brasil, 2006b).

No que se refere a Província Costeira, Lima e Brandão (2010) colocam que, em sua maior proporção, são formados por terrenos cenozoicos, em discordância erosiva com as rochas mais antigas. Correspondem basicamente à sedimentos inconsolidados e não-metamorfizados de idades terciária do Grupo Barreiras e quaternária, composta por depósitos de origens fluvio-aluvionar, fluviomarinha, marinha e eólica.

Ocorre o predomínio de rochas do Grupo Barreiras, constituído por arenitos, arenitos conglomeráticos e argilito arenoso. Já na faixa da costa ocorrem sedimentos compostos por areia e argila basicamente, além de aluviões e sedimentos deltaicos (Brasil, 2006b).

As rochas pertencentes à bacia do Parnaíba, primeira unidade da Província Parnaíba, que caracterizam a área de estudo, estão incluídas no Grupo Serra Grande. O Grupo Serra Grande representa o início da sedimentação da Província Parnaíba, com origem no período Siluriano da Era Paleozóica. De ambiente fluvial entrelaçado, marinho raso e glacial, essa unidade geológica possui em sua constituição, conglomerados, arenitos e intercalações de siltitos e folhelhos (Baptista, 1981; Lima; Brandão, 2010).

Com relação às características geomorfológicas, a região apresenta conforme Lima (2024) as seguintes unidades de relevo: os tabuleiros litorâneos, as planícies costeiras e fluviomarinhas, a superfície sedimentar

dissecada com morros residuais, a superfície sertaneja dissecada e os altos planaltos de leste.

Os aspectos climáticos da região se caracterizam pelo tipo Aw, quente e úmido, tendo como base a classificação de Köppen. Esse clima apresenta uma estação chuvosa no outono. A precipitação média anual é da ordem de 1.153 mm e a umidade relativa média anual é de aproximadamente 80% (Lima, 2006).

Com relação aos solos da área, estes têm grande relação com as formações geomorfológicas e com a natureza da litologia das formações geológicas. Assim sendo, com base nos dados disponibilizados pela plataforma do IBGE (2018), da Folha SA.24 Fortaleza as características pedológicas das Bacias Difusas Litorâneas se destacam pelos seguintes tipos de solos: Gleissolo Sálco, Argissolo Amarelo, Argissolo Vermelho-Amarelo, Neossolo Litólico, Neossolo Quartzarênico e Planossolo Háplico.

Já a vegetação se caracteriza pela existência de formações herbáceas, arbustivas, além de uma vegetação mais densa encontrada em grande parte na linha de costa. Conforme Guzzi (2012), o ambiente é influenciado pelos biomas do cerrado, caatinga e costeiro, logo, sendo o ambiente caracterizado como sendo de tensão ecológica. Deve-se destacar as carnaúbas nas planícies fluviomarinhas, manchas de caatingas e a vegetação de pioneira de porte arbustivo encontrada em grande parte nas dunas da região (Lima, 2006).

Os manguezais ocorrem de forma bastante significativa, sendo uma cobertura vegetal, característica de ambiente costeiro, decorrente da acentuada amplitude das marés, o que acarreta uma intensa invasão do continente pelas águas marinhas. Encontrados ao longo das margens dos canais, os mangues funcionam como abrigo de uma variedade de espécies animais e vegetais que se adaptaram a esses ambientes (Cavalcanti, 2004).

Quanto ao contexto hidrográfico, nas pequenas bacias difusas do litoral, os principais rios são o Portinho (Figura 2A), Ubatuba, Camurupim (Figura 2B) e Cardoso. Além destes, também se destacam os rios São Miguel e o Carpina que drenam o território do município de Cajueiro da Praia.

Figura 2 – Mosaico de fotografias destacando mananciais hídricos da área em estudo



Legenda: A – Lagoa do rio Portinho; B – Rio Camurupim.

Fonte: Dos autores (2024).

As bacias no todo possuem uma área de aproximadamente 2.071 km², com uma vazão natural de 10,52 m³. Quanto às características desses cursos de água, Lima (2017, p. 19) descreve que

No litoral do Piauí o rio Ubatuba se destaca por ter sua foz conjunta com a do rio cearense Timonha que, juntos, formam uma baía onde se localiza a Ilha Grande. Também nessa faixa litorânea os rios Portinho e São Miguel chamam a atenção, principalmente dos turistas, por terem seus baixos cursos barrados pelo avanço das dunas móveis sobre seus leitos, formando as grandes lagoas fluviais do Portinho e Sobradinho, respectivamente.

A Lagoa de Sobradinho, no município de Luís Correia, possui uma capacidade para 26.300 m³, e a Lagoa do Portinho, entre os municípios de Parnaíba e Luís Correia, têm capacidade estimada em 20.000 m³ (Lima, 2006; Piauí, 2010).

Aspectos sociodemográficos dos municípios inseridos nas Bacias Difusas Litorâneas – Luís Correia, Cajueiro da Praia e Bom Princípio do Piauí

Com relação à população dos municípios de Luís Correia, Cajueiro da Praia e Bom Princípio do Piauí, a tabela 1 mostra os dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), indicando um total de 44.234 habitantes, correspondendo a apenas 1,35% do contingente populacional do estado do Piauí, que nessa data era de 3.271.199 habitantes.

Tabela 1 – Dados de área e população dos municípios das Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	Área (km²)	POPULAÇÃO (hab.)				Densidade Demográfica (hab/km²) 2022
		Total (2010)	Total (2022)	Urbana (2010)	Rural (2010)	
Bom Princípio do Piauí	523,14	5.304	5.636	1.654	3.650	10,77
Cajueiro da Praia	271,16	7.163	7.957	2.699	4.464	29,34
Luís Correia	1.074,13	28.406	30.641	12.645	15.761	28,53
Total na área de estudo	-	40.873	44.234	16.998	23.875	-
Total no Piauí	251.755,48	3.118.360	3.271.199	2.050.959	1.067.401	12,99

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010/2022). Org. Dos Autores (2024).

Mediante análise da Tabela 1, percebe-se com base no Censo de 2022, que Luís Correia concentra 69,27% da população total dos três municípios, sendo que esse município possui intensa relação com a cidade de Parnaíba (segunda maior cidade do Piauí em termos populacionais), com intensos fluxos demográficos para trabalho e estudo. Em seguida, Cajueiro da Praia concentra 17,98% da população total e Bom Princípio 12,75%.

Juntos, os municípios tiveram uma taxa de crescimento de sua população entre 2010 e 2022 de 8,22%. O município de Cajueiro da Praia apresentou a maior taxa de crescimento populacional no período, com 11,08%, seguido de Luís Correia (7,86%) e Bom Princípio do Piauí (6,25%).

Observou-se, ainda, com base nos dados do Censo IBGE do ano de 2010, que a população de todos os municípios está concentrada em áreas rurais, representando em Bom Princípio do Piauí 68,81%, Cajueiro da Praia 62,32% e Luís Correia 55,48% do total do contingente populacional.

Ao observar a última variável destacada na Tabela 1, pode-se verificar que Cajueiro da Praia e Luís Correia se destacam com valores bem próximos em relação à densidade demográfica, apresentando, em 2022, uma população relativa de 29,34 hab./km e 28,53 hab./km, respectivamente.

Para análise dos indicadores sociodemográficos, também foi importante utilizar de informações do IDHM dos municípios, conforme se observa na Tabela 2. Este índice é composto por três dimensões de dados: longevidade, educação e renda, que correspondem respectivamente às oportuni-

dades que a população de um país tem com relação a ter uma vida longa e saudável, a ter acesso ao conhecimento e a um padrão de vida digno (PNUD, 2013).

Tabela 2 – IDHM dos municípios (2000-2010) das Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)	Crescimento (2000 – 2010)
Bom Princípio do Piauí	0,345	0,532	0,187
Cajueiro da Praia	0,365	0,546	0,181
Luís Correia	0,348	0,541	0,193
Estado do Piauí	0,484	0,646	0,162

Fonte: PNUD (2013). Org. Dos Autores (2024).

Ao se observar a evolução do IDHM da tabela acima, tendo como recorte temporal o período 2000-2010, é possível constatar que houve uma evolução positiva (variação absoluta de um período em relação a outro) para todos os municípios, no que se refere ao desenvolvimento humano.

O município que alcançou maior evolução foi Luís Correia, onde o IDHM era 0,348, em 2000, e passou, em 2010, para 0,541, havendo uma variação em termos absolutos de 0,193 pontos. A menor evolução foi identificada em Cajueiro da Praia que em 2000 apresentou um IDHM de 0,365 e em 2010, de 0,546, obtendo uma variação absoluta de 0,181.

A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município de Cajueiro da Praia em 2010 foi Longevidade, com índice de 0,739, seguida de Renda, com índice de 0,551, e de Educação, com índice de 0,400 (PNUD, 2013). Com relação à Luís Correia, a dimensão que mais contribuiu foi Longevidade, com índice de 0,730, seguida de Renda, com 0,544, e de Educação, com índice de 0,398. Enquanto o município de Bom Princípio, apresentou em 2010, valor de 0,770 na dimensão de Longevidade, 0,526 em Renda e 0,372 em Educação.

Constata-se, portanto, que a dimensão Educação apresentou os piores valores, de maneira geral, pois todos os municípios aparecem na categoria muito baixo (resultado entre 0 e 0,499). A dimensão que apresentou melhores resultados foi Longevidade, sendo que, em 2010, os três municípios aparecem na categoria alta (resultado que varia de 0,700 e 0,799).

Portanto, todos os municípios em análise, na década 2000-2010, apresentaram um aumento do IDHM maior que o Piauí (que foi de 0,162).

Também pode-se identificar que ao analisar os índices no ano de 2010, esses municípios apresentam um nível de desenvolvimento baixo, intervalo que varia de 0,500 a 0,599.

Ao considerar outros indicadores da Educação nos três municípios, tem-se que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Luís Correia era de 95,4%, em Cajueiro da Praia 95% e Bom Princípio do Piauí 97,7% (IBGE, 2010). No entanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que compreende um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ainda se encontra com valores baixos em dois municípios, quando se compara ao resultado do Piauí, que apresentou 5,7 para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública e 4,9 para os anos finais (Brasil, 2023).

Assim, no município de Luís Correia, o IDEB, no ano de 2023 para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,7 e para os anos finais, de 4,5. Bom Princípio do Piauí no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,8 e para os anos finais, de 4,4. Apenas o município de Cajueiro da Praia apresentou valores superiores, sendo 6,4 para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública e para os anos finais, de 5,4 (Brasil, 2023).

Aspectos econômicos

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), as atividades econômicas com maior expressividade nos municípios da área estudada são: extrativismo vegetal, agricultura e pecuária (suínos, caprinos e aves). Essas atividades mostram a predominância do uso do espaço rural para o desenvolvimento econômico, principalmente da agropecuária. Ressalta-se que o turismo também se mostra como uma atividade de grande relevância.

A Tabela 3 apresenta dados relativos aos principais produtos agrícolas nos municípios inseridos na área de estudo, segundo informações do Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Pela análise dos dados, constata-se que, dentre as lavouras temporárias, os cultivos de milho, feijão e mandioca são os mais representativos. Luís Correia se destacou com uma produção de 60,80% de mandioca, 83,34% de milho e 78,42% de feijão, ao considerar o

total dos três municípios. Na área de estudo, a produção de feijão teve 632 hectares de terras produzidas, enquanto milho e mandioca apresentaram um total de 1.597 e 654, respectivamente.

Tabela 3 – Uso da terra com produtos agrícolas nos municípios das
Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	Lavouras Temporárias (ton.)					Lavoura Permanente (ton.)
	Mandioca	Milho	Abóbora	Feijão	Melancia	Caju
Bom Princípio do Piauí	570	54	1	35	-	17
Cajueiro da Praia	350	118	2	58	15	13
Luís Correia	1.427	861	91	338	192	136
Total na Área de Estudo	2.347	1.033	94	431	207	166
Total no Piauí	53.500	1.392.571	7.896	39.120	136.460	34.889

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Org. Dos Autores (2024).

A cajucultura compreende a principal atividade agrícola de cultivo permanente que se destaca nos municípios, com uma produção de 166 toneladas, correspondendo apenas 0,5 % do total produzido no Piauí, tendo Luís Correia como maior produtor (81,92% do total produzido entre os 3 municípios). Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, em toda a área de estudo foram destinados 168 hectares de terras para a produção de caju.

Os dados referentes a produção agrícola nos municípios revelam uma predominância das lavouras temporárias, caracterizando a permanência do cultivo tradicional (feijão, milho e mandioca) nos municípios. É importante salientar que os municípios em estudo, apresentam uma população rural maior que o urbano, o que reflete o intenso uso do solo nessas áreas.

A Tabela 4 apresenta os dados relativos à produção da pecuária na área de estudo. Destaca-se a avicultura e criação de suínos e caprinos. Luís Correia foi o município que apresentou uma produção significativa em todas as criações. Na avicultura teve um valor de 68,50%, suinocultura 73,75% e caprinocultura 77,62% do total entre os municípios estudados. Na produção de bovinos e ovinos, Luís Correia também se destacou.

Tabela 4 – Uso da terra com atividade pecuária nos municípios das
Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO PECUÁRIA					
	Quantidade Produzida (cabeças)					
	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Aves*	Equídeos**
Bom Princípio do Piauí	2.942	2.601	1.586	1.645	20.326	190
Cajueiro da Praia	1.059	1.826	452	1.307	29.034	305
Luís Correia	8.959	12.432	7.416	10.239	107.348	1.136
Total na Bacia	12.960	16.859	9.454	13.191	156.708	1.631
Total no Piauí	1.428.093	1.053.046	1.665.129	1.847.919	10.590.673	137.526

(*) Galináceos, perus, codornas, avestruz, patos, entre outros (**) muares, asininos e equinos Fonte: Censo Agropecuário (2017). Org. Dos Autores (2024).

Também foi pesquisado sobre a produção relativa à atividade de aquicultura (Tabela 5). Observou-se com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE que, a carcinicultura (criação de camarão) constitui a cadeia produtiva de destaque nos municípios da área de estudo. Cajueiro da Praia foi o município que apresentou uma produção significativa com um valor de 62,39% da produção total entre os municípios estudados, e 60,76 % do total produzido no Estado do Piauí para o ano de 2023. Luís Correia apresentou uma produção de 36,60 % e Bom Princípio de 0,01% do total do Piauí.

Tabela 5 – Uso da terra com atividade pecuária nos municípios das
Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO PECUÁRIA	
	Aquicultura	
	Camarão – kg (2017)	Camarão – kg (2023)
Bom Princípio do Piauí	-	400
Cajueiro da Praia	1.734.000	2.107.735
Luís Correia	988.964	1.269.876
Total na Área de Estudo	2.722.964	3.378.011
Total no Piauí	2.722.964	3.468.811

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017; 2023). Org. Dos Autores (2024).

Deve-se ressaltar que na área de estudo, a atividade de carcinicultura é desenvolvida em áreas de apicum, em que os tanques de camarão se encontram próximos a vegetação de mangue, principalmente no baixo curso dos rios Camurupim, São Miguel e Ubatuba, revelando alterações na paisagem desses cursos de água onde essa atividade vem sendo desenvolvida.

Nesse contexto, ao considerar a participação da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, tem-se que em Luís Correia o setor correspondeu a 10,25%; em Cajueiro da Praia a participação foi de 18,48% e em Bom Princípio do Piauí, a agropecuária apresentou 27,13% do PIB total. Esses dados indicam que atividade de agropecuária não é tão representativa, pois nos três municípios, esse setor representa a menor participação desse indicador econômico.

Outra atividade representativa no contexto econômico dos municípios das Bacias Difusas Litorâneas é o extrativismo vegetal, principalmente relacionado à carnaúba e à extração de carvão e lenha. Conforme dados da produção de 2018, divulgados pelo IBGE (2019), verificados na Tabela 6, somente na área de estudo foram produzidas 403 toneladas de cera de carnaúba, sendo o município de Luís Correia, com 324 toneladas (80,40% do total na bacia), o que obteve uma maior expressividade na produção. Cajueiro da Praia e Bom Princípio do Piauí apresentaram, respectivamente, valores de 8,93% e 10,67% do total produzido para a área em estudo.

Tabela 6 – Uso da terra com atividades extrativistas nos municípios das Bacias Difusas Litorâneas

MUNICÍPIOS	Ceras	Madeira	
	Carnaúba (t)	Carvão Vegetal (t)	Lenha (m ³)
Bom Princípio do Piauí	43	187	14.336
Cajueiro da Praia	36	102	2.973
Luís Correia	324	191	7.319
Total na Área de Estudo	403	480	24.628
Total no Piauí	10.496	46.995	1.966.064

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura IBGE (2018). Org. Dos Autores (2024).

Com relação ao carvão vegetal, Luís Correia foi o município que se sobressaiu, com uma produção de 39,80%. Enquanto Bom Princípio do

Piauí e Cajueiro da Praia apresentaram valores percentuais de 38,95% e 21,25% da produção total. Quanto à extração de lenha, os dados da Tabela 5 demonstram que Bom Princípio do Piauí (14.336 m³) foi o município que apresentou uma maior produção em termos absolutos.

No contexto econômico dos municípios, também se destaca a atividade do turismo. Bom Princípio, Luís Correia e Cajueiro da Praia fazem parte do “Polo Turístico Costa do Delta”, que consiste em uma regionalização desenvolvida pelo Ministério do Turismo (MTUR) juntamente com a Secretaria Estadual de Turismo do Piauí. Nessa regionalização, o território piauiense encontra-se dividido em sete polos, considerando atrativos naturais, culturais, históricos e de lazer (Brasil, 2024a).

Em Luís Correia e Cajueiro da Praia, o turismo predominante consiste no de sol e praia, pois conforme afirma Braga *et al.* (2022) há uma aposta nesse segmento como a única forma de atrair turistas para o litoral piauiense. Logo, no contexto do desenvolvimento da atividade nesses municípios, destacam-se algumas áreas já consolidadas, com grande fluxo de visitantes, sendo reconhecidas em nível regional e nacional. Entre os locais, destacam-se as praias, como por exemplo as Praias de Atalaia, do Coqueiro, Macapá, Peito de Moça e Maramar em Luís Correia; além das Praias do Cajueiro e de Barra Grande, em Cajueiro da Praia (Braga *et al.*, 2022; Baptista; Lima: Silva, 2023).

Esse turismo nos ambientes praianos dos dois municípios, têm atraído centenas de milhares de visitantes, e promovendo impactos positivos como a movimentação da economia local, o que contribui para a geração de emprego e renda (Borges; Vieira, 2022). No entanto, o intenso fluxo de visitantes também ocasiona modificações na paisagem, gerando impactos ambientais negativos, como por exemplo, o descarte de resíduos sólidos, observados na Figura 3.

Figura 3 – Mosaico de fotografias destacando resíduos sólidos descartados em praias do litoral de Luís Correia



Fonte: Dos Autores (2024).

Além do turismo de sol e praia, muitos outros espaços e elementos fazem parte do cenário turístico nesses municípios, com uma variedade de atrativos culturais, além de um segmento ecoturístico bem representativo.

No âmbito da regionalização Polo Costa do Delta, o município de Luís Correia recebeu a categoria B – numa escala de categorias de municípios turísticos que vai de A (município com melhor estrutura para o turismo) a E (municípios com estrutura precária para o turismo). Além das praias, Luís Correia conta com outros atrativos, como a Lagoa do Portinho e a árvore penteada, além dos eventos anuais (com festas no carnaval e réveillon) e gastronomia (Brasil, 2024b).

A área da Lagoa do Portinho, ainda se encontra sem uma infraestrutura para recepcionar os turistas. Mas, atualmente, percebe-se a presença de construções que sinalizam a preocupação com infraestrutura para recepcionar a atividade turística. Essas obras são medidas para revitalização do local, objetivando melhorias para atender os turistas que visitam o litoral do Piauí. Dentre as intervenções destacam-se: um píer, novos quiosques, restaurante, estacionamento e um centro de apoio à educação e preservação do meio ambiente (Piauí, 2024b).

Todavia, tais construções são bem próximas ao referido corpo hídrico, o que sinaliza uma falta de entendimento do poder público em respeitar os espaços da natureza, como se observa na Figura 4.

Figura 4 – Mosaico de fotografias que mostram as obras de revitalização da Lagoa do Portinho



Fonte: Dos Autores (2024).

Também se observam outros impactos no ambiente da lagoa. O primeiro é a introdução de espécies da flora que não são nativas da região, como a espécie exótica Nim (*Azadirachta indica* A. Juss); na tentativa de frear o movimento natural das dunas móveis da Lagoa do Portinho. O outro refere-se à compactação das dunas devido a atividade *Buggy* (Figura 5).

Figura 5 – Mosaico de fotografias que mostram modificação nas dunas da Lagoa do Portinho



Fonte: Dos Autores (2024).

Já Cajueiro da Praia, que recebeu a categoria C, além de contar com suas paisagens praianas, também possui entre seus principais atrativos turísticos o Cajueiro Rei, Ilha Dantas, Lagoa dos Pemas, Praia do Morro Branco, Trilha do Barbaço e passeio do Cavalo-Marinho (Barbosa; Perinotto, 2010; Barbosa; Valladares, 2020; Piauí, 2024a. Deve-se ressaltar a prática de es-

portes náuticos, que atrai turistas domésticos e internacionais, como o *Kitesurf*, *surf* e *wakeboard* (Piauí, 2024a). Mesmo mantendo-se na categoria C na avaliação do MTUR, a atividade turística no município de Cajueiro da Praia, evidenciado pela procura por Barra Grande, “tem vivenciado um crescimento constante nos últimos anos, fenômeno este percebido pelo aumento do número de empreendimentos de hospedagem e alimentação” (Borges; Vieira, 2021, p. 249).

Com características bem diferentes de Luís Correia e Cajueiro da Praia, pois não está situado no litoral, o município de Bom Princípio do Piauí está categorizado em E, ou seja, possui uma precária estrutura no contexto da atividade. Apesar desse cenário, o município conta com um rico patrimônio natural, histórico e cultural, que pode ser incluso em roteiros de atratividade turística, como as pinturas rupestres de nove sítios arqueológicos cadastrados no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de um importante patrimônio hidrológico.

Bom Princípio é conhecido pela festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, além de sua vaquejada, um evento que evidencia a importância histórica da pecuária na região. Logo, esse município que detém de um turismo religioso e cultural forte, possui como outros atrativos conhecidos, a Furna do Negro e a Cachoeira da Gurita (IPHAN, 2024; Piauí, 2024a).

De maneira geral, o município de Luís Correia possui uma atividade turística mais significativa, contando aproximadamente com mais de 30 restaurantes somente na orla de Atalaia, e uma rede hoteleira expressiva, com cerca de 800 opções de hospedagem. No ano de 2023, o público foi composto por 97% de brasileiros, procedentes de vários estados das cinco regiões brasileiras. Os estrangeiros somaram cerca de 3%, oriundos de vários países, como França, Itália, Alemanha, Argentina, Estados Unidos e Suíça. No entanto, o município conta atualmente com alguns desafios, como a segurança, acessibilidade e infraestrutura turística (Brasil, 2024b).

Conclusão

Tendo em vista que os ambientes litorâneos consistem em áreas de grande vulnerabilidade, apresentando uma complexidade de paisagens e

ecossistemas, os estudos nessas áreas devem considerar a sua composição e dinâmica natural frente aos usos da terra crescentes nessas regiões.

Nesse contexto, a partir do levantamento das características biofísicas, têm-se que o ambiente do conjunto das Bacias Difusas Litorâneas da área estudada apresenta uma geodiversidade e biodiversidade bem singular, revelada por uma diversidade de unidades geológicas formadas em eras geológicas distintas (deste o pré-cambriano ao cenozoico), assim como uma fauna e flora importante no contexto da planície litorânea. Esta diversidade se reflete na síntese da paisagem, com tipos de cobertura vegetal bem variada, desde cerrado, passando por vegetação costeira e áreas com caatinga.

Com a análise dos aspectos sociais e econômico dos municípios que se encontram na área das Bacias Difusas litorâneas, percebeu-se uma dinâmica de crescimento populacional nos últimos dois censos (2010-2022), mesmo com a ausência dos dados completos no Censo de 2022 no que se refere a distribuição da população em áreas rurais e urbanas. Esse crescimento, ainda pouco expressivo, foi observado nos três municípios estudados, o que demonstra o avanço da ocupação principalmente em Luís Correia e Cajueiro da Praia, onde o turismo se mostra bem mais significativo, com construções para diversas finalidades.

Também se observa que os municípios analisados possuem valores baixos no contexto dos indicadores de Desenvolvimento Humano, mesmo com uma pequena evolução desse índice nas últimas décadas, revelando a necessidade de investimentos públicos quanto as políticas para educação, considerando os dados referentes aos municípios analisados. Assim, como é importante promover políticas que possam ampliar a geração de emprego e renda para a população, potencializando as atividades de maior dinamismo nos municípios, a exemplo do turismo.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Grupo de Pesquisa: Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE) do qual os autores são membros. À Coordenação do Curso de Licenciatura e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, pelo apoio ao projeto “Levantamento de Dados dos municípios por sub-bacia hidrográfica do rio Parnaíba e do litoral do Piauí”.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Bacia hidrográfica ottocodificada do rio Parnaíba**. Brasília: geonetwork, 2017. Escala 1:100.000. Disponível em: <https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BAPTISTA, J. G. **Geografia Física do Piauí**. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1981.

BAPTISTA, E. M. C.; LIMA, I. M. M. F.; SILVA, B. R. V. Praias do litoral piauiense: características para a geoconservação piauiense. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, MG, v.13, n.1, p.17-47, 2023.

BARBOSA, W. C. S.; VALLADARES, G. S. Mapa de uso e cobertura como ferramenta para espacialização de pontos propícios ao ecoturismo em Cajueiro da Praia, Piauí. **Geoambiente On-Line** - Revista Eletrônica do Curso de Geografia Graduação e Pós-Graduação, Jataí, GO, n. 37, p.35-55, 2020.

BARBOSA, A. G. P.; PERINOTTO, A. R. C. Trilha ecológica do cavalo-marinho: Ecoturismo em Barra Grande, Piauí. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, RS, v. 2, n.1, p.45-55, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547085005.pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

BERNARDI, E. C. S.; PANZIERA, A. G.; BURIOL, G. A.; SWAROWSKY, A. Bacia Hidrográfica como unidade de gestão ambiental. **Disciplinarum Scientia**, Série: Ciências Naturais e Tecnológicas, Santa Maria, RS, v. 13, n. 2, p. 159-168, 2012.

BERNARDINO, D. S. M.; OLIVEIRA, A. M.; DINIZ, M. T. M. Georges Bertrand e a Análise Integrada da Paisagem em Geografia. **Revista de Geociências do Nordeste**, Natal, RN, v. 4, n. 2, p. 63-80, 2018.

BORGES, V. P. C.; VIEIRA, V. B. Território turístico Polo Costa do Delta (PI): espaço descontínuo, de especulação e desigualdade. In: ALENCAR JUNIOR, O. G.; CRESPO, M. F. V.; GONÇALVES, W. M. C. M. **Economia na pandemia**: crise global e o impacto na economia, na política, na sociedade

e no meio ambiente. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2022.

BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental. In: VITTE, Antônio Carlos; GUERRA, Antônio José Teixeira. (org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 153-192.

BRAGA, S. S.; GUZZI, A.; PERINOTTO, A. R. C.; MALTA, G. A. P. Análise da Atratividade Turística do Litoral Piauiense: atualização da avaliação dos atrativos turísticos entre 2010 e 2020. **Revista Turismo em Análise – RTA**, São Paulo, SP, v. 33, n.1, p. 29-49, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/190554/188306>. Acesso em 10 set.2024.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Plano de Ação para o desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP – síntese executiva**: Território Chapada das Mangabeiras. Brasília, DF: CODEVASP, 2006a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro – Nordeste**: Piauí. Brasília: MTur, 2024a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de atividades turísticas – Piauí**: Luís Correia. Brasília: MTur, 2024b.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. **Mapa Geológico do Estado do Piauí**. 1:1.000.000. Teresina: CPRM, 2006b.

CAVALCANTI, A. P. B. Análise Integrada das Unidades paisagísticas da Planície Deltaica do Rio Parnaíba – Piauí\Maranhão. **Revista Mercator**, Fortaleza, ano 3, n. 6, p. 105-118, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9663-censo-demografico-2000.html?edi>

cao=9771&t=publicacoes._ Acesso em: 15 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=22>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. v 1. Rio de Janeiro: FIBGE; DGC; DEGEO, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha municipal e estadual digital do Brasil: situação em 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/. Acesso em: 04 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Solos da Folha SA.24 Fortaleza**. IGC, 2018. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-ereferenciais/bases-cartograficas/cartas.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

LIMA, E. A. M.; BRANDÃO, R. L. Geologia. In: PFALTZGRAFF, P. A.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. (org.). **Geodiversidade do Estado do Piauí**. Programa Geologia do Brasil - Levantamento da Geodiversidade. Recife: CPRM: 2010. p. 15-24.

LIMA, I. M. M. F. Elementos naturais da paisagem do Piauí. In: ARAUJO, J. L. L. (coord.). **Atlas Escolar do Piauí: geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2006. p. 40-84.

LIMA, I. M. M. F. Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos da água. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. **Recursos Hídricos do Estado do Piauí** – fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias

hidrográficas do centro-norte piauiense. Teresina: EDUFPI, 2017. cap.3. p. 43-68.

LIMA, I. M. M. F. Geomorphology of State of Piauí. In: CLAUDINO-SALES, V.; FALCAO SOBRINHO, J. (org.). **Geomorphology of the Northeast Region of Brazil**. Switzerland AG: Springer Cham, 2024. v. 1, p. 49-79.

PIAUÍ. Secretaria de Turismo do Estado do Piauí. **Plano estratégico de marketing turístico do Piauí**. Santo André, SP: Strategia Consultoria Turística, 2024a.

PIAUÍ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Obra de revitalização da Lagoa do Portinho segue avançando**. Reportagem Ascom, 27 jul. 2024. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticia/obra-de-revitalizacao-da-lagoa-do-portinho-segue-avancando>. Acesso em: 10 set. 2024b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA; FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SOUSA, F. W.; LIMA, I. M. M. F. Uso da Terra e impactos socioambientais na porção oeste da bacia hidrográfica do rio Guaribas, Piauí. In: VALLADARES, G. S.; ANDRADE, C. S. P.; SANTOS, R. W. P. **A geografia na gestão ambiental do território rural/urbano e do turismo**. Sobral, CE: Sertão Cult, 2022. p. 149-164.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, SC, n. 12, p. 1-63, maio 2005.

VOZES DA PRAIA¹: PESCADORES NO LITORAL PIAUIENSE NA DÉCADA DE 1970

Pedro Vagner Silva Oliveira

Introdução

Este texto busca reconstruir uma Parnaíba que a historiografia dessa cidade pouco explora, mas que recentemente tem recebido olhares de alguns historiadores e historiadoras da região. As cidades, mesmo as menores, estão longe de serem uniformes e homogêneas. Campo de forças, conflitos e combates pela sobrevivência, a cidade é um território complexo, modificado pela ação humana e que possui vários significados para os seus habitantes.

Sobre a cidade investigada, percebeu-se que nos anos 1970 e nos seguintes, ocorreram debates na imprensa local sobre o desenvolvimento que o turismo poderia trazer. Buscamos, dessa maneira, compreender as vivências de pescadores e demais moradores da praia de Pedra do Sal, um dos principais lugares de interesse turístico no período em questão.

Para a tessitura desse trabalho, foram utilizadas as edições dos jornais *Folha do Litoral*, *Norte do Piauí* e *Inovação*, todos produzidos e circulados em Parnaíba durante aquele período e que se encontram acessíveis e preservados, além do *A Liberdade*, circulado no começo dos anos 1980. A partir da imprensa local pudemos observar os retratos, ideias e relações que a “cidade” tinha com a praia. Para além, utilizamos também os procedimentos (Meihy, 2005) da História Oral, usando os gêneros de história oral de vida e história oral temática.

1. Esse trabalho é uma versão revista de discussões feitas na Dissertação de Mestrado **Mar à Venda**: pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970) defendida no PPGH/UNIFESP. A pesquisa recebeu o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

A História Oral foi um importante caminho para ouvirmos e captarmos as experiências que os pescadores tinham com a cidade, bem como seu cotidiano nas lides de pesca. Se por meio das fontes impressas pudemos observar as falas e a forma como a cidade se relacionava com a praia, por meio das narrativas de pescadores entrevistados, fomos capazes de entender o movimento contrário, isto é, da praia para a cidade.

Ao invés de confrontarmos as duas fontes - orais e impressas -, achamos mais interessante analisá-las em conjunto, seguindo a recomendação de Alessandro Portelli, quando afirma que “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes” (Portelli, 1997, 26). Nossa proposta foi usar a história oral não enquanto maneira de preencher lacunas, mas como percurso que ajudaria a entender melhor as relações humanas na cidade de Parnaíba.

Corte da “Princesa do Igaráu”

Situada no norte do estado do Piauí, a cerca de 350 quilômetros da capital, Teresina, Parnaíba, era na década de 1970, segundo Sérgio Mendes, “uma das principais cidades do Estado” (Mendes, 2015, 244). Contudo, deve-se frisar que uma única cidade pode apresentar várias outras dentro de si mesma, gerando contrastes por meio de marcas visíveis. Para Sandra Jatahy Pesavento:

É pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. Pela materialidade visível, reconhecemos, imediatamente, estar em presença do fenômeno urbano, visualizado de forma bem distinta da realidade rural (Pesavento, 2007, 13).

Se tomarmos a concepção de Pesavento, na qual a arquitetura e outras materialidades “marcam”, ou melhor, definem o urbano, no caso de Parnaíba, o centro da cidade e seu entorno é que se configurariam de fato, como a parte urbana. Nas fontes hemerográficas investigadas sobre a década de 1970 observamos que a imprensa era espaço de textos nostálgicos que miravam o passado com certa saudade: “a Parnaíba de ontem era a liderança comercial, industrial e esportiva, o pioneirismo radiofônico

e a merecida colocação entre as principais cidades do Nordeste” (Folha do Litoral, 8 ago. 1973, p. 1). A pretensa “grandeza” e urbanidade, era entendida por parte de seus habitantes como uma de suas características principais, permanecendo na década seguinte.

Os habitantes de Parnaíba estão concentrados na sua grande maioria na zona urbana do município (uma realidade que vem de longos anos) devido à sua tradição como centro comercial. Este aspecto, aliás, a distingue no Piauí onde até 1980 cerca de 52,09% de seu contingente populacional residia na zona rural (Jornal Inovação, mar. abri. maio 1985, p. 4).

O artigo extraído do *Jornal Inovação* ilustra uma cidade que se distinguia das demais do estado por ser considerada urbana em certa medida e que segundo o periódico, era uma vocação histórica parnaibana. Contudo, observa-se nas próprias fontes do período o limite desse retrato. Parnaíba nos anos 1970 e mesmo na década seguinte, não era totalmente urbana.

De acordo com a referida matéria, em 1980, cerca de 22,37% da população parnaibana morava na zona rural (Jornal Inovação, mar. abri. maio 1985, p. 4). Partindo disso, a questão central do texto aqui apresentado é trazer à tona essas pessoas que não moravam na “cidade”. Nosso intento é iluminar tais indivíduos e lugares além da cinta urbana, inserindo-os na escrita da História parnaibana. Em Parnaíba já existem consideráveis estudos históricos² sobre essa cidade e que se preocupam com outras áreas que não a denominada parte urbana. Dessa maneira, os habitantes de lugares mais afastados do centro, têm sido há alguns anos contemplados pela historiografia produzida no campus da UESPI de Parnaíba.

2. Citamos aqui algumas monografias desenvolvidas por estudantes dessa instituição, sendo elas: BRAGA, Daniel Souza. **Catadores de Caranguejo do delta:** história e memória (1960-2010); GOMES, Luana Bittencourt. **Ilha de brancas dunas:** história e memória do bairro Tatus em Ilha Grande do Piauí (1975- 2015); OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Correndo na vela:** experiências e modos de vida de trabalhadores do Delta (1975-2014) e SOUZA, Matheus Oliveira. **A urbe, o rio e a ilha:** Parnaíba através de suas relações com os trabalhadores ribeirinhos do Delta do Rio Parnaíba (1975-2015). Algumas dessas pesquisas se desdobraram em dissertações de mestrado que desenvolvidas e defendidas nos Programa de Pós-Graduação em História da UFPI e da UNIFESP, são elas: BRAGA, Daniel Souza. **Corp-oralidades:** experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016. OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda:** pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). Dissertação (Mestrado em História). Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2017.

O primeiro desafio enfrentado foi traçar a cidade em questão. A geografia oficial apresentada em 1963 pelo *Código de Posturas do Parnaíba* (1963) e ainda vigente no período analisado, dividia administrativamente o município em três zonas: central, suburbana e núcleos do interior do Município, e por fim, Rural (*Código de Posturas do Parnaíba*, 1963, p. 7), embora seja uma classificação bastante proveitosa, esse delineamento, apresenta alguns problemas, como por exemplo, o adensamento e a criação de novos bairros. Um outro limite, a nosso ver, dizia respeito à especificidade de cada lugar e dos seus moradores. Desse modo, preferimos³ esmiuçar Parnaíba da seguinte maneira: centro; subúrbio e povoados insulares⁴. São esses portanto, os espaços, ou melhor, as cidades que comporiam Parnaíba nos anos 1970.

O centro da cidade e suas imediações são descritos na historiografia local pelos lugares de sociabilidade. Os casarios de diversos períodos, localizados ao longo da atual avenida Presidente Vargas e pelo seu entorno, a Praça da Graça e as duas igrejas é que “contam a história” de Parnaíba. São retratadas a durabilidade ou destruição das edificações mais pomposas, os adornos dos prédios e os modos de vida requintados; ficando de fora a rusticidade dos casebres de palha, o trabalho braçal e as experiências de muitos indivíduos que não moravam nessas áreas, mas que por ali transitavam e trabalhavam.

Os subúrbios seriam os bairros que rodeavam o centro ou afastados dele, mas que se localizam ainda no continente. Em tempos de fortes chuvas, a população dos subúrbios ribeirinhos como Coroa, Tucuns e Quarenta era duramente atingida pelas enchentes e protagonizava cenas de grande comoção social, abandonando suas moradias e carregando consigo os poucos bens que possuíam (Norte do Piauí, 28 mar. 1974, p. 4). Apesar de não usarmos o termo zona rural, ela estaria englobada em nossa classi-

3. Classificação feita a partir do **Livro do Centenário da Parnaíba** (1945), no qual afirma que o censo de 1940 acusou que a população parnaibana estaria distribuída nos quadros urbano, suburbano e rural. Ainda que essa fonte não contemple nosso recorte temporal, achamos oportuno adaptar essa classificação.

4. Povoado insular é uma categoria nossa, dada exclusivamente para os núcleos populacionais que se localizavam na Ilha Grande de Santa Isabel, território pertencente à Parnaíba até 1993. Ainda que a imprensa da época considere esses povoados como pertencentes à zona rural, achamos melhor criar uma nomenclatura distinta, pois, acreditamos que as experiências dos moradores, bem como a paisagem ilheia são peculiares se comparadas ao continente. Esta distinção pode ser vista inclusive nas relações entre Parnaíba e a insula.

ficação como subúrbio uma vez que estamos levando em conta o espaço físico, não só a paisagem e sua constituição. Nos jornais da época essas áreas são pouco assistidas pelo poder governamental, o que não parece ser tão diferente para zona rural parnaibana ou mesmo dos povoados insulares. Contudo, devido à especificidade desse último, preferimos adotar outra categoria.

Os povoados insulares localizavam-se na outra margem do Igarçu, no acidente geográfico chamado Ilha Grande de Santa Isabel. Eram alguns desses povoados insulares: Morros da Mariana, compreendido como “a maior dispensa da nossa cidade” (Norte do Piauí, 16 fev. 1974, p. 4), Canto do Igarapé, Cal, Tatus e Pedra do Sal. Lugares pobres e que funcionavam como provedores de alimentos para a cidade e dada essa importância, qualificada pela imprensa da época como “celeiros de Parnaíba⁵” (Folha do Litoral, 26 fev. 1975, p. 1). Dentre estes povoados, encontra-se nosso *lócus* de pesquisa, Pedra do Sal. As ligações desse lugar com os demais povoados são muitas, desde sua função econômica até as necessidades mais básicas da população e a riqueza da paisagem natural. Contudo, a particularidade mais acentuada de Pedra do Sal, inexistente nos demais povoados insulares, era e ainda é o mar.

Mar e praia começavam a ser bastante valorizados pela imprensa do período devido a inserção da indústria do turismo na região norte do Piauí. Os periódicos denotam que nos anos 1970, Parnaíba fora “agraciada” com o título de “3º Polo Turístico” (Almanaque da Parnaíba, 1974, p. 39), dando-lhe notoriedade e importância para um novo horizonte de desenvolvimento que se buscava perseguir. Por sua vez, 1975 foi marcante para boa parte dos moradores de Parnaíba. Em março daquele ano e custando “aos cofres do Estado CR\$ 12.000.000.00 (doze milhões de cruzeiros), desde seu início em novembro de 73” (Folha do Litoral, 1 mar. 1975, p. 1) foi entregue ao município a ponte Simplício Dias da Silva, inaugurada na gestão do então governador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Alberto Tavares Silva.

Os periódicos defendiam que para além do desenvolvimento da atividade turística na região, o “elo cinza” era importante para os pescados-

5. Para além das fontes hemerográficas, o livro de crônicas **Parnaíba, Minha Terra**, de autoria da professora Maria da Penha Fonte e Silva, publicado no ano de 1987, que elogia a Ponte Simplício Dias, “ligando estreitamente, num braço fraternal e perene amplexo Parnaíba à Ilha Grande Santa Isabel, o celeiro da região a Rainha do delta Parnaibano”.

res, roceiros, verdureiras e demais trabalhadores dos povoados insulares. Sobre esse contexto, um dos colaboradores⁶, o pescador, Batista, afirmou a “preocupação” que o governador tinha com Pedra do Sal. Falando sobre o lugar em que vive, o pescador afirmou:

Pedra do Sal é um lugar bonito. O lugar mais bonito é Pedra do Sal. Mas os governos não querem levantar a Pedra do Sal. O doutor Alberto, quando ganhou para governo me disse que se ele levantasse a Pedra do Sal, nós iríamos morar muito longe da praia, porque os turistas iam invadir (Antônio dos Santos, 2015).

Se enquadrarmos a narrativa desse pescador em um dos três estilos defendidos por Pollack, poderíamos, pelo tumulto de temas, classificá-la como “factual”. Sobre esse estilo observado em sua prática com a história oral, Pollak (1992), entende que “o factual correspondia a um relato completamente desordenado” (Pollak, 1992, p. 213). Os temas que eram constados pelos entrevistados desse historiador, não possuíam sequência cronológica. De igual modo foi a narrativa do pescador citado e da maior parte dos demais homens que compõem a rede de entrevistas dessa investigação. Dificilmente os pescadores de Pedra do Sal diziam algum ano em que tinha ocorrido determinado evento. Quando faladas, as datas estavam associadas a algo particular, a algum acontecimento familiar ou mesmo que tinha marcado a vida da comunidade.

Apesar de ser factual e do narrador não ter mencionado nenhum ano nesse trecho, pode-se deduzir o “tempo” ou período em que aconteceu esse fato. A julgar pelo grande debate do turismo no começo dos anos 1970 percebido na imprensa desse período, o pescador estava referindo-se ao primeiro mandato de Alberto Silva, isto é, entre 1971 a 1974. Nessa época, Pedra do Sal começava a ser vista como ponto turístico. “Levantar” na fala de Batista, indicaria promover, desenvolver, dar visibilidade à praia.

Partindo disso, a ponte de concreto sobre o Igaraçu, considerada na época como “o maior feito do engenheiro Alberto Silva, na sua cidade”

6. Colaborador é um termo sugerido por José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) para diferenciar o entrevistado do depoente ou da característica de informante. Segundo o autor é preferível usar colaborador, pois, “afinal o trabalho da entrevista é algo que demanda dos dois lados pessoais e humanos”. Usamos também outro termo, narrador, nomenclatura utilizada por Alessandro Portelli e que achamos bastante conveniente e importante do ponto de vista operacional, epistemológico e político.

(Folha do Litoral, 9-10 maio 1975, p. 2), além de ligar o continente à ilha e facilitar o ir e vir de Parnaíba, assegurava também o domínio dos interesses capitalistas sobre a região praiana desta cidade, dentre eles o de transformar Pedra do Sal em ponto turístico. Desse modo, tal intervenção promovida pelo poder público em comunhão com o estado ditatorial e por isso, uma das obras da ditadura civil-militar em Parnaíba, precisa ser desnaturalizada e compreendida de outra forma que não somente a partir dos retratos positivos que os periódicos fizeram dela.

Segundo a arquiteta Raquel Rolnik (1995), “a lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condição de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado” (Rolnik, 1995, p. 54-55). Logo, a ponte Simplício Dias ainda que tenha favorecido a população dos povoados insulares, dentre eles os moradores de Pedra do Sal, dado o contexto de fomento ao turismo nesse período e de sua imagem enquanto gerador de capital e desenvolvimento, possuía, juntamente com a estrada, o objetivo de beneficiar não só o percurso diário dos trabalhadores insulares para o centro da cidade.

O incentivo ao turismo, a “indústria sem chaminés” como era chamado na época, não era particularidade piauiense, tampouco parnaibana. Com o fim do chamado “milagre brasileiro” em 1973, aos poucos o turismo entrou no bojo das discussões no país sobre a retomada para a economia nacional. Segundo Maria Majaci Moura Silva, “para atuar no âmbito regional, o turismo foi inserido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), já na década de 1970, como uma nova “indústria” a ser fomentada” (Silva, 2013, p. 146). Era preciso continuar a crescer sem que se poluísse.

Sobre a valorização da paisagem praiana, chamou nossa atenção o “esquecimento” dos colaboradores referente ao interesse do Estado em desenvolver a “genuína praia parnaibana” por meio do turismo. Dos pescadores entrevistados, Batista, foi o único que fez menção em sua narrativa sobre Pedra do Sal nos anos 1970 e os debates sobre o turismo. Se os colaboradores “esqueceram” ou se silenciaram no tempo presente sobre esse tema, por outro lado, o mar surgiu na imprensa parnaibana dos anos 1970 como atrativo turístico que, em tese, traria benefícios sociais e econômicos para a cidade, ou melhor, para parte dela.

É intrigante que na tessitura dessa imagem nos periódicos, os moradores de Pedra do Sal não eram mencionados, sendo sujeitos “invisíveis” da ci-

dade – ainda que protagonizassem uma atividade econômica relevante para a cidade. Pedra do Sal, deste modo, um povoado formado por pescadores desde o século XIX (Mauricio, 2019), se constituía na imprensa quase como nos dizeres de Alain Corbin, um “território do vazio”. Nas páginas dos jornais, os pescadores pouco “apareciam” circulando no espaço citadino; na praia, seu trabalho e presença eram igualmente esvaziados. Por sua vez, o sol, o mar, as areias e os rochedos geralmente tinham presença garantida nos periódicos. A valorização da paisagem não era simplesmente apego à natureza, mas devido às concepções dadas à paisagem natural nesse período que decorria do interesse econômico pelo turismo.

Sobre o silenciamento dos periódicos no tocante aos pescadores, pode-se supor que as pessoas que escreviam para o jornal tinham por interesse “vender” aos seus leitores a praia como lugar de descanso e fruição. O pescador, pela simplicidade de suas moradias, poderia comprometer a imagem que a imprensa estava construindo da praia. Veremos agora como eram as vivências desse grupo de trabalhadores de uma Parnaíba que não deve ser invisibilizada ou silenciada.

Pescadores, trabalho e circulação de pessoas

Em Parnaíba, havia pescadores marítimos, um “herói do mar” (Folha do Litoral, 16 jun. 1976, p. 1) como dizia o trecho de uma matéria do *Folha do Litoral*, todavia um “herói anônimo”. “Invisíveis”, pois, pela imprensa do período pouco eram notados seus problemas sociais, bem como suas condições de vida e de trabalho. Entretanto, esses personagens históricos existiam, uma vez que os frutos do seu suor, isto é, da sua força de trabalho, faziam parte da economia local.

As cidades podem ser percebidas também pelos silenciamentos das fontes e dos sujeitos de sua história. Devido a esse silêncio, achamos oportuno usar a história oral, não como “antídoto” para o esquecimento, longe disso. Concordamos com Portelli quando este afirmou que “a história oral diz respeito histórico da experiência pessoal, por outro lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (Portelli, 2016, p. 16). Faz-se mister ouvirmos as experiências dos moradores de Pedra do Sal e ao invés de presunçosamente “dar-lhes voz”, vamos “ouvir” suas vozes que estão sempre presentes e que por nós não são ouvidas.

Pedra do Sal era nos anos 1970 um povoado de pescadores e no tempo presente, apesar do aumento populacional, ainda preserva essa característica. Segundo as narrativas dos colaboradores, esse povoado insular possuía baixa densidade demográfica, sendo composto por algumas poucas famílias. As casas dos pescadores eram simples:

As casas da Pedra do Sal todas eram de palha. Palha em cima, e arrodeada, coberta de palha também. As casas da gente sempre foram assim. Quando eu me entendi eram assim. Poucas casas eram tapadas de barro nas paredes (Antônio Pescada, 2015).

Vivendo em condições precárias – como se pode perceber pela descrição de suas moradias –, os habitantes de Pedra do Sal usavam os recursos naturais da região de diversas formas a fim de garantir sua permanência. As moradias, mesmo que rústicas, abrigavam e protegiam os pescadores e suas famílias do sol e da chuva. A pesca marítima não era a única, mas uma das principais atividades. A pescaria em lagoas que se formavam no inverno e a extração de frutos silvestres, principalmente a coleta do caju, empregado tanto “na alimentação do homem e dos próprios animais racionais” (Folha do Litoral, 30 set.1978, p. 3), eram outras atividades realizadas na vila pesqueira. Nessas atividades havia maior participação feminina, principalmente a coleta de frutas, já a faina em alto mar, era efetivamente masculina.

A pescaria marítima é uma atividade árdua e que ainda é exercida quase diariamente em Pedra do Sal. Praticada individualmente na beira da praia ou em pequenos grupos formados por quatro homens que vão ao mar, os pescadores traziam para a terra firme e vendiam o pescado aos atravessadores que logo cedo esperavam na praia os pescadores. Ou então, caso não houvesse compradores na praia, os homens após chegarem da pescaria, limpavam ou davam os peixes às suas esposas que tiravam as escamas, guelras e vísceras, salgavam com o sal extraído das rochas da praia e posteriormente devolviam aos maridos que iam vender o pescado nos mercados parnaibanos.

Sobre isso, a filha de pescador, Adelaide, contou que sua mãe, assim como outras mulheres na vila pesqueira, “lavavam as pedras. Esperavam a maré jogar água. Depois a água secava. E as mulheres iam para a praia da Pedra do Sal. Rapar com a colher e colocavam o sal no pilão, que era para salgar o peixe” (Adelaide Oliveira, 2016). O processo explicado pela

narradora ilustra como conseguiam o sal que servia para conservar o peixe até a venda. Dado a inexistência da energia elétrica no local até a primeira metade dos anos 1980 (Folha do Litoral, 6 fev. 1980, p. 1), logo, a impossibilidade de refrigerar o pescado, os moradores de Pedra do Sal lançavam mão dessa interessante tática que foi generosamente narrada por Adelaide. Após “tratarem” o peixe, esses eram transportados em calões, espécie de caixas feitas de madeira colocados nos lombos de burros e em seguida levados até os mercados da “cidade”.

Embora não fosse carente de educação formal, pois já nos anos 1930 existia uma escola mantida pela Colônia de Pescadores da Pedra do Sal e/ou dos Morros da Mariana, alguns moradores dessa praia, principalmente os homens mais velhos, tiveram poucos anos de estudo. Antônio Pescada rememora em sua narrativa quando e como se deu os primeiros passos nas lides de pesca: “eu comecei a pescar com oito anos de idade. Muito criança. Muito jovem. Não estudei! Vim aprender a ler com a idade de 48 anos” (Antônio Pescada, 2015). Nascido em 1953, Pescada possivelmente não frequentou a escola quando criança pela situação de seu pai, pescador cuja visão estava comprometida devido uma doença. O velho pescador justifica os motivos de não ter estudado ainda menino: “eu não estudei. Meu pai, só me ensinou a trabalhar na pesca e com isso eu venho trabalhando sempre para sustentar a família” (Antônio Pescada, 2015). Até a década de 1970, os pescadores não possuíam o direito de aposentadoria, trabalhando até quando o corpo aguentava. Por conta da exposição solar, não raramente desenvolviam e ainda desenvolvem doenças visuais, sendo a catarata, degeneração macular senil, síndrome da esfoliação e retinopatia as mais frequentes (Biase *et al.*, 2023). Quando o corpo finalmente chegava ao limite, os homens do mar iam morar nas casas de seus filhos e filhas que cuidavam de si até os últimos dias de vida.

O momento da entrevista é um tempo não só de compartilhamento de experiências, mas igualmente de reflexão. Nele, muitas vezes a pessoa que narra, (re) pensa sua própria história e trajetória de vida. E assim, em uma análise do próprio passado, Antônio Pescada explicou cautelosamente as causas de não ter frequentado a escola quando jovem: a sobrevivência de sua família.

A imagem que tanto esse, quanto os demais pescadores constroem em suas narrativas, é a de indivíduos trabalhadores. O valor, individual e

coletivo desse grupo, tem na labuta sua principal característica. Para esses homens, os pescadores antes de tudo, são sujeitos que arduamente trabalhavam para sobreviver. Esse trecho da narrativa de Antônio Pescada, não se finda aqui, ela possui vários outros significados. Se concordarmos com o que Ecléa Bosi afirmou sobre as fontes orais, as quais ela “sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (Bosi, 1994, p. 20), poderemos interpretar melhor um dos significados da narrativa desse pescador aposentado.

A educação formal em uma vila pesqueira, longe do centro da cidade, era de certa maneira um saber que teria pouco significado na subsistência desse grupo. Muitos meninos cursavam apenas as primeiras letras, abandonando a escola logo após aprender o básico, como assinar o próprio nome e fazer as quatro operações básicas. Desse modo, não parece absurdo concluirmos que em Pedra do Sal, possuir conhecimento sobre o regime das marés, sobre os hábitos dos diversos tipos de pescados e dos lugares mais piscosos, teriam maior significado prático na vida desses trabalhadores que saber ler, escrever e contar.

Para além do problema da educação formal, havia ainda a inexistência do atendimento de saúde e a falta de integração dos povoados insulares com o centro da “cidade”. Mesmo que no centro houvesse escola e outros serviços públicos, como hospitais, devido à inexistência de estrada entre o povoado e a “cidade” até 1973, bem como a distância, era difícil o deslocamento dos praianos ao centro de Parnaíba. Quando algum morador adoecia, lançava-se mão dos saberes e da medicina tradicional acumulados ao longo de gerações.

Tereza Severiano, mulher longeva que vivia em Pedra do Sal desde que nasceu, contou um pouco sobre os seus 88 vividos no mesmo povoado: “bom. Eu tô contando da minha vida. Essa eu sei muito bem. Criei meu filho. Não tinha esse negócio de dizer, ‘ah, vamos levar para o doutor, tá com febre. Não!’” (Tereza Severiano, 2016). Orgulhosa de nunca ter saído para trabalhar em Parnaíba ou em outro lugar, essa idosa explicou que vendo seu filho caçula ser acometido por febre, tratou ela mesma de curar a criança em sua própria casa, recusando a ideia de levar o filho para receber cuidados médicos na cidade.

Bebia-se, na esperança de alguma melhora, aguardente alemã ou infusões feitas de cascas de árvores, de ervas, de folhas, de sementes e de

raízes. Cataplasma e compressas diminuía inchaços ou diminuía alguma dor física. Rezas e orações para “tirar o quebrante” de crianças, de adultos ou mesmo de animais, eram igualmente empregadas. Em caso de doença, evitava-se alimentos “reimosos”, principalmente um peixe chamado bonito, pois poderia causar alguma inflamação ou piora. Todo esse conjunto de saberes e práticas faziam parte do rico arcabouço medicinal desse povoado e que era transmitido de forma oral pelos mais velhos.

Em situações mais graves e caso a medicina popular não tivesse sucesso, o acamado era prontamente transportado aos hospitais parnaibanos. Antônio Caraca rememorou como os moradores de Pedra do Sal faziam nestas situações:

Lejava numa rede! Assim no ombro. Eu ainda levei, eu ainda levei uns ainda. Ajudei levar, ajudei trazer, era assim. Não tinha estrada, não tinha nada. Estrada foi feita no tempo que o doutor Alberto Silva foi governador (Antônio Caraca, 2015).

Os vínculos de solidariedade firmados e estreitados pelos laços familiares, pelas pescarias, pelos compadrios e amizades, eram de extrema importância para a permanência dos homens e mulheres do lugar, que eram invisíveis aos olhos do poder público municipal. É essa sensação de proteção e de auxílio mútuo, uma das principais características do conceito de comunidade defendida por Zygmunt Bauman. Segundo o sociólogo polonês, “a comunidade antes de tudo ‘é um lugar cálido’, um lugar confortável e aconchegante” (Bauman, 2003, p. 7). Muito além do lugar em que se vive, a comunidade aglutina sujeitos. Bauman entende que existem dois tipos, a “ética” e a estética. Sobre essa segunda, ela pode ser compreendida pela sua efemeridade, aqui, “os laços são descartáveis e pouco duradouros” (Bauman, 2003, p. 67).

Em oposição a ela, há a “comunidade ética”, a qual associamos à Pedra do Sal. Uma “comunidade ética” é formada “em torno de ‘problemas’ com que muitos indivíduos se deparam em sua rotina diária” (Bauman, 2003, p. 67). Operando com esse conceito, podemos compreender os sentidos que as relações de proteção e auxílio apareciam nas narrativas. Vendo algum infortúnio em suas vidas, os pescadores e demais habitantes de Pedra do Sal se organizavam para combater as dificuldades da vida material. Não que a vila de pescadores não tivesse problemas, discordâncias ou conflitos

entre si, pelo contrário, acontece que esse sentimento de cooperação era importante para a manutenção da própria vida do grupo.

Antes da ponte, os pescadores tinham que ir caminhando de Pedra do Sal até uma das margens do rio e posteriormente atravessá-lo de canoa para vender o peixe. O pescador e terceirizado da empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A, Fernando, embora não tenha vivido em Pedra do Sal antes dessas transformações, narrou o seguinte:

Eu não alcancei os primeiros ônibus para levar o pescado. Mas muitas pessoas aqui, dizem que quando não tinham estradas, elas iam levar o peixe no ombro, no calão como chamava, ou de animal. Eles chegavam do mar até 6, 7 horas da tarde. Aí, iam tratar o peixe. Às 10 horas da noite iam vender o peixe em Parnaíba. O peixe era salgado, né?! Antes, na fundação da Pedra do Sal, não existia negócio de gelo (Carlos Fernando, 2015).

Apesar de não ter vivenciado essas experiências, pois veio morar em Pedra do Sal somente nos anos 1990, o pescador se “lembra” de como era o cotidiano dessas pessoas antes da estrada ou da energia elétrica. A memória não diz respeito somente à nossa vida, mas também ao grupo que estamos ligados, é o que Pollak chama de memória herdada ou por tabela. De acordo com o historiador francês, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa” (Pollak, 1992, p. 204). Analisando sua narrativa, percebe que Fernando possui essa “memória”, pois é casado com uma das filhas de Antônio Caraca, um dos pescadores mais antigos do povoado. É possível que a memória dos “outros” tenha sido transmitida a ele devido a convivência, seja esta com a família ou com seus colegas de trabalho. Enquanto Fernando delineou sobre os pescadores que iam vender os pescados no centro de Parnaíba, seu sogro, Antônio Caraca, descreveu como faziam quando precisavam comprar algo na “cidade”,

Saía daqui, de Pedra do Sal e ia para Parnaíba. Quando era de manhãzinha, a gente ia chegando lá. Fazia as comprinhas, comprava umas coisinhas e aí uma hora dessas, 17:00 em diante, a gente ia chegando. Vinha gente chegando até de noite. Voltando a pé, todo tempo (Antônio Caraca, 2015).

Pelas narrativas citadas anteriormente, pode-se observar certo nível de dependência do povoado pesqueiro, bem como de seus habitantes com

Parnaíba. Segundo Antônio Carlos Diegues, “para os pescadores artesanais a cidade é o mercado por excelência, onde dia a dia eles se defrontam com os atravessadores no momento de vender o peixe. É ali também que vão procurar o combustível, o gelo, o óleo” (Diegues, 1983, p. 221). Afinal, Parnaíba “comprava” tanto o peixe oriundo de Pedra do Sal, quanto vendia alimentos, linhas e vestimentas para os pescadores e suas famílias. Percebe-se desta maneira, que havia dependência mútua – ainda que não equivalente – dos habitantes de Pedra do Sal com o centro da cidade e vice-versa.

De acordo com as narrativas dos colaboradores, havia circulação, tanto de moradores da praia para a cidade como vice-versa. Nos períodos das férias escolares, antes mesmo do turismo aparecer como política desenvolvimentista. Já mesmo no século XIX, costumeiramente, algumas famílias que moravam na cidade, desfrutavam da temporada de férias em Pedra do Sal, como assinalou o poeta maranhense, Humberto de Campos e alguns trabalhos historiográficos ou com análise retrospectiva, como o do próprio autor desse texto (Oliveira, 2017), a dissertação de mestrado do historiador Marcus Pierre Carvalho Baptista (2019) e o artigo *Antropologia e Turismo: breves considerações sobre as praias do litoral do Piauí*, escrito pelos cientistas sociais Clódson dos Santos Silva e Jonas Oliveira (2021). Ainda que interessante, isso não nos interessa nesse momento, nos limitemos aos balneários feitos em Pedra do Sal na segunda metade do século XX. Antônio Caraca lembra-se que nas férias escolares de julho,

[...] nesse tempo, vinham o pessoal passar para cá no mês de julho, que era as férias. Eles vinham passar o mês de julho. Eles vinham comprar o peixe nosso para eles. Tinha o seu Raimundo Pinto, o senhor José Araújo, os Silvas, e muitos outros. Eles pagavam depois, era aquele negócio, e era assim. Eles ficavam ali na frente. Ali na frente era uma ruazinha de casa que era só para alugar para eles. Era bom quando vinham para cá (Antônio Caraca, 2015).

A fala de Antônio Caraca indica circulação e fruição da paisagem praiana pelos parnaibanos, muitos deles, com maior condição financeira. A narrativa ilustra que não era comum apenas os moradores de Pedra do Sal irem para o centro da cidade. O inverso também acontecia, entretanto os movimentos desses grupos de pessoas tinham suas singularidades.

Enquanto o pescador ia para a “cidade” vender o peixe, alguns dos cidadãos iam à praia desfrutar do mar da calma da vila de pescadores.

A história oral não é a verdade em si, cristalizada, mas uma versão. Portelli advertiu que a história oral tem sua especificidade por conta das subjetividades contidas nas narrativas. Para Portelli, “a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre *significados*” (Portelli, 1997, p. 31). É importante analisar com mais atenção esse trecho da narrativa. O narrador contou que existiam casas que eram alugadas para esses visitantes. Antônio Caraca afirmou ainda, que era “bom” quando essas pessoas iam para lá.

A vinda de grupos que moravam no centro de Parnaíba e mesmo em outras cidades do Piauí e/ou de fora, trazia algumas vantagens: os pescadores teriam maior lucro e certa comodidade, pois poderiam vender seus produtos aos veranistas que estavam instalados na praia. Haveria também emprego para as mulheres. Essas, nos meses de julho, lavavam as roupas dos visitantes ou trabalhavam nas casas alugadas às famílias, cozinhando ou arrumando as moradias enquanto os veranistas se divertiam na praia. Assim, julho, antes mesmo do “surto” do turismo como política de desenvolvimento na década de 1970, era um mês que trazia alterações no cotidiano do pescador e dos demais moradores da praia.

Se os moradores - ou parte deles - do continente vinham para a área praiana no mês de julho, os pescadores iam para o centro quase todos os dias vender peixes. Enquanto a praia era espaço de lazer para o visitante, para o pescador, se configurava como local de trabalho. Parnaíba, por sua vez, era o lugar em que se vendia peixe ou em que se buscava tratamento ante alguma doença que acometia algum morador da praia.

Com o advento do turismo na região litorânea do Piauí a partir dos anos 1970, as lógicas de trabalho e mesmo de fruição do espaço foram sensivelmente alteradas. A construção da estrada asfáltica e da ponte que ligava Parnaíba à Ilha de Santa Isabel com seus povoados, permitiu que os visitantes fossem à praia parnaibana com maior frequência, rapidez e comodidade. Ao ver a conclusão da Ponte Simplicio Dias, os editores do *Folha do Litoral* comentaram,

[...] desta obra que virá beneficiar, e muito, os que habitam do outro lado do rio, estão feitos em ritmo acelerado para que, dentro do prazo deter-

minado, seja entregue aos pedestres e à passagem de veículos, o que aliás está sendo aguardado com anseio por muitos dos que dirigem ou possuem carros, que não vem a hora de cruzar o grande afluente do Parnaíba sobre quatro rodas, sem o costumeiro, cansativo e perigoso transporte no tradicional ‘batelão’ (Folha do Litoral, 26 fev. 1975, p. 2).

Os carros de bois que transportavam os veranistas deram lugar aos automóveis que em velocidade, seguiam pela pista asfaltada, sinal de progresso, na visão dos periódicos da época. Já para alguns pescadores que viram a estrada ser construída, ela era uma obra ambivalente. Se a estrada e a ponte significavam progresso para os cidadãos, diferentes gerações de moradores da Pedra do Sal observavam as carnaúbas sendo derrubadas e a ilha cortada por uma estrada que “uniria” a praia à cidade. Adelaide e o primo, Antônio José, contando, respectivamente, com cerca de quinze e dez anos na época, ouviam os mais velhos falarem sobre essas obras.

Em certo momento da entrevista coletiva, Antônio José comentou: “o meu avô dizia muito: ‘meu filho, essa estrada aqui, vai ser muito boa, mas vai vir muito mal também’. E eu não sabia o que era. Era garotinho. Não sabia o que era. E o que ele falava, era isso mesmo”. Esse trecho da entrevista com o pescador dá vazão a diversas dimensões a serem exploradas. A ligação com a cidade por meio da estrada, portanto traria benesses tanto quanto malefícios.

Os peixes a partir do turismo além de vendidos aos tradicionais atravessadores começaram a ser vendidos também aos donos de bares e restaurantes na praia. O “peixe que é servido nos poucos bares e restaurantes” (A Libertação, 14 maio 1983, p. 4) de Pedra do Sal nos anos 1980, uma década após as obras supracitadas, era fornecido pelos pescadores locais. Esse novo agente que surgiu no comércio de pescados, pressionava ainda mais os pescadores a irem ao mar passando ali maior tempo ou adentrando cada vez mais no infinito azul. Antes, os trabalhadores do mar já eram prejudicados ao venderem os peixes a preços baixos aos atravessadores que ficavam com boa parte dos lucros, com o turismo, perderam ainda mais, afinal, é bem provável que os bares e restaurantes compravam o pescado a um preço bem menor se comparado aos valores cobrados pelos pratos que vendiam aos turistas.

Esses trabalhadores do mar, ainda concorriam deslealmente com a pesca industrial realizada por empresas cearenses, que se utilizam tanto de embarcações tecnologicamente superiores quanto de redes maiores. Observando a exploração da costa piauiense, o articulista R. Fonseca Mendes para o parnaibano *Norte do Piauí*, reclamava, “apenas uns parques ordenados ficam circulando em nossa terra” (*Norte do Piauí*, 23 abr. 1974, p. 4).

O caminho de Pedra do Sal até Parnaíba e vice-versa foi facilitado, mas isso não quer dizer que os pescadores e demais trabalhadores deixaram de ir até o centro da cidade caminhando. O preço da passagem era um empecilho. Pescadores e, principalmente as trabalhadoras domésticas, mesmo com a estrada, “muitas vezes veem a pé por falta de condições” (*Inovação*, mai. 1983, p. 11). A estrada, dessa maneira, não foi uma melhoria absoluta, ela trouxe sim rupturas e favorecia a locomoção de pessoas, todavia era acompanhada de permanências que não se refletiam, necessariamente, em benefícios para o povoado pesqueiro.

Considerações finais

As cidades são palcos de conflitos e de lutas sociais pela sobrevivência. As relações dos pescadores de Pedra do Sal com a cidade de Parnaíba eram muitas, dentre elas, de dependência. Espaço de experiências humanas, a cidade é um lócus complexo e, como tal, pudemos compreender que havia circulação de pessoas motivadas por singularidades próprias. O pescador, ou mesmo o morador de Pedra do Sal, buscava a cidade para vender o peixe, trabalhar ou curar-se de alguma enfermidade. Os mercados da cidade eram os lugares que os pescados trazidos do mar pelos homens eram vendidos. A pouca estrutura que caracterizava a área praiana, forçava os pescadores e os demais moradores de Pedra do Sal a se deslocarem para o continente em situações diferentes: tratamentos de saúde, compras, estudos, venda de pescado e do que produziam.

Por sua vez, o morador de Parnaíba ia ao povoado praiano desfrutar da paisagem litorânea para o lazer. Movimento esse que, possivelmente, aumentou devido a estrutura implantada e que favorecia o deslocamento de pessoas para ambos os lados do Igarçu. Ao enfatizarmos a importância de uma parte de Parnaíba pouco estudada pela historiografia local, colocamos

em xeque a imagem de que esta cidade quase sempre foi essencialmente urbana, buscando assim a revisão tanto na/da História, quanto da memória dessa cidade.

Por fim, nossa intenção foi perceber e discutir como os habitantes dos povoados insulares, mais especificamente de Pedra do Sal, se relacionavam com a cidade e como estes viviam em um período em que o lugar onde moravam passava por valorizações e transformações. Muito se fala em “devolução”, ou “restituição” para a comunidade após o fim de projetos de história, oral. Para Portelli, “a contribuição do historiador/ativista está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação dessa comunidade para além da fronteira” (Portelli, 2016, p. 23). Desse modo, o principal objetivo desse texto é, antes de tudo publicizar as experiências de sujeitos históricos cuja existência tem sido menosprezada, silenciadas e esquecidas, não deixando-as cair no esquecimento.

Fontes impressas

A Libertação, 14 de mai. 1983, p. 4.

Almanaque da Parnaíba, 1974, p. 39.

BATISTA, Teles. Parnaíba: crescimento populacional. **Jornal Inovação**, mar./abr./ maio 1985, p. 4.

CONCLUÍDA a ligação da ponte. **Folha do Litoral**, 1 mar. 1975, p. 1.

CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedito dos Santos (org.). **O livro do centenário da Parnaíba**: 1844 - dezembro - 1944. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

EDITORIAL. A cidade está em festas. **Folha do Litoral**, 09-10 maio 1975, p. 2.

FERRAZ FILHO, R. Produção do caju. **Folha do Litoral**, 30 set. 1978, p. 3.

LUCIANO. Briga doméstica prejudica comunidade. **Jornal Inovação**, maio 1983, p. 11.

MENDES, R. Fonseca. Asfaltamento – Informes, Conceitos e Opiniões. **Norte do Piauí**, 16 fev. 1974, p. 4.

MENDES, R. Fonseca. Calamidade legítima. **Norte do Piauí**, 28 mar. 1974, p. 4.

MENDES, R. Fonseca. IPECEA – Informes, conceitos e opiniões. **Norte do Piauí**, 23 abr. 1974, p. 4.

NÃO é sonho mas realidade. **Folha do Litoral**, 26 fev. 1975, p. 2.

PARNAÍBA outrora cidade-progresso hoje é cidade rebelde. **Folha do Litoral**, 08 ago. 1973, p. 1.

PEDRA do Sal eletrificada. **Folha do Litoral**, 06 fev. 1980, p. 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Código de Posturas**: Parnaíba: [s. n.], 1963.

REGATA: sucesso absoluto. **Folha do Litoral**, 16 jun. 1976, p. 1.

SILVA, Maria da Penha Fonte e. **Parnaíba, Minha Terra**: crônicas. Parnaíba: [s. n.], 1987.

Fontes orais

Adelaide Nascimento de Oliveira. Dona de casa, 54 anos. Entrevista realizada em 09 de abr. 2016, em Pedra do Sal, concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira.

Antônio Nonato dos Santos (Antônio Caraca), pescador aposentado, 85 anos e Rosângela dos Santos, dona de casa, 40 anos. Entrevista realizada em 10/02/2015, em Pedra do Sal, concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira e Láila Daniela da Silva Santos.

Antônio Batista dos Santos, pescador em atividade, 65 anos. Entrevista realizada em 04/08/2015, em Pedra do Sal, concedida a Pedro Vagner Silva

Oliveira e Láila Daniela da Silva Santos.

Antônio Severo do Nascimento (Antônio Pescada). Pescador em atividade, 62 anos. Entrevista realizada em 02/02/2015, em Pedra do Sal, concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira.

Carlos Fernando Silva do Nascimento. Terceirizado da empresa Águas e Esgotos do Piauí S/A e pescador, 49 anos. Entrevista realizada em 20/01/2015, em Pedra do Sal, concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira.

Tereza Severiano dos Santos. Entrevista concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira e Láila Daniela da Silva Santos.

Referências

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarras**: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí. (1880 – 1930). 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. 161 f.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIASE, Carmen Lúcia Carneiro Leão de; MINATEL, Vinicius; JUNKES, Janaína Accordi. **Saúde ocular do pescador artesanal e fatores de risco associados**. São José dos Pinhais: Seven, 2023. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/2074>. Acesso em: 5 set. 2024.

BOSI. Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANE, Maria Stela. As sete portas da cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 11, n. 34, p. 10-15, 1991.

CORBIN, Alain. **Território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores**

do mar. São Paulo: Ática, 1983.

MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. **Os filhos do lugar:** crônicas da territorialidade pedral. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. Parnaíba nas páginas do Inovação: o que diziam as poesias e os artigos de um alternativo sobre a cidade do Delta no final dos anos 1970. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes (org.). **Parnaíba:** sentir, ver, dizer. Parnaíba: SIEARTE, Teresina: EDUFPI, 2015.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de; SILVA, Clódson dos Santos. Antropologia e Turismo: breves considerações sobre as praias do litoral do Piauí. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Dossiê Especial, Penedo, v. 11, p. 217-233, 2021.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda:** pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura: cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto história.** São Paulo, v. 14, fev. 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Maria Majaci Moura da. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

UNIDADES PAISAGÍSTICAS E A DINÂMICA DO TURISMO NÁUTICO NO DELTA DO PARNAÍBA – PIAUÍ – BRASIL

Mateus Rocha dos Santos
Edvania Gomes de Assis Silva
Roneide dos Santos Sousa

Introdução

O espaço geográfico está intrinsicamente ligado às interações entre o homem e a natureza, refletindo tanto a apropriação dos elementos naturais quanto o desenvolvimento e as transformações socioespaciais. Neste contexto, o Delta do Parnaíba se destaca como uma área geográfica formada por rios meandrantess, ilhas e igarapés, com cinco barras ou desembocaduras na zona costeira que compõem sua estrutura. Sua estrutura paisagística é caracterizada por planícies aluviais e fluviomarinhas, situadas na divisa entre os estados do Maranhão e Piauí.

O desenvolvimento da atividade turística no litoral piauiense tem conferido destaque para o Delta do Parnaíba, que se diferencia pelas suas características paisagísticas naturais e pelas ações voltadas a implementação do turismo de natureza e do turismo náutico. A região do Delta possui um significativo potencial socioeconômico e ambiental, impulsionado por suas formações naturais e pela diversidade de produtos turísticos oferecidos. Esta área integra o roteiro turístico da Rota das Emoções, no circuito turístico que abrange estados que se limitam ao Piauí, focado principalmente nos segmentos de sol e praia.

O Polo costa do Delta é composto pelos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia, e Cajueiro da Praia, que se destacam por atividades turísticas associadas ao turismo náutico, onde os recursos hídricos proporcionam alternativas em comparação do turismo evidenciado em outras

áreas no estado (Santos, Silva e Lima, 2022). A exploração dos rios, lagoas, e do próprio mar, é fundamental para o desenvolvimento socioeconômicos da região, sendo esses elementos paisagísticos essenciais para o potencial turístico (Silva, 2016).

Os municípios litorâneos do estado do Piauí se encontram dentro de um mosaico paisagístico, onde a combinação dos componentes físico-naturais, sustentam a biodiversidade única, formando unidades paisagísticas naturais, como dunas, praias, manguezais, rios, lagoas entre outros de beleza cênica (Sousa, 2016). Além disso, atividades tradicionais como a pesca artesanal, cata de mariscos, agricultura familiar, desempenham um papel importante na dinâmica socioeconômica local, revelando complexas inter-relações entre homem e natureza.

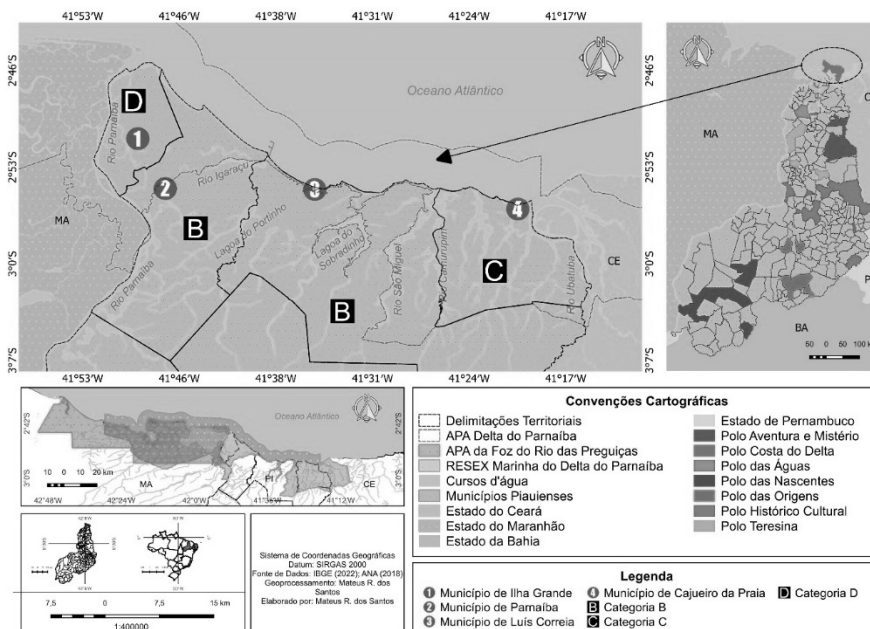
A pesquisa teve como objetivo analisar como as unidades de paisagem e os recursos naturais da área do Delta do Parnaíba são explorados para a oferta de produtos turísticos, especialmente no segmento de turismo náutico. Para isso, buscou identificar os principais recursos hídricos da região e seu potencial para o desenvolvimento do turismo náutico, em contraste com o turismo de massa desordenado.

Metodologia

Área de estudo

A área de estudo está localizada na microrregião da planície litorânea do Piauí, abrangendo os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, situados na porção meio-norte do estado (Figura 1). Esta região está posicionada na margem leste da interação deltaica, compreendendo a planície fluviomarinha do delta do rio Parnaíba, caracterizada por uma rede complexa de canais, baías, ilhas baixas e arenosas com dunas fixas e móveis (Pfaltzgraff, 2010; RADAMBRASIL, 1973).

Figura 1 – Localização da área de estudo categorias de classificação dos municípios
Polo Costa do Delta.



Fonte: Santos (2024).

A área de estudo integra o contexto dos polos turísticos do Piauí, com os municípios da Costa do Delta classificados nas categorias B e C, refletindo a demanda turística e o estágio de desenvolvimento das atividades turísticas na região (Fonseca *et al.*, 2019). O Delta do Parnaíba é uma região geográfica situada na planície fluviomarinha, caracterizada por terrenos argilosos e baías dominadas por marés, influenciados pelo fluxo do rio Parnaíba (Sousa, 2016). A área deltaica é protegida por diversas unidades de conservação, incluindo a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, a APA da Foz do Rio Preguiças, a Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba e a RPPN Ilha do Caju, que somam um total de mais de 600 mil hectares (Instituto Socioambiental, 2024; ICMBio, 2024; Brasil, 2020).

Procedimentos Metodológicos

Este estudo, de caráter exploratório e com abordagem quali-quantitativa, baseou-se em uma experiência descritiva e na coleta de dados: bibliográfica,

fico, documental e de campo (Marconi; Lakatos, 2003). Incluiu uma revisão de literatura em livros e periódicos, bem como da análise georreferenciada. Utilizou-se o *software* de geoprocessamento Qgis (versão 3.30) com dados do IBGE (2022) e da Agência Nacional das Águas (2012) para mapear as áreas de interesse e identificar os principais recursos hídricos com potencial turístico. Os pontos coletados foram registrados com o aplicativo de *GPS Avenza* (versão 5.1), e os pictogramas de identificação foram criados no *Inkscape* para edição de gráficos vetoriais em formato SVG, proporcionando uma representação visual detalhada das atividades relacionadas ao turismo náutico na área.

A metodologia foi dividida em duas etapas: na primeira etapa, foram realizadas três análises principais: identificação das áreas com maior potencial para o desenvolvimento do turismo náutico, com base em critérios e subcritérios específicos relacionados as unidades de paisagem e recurso hídricos. A segunda etapa consistiu na aplicação do método de análise hierárquica (*Analytic Hierarchy Process - AHP*), desenvolvido por Saaty (1990). Conhecido também como análise multicritério, esse método permite agrupar elementos do estudo com base em múltiplos critérios previamente estabelecidos. O processo envolveu a subdivisão hierárquica de critérios e subcritérios, utilizando o *software Super Decision* para realizar comparações sistemáticas entre as opções com relação a cada critério e subcritério ($n \times n$). As avaliações seguiram uma escala de 1 a 9 (Figura 2), onde 1 representa uma importância igual e 9 uma importância absoluta (Zambon et al., 2005).

Figura 2 – Valores de peso utilizados com análise de critério.

1/9	1/7	1/5	1/3	1	3	5	7	9
extremamente	bastante	muito	pouco	igual	pouco	muito	bastante	extremamente
Menos Importante							Mais importante	

Fonte: Adaptado de Zambon (et al., 2005).

Os critérios utilizados neste estudo foram baseados nos fatores relacionados às unidades de paisagem da região deltaica e na viabilidade das atividades de turismo náutico (Brasil, 2006). Dessa forma, foi realizada a inventariação da área de estudo, com o levantamento e identificação dos recursos hídricos como atrativos e como parte da oferta de atividades no

segmento turístico. O foco foi direcionado para os recursos hídricos mais relevantes para este estudo (quadro 1), identificando os elementos físico-naturais associados a eles.

Quadro 1 – Critérios adotados no estudo.

Unidades de Paisagem (Critério 1)	Recursos Hídricos (Critério 2)
Praias lacustres; Baías/Enseadas; Rios; Lagoas; Canais; Mangues; Riachos; Restingas; Dunas; Falésias/Barreiras; Ilhas; Ilhotas; Alagados; Recifes; Penínsulas/Pontas; Sacos/Flecha Costeira.	Rio Parnaíba; Praia Pedra do Sal; Lagoa do Portinho; Lagoa do Sobradinho; Praias de Luís Correia; Rio São Miguel; Rio Camurupim; Praia de Barra Grande; Rio Ubatuba e Timonha.

Fonte: Santos (2024).

Esse agrupamento possibilitou identificar as atividades de turismo náutico nos quatro municípios litorâneos do estado do Piauí, destacando os recursos hídricos que proporcionaram melhor aproveitamento e resultados positivos em relação ao produto turístico final. Esses resultados são representados através do mapeamento ilustrativo das atividades na área de estudo.

Ponderação dos critérios para determinação do Turismo Náutico

Após a seleção e organização dos critérios, foi possível aplicar pesos relevantes para a análise dos fatores significativos para a prática do turismo náutico. A ponderação foi realizada conforme a relevância dos critérios para a área do delta, resultando na criação de um submodelo no software Excel, onde foram inseridos os critérios de análise mais importantes (Figura 3).

Figura 3 – Ponderação em relação aos critérios das unidades de paisagem e os recursos hídricos.

Ponderação	Unidades de Paisagem	Rio Parnaíba	Praia Pedra do Sal	Lagoa do Portinho	Lagoa do Sobradinho	Praias de Luís Correia	Rio São Miguel	Rio Camurupim	Praia de Barra Grande	Rio Ubatuba e Timonha
9	Praias lacustres	1	1	0	0	1	1	1	1	1
9	Baias/Encostas	1	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Rios	1	0	1	1	0	1	1	0	1
9	Lagoas	0	0	1	1	0	0	0	0	0
9	Canais	1	0	1	0	0	1	1	0	1
7	Mangues	1	0	0	0	0	1	1	0	1
7	Riachos	0	0	1	0	0	1	1	0	1
5	Restingas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	Dunas	1	1	1	1	1	0	0	0	0
1	Falésias/Barreiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3	Ilhas	1	0	0	0	0	0	0	0	1
1.3	Ilhotas	1	0	0	0	0	1	1	0	0
1.5	Alagados	1	0	1	1	0	1	1	0	1
1.5	Recifes	0	0	0	0	1	0	0	1	0
1.7	Penínsulas/Pontas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9	Sacos/Flecha Costeira	1	1	0	0	1	0	0	1	0

Fonte: Santos (2024).

Foi utilizado a combinação binária (1 e 0), em relação a ausência ou presença dos critérios que estão correlacionados em seus respectivos espaços geográficos naturais. A partir desta ponderação, os dados representados foram aplicados no programa *Super Decisions*, que em seguida, se inseriu os vértices das unidades de paisagens (critérios 1) representativos em comparação com os recursos hídricos (critério 2), existentes na área de estudo. O *software* neste quesito, aferiu quais critérios deveriam estar relacionados, em que permitiu uma comparação final entre todos os parâmetros estabelecidos (quadro 2).

Quadro 2 – Áreas que têm maior potencial para a realização do turismo náutico.

Rio Parnaíba	Praia Pedra do Sal	Lagoa do Portinho	Lagoa do Sobradinho	Praias de Luís Correia	Rio São Miguel	Rio Camurupim	Praia de Barra Grande	Rio Ubatuba e Timonha
11	2	5	6	2	4	4	3	8

Fonte: Dos Autores (2024).

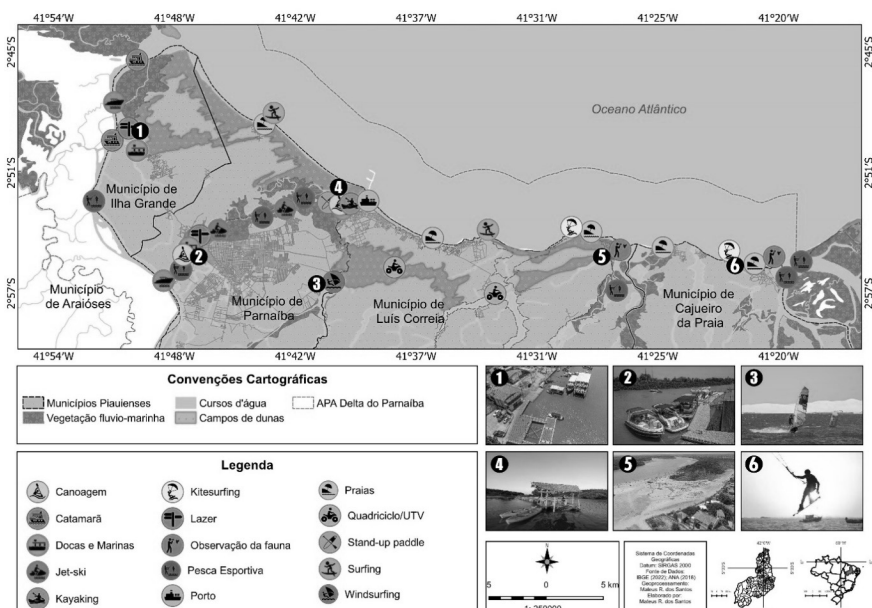
O *software* permitiu gerar uma lógica entre os recursos hídricos e sua relevância em comparação ao peso (9 a -9), no qual resultou o grau de presença no modelo do quadro 2. Ao final o programa foi possível visualizar

resultados quantificados da relação de forma analítica e substancial entre os critérios. Os dados obtidos permitiram demonstrar as características para a realização da atividade do turismo náutico das áreas aplicadas. Com destaque para o Rio Parnaíba, com 11 apropriações de unidades de paisagem, com registros de atividades realizadas em seu percurso. Seguido do Rio Ubatuba e Timonha com 8 aspectos, Lagoa do Portinho com 6 e Lagoa do Portinho com 5 unidades.

Resultados e discussão

A partir das análises realizadas *in loco*, com o suporte do geoprocessamento, foram identificadas as áreas mais relevantes em termos de recursos hídricos para o desenvolvimento das atividades de turismo náutico. Os espaços geográficos definidos como prioritários para essas atividades foram: Rio Parnaíba, Praia Pedra do Sal, Lagoa do Portinho, Lagoa do Sobradinho, Praias de Luís Correia, Rios São Miguel e Camurupim, Praia de Barra Grande, e Rios Ubatuba e Timonha (Figura 4).

Figura 4 – Espacialização das atividades de turismo náutico no litoral piauiense.



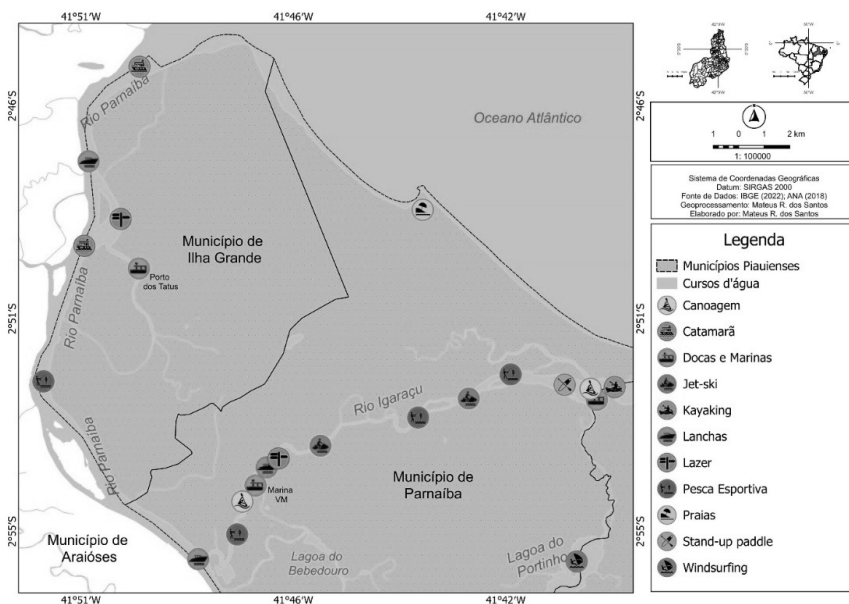
Fonte: Dos Autores (2024).

Na sequência tem-se a descrição das áreas consideradas de relevante interesse para o desenvolvimento das atividades de turismo náutico no litoral do Piauí.

Rio Parnaíba e rio Igarçu

Se constatou no aspecto turístico do segmento náutico atividades de navegação em águas interiores (Brasil, 2006), por meio do rio, afluentes, igarapés, e dentro da área da baía, que circundam toda a área que inicia entre os municípios de Ilha Grande e Parnaíba, até a desembocadura no oceano. Entre as atividades se constatou: navegação por embarcações em lanchas, catamarãs e motoaquática (*jet-ski*). Os visitantes/turistas têm a oportunidade de explorar as potencialidades naturais, históricas e culturais ao longo dos roteiros oferecidos pelas agências de viagens (Figura 5).

Figura 5 – Atividades do turismo náutico no Rio Parnaíba e do Igarçu.



Fonte: Dos Autores (2024).

O rio Igarçu, afluente do rio Parnaíba, apresenta características peculiares em relação ao seu potencial turístico. Conforme identificado nas

análises, há desafios e limitações que impactam o uso dos recursos hídricos para a execução do turismo náutico na região (Santos; Silva; Lima, 2022). No entanto, com base na dinâmica do turismo, vários trechos do rio oferecem oportunidades para a segmentação das atividades já em desenvolvimento, com possibilidades de adaptações e melhorias. As principais áreas de visitação ao longo desse rio incluem o Porto das Barcas (centro histórico e cultural) e a Beira Rio (espaço cultural e gastronômico), ambos locais que preservam vestígios históricos das primeiras iniciativas de povoamento e navegação na região.

As propostas de turismo na área do rio Igarçu ainda estão em processo de consolidação, envolvendo a gestão das esferas governamentais, tanto municipal quanto estadual, que buscam desenvolver atratividades na região. Em 2021, foi inaugurado o Museu do Mar (Museu do Mar do Delta do Parnaíba “Seu João Claudino”), situado nas antigas ruínas do Porto das Barcas (Porto Salgado), após um processo de revitalização que viabilizou sua abertura. Segundo informações do governo do estado do Piauí (2021), as obras tiveram um custo aproximado de R\$ 10 milhões. Apesar de este local ser amplamente utilizado, é importante ressaltar que a foz do Rio Igarçu é a primeira a compor a região deltaica.

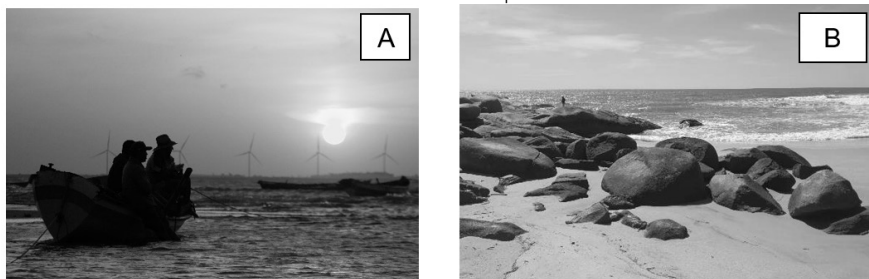
Na foz do rio Igarçu, também são realizadas atividades de turismo náutico e de natureza, com opções de lazer como *stand-up paddle*, canoagem e *kayaking*, proporcionando uma experiência que alia o ordenamento territorial à conservação ambiental. As práticas desenvolvidas no local se relacionam ao turismo de aventura, segmento que se apropria dos ambientes naturais para resgatar atividades esportivas em contato direto com a natureza.

Praia Pedra do Sal

A Praia da Pedra do Sal, situada no município de Parnaíba, no estado do Piauí, é um complexo de unidades paisagísticas composto por sedimentos com elevados teores de siltes e argilas, além de rochedos graníticos proeminentes próximos à costa, que proporcionam vistas panorâmicas e são frequentemente promovidos como um atrativo turístico da cidade de Parnaíba. A área também é caracterizada pela presença de grandes dunas, paleodunas, terraços fluviais (Silva; Lima, 2020).

As divisões rochosas influenciam a dinâmica da praia (Figura 4) tanto em relação à força das ondas quanto à distribuição dos visitantes. Segundo Silva, Lima e Baptista (2020), a praia é dividida em duas faixas distintas para os banhistas e visitantes: a faixa leste, de natureza dissipativa (praia brava), e a faixa oeste, de natureza refletiva (praia mansa). Essa separação promove diferentes tipos de atividades de lazer. A área leste é popular entre praticantes de esportes como surf e kitesurf, enquanto a área oeste é mais frequentada por banhistas, que desfrutam da paisagem e das belezas cênicas, como o pôr do sol (Figura 6).

Figura 6 – Aspectos paisagísticos da praia da Pedra do Sal. A – Faixa oeste da praia; B – faixa leste da praia.



Fonte: Dos Autores (2024).

Em resumo, a Praia da Pedra do Sal apresenta características voltadas para o turismo náutico, principalmente no que diz respeito às práticas esportivas e ao banho. No entanto, a área carece de infraestrutura adequada para o embarque e desembarque de embarcações a motor. A presença da comunidade local, que participa da pesca artesanal, contribui para que o turismo de natureza e contemplação seja uma experiência valorizada pelos visitantes.

Ainda assim, há conflitos entre a comunidade local e os visitantes, especialmente com praticantes de kitesurf. Esse tipo de conflito não é exclusivo da Praia da Pedra do Sal, sendo uma questão recorrente em outras praias da região que também possuem atividades turísticas (Macêdo, 2011).

Lagoa do Portinho

O recurso hídrico da Lagoa do Portinho é um componente importante da bacia hidrográfica do Rio Portinho, destacando-se por sua presença fluviolacustre. A área é caracterizada por várias unidades de paisagem, incluindo dunas longitudinais pleistocênicas e vegetação ecótona, além de estar sujeita aos processos de urbanização nas proximidades. A vegetação ao longo da lagoa ajuda a reduzir a movimentação das dunas móveis localizadas no lado norte-nordeste da lagoa (Sousa, 2016; Santos Filho, 2009).

A lagoa, com uma área de aproximadamente 5,62 km², apresenta variações significativas em seu nível de água, dependendo das condições climáticas. Durante os períodos chuvosos, a lagoa é abastecida pelos rios Portinho, Brandão, Marruás e Braz (Galvão, 2021). No entanto, durante longos períodos de estiagem, a lagoa pode sofrer uma redução substancial em seu volume de água, levando ao desaparecimento paisagístico (Santos; Silva; Lima, 2018; Mesquita; Lima, Santos Filho, 2016). Por outro lado, em períodos de alta pluviosidade, o excesso de água pode causar transbordamentos, afetando os estabelecimentos nas margens (Piauí, 2024; Piauí, 2023).

Além das questões naturais, a área enfrenta problemas relacionados às ações antrópicas, como desmatamento, poluição por resíduos sólidos e práticas de agricultura familiar (Santos; Silva; Lima, 2018). Os proprietários de terras frequentemente desviam o fluxo do rio usando barragens artesanais para irrigar suas plantações. Embora órgãos ambientais realizem vistorias e monitoramentos, ainda são frequentes os relatos de práticas clandestinas (Piauí, 2024; Galvão, 2021; Mesquita, 2017).

A área apresenta alta vulnerabilidade, e a atividade turística é conduzida de forma desordenada. A visitação às dunas, que é impactada pela dinâmica natural de transporte e sedimentação causada pelos ventos, contribui para mudanças abruptas na paisagem (SEMARH, 2023; Mesquita, 2017). O turismo náutico na lagoa inclui atividades com motoaquáticas, lanchas e passeios organizados por agências, clubes e marinas (Figura 7).

Figura 7 – Atividades do turismo náutico na Lagoa do Portinho: A – Prática de windsurf; B – Atividade de lazer em *banana boat*.



Fonte: Santos (2024).

Entre os atrativos da Lagoa do Portinho, destaca-se a visitação das dunas por meio de veículos *UTV* (*Utility Task Vehicles*). Esses passeios, com duração de cerca de 3 a 4 horas, utilizam a força e tração dos veículos sobre as dunas, tornando a experiência acessível apenas com quadriciclos ou veículos 4x4. A área da lagoa também é notável pela realização de campeonatos locais, nacionais e internacionais relacionados ao *kitesurf* e *windsurf*.

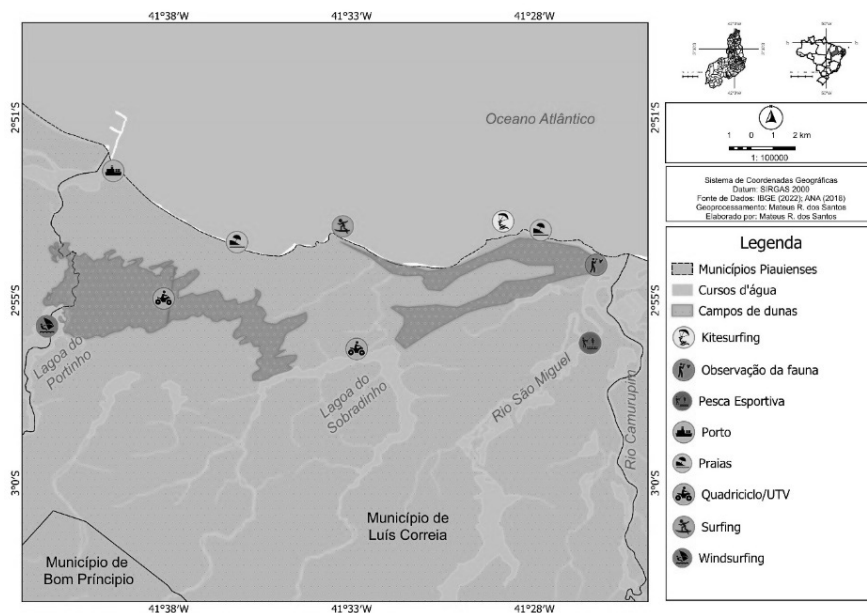
Lagoa do Sobradinho e Praias de Luís Correia

Diferentemente da Lagoa do Portinho, que é de origem lacustre, a Lagoa do Sobradinho se destaca por apresentar água salgada de origem residual, influenciada por processos climatológicos e pela ação marítima (Baptista; Moura; Silva, 2016). A lagoa é constituída por sedimentos marinhos arenosos e está localizada entre dunas e vegetação ecótona. A área é habitada por várias comunidades locais, cuja principal atividade é a pesca artesanal e o artesanato (Souza; Santos, 2017; Sena; Silva, 2020).

A atividade turística na Lagoa do Sobradinho é limitada a visitas irregulares por parte de turistas que utilizam trajetos alternativos pela costa ou dunas, em quadriciclos ou automóveis 4x4, principalmente após o período chuvoso, quando a lagoa se torna um balneário temporário. No entanto, não foram identificadas atividades de turismo náutico direta na área. A roteirização de visitantes geralmente se concentra na orla do município e em passeios alternativos. A comunidade local não está envolvida diretamente

nas atividades turísticas, e a área carece de gestão turística ou ordenamento, conforme apontado por Piauí (2022) e Martins Filho (2020) (Figura 8).

Figura 8 – Atividades do turismo náutico na área litorânea de Luís Correia.



Fonte: Santos (2024).

Os visitantes frequentemente se dirigem para as praias, atraídos pela ampla oferta de equipamentos turísticos, como meios de hospedagem e restaurantes. Praias como Atalaia, Coqueiro, Peito de Moça, Barro Preto, Itaquí, Macapá e Maramar se destacam como destinos populares. A construção histórico-socioeconômica dessa área revela um avanço significativo do capital, evidenciado pela crescente presença de empreendimentos e imóveis voltados para o turismo ao longo da orla dessas praias.

Martins Filho (2020) aponta que a transformação do espaço geográfico ao longo dos anos demonstra que o litoral se tornou um potencial tanto para visitação quanto para empreendimentos. No que diz respeito ao turismo náutico, a prática de banhos de sol e mar é intensificada durante quase todo o ano, com destaque para os meses de alta temporada, como janeiro e fevereiro, julho a setembro, e novembro e dezembro.

A orla marítima (Figura 9) atrai não apenas banhistas, mas também praticantes de *surf*, *kitesurf* e *windsurf*, que promovem campeonatos e eventos na região (Araújo, 2016; Dutra; Rosa, 2022).

Figura 9 – Praias de Luís Correia. A – Vista área da Praia do Coqueiro; B – Prática de *kitesurf* na Praia de Macapá.



Fonte: Dos Autores (2024).

O turismo náutico relacionado a embarcações enfrenta desafios significativos devido à falta de infraestrutura portuária ou de embarque adequada. Como resultado, grande parte da orla ainda apresenta limitações para o desenvolvimento desse segmento. No entanto, o turismo de natureza, focado na contemplação e no lazer associado ao sol e mar, continua a ser uma característica predominante da região. Recentemente, iniciativas públicas, como a inauguração do Porto Piauí – Luís Correia e a integração com a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), têm demonstrado um crescente interesse em desenvolver o turismo náutico. Essas ações visam promover a expansão socioeconômica da área, oferecendo novas oportunidades para o setor (Piauí, 2023; Piauí, 2022).

Rio Cardoso e Camurupim

Embora esses dois recursos hídricos tenham menor relevância para o turismo na região, eles oferecem oportunidades significativas para o turismo náutico, com potencial para desenvolver atividades que, até então, eram pouco exploradas. No entanto, essa exploração tem gerado impactos negativos no ecossistema natural. Isso ocorre devido à localização geográfica e geomorfológica da área, que é caracterizada por ambientes fluviomarinho com igarapés e vegetação de manguezais. Os rios Cardoso e Camurupim

formam uma única foz que está sujeita a processos de erosão costeira, especialmente no lado esquerdo da foz, onde não há a proteção da vegetação de mangue (Sousa, 2019). Ainda segunda a autora, esses processos têm alterado a paisagem local e intensificado o uso antrópico da área. Para conter a erosão, foram inseridas rochas de contenção na praia, como pode ser observado na figura 10.

Figura 10 – Praia de Macapá em Luís Correia. A – Foz dos rios Cardoso e Camurupim. B – Erosão costeira e intervenções antrópicas.



Fonte: Dos Autores (2024).

Em termos de atividades turísticas, destacam-se as práticas esportivas e recreativas. A pesca esportiva é uma das principais atividades, ocorrendo principalmente nas áreas com incidência de espécies deltaicas encontradas em afluentes do rio principal e próximo à zona urbana, como o Rio Igarçu (Parnaíba) e o Rio dos Morros (Rio Tatus, Ilha Grande) (Rodrigues, Braga e Silva Filho, 2019). Além disso, o turismo recreativo inclui mergulho livre e trilhas.

Os rios Cardoso e Camurupim, com sua configuração estuarina, são influenciados tanto por processos marítimos quanto fluviais, criando ecossistemas ricos em biodiversidade e matéria orgânica (Sousa, 2019). No entanto, a presença de tanques de carcinicultura desordenados, devido à falta de fiscalização, afeta negativamente o ecossistema local (Rodrigues; Braga e Silva Filho, 2019). A área é conhecida por abrigar o *Hippocampus reidi*, um cavalo-marinho de fácil acesso para visitantes que fazem navegações próximas às vegetações de manguezais nas desembocaduras dos rios (Mai; Rosa, 2009).

O produto turístico “Trilha do Cavalo Marinho” é oferecido pelas agências da região, geralmente realizado em canoas artesanais, muitas vezes

com a participação de membros da comunidade local ou guias turísticos locais. Outra espécie significativa é o peixe-boi (*Trichechus manatus Linnaeus*, 1758), que é uma atração de observação importante, especialmente no rio Ubatuba (Ceará).

Praia de Barra Grande

Localizada na comunidade Barra Grande, a área compreende uma urbanização de 78 hectares e uma faixa de praia com 4 km de extensão. Originalmente uma vila de pescadores, a região experimentou um crescimento significativo desde os anos 2000, impulsionado pela exploração imobiliária e pelo desenvolvimento de empreendimentos hoteleiros. A presença de elementos geográficos de beleza cênica transformou a área em um produto turístico de natureza (Piauí, 2022). Situada próxima ao estuário formado pelos rios Cardoso e Camurupim, a praia se destaca como um dos principais destinos turísticos, atraindo visitantes nacionais e internacionais.

A Praia de Barra Grande tornou-se um dos cartões-postais da região da Rota das Emoções, comparável a outros destinos de sol e mar, como Jericoacoara (Ceará). A demanda crescente por essa área é sustentada pela presença de meios de hospedagem sofisticados, restaurantes e atividades turísticas, além da intensa divulgação em vários canais e marketing (Silva; Perinotto, 2016).

O turismo náutico na região é semelhante ao observado nas praias de Luís Correia, especialmente no que diz respeito à prática de *kitesurf* (Dutra; Rosa, 2022). Durante as altas temporadas, o turismo de massa é intensificado pela busca dos fortes ventos que favorecem essas atividades, mantendo a demanda pela localidade ao longo dos anos (Macêdo, 2011). No entanto, o crescimento imobiliário esporádico tem gerado conflitos entre a comunidade local e os empresários, conforme identificado por Macêdo (2011) e corroborado por estudos sobre a expansão imobiliária (Paixão, 2023).

Rio Ubatuba e Timonha

Esses dois rios delimitam a fronteira geográfica entre os estados do Piauí e Ceará, formando um estuário que cobre uma área de 2.165 km² (Pereira; Rocha, 2015). Cada rio possui seus próprios afluentes que confi-

guran a zona estuarina: o Ubatuba é alimentado pelos afluentes Camelo, Carpina e Arraia, enquanto o Timonha tem como afluente o Cunhã. Esses afluentes são rios temporários com vazão intermitente. A vegetação predominante na região é composta por manguezais; no entanto, o processo de desmatamento revela uma crescente aproximação antrópica à vegetação e ao solo (Nascimento; Sassi, 2001) (Figura 11).

Figura 11 – Atividades da pesca tradicional A – Desembarque de pescadores na foz do rio Ubatuba; B – Pesca com rede no rio Timonha.



Fonte: Dos Autores (2024).

A presença do peixe-boi na zona estuarina dos rios Ubatuba e Timonha é significativa para a observação de espécies locais durante passeios em embarcações. No entanto, não foram encontrados registros específicos de atividades turísticas na área. Estudos apontam a fragilidade do local (Choi-Lima, 2017) e as dificuldades de acesso para navegação, o que limita a produção turística na região. Adicionalmente, a pesca artesanal, que utiliza arrastões – uma técnica local que destrói áreas lacustres e afasta espécies – é uma atividade antrópica negativa que afeta o ecossistema (Nascimento; Sassi, 2001).

A pesquisa permitiu identificar o potencial das áreas e determinar quais são mais propícias para o desenvolvimento desse segmento. Os rios desempenham um papel relevante no fomento da atividade turística. A intersecção entre rio e mar, ou seja, as áreas fluviomarina, mostrou-se particularmente promissora para o turismo náutico. Essas áreas não apenas oferecem grandes oportunidades para atividades náuticas, mas também devem ser protegidas para garantir a sustentabilidade e a melhoria contínua do turismo na região. Além disso, é fundamental considerar a implementação de perspectivas adicionais de atividades turísticas e reforçar as medidas

de proteção ambiental para maximizar o potencial turístico e preservar os ecossistemas locais.

Considerações Finais

O presente estudo abordou a dinâmica do turismo náutico no Delta do Parnaíba, Piauí, com foco nas unidades paisagísticas e no espaço geográfico natural que sustentam essa atividade. As análises revelaram que os recursos hídricos desempenham um papel central nas atividades turísticas, destacando a importância da interação entre as ações antrópicas e os elementos naturais da região. A interação sistemática entre esses fatores ofereceu uma visão holística do potencial turístico, evidenciando as oportunidades e desafios do turismo náutico.

Embora o estudo tenha identificado o potencial significativo das atividades náuticas nos cursos d'água da região, há espaço para ampliar a pesquisa em diversas vertentes. Aspectos como a qualidade dos recursos hídricos, a diversidade dos ecossistemas aquáticos, a acessibilidade, a infraestrutura existente e as práticas de preservação ambiental são elementos relevantes que devem ser considerados para uma avaliação mais abrangente do potencial turístico.

Adicionalmente, o estudo pode servir como um recurso valioso para a gestão dos municípios da região, auxiliando no ordenamento do turismo e no desenvolvimento de outros setores relacionados, como modais de transporte aquático e a integração das comunidades locais. A preservação ambiental deve ser uma prioridade contínua para garantir a sustentabilidade e o equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a conservação dos recursos naturais.

Referências

ARAUJO, J. Luís Corrêa recebe o 1º Campeonato Surf Atalaia. **Portal Surf guru**. 2016. Disponível em: <https://surfguru.com.br/conteudo/luis-correa-recebe-o-1%C2%BA-campeonato-surf-atalaia-2016-03-18-16513.html>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BAPTISTA, E. M. C.; MOURA, L. S.; SILVA, B. R. V. Geomorfologia e Geo-

diversidade do litoral piauiense para fins de Geoconservação. **Revista de Geociências do Nordeste**, Natal, v. 2, Número Especial, p. 1250–1258, 2016.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p.

BORGES, V. P. C. **Política Pública e Planejamento Estratégico do Turismo no Território Polo Costa do Delta**: Um Modelo de Desenvolvimento Turístico. 2017. 526 f. Tese (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) – Departamento de Geografia e Turismo, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2017.

BRAGA, D. S. Planejamento ambiental na perspectiva do ordenamento territorial turístico em áreas protegidas. In: SILVA, E. G. A. **Mosaicos geográficos do Delta do Parnaíba**. Parnaíba: EDUFPI; SIEART, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo náutico**: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília. 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Introdução à Regionalização do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

CHOI-LIMA, K. F. **Estimativa de abundância e impactos antrópicos sobre o peixe-boi marinho (*trichechus manatus*) no estuário dos rios Timonha e Ubatuba, divisa dos estados do CE e PI**. 2017. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DUTRA, A. S.; ROSA, M. C. Brazilian scientific production on kitesurfing in Barra Grande, municipality of Cajueiro da Praia-PI, Brazil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 6, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29083>. Acesso em: 11 mai. 2024.

FONSECA, M. A. P.; BICALHO, M. D.; SOUZA, R. M.; SILVA, R. D. Programa de regionalização do turismo: análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. **Ar@cne – Revista Eletrônica de Recursos En Internet Sobre Geografia Ciencias Sociales**, Barcelona, Espanha, n. 234, p. 1-20, set. 2019.

GALVÃO, V. Impactos antrópicos originados por barragens particulares afetam o turismo e a pesca em um dos cartões postais do Estado do Piauí. In: SILVA, E. G. A.; SILVA FILHO, F. P.; ROCHA, J. K. V.; SANTOS, M. R. S.; GALVÃO, V. (org.). **Meio Ambiente Patrimônio e Turismo no Estado do Piauí**. Parnaíba: EDUFPI; SIEART, 2020.

GUZZI, A. **Biodiversidade do Delta do Parnaíba**: litoral piauiense. Parnaíba: EDUFPI, 2012. 466p.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de gestão e diagnóstico, e sócio-econômico da Apa Delta do Parnaíba**. Fortaleza: IEPS/UECE, 1998.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN**. RPPN Ilha do Caju. 2024. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/290/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de conservação do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es/arp/2680>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KEENEY, R. L.; RAIFFA, H. **Decisions with multiple objectives**: preferences and value trade-offs. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOPES, L. S. O. **Estudo Metodológico de Avaliação do Patrimônio Geomorfológico**: aplicação no litoral do estado do Piauí. 2017. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MAI, A. C. G.; ROSA, I. M. L. Aspectos ecológicos do cavalo-marinho *Hippocampus reidi* no estuário Camurupim/Cardoso, Piauí, Brasil, fornecendo

subsídios para a criação de uma Área de Proteção Integral. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 85-91, 2009.

MACÊDO, E. M. **O turismo na praia de Barra Grande-PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MARTINS FILHO, J. Turismo no litoral piauiense: desafios e perspectivas. In: BAPTISTA, M. P. C.; NASCIMENTO, F. A. S.; BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V. **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí**. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 47-73.

MESQUITA, T. K. S. **Dinâmica hidroambiental da bacia hidrográfica do rio Portinho e seus reflexos na lagoa do Portinho**. 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

NASCIMENTO, M. S. V.; SASSI, R. Interferências humanas na área de influência direta do manguezal dos rios Timonha/Ubatuba, Estado do Piauí, Brasil. **Revista Nordestina de Biologia**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 73-90, 2001.

PAIXÃO, A. Região de Barra Grande e o contraste entre belezas e conflitos: especulação imobiliária e grilagem viram caso de Polícia. **OITO-MEIA**. Portal de Notícias. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2023/10/31/regiao-de-barra-grande-e-o-contraste-entre-belezas-e-conflitos-especulacao-imobiliaria-e-grilagem-viram-caso-de-policia/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

PEREIRA, A. M. L.; ROCHA, F. M.R. **A pesca no estuário do Timonha e Ubatuba (PI/CE)**. Parnaíba: Comissão Ilha Ativa; PETROBRAS; SIEART, 2015.

PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. (org.). **Geodiversidade do estado do Piauí**. Recife: CPRM, 2010.

PIAUÍ. Secretaria da Fazenda. **Diagnóstico rápido participativo da cadeia do turismo náutico, da cadeia da pesca estuarina e marinha no Litoral do Piauí e da comunidade que vive na área de influência direta do complexo industrial pesqueiro e marina em Luís Correia.** Parnaíba: FADEX, 2022.

_____. **Porto de Luís Correia vai impulsionar turismo no Piauí.** Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticia/porto-de-luis-correia-vai-impulsionar-turismo-no-piaui>. Acesso em: 11 mai. 2024.

_____. **Semarh e Polícia Civil deflagram Operação Portinho Vivo e multam empreendimento em mais de R\$ 1 milhão.** Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticia/semarh-e-policia-civil-deflagram-operacao-portinho-vivo-e-multam-empreendimento-em-mais-de-r-1-milhao>. Acesso em 11 mai. 2024.

CIDADE VERDE. **Lagoa do Portinho transborda e água invade bares e restaurantes.** 2024. Disponível em: https://cidadeverde.com/parnaiba/126059/lagoa-do-portinho-transborda-e-agua-invade-bares-e-restaurantes#google_vignette. Acesso em: 11 mai. 2024.

PIAUÍ HOJE. **Lagoa do Portinho transborda e alaga BR-402 em Parnaíba.** 2023. Disponível em: <https://piauihoje.com/noticias/municipios/lagoa-do-portinho-transborda-e-alaga-br-402-em-parnaiba-415323.html>. Acesso em: 11 mai. 2024.

RAIFFA, H.; KEENEY, R.L. Decision Analysis with Multiple Conflicting Objectives, Preferences and Value Tradeoffs. IIASA Working Paper. IIASA, Laxenburg, Austria: WP-75-053. 1975. Disponível em: <https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/375/>. Acesso em: 10 de mai. 2024.

RADAMBRASIL. 1973. SA.23 São Luís e parte da folha SA 24 Fortaleza: **Geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra.** Ministério das Minas e Energia. Levantamento de Recursos Naturais v. 25. Rio de Janeiro. 639 p.

SAATY, T. L. How to make a decision: the analytic hierarchy process. **European journal of operational research**, v. 48, n. 1, p. 9-26, 1990.

SANTOS, M. R. **Geoprocessamento e elaboração de mapas**. [S. l.: s. n], 2024.

_____; SILVA, E. G. A.; LIMA, I. M. M. Rio Igarauçu, Piauí: dinâmica socioambiental e potencialidades na Área do Delta do Rio Parnaíba. **William Morris Davis** – Revista de Geomorfologia, Sobral, v. 3, n. 2, p. 1-2, dez. 2022,

SANTOS FILHO, F. S.; SILVA, T. K. M.; LIMA, I.M. M. F. Where is the Lake that Was Here? A Case Study on the Portinho Lake in Piauí, Brazil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 11, n. 1, p. 346-356, 2018.

_____. **Composição florística e estrutural da vegetação de restinga do Estado do Piauí**. 2009. 120 f. Tese (Doutorado em Botânica) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Departamento de Biologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SPECTRAH OCEANOGRAFIA E MEIO AMBIENTE. **Implantação do empreendimento industrial e cais pesqueiro com dragagem do canal fluvial Porto Pesqueiro de Luís Correia, Piauí**. Estudo de Impacto Ambiental. Luís Correia: SPECTRAH, 2023.

SENA, N. A.; SILVA, M. P. Monitoramento de recursos hídricos: estudo da Lagoa do Sobradinho em Luís Correia, Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 11., 2020, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: IBEAS, 2020. p. 1-6.

SILVA, C. H. S.; LIMA, I. M. M. F. Litoral do Estado do Piauí: proposta de compartimentação. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 18-32, 2020.

SILVA, B. R. V.; LIMA, I. M. M. F.; BAPTISTA, E. M. C. Geossítios da zona litorânea piauiense: caracterização para fins de geoconservação. In: BAPTISTA, M. P. C.; NASCIMENTO, F. A. S.; BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V. **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí. v. 1. Teresina: EDUFPI, Piauí. 2020. p. 98-131.

SILVA, E. G. A. O papel da sociedade na gestão social da água na APA Delta

do Parnaíba. In: SILVA, E. G. A. **Meio ambiente, comunidades e turismo**. Parnaíba: EDUFPI: SIEART, 2016.

SOUSA, R. S. Avaliação da cobertura vegetal e uso da terra da bacia hidrográfica costeira do rio Portinho, Piauí. **Revista de Geociências do Nordeste**, Natal, v. 2, p. 1141–1150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10577>. Acesso em: 10 maio. 2024.

SOUZA, S. L.; SANTOS, A. M. S. Experiência, trabalho e artesanato: as rendeiras de Lagoa do Sobradinho (Luís Correia-PI) e a produção de renda de bilro. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano 3, n. 4, p. 53-61, jan./jul. 2017.

SOUSA, R. S. **Zoneamento geoecológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste piauiense**. 2019. 152 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ZAMBON, K. L.; CARNEIRO, A. A. F. M. C.; SILVA, A. N. R.; NEGRI, J. C. Análise de decisão multicritério na localização de usinas termoeletricas utilizando SIG. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 183-199, maio/ago. 2005.

ENTRE COQUEIROS E PEDRAS DE SAL: REPRESENTAÇÕES DO LITORAL PIAUIENSE EM O GURU DAS SETE CIDADES, DE CARLOS BINI (1972)

*Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Francisco de Assis Sousa Barbosa Júnior
Natanael da Silva Cardoso*

Introdução

A cena aberta em um plano aéreo sobrevoa uma selva de pedras. Mas espere: não se trata de uma metáfora para uma grande e pujante metrópole, embora, naquele mesmo ano, uma telenovela tivesse como título essa expressão, para uso relativo a uma grande cidade e suas contradições¹. São pedras, de fato, que indicam a existência de uma certa magia própria daquele lugar. Deslocados cerca de uma centena de quilômetros dali, espécie de pedaço do paraíso recheado de mistérios, a cena, acompanhada por um voz-over eloquente, indica um outro espaço: os tabuleiros litorâneos que se avizinham como indicativo de que, logo adiante, estaríamos diante do mar. O clima praiano e a areia branca, iluminados pelo sol de verão piauiense, propõem ambiência propícia ao desejo, à curtição, à transa, como poderia ser dito com o vocabulário daquela época. Afinal, estamos nos anos 1970, e as imagens aqui descritas são de uma película que circulava nas telas do cinema em Teresina, capital piauiense, representando espaços ainda pouco conhecidos de sua geografia, como forma de estímulo ao turismo e propulsão de seu desenvolvimento. Deseja-se, naquelas terras onde circulam

1. *Selva de Pedra* era uma telenovela escrita por Janete Clair e dirigida por Walter Avancini, que, naquele ano de 1972, era exigida às 20 horas na Rede Globo de Televisão. Representando a chegada de pessoas ao Rio de Janeiro e do enfrentamento da grande cidade não apenas como “terra dos sonhos”, mas também de um sem-número de contradições, contava como Francisco Cuoco, Regina Duarte e Dina Sfat nos papéis principais.

atores cariocas cabeludos, vestidos de *hippies*, em bugres e motocicletas, apontar para o local onde haveria de convergir todo um Brasil, filho de um certo “milagre econômico” ensejado.

O fragmento acima, repleto de clima ensolarado e de algum otimismo, parece divergir do que, tradicionalmente, demonstraria o início de um texto historiográfico que tratasse do Brasil do início dos anos 1970, marcado pela fase obscura da ditadura militar e de sua ação repressiva. De fato, ela descreve o trecho de um documento histórico localizado nesse tempo, especificamente do ano de 1972, cujo objetivo fundamental era, esmaecendo o pano de fundo em que se localizava o país - endurecido e brutalizado pela ação de um Estado que torturava e matava seus inimigos públicos -, propor uma imagem festiva de desenvolvimento que, incitado pela perspectiva de crescimento econômico propalado pela propaganda política oficial, deveria alcançar o país como um todo, inclusive aquela que era considerada, à época, sua região mais empobrecida: o Nordeste e, de modo específico, o Piauí, dando ênfase ao seu espaço litorâneo como palco de belezas ainda inexploradas e potentes de desenvolvimento turístico e comercial.

O documento em questão é o filme de ficção em longa-metragem *O Guru das Sete Cidades*, dirigido pelo cineasta carioca Carlos Bini e lançado no ano de 1972, contando com financiamento da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), órgão público do Governo Federal, e do Governo do Estado do Piauí, à época liderado pelo engenheiro Alberto Tavares Silva. Utilizando como pretexto a história de paixão entre uma jovem casada e um *hippie*, parte de um bando que circula indolentemente pelo Piauí e por suas belezas paradisíacas, o filme articula-se como espécie de imagem-propaganda dos espaços a serem explorados pelo nacional-desenvolvimentismo de cunho autoritário do Brasil de então. Construído como um *road movie*, aos moldes de filmes estadunidenses a exemplo de *Anjos Selvagens* (*Wild Angels*, 1966), de Roger Corman, e *Sem Destino* (*Easy Rider*, 1969), de Dennis Hopper, sua estética tomava como exemplo o ideal de subversão juvenil que se espraia desde o final dos anos 1960, com o advento da chamada geração beat nos Estados Unidos e com as movimentações do final da década na França.

Esse texto, entretanto, pretende analisar não exclusivamente a estética juvenil presente em *O Guru das Sete Cidades*, mas, sobretudo, os modos com os quais suas imagens dão visibilidade a um dado espaço do Piauí

dos anos 1970 - o litoral, sobretudo as praias de Coqueiro e Pedra do Sal - e os modos com os quais esses espaços são utilizados com a finalidade de evidenciar determinados discursos e interesses políticos dessa época. Partindo da perspectiva indicada por Marcus Pierre de Carvalho Baptista, que, em sua pesquisa sobre as histórias da Villa de Amarração no final do século XIX e início do século XX, indica a possibilidade de novos estudos sobre o litoral piauiense (Baptista, 2023, p. 267), procuramos observar os *modos de endereçamento* (Ellsworth, 2001) do filme, analisando as maneiras com as quais este buscava direcionar-se para determinados segmentos da sociedade brasileira como maneira de dar percepção ao Piauí parte de um “Brasil grande” que se construía nos discursos e nas práticas oficiais dos tempos de ditadura.

Visão do paraíso: o litoral piauiense sob a ótica do discurso modernizador.

A ditadura militar que, desde sua implantação, em 1964, nunca assumiu seu caráter autoritário e sua natureza ditatorial, por mais que sua própria existência insinuasse asfixia e o seu soerguimento tenha sido organizado sob a rubrica da violência à legalidade. Assim, durante todo esse regime é possível perceber um esforço da classe militar direcionado à aplicação de um efeito cosmético à ordem estabelecida, o objetivo era fazer com que houvesse uma aceitação pacífica, ou pelo menos, pouco resistente àquela forma de governo.

De acordo com Marcelo Ridenti (2014), a partir do ano de 1969, é possível perceber com mais clareza que tal busca por legitimidade foi pretextada com a retórica de que o progresso nacional, em todas as suas instâncias, estaria condicionado com o desenvolvimento econômico e este só poderia ser alcançado com a continuidade dos militares no poder, os quais manteriam a ordem da nação. Todavia, é na década de 1970 que se localiza com mais força essa ideia de progresso nacional associado ao desenvolvimentismo, sobretudo com o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, que em sua posse presidencial, foi peremptório e professoral ao dizer:

Homem do meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim

o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere a nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica e humanizada. Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. É meu propósito libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos e, para isso, convoco a universidade, chamo a Igreja, aceno à imprensa e brando ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo (Médici *apud* Bonfim, 2004, p. 292.)

Como se pode ler, Médici confiava “a escalada para os altos de uma sociedade tecnológica e humanizada”, à potência de homens que detivessem os ideais inovadores. A máxima progressista que se percebe em sua fala está atrelada à escolha de sujeitos que pudessem dar continuidade, a partir de seus respectivos estados, à ideia integrativa de um país em vias de se modernizar, sobretudo através da implementação de mudanças materiais notáveis, como a infraestrutura das cidades a partir das quais seria possível avivar o espírito nacionalista coletivo tão necessário aos seus projetos.

Segundo Mota (2022), Garrastazu Médici, para dar efetividade ao seu programa desenvolvimentista, procurou com acuidade elencar e eleger nomes de sujeitos que estivessem alinhados à necessidade tecnicista de tal projeto em todo país. Assim, no que se refere ao Piauí, como os demais outros estados da nação, a escolha levou em conta atributos que fossem condizentes com a lógica do desenvolvimento através de obras públicas, razão por que, em 1971, o empossamento de Alberto Tavares Silva dava continuidade ao projeto pensado por Médici.

Curioso notar como, muito embora sua posse tenha se dado no ano de 1971, Alberto Tavares Silva, em 1970, já discursava sobre as mudanças que tentaria implementar no seu mandato. O futuro governador demonstrava uma certa perícia quanto às reformas que faria, os saberes que apresentou em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, segundo Franco e Nascimento (2019, p. 14) “demonstravam razoável entendimento sobre o clima socioeconômico desejado pelos militares na época”. No dia 15 de março de 1971, ainda no calor de sua posse ao cargo, Alberto Silva eternizou os seguintes dizeres:

Estou certo de que, na caminhada que ora inicio, não me faltarão os estímulos de que necessito – das Forças Armadas, da juventude, que é o hoje e o amanhã desta nação, da classe política, dos trabalhadores das cidade e dos campos, dos ricos e dos pobres, com a convicção de que indispensável é nesta hora a aglutinação de todos os piauienses em torno de um governo que não dará agasalho a ressentimentos, que não tem interesses que não sejam os do Estado e do bem estar dos seus concidadãos” (NOVO Governo, Teresina, Estado do Piauí, 18 mar. 1971, p.4)

Importante compreender como a trajetória de Alberto Silva lhe conferiu os atributos precisos para que a escolha de seu nome não finasse os propósitos pensados pelos militares. Assim, tal governador, mesmo nascido no Piauí, havia criado carreira fora de seu estado, principalmente no Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais, lugares onde cuja passagem somou à sua pessoa as formações em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica. Além disso, foi no passado por tais estados que Alberto Silva catalisou em torno de si uma forte rede de amizades e alianças, daí as razões que confeccionaram uma boa imagem sua para a nomeação aqui tratada, a de governador do Piauí (Fontineles, 2015).

Ainda com relação ao enxerto acima, apesar de conclamar forças de diversas instâncias da sociedade para a caminhada que iniciava, é preciso dizer que a nomeação de Alberto Silva causou certo desconforto em alguns setores da sociedade teresinense, como nas oligarquias daquela cidade. O próprio governador, ainda segundo a historiadora Cláudia Fontineles (2015), afirmou em entrevista que não foram poucas as reações contrárias à ideia de um forasteiro — denominação através da qual o grupo liderado por Petrônio Portella o via —. O fato é que, a despeito de tais burburinhos, Alberto Silva fez jus aos interesses da classe militar e deu curso àqueles projetos.

Dessa forma, Teresina da década de 1970 também foi palco das transformações econômicas e sociais que faziam parte do projeto modernizante nacional, o qual trazia como objetivo medular assegurar o crescimento do país por meio de políticas que visavam a industrialização do Brasil como um todo. As alterações capitaneadas por Alberto Silva no Piauí faziam parte da ideia de “milagre econômico”, tão em voga durante a década em que atuou, apesar de se tratar de uma expressão com certo grau de superficialidade e equívoco, uma vez que houve uma desproporcionalidade entre o cresci-

mento do Produto Interno Bruto (PIB), em relação às condições de vida de grande parte da população brasileira. No entanto, alguns jornais piauienses, a exemplo d' *O Estado*, assim avaliava as mudanças:

O progresso de Teresina, para ter sua rapidez dimensionada com maior clareza, deve, ao nosso entendimento, ser observada de pouco tempo até agora. Digamos: de dez ou quinze anos atrás até os dias atuais. Com efeito, no fim dos anos 50 e no começo da década de 60 a capital piauiense não contava com certas comodidades e sintomas de progresso, como, por exemplo, uma boa rede telefônica, aeroporto, e estação de passageiros modernos, vida noturna, praças e avenidas atraentes, e uma variedade razoável de clubes sociais. Água e energia elétrica abundantes eram igualmente desconhecidos, para não falar em asfalto e transportes interurbanos. Tudo o que aí está citado marca presença em Teresina, cujo aumento da população não se processou isoladamente: foi, como vem sendo, acompanhando de um desenvolvimento que se não é ideal parece aproximar-se, pelo menos agora, de um nível satisfatório. Expandiu-se a industrial, assim como o comércio. O crescimento vertiginoso da cidade nos dois ou três últimos lustros já lhe confere um aspecto legítimo de capital, ares de cidade viva, moderna, atualizada com o avanço tecnológico, que permite aos seus moradores até mesmo acompanhar as aventuras cósmicas do homem fenômeno insuspeito até bem pouco tempo atrás (O Estado, 18 ago. 1971, p. 5)

Antes de quaisquer avanços, é preciso esclarecer que alguns jornais à época funcionavam como artifícios mediante os quais se buscava promover uma imagem de grandeza dos feitos governamentais, isso tanto em nível nacional quanto estadual, nas palavras do historiador Carlos Fico os jornais, assim como outros meios propagandistas, “colaboravam para reinvenção do otimismo, para consolidar e ressignificar a convicção que vivíamos uma época superadora do atraso” (Fico, 1997, p. 85). A partir do fragmento acima, é possível perceber que há uma notável comparação entre a capital piauiense de tempos anteriores à regência militar — e, portanto, menos “desenvolvida” — em relação à capital onde cujas sintomáticas transformações do alvorecer dos anos 1970 eram tributárias dos projetistas modernos, como Alberto Silva, no caso do Piauí.

Procurou-se, nesse período, estabelecer duas imagens antagônicas. Uma Teresina que, quando governada pelas oligarquias locais, tinha um

aspecto de “atrasada”, em oposição a uma Teresina que, capitaneada por Alberto Silva, era sempre pensada nos termos de um lugar que seria a locomotiva do progresso piauiense, uma vez que anunciava o novo, o moderno, as condições materiais para a alçada de sua posição à hierarquia que metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro já ocupavam, podendo assim ser lida pelas lentes do pensamento de Sandra Jatahy Pesavento (2007, p. 14) porque, naquele momento, a capital piauiense fora projetada como “uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado”.

Dentre os feitos do governador, pode-se apontar alguns de maior vulto como aqueles que seguiram a ideia de integrar o Piauí ao restante do Brasil, a exemplo da rodovia Transpiauí construída com o objetivo de ligar Parnaíba, que ficava no litoral, a Corrente, localizada no extremo sul do Piauí, pensava-se também em possibilitar a ligação de rotas do Piauí a Brasília, pelo interior, (Nascimento; Monte. 2019). Além disso, o chamado “Pólo Petroquímico de Teresina”, como foi nomeado o terminal rodoviário de Teresina, foi outro projeto notável de Alberto Silva, uma vez que proporcionou o recebimento direto de combustível do porto de Fortaleza – CE e de São Luís – MA. Outros aspectos de Teresina também foi pauta de observação do governador e objetos de suas ações, que se pretendiam grandiosas e distintas:

PLANASA – Em decorrência do convênio de adesão do governo do Estado do Piauí, ao Plano Nacional de Saneamento – Planasa, foram assinados ontem, atos que integram o município de Parnaíba àquele Plano. A cerimônia, realizada na presença do Governador Alberto Tavares da Silva, foi presidida pelos Ministros Antônio Reis Velloso e Costa Cavalcanti, contando, ainda, com a presença do BNH, José do Rego Monteiro. O Plano Nacional de Saneamento permitirá até 1980 a execução de programas de abastecimento de água aos Estados Brasileiros, beneficiando cerca de 65 milhões de habitantes em todas as cidades do País, programas esses que totalizam até o momento 4,8 bilhões de cruzeiros (Correio da Manhã, 12 out. 1973, p. 6).

O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) foi uma reunião da qual o governador Alberto Silva participou no terceiro ano de seu mandato. A ideia era também parte do projeto de integração dos estados da

nação às políticas desenvolvimentistas. No caso do convênio em questão, as demandas eram com relação aos problemas de abastecimento de água nos estados brasileiros que sofriam com tais problemas, como o Piauí. Não somente esses, mas outros exemplos dão conta das tantas tentativas direcionadas ao intuito de integrar o Piauí à lógica “modernizante” dos militares, como a criação das estatais CEPISA E TELEPISA, as quais tinham por função, respectivamente, gerir a distribuição de energia elétrica e telefonia no Piauí. Outro exemplo notável foram os fortes investimentos financeiros do governo federal à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), aplicados no Piauí pela gerência de Alberto Silva.

As construções de estradas, de avenidas e grandes edifícios, como hospitais voltados ao tratamento de pessoas com doenças infectocontagiosas, entre outras obras, a saber o estádio de futebol cuja construção deu-se no momento de grande repercussão e arrebatamento da conquista da Copa do Mundo, em 1970, no auge do governo de Garrastazu Médici, dão conta de demonstrar as mudanças pensadas pelo governador a partir das construções no plano material. Com relação ao estádio, que recebeu o nome do governador flexionado no aumentativo — Albertão — foi projetado para comportar 70 mil pessoas e se encaixa dentro da expressão *maneiras de durar*, com que a historiadora Cláudia Fontineles (2015) utiliza para se referir aos tantos feitos que Alberto Silva lançaria mão para confeccionar em torno de seu nome a imagem de sujeito-signo das modernizações dos anos 1970.

Para além dos esforços modernizantes de Alberto Silva aplicados em obras físicas, pode-se mencionar outros meandros pelos quais suas ações enveredaram ainda no leito da empreitada de consubstanciar o Piauí à política desenvolvimentista dos militares. Dessa forma, suas ideias direcionam-se ao campo cultural dando a ver aquilo que o pensador Stuart Hall (1997, p. 5) disse sobre “a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo”. O fato é que houve um esforço do governador em retirar o Piauí do lugar pouco iluminado que ele ocupava em relação aos outros estados do Brasil, para tanto, buscou apresentar as potências turísticas e as maravilhas de que dispunham os sujeitos daquele lugar. Segundo Castelo Branco e Sousa (2014, p. 75):

Em 1972, como desdobramento deste esforço de divulgação das potencialidades turísticas do Estado, a Secretaria de Cultura — criada já no âmbito da reforma administrativa promovida por Silva ao assumir o governo — celebra contrato para a realização de um longa-metragem ambientado em Sete Cidades e Parnaíba, dois pólos turísticos do Estado. Daí resulta a realização *O Guru das Sete Cidades*, espécie de pastiche de *Easy Rider* (Denis Hopper, 1969) encenado basicamente por componentes da banda paulista de rock Spectrum, e que contempla todos os ingredientes da teenexploitation no cinema.

Com base no que foi tratado no espaço deste tópico, não foram poucas as tentativas do governador Alberto Tavares Silva em inserir o Piauí no seio das ideias modernizantes que sopravam durante os anos do “milagre econômico”, este que tão bem vertebrava o objetivo dos militares de fazerem seu governo parecer legítimo e necessário ao engrandecimento da nação. Assim, não somente as obras físicas marcaram o intento modernizante e expansivo de Alberto Silva para o Piauí, como também as produções fílmicas, como é o caso do filme *O Guru das Sete Cidades*, objeto tomado aqui como pretexto para o estudo histórico.

“Despertar novos aspectos sociais do país em paisagens não exploradas”: *O Guru das Sete Cidades* entre as pedras e o mar

“Guru das Sete Cidades” é a película que será filmada, no Piauí, com a finalidade de despertar novos aspectos sociais do país em paisagens não exploradas. O filme não será nenhum documentário - segundo informou o produtor Sidnei Loureiro. O produtor de cinema carioca finalizou ontem com setores do Governo Estadual os últimos contatos comerciais visando a realização da película “Guru das Sete Cidades” que terá no papel principal Rejane Medeiros, e será filmado em Teresina e no interior do Piauí com a participação de Milton Campos Viana e ainda sob a direção artística de Carlos Bin e José C. Thuller (O Dia, 11 jan. 1972, p. 17).

Um avião sobrevoa o Piauí e desce no aeroporto de Teresina, inaugurado há cerca de cinco anos. Dele, desembarca um poderoso empresário do Rio de Janeiro, que ali havia chegado para tratar de negócios com um relevante empresário local. Na conversa entre ambos, as potencialidades eco-

nômicas do Piauí são citadas com veemência: a existência de um aeroporto, que possibilitaria contatos cada vez mais profícuos com o “Sul maravilha”, o potencial turístico, sobretudo da região das Sete Cidades e do litoral, bem como a eminente emergência do Porto de Luís Correia, obra de grande porte, que colocaria o Piauí no concerto dos mais importantes Estados do Brasil naqueles tempos de “milagre econômico”. Mais adiante, hippies circulam de bugre pelas areias do litoral. Seu hedonismo, ao mesmo tempo em que demonstra discrepância com a sisudez dos diálogos empresariais de cenas anteriores, denota elementos que aquelas também desejam mostrar: a pujança natural e as belezas e potenciais turísticas do Estado do Piauí, para o qual, em breve, os olhos de todo o país começariam a se direcionar.

O fragmento acima resume alguns dos principais elementos de *O Guru das Sete Cidades*. Se, por um lado, era “pastiche de *Easy Rider*”, clássico da estética *road movie* dirigido pelo estadunidense Dennis Hopper e datado de 1969, o filme também carregava consigo um amplo conjunto de elementos que buscavam significar ao Piauí determinados elementos de regionalidade que coincidiam com o desenho elaborado pelo Estado brasileiro, bem como pelo governo Alberto Silva, de visibilizar um certo Brasil em amplo processo de crescimento econômico e das oportunidades, reforçando a previsão do então ministro do Planejamento, o piauiense João Paulo dos Reis Velloso, de que, na década de 1970, o PIB brasileiro alcançaria o patamar de 7% e, até a década seguinte, o Brasil “daria as cartas no mundo” (Veja, 7 jan. 1970, p. 3).

A narrativa de *O Guru das Sete Cidades*, tendo como pano de fundo a miríade de questões apontadas, tem como centralidade o encontro entre Beto Pilantra, um dos hippies interpretado por Paulo Ramos, com Rejane (Solange Medeiros), a esposa do rico industrial piauiense que empreendia com figuras de fora do Estado. O casal, então, embarca em uma aventura que circula entre Teresina, Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba, além das praias de Pedra do Sal e Coqueiro. De acordo com a ficha técnica presente na edição nº 43 do *Guia de Filmes* de 1972, “um dia, os amantes vão visitar a comunidade do guru [localizada no cenário do Parque Nacional de Sete Cidades] e ela é convidada a participar de um culto de magia ao fim do qual se escolhe uma vítima para o sacrifício” (*Guia de Filmes*, 1972, p. 13). O escolhido é, então, o marido de Rejane, que tem sua mansão invadida e o homem é assassinado. No entanto, dias depois, o culto na comunidade do

guru tem a própria Rejane como a escolhida para o sacrifício. Nas palavras da sinopse presente no Guia, cumpre-se o provérbio: “o feitiço vira contra o feiticeiro” (ibid.).

No contexto do filme, o litoral destaca-se como espaço que unifica modernidade de perspectivas e exuberância natural. No interior do contexto de um Brasil que buscava evidenciar-se como belo em suas paisagens e “gigante pela própria natureza”, os ideais macropolíticos encontravam-se com o desejo latente de configurar, através da narrativa cinematográfica, o patriotismo na elaboração de significados a respeito do país e, sobretudo, de um Estado do Brasil que entraria por último tanto na rota de colonização como do discurso desenvolvimentista. Tratava-se, conforme pode ser observado nos frames a seguir, e retomando o texto de Pedro Nunes para o jornal *O Dia*, de “despertar novos aspectos sociais do país em paisagens não exploradas”.

Imagens 1, 2, 3 e 4 – Bugres e motocicletas circulando pelo litoral piauiense.



Fonte: *O Guru das Sete Cidades* (1972). <https://www.youtube.com/watch?v=TtIOyHez6o&t=1949s>.

Nas imagens 1, 2, 3 e 4, destaca-se tal perspectiva, na qual o ideal de *road movie*, indicado sobretudo pela presença de bugres e motocicletas

- representando, portanto, o ideal de modernidade e dinamismo - encontram-se com o cenário paradisíaco do espaço litorâneo. Aqui, a evidência dos planos abertos ensolarados, onde o céu azul aparece em destaque, indica o litoral piauiense como rota turística alternativa a outros espaços já conhecidos para eventuais visitantes que já se interessavam por espaços tais como o Ceará, o Rio de Janeiro, a Bahia ou as praias de Santos e do Guarujá, em São Paulo. Igualmente, os bugres que circulavam da areia para as primeiras franjas do mar, espalhando a água das pequenas ondulações para o alto, misturando-se ao próprio céu, fomenta, no imaginário dos espectadores, a própria perspectiva de que se tratava aquele lugar de um possível “paraíso perdido”. Tal ideal também se encontram presentes nas imagens abaixo, onde o comparativo entre a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, é realizado com as praias do litoral piauiense, indicando a possibilidade de transformação daquele espaço em um cenário aproximado, em termos de desenvolvimento turístico, ao vigente na antiga capital federal.

Imagens 5 e 6 – Frames comparados entre a Baía de Guanabara (RJ) e o litoral piauiense.



Fonte: *O Guru das Sete Cidades* (1972). <https://www.youtube.com/watch?v=T-tlOoyHez6o&t=1949s>.

Conforme nos ensina Michel de Certeau (1998), o espaço é um lugar praticado. As práticas sociais que passam a incidir sobre o litoral piauiense pelas lentes de Carlos Bini – e estabelecidas a partir de um discurso de modernidade elaborado no contexto de significações propostas pelos então governos estadual e federal - configuram em espaços os cenários litorâneos, na medida em que os inserem na perspectiva de diferentes práticas. Assim, por um lado, os passeios motorizados configuram a perspectiva de movimento, ao mesmo tempo em que outras sequências de *O Guru das*

Sete Cidades apresentam-lhe como cenário idílico, atravessado pelos ideais românticos, como possível cenário de encontros amorosos e de corpos latentes de desejo. É nessa perspectiva que a prática do espaço litorâneo se torna parte de uma dimensão mais poética, onde Beto Pilantra e Rejane vivenciam seu interesse romântico mútuo.

Conforme indicam as imagens 7 e 8, o mar da costa piauiense serve de cenário para que o encontro do casal romântico central da película ganhe contornos paradisíacos, tornando nítido a perspectiva melodramática que, como era também da intenção de seus produtores, deveria interessar ao público ao qual era endereçado. Cabe observar, na análise do conteúdo das imagens, que há no filme elementos do que Elisabeth Ellsworth chamaria de *modos de endereçamento*. Segundo a autora, “para que um filme funcione para um determinado público, para que ele chegue a fazer sentido para uma espectadora, [...] para que a faça torcer por um personagem, [...] a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme” (Ellsworth, 2001, p. 14). Desse modo, é possível discernir que se trata de um filme endereçado a um público amplo, o qual deveria ser atraído por uma trama que envolvesse suspense, romance e doses de picardia, como forma de ser convidado, também a embarcar na proposta de seus idealizadores, a de compreender o cenário indicado como um espaço latente de possibilidades reais.

Imagens 8 e 9 – Beto Pilantra e Rejane em sequência romântica na praia.



Fonte: *O Guru das Sete Cidades* (1972): <https://www.youtube.com/watch?v=T-tlOoyHez6o&t=1949s>.

As imagens ajudam também a observar a disposição dos corpos e as tecnologias de gênero presentes ao se perceber as figuras de Beto Pilantra e Rejane como parte de uma historicidade própria do início dos anos 1970.

Os longos cabelos masculinos e o corpo magro de Paulo Ramos, intérprete de Beto, indicavam uma dada masculinidade descentrada, definida pelos padrões de uma estética tropicalista que movimentava dadas subjetividades brasileiras do período. A influência subjetividade dos corpos *odara* de figuras como Caetano Veloso ou Torquato Neto, signos da época, ajudam a identificar os modos com os quais noções tais como homem e mulher passam a ser problematizados e entram na ordem do dia para determinados segmentos da juventude para os quais filmes como *O Guru das Sete Cidades* também era endereçado (Castelo Branco, 2006). Igualmente, o corpo de Rejane, com cabelos ondulados e seios pequenos indica uma perspectiva de beleza feminina que se encontrava à mostra através do biquíni, um corpo em exibição, que conflitava com o de suas mães, pais e avós, tornando-se um espaço, ele também, que pode ser definido como linguagem (Cardoso; Queiroz, 2020, p. 375).

Considerações finais

Como exposto ao longo do texto, o Brasil passava por uma fase conturbada de sua história durante os anos de 1970. Com diversos problemas sociais, econômicos e políticos, o governo ditatorial necessitava e utilizava-se da propaganda política para angariar apoiadores e diminuir a revolta populacional, apesar desta ser quase improvável em um período tão violento do regime em questão. Estados da federação que historicamente eram conhecidos por conta de seu subdesenvolvimento se viram em condições ainda mais delicadas durante o regime militar. Entre esses estados vemos a presença do longínquo Piauí, que à época buscava passar para a população estadual e nacional a ideia de que havia abandonado o atraso e se “rendido” ao modernismo.

Para endossar essa teoria, diversas obras foram feitas e propagandas disseminadas sobre o “Novo Piauí”. Temos como exemplo a construção da Frei Serafim, que foi um marco para a capital Teresina. Feita para comportar uma grande quantidade de carros trafegando, a avenida era grande demais para a pouca quantidade de carros circulando, o que mostra que apesar do interesse em modernizar a estrutura do Estado, a maioria da população sofria com o desemprego e a fome, enquanto uma pequena tinha o luxo de ter um carro. Do mesmo modo, o litoral piauiense se tornou um

espaço que centralizou olhares no sentido de conferir ao Piauí uma visibilidade na constituição de um espaço potente de turismo.

No interior de significação do Piauí - e de espaços específicos deste, como o litoral - o filme *O Guru das Setes Cidades*, era mais uma das tentativas de exaltação tragas por Alberto Silva e pela Ditadura Militar. O filme com um roteiro um tanto fraco, tinha como objetivo central apresentar as belezas do Piauí, mostrando uma região pulsante para o desenvolvimento cultural e econômico por meio do turismo. Apresentar o litoral piauiense como um local de grandes possibilidades econômicas e de beleza exuberante, era apresentar um projeto de nacionalismo onde a ideia era convencer a população de que o Piauí e o Brasil caminhavam bravamente em direção aos dizeres de ordem e progresso presentes na bandeira nacional.

Referências

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente:** Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE, 2004.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Ele é o homem, eu sou apenas uma mulher: corpo, gênero e sexualidade entre as vanguardas tropicalistas. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2006. p 1-7.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** v. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FRANCO, Jônatas Lincoln; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Fantasmas e sonhos de modernidade: O Piauí e a retórica da integração nacional (1970-1975). **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 537-555, 2020.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais

do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. Uma dança nacional: o Piauí acompanha o ritmo “Pra Prente Brasil”. **Entropia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 182-197, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianne Lima. Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122-144, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

SOUSA, Paula Poliana de Melo; CASTELO BRANCO, Edwar Alencar de. Maquinações paródicas e políticas do corpo no filme *O guru da sexy cidade*. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MONTEIRO, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (org.). **Itinerários da pesquisa em História: A polifonia de um campo**. Teresina: EDUFPI, 2014.

Filme:

O GURU DAS SETE CIDADES. Direção: Carlos Bini. 85 min., son., color.

Fontes hemerográficas:

ARQUIVO Público do Piauí. Teresina 119 anos depois. **O Estado**, 18 ago, 1971, p. 5.

ENTREVISTA – Os anos 70: a transformação. **Veja**, São Paulo, p. 3, 7 jan. 1970.

GURU das Sete Cidades (Ficha Técnica). **Guia de Filmes**, Rio de Janeiro, n. 43, 1972, p. 13.

COMUNIDADES E GEOCONSERVAÇÃO: IMPORTÂNCIA E RECONHECIMENTO DA GEODIVERSIDADE DO LITORAL PIAUIENSE

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Brenda Rafaela Viana da Silva

Introdução

Os aspectos abióticos presentes na paisagem passam a ser designados com o termo Geodiversidade a partir da década de 1990, se estabelecendo a Geoconservação como ações, processo e até campo científico voltado para a sua conservação (Burek; Prosser, 2008; Pereira; Brilha; Gomes, 2009; Henriques *et al.*, 2011), expandindo-se no meio acadêmico com ampliação de estudos relacionados.

No escopo da Geoconservação, várias etapas são necessárias para seu desenvolvimento, do inventário da Geodiversidade às ações que visam sua valorização, divulgação e monitoramento. No entanto, um dos pressupostos para sua concretização está respaldado na relação com a sociedade, pois muitas vezes a garantia da conservação da Geodiversidade se encontra “[...] no reconhecimento de sua importância junto às comunidades locais, o que vem de encontro com as estratégias de valorização e divulgação” (Mazucatto; Bacci, 2016, p. 1).

Neste sentido, considerando as variadas possibilidades no âmbito formal e não formal pelo valor intrínseco (Gray, 2004) e dos serviços ecossistêmicos cultural e educativo (Grey, 2013) da Geodiversidade é que este texto se propôs a refletir sobre a relação e importância da população do litoral do Piauí, a partir das comunidades locais organizadas, em torno de sua Geodiversidade, inserindo-se neste contexto Organizações Não Governamentais (ONGs), representações de classe, dentre outras.

Para realização deste estudo tomou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, para conformação dos fundamentos teóricos e de forma complementar também se empregou aportes da pesquisa documental, considerando a análise de documentos como textos legais e outros. Neste aspecto, se associa ainda a pesquisa eletrônica realizada através de consulta a *internet*, se tendo o cuidado com a verificação da autenticidade dos conteúdos identificados.

Para a abordagem empregou-se a qualitativa com informações obtidas predominantemente discursivas sendo o pesquisador seu principal instrumento, configurando-se em uma investigação com finalidade exploratória, por estabelecer uma primeira aproximação dos pesquisadores com o tema e identificar estudos e conceitos relacionados para aprofundamentos posteriores e descritiva, pela realização da descrição de um fenômeno ou para a pesquisa em curso, sem observações ou registros de campo.

População, Comunidade e Geodiversidade

Estudar a população não é tarefa fácil e perpassa por diferentes perspectivas como da Antropologia, da Demografia, e da Geografia, dentre outras, com análises diferenciadas. A discussão sobre população na ciência geográfica “[...] apresenta um modo particular [...] ora com maior ênfase na questão da migração, ora na questão da distribuição” (Mormul; Rocha, 2012, p. 147), mas é importante entender que “[...] a população, seus elementos e sua dinâmica se mostram presentes nas mais variadas temáticas, visto que são um processo indissociável entre atores, ações e produtos das atividades humanas” (Freitas, 2014, p. 10), certamente se inclui na Geoconservação.

Em se tratando de Comunidade, entender seu significado se torna mais complexo considerando que se expande para além da noção de uma população que agrega objetivos comuns e que ocupam um determinado espaço. Sobre esta Oliveira, Assis e Silva Filho (2017, p. 228) partem da ideia que se constitui “[...] um grupo de pessoas que habitam um mesmo território e que comungam do mesmo modo de vida e da mesma cultura”, mas contemporaneamente, denominam “[...] comunidade um grupo de pessoas que compartilham de um mesmo objetivo, uma história comum e se interessam pelas mesmas práticas de desenvolvimento do lugar”.

Sem sombra de dúvida existe uma estreita relação entre população e meio ambiente, haja visto que esta se utiliza não somente do espaço em si, mas de seus recursos naturais, tanto bióticos, quanto abióticos. Assim, conforme Leite (2010, p. 8):

As interações entre as populações tradicionais e os outros elementos da natureza são decorrentes da perceptividade e dos processos integracionistas no manejo dos recursos naturais, o que gera conhecimentos que são transmitidos através de gerações.

As populações como caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes são classificadas como tradicionais pois, de acordo com Arruda (1999, p. 79-80):

[...] apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente de base sustentável.

Neste aspecto, em se tratando de comunidades tradicionais, Costa e Quintanilha (2024, p. 2073) expressam que:

As comunidades tradicionais dependem dos seus recursos naturais para a sua sobrevivência, além disso, um fator que potencializa esta problemática é a falta de proteção de áreas utilizadas pelas comunidades tradicionais devido à falta de governança, recursos financeiros e manejos protetores, e por este motivo, encontram-se altamente vulneráveis às pressões antrópicas, como por exemplo as atividades mineradoras, associada à contaminação de ambientes aquáticos, a monocultura em larga escala em comunidades indígenas que impactam diretamente o solo e as águas, desmatamentos e queda da produtividade pesqueira de comunidades ribeirinhas relacionadas à complexos hidrelétricos, dentre outros.

Estes grupos, no entanto, se relacionam de forma menos agressiva com o ambiente, por sua dependência para com os recursos naturais desenvolvendo atividades que “[...] resultam em baixo impacto ambiental e em baixa articulação com o mercado, sendo em sua maioria atividades para a própria subsistência [...]”, sem visar lucro, com expressivo cunho de reprodução de

sua cultura e costumes sociais e ainda da maneira como percebem a natureza (Franco, 2014, p. 38).

Importante evidenciar que no contexto da Geodiversidade a relação com as comunidades se expressa no valor cultural que estas atribuem aos componentes físico-naturais abióticos do ambiente, pois como apontam Peruzzo e Valdat (2022, p. 2) “o valor cultural da geodiversidade revela-se nas relações que existem entre a sociedade e o mundo natural que a rodeia, no qual ela está inserida e ao qual ela pertence”. Os autores afirmam ainda que “o uso de elementos da geodiversidade para cultos religiosos, acontecimentos históricos ou tradições culturais também salienta a sua importância cultural” (Peruzzo; Valdat, 2022, p. 2).

Também se destaca, a partir de Stanley (2000, p. 15) que a Geodiversidade além de fornecer “[...] a estrutura para a vida na Terra [...]”, se configura “[...] na ligação entre pessoas, paisagens e suas culturas, através da interação da biodiversidade [...]” com os elementos abióticos e processos dinâmicos do ambiente. Braga, Machado e Ruchkys (2014, p. 236) em estudo relacionando a Geodiversidade com as religiões de matriz africana apontam que “os elementos da geodiversidade disponíveis em uma região imprimem características e valores próprios que contribuem na identidade cultural das comunidades”, influenciando aspectos do “[...] folclore, arquitetura, história, saberes e fazeres tradicionais, crenças e religião” destas, considerando assim como valor cultural da Geodiversidade.

Entretanto é preciso que as comunidades que convivem cotidianamente com a Geodiversidade a conheça para reconhecê-la como elemento indispensável a sua sobrevivência, e principalmente do planeta, uma vez que “a geodiversidade é parte fundamental da diversidade natural do planeta, sendo base sólida para o desenvolvimento da vida ao longo do tempo geológico” (Silva; Nascimento; Mansur, 2019, p. 14). E somente as comunidades entendendo que “da mesma forma que os seres vivos, os elementos abióticos da natureza também estão suscetíveis à degradação e, consequente desaparecimento, sobretudo pelas alterações que o ser humano gera no meio ambiente”, será possível estabelecer ações para proteção destes elementos (Silva; Nascimento; Mansur, 2019, p. 14).

Grupos comunitários e conservação da Geodiversidade no litoral piauiense

No norte do estado do Piauí situa-se sua porção litorânea que se estende por 66 quilômetros abrangendo quatro municípios costeiros que a partir da direção Leste-Oeste são: Cajueiro da Praia, na divisa com o Ceará, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no contexto do delta do Parnaíba compartilhado com o Maranhão.

Esses municípios apresentam características singulares de Geodiversidade que vem sendo estudadas nesta perspectiva, bem como da Geoconservação, a partir de 2014 com as pesquisas introdutórias de Baptista e Silva (2014), Baptista, Silva e Moura (2014), Silva e Baptista (2014) e Silva, Baptista e Moura (2015), se intensificando na sequência com diversos estudos especialmente acadêmicos como os trabalhos de Lopes (2017) e Silva (2019) que empreenderam com inventariação e quantificação dos aspectos abióticos da área, com ênfase nos geológicos e geomorfológicos.

Além destes estudos, inúmeros artigos científicos foram publicados em periódicos tratando do assunto, bem como capítulos de livros e trabalhos publicados em anais de congresso, apresentando a Geodiversidade do litoral em questão (Baptista; Moura; Silva, 2016; Silva, Lima; Baptista, 2020; Silva; Baptista; Moura, 2022) e/ou discutindo desdobramentos específicos como por exemplo sobre Geoeducação (Baptista; Moura; Silva, 2019; Baptista; Lima, 2020; Silva; Baptista, 2023), acerca de suas praias na perspectiva da Geoconservação (Baptista, Lima, Silva, 2023) e a respeito do Geoturismo na área (Silva, Lima; Baptista, 2018; Baptista; Silva; Moura, 2024).

No que se refere, entretanto, a relação entre comunidades e Geodiversidade como foco específico de investigação, ainda não se verifica um estudo aprofundado, ainda que geralmente os trabalhos que versem sobre Geoconservação e suas estratégias, principalmente o Geoturismo e a Geoeducação consideram necessariamente o envolvimento das comunidades locais como agentes fundamentais para seu desenvolvimento.

No entanto, pesquisas que envolvem as comunidades litorâneas piauiense são significativos, mas vêm apresentando outras premissas de análise como demonstra o quadro 1, reunindo alguns exemplos destes trabalhos acadêmicos contemporâneos.

Quadro 1 – Estudos sobre comunidades do/no Litoral do Piauí (2000 a 2023).

Nº	Autor(es)	Título	Ano	Tipo	Objetivo(s)	Comunidade(s)
01	Carla Vale- ria Leonini Crivellaro	Visões mari- nhas: vertentes e signos para Educação Ambiental em comunidades costeiras – v. 1	2000	DM	[...] elaboração de me- todologia em educação ambiental capaz de iden- tificar, resgatar e valorizar peculiaridades ambientais, culturais, históricas, sociais, políticas e étnicas, a partir do conhecimento coletivo de comunidades costeiras, [...] definido como [...] visões marinhas ” (p. 6, grifo do autor).	Pedra do Sal / Parnaíba
02	Josciane Silva Araújo Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	Diagnóstico sócio-econômi- co-cultural das comunidades pesqueiras marí- timas do Estado do Piauí: Uma contribuição ao desenvolvimento local sustentável da zona costeira	2004	RP	“Diagnosticar as comunida- des pesqueiras marítimas piauienses em seus aspec- tos sociais, econômicos e culturais, visando contribuir para o desenvolvimento local sustentável da zona costeira e para a manuten- ção de seu modo de vida” (p. 4).	Colônia de Pesca de Luís Correia
03	Ana Helena Mendes Lustosa	Práticas produ- tivas e (in)sus- tentabilidade: os catadores de caranguejo do Delta do Par- naíba	2005	DM	“[...] contribuir para viabili- zar a sustentabilidade socioambiental da Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros do Delta do Parnaíba, através da análise da cultura e das práticas produtivas dos catadores de caranguejo [...]” (p. 19).	Catadores de caranguejo, da RESEX do Delta do Parnaíba
04	Maria de Fátima Vieira Crespo	Estratégia de desenvolvimento do arranjo pro- dutivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba	2007	DM	“[...] analisar as relações estabelecidas entre as atividades produtivas da exploração da carnaúba no território de Ilha Grande de Santa Isabel, caracte- rizando as interações do arranjo produtivo local com o meio ambiente” (p. 18).	Associações na Ilha Grande de Santa Isabel. Cooperativa Mista de Artesa- nato de Parnaíba

05	Maria do Socorro Viana do Nascimento Roberto Sassi	Análise da atividade pesqueira e das condições socioeconômicas dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, Brasil	2007	A	[...] caracterização das condições de vida dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia [...], descrição da atividade pesqueira e análise da percepção desses profissionais sobre a atividade que praticam" (p. 142).	Pescadores artesanais de Cajueiro da Praia
06	Stella Maria Sousa Carvalho	Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)	2010	DM	"[...] analisar como o potencial turístico do município de Cajueiro da Praia, englobando a sede municipal e os povoados da orla marítima [...] pode ser fator propulsor do desenvolvimento local sustentável" (p. 19).	Morro Branco, Barrinha e Barra Grande (Cajueiro da Praia)
07	Roberta Rocha da Silva Leite	O Jacaré <i>Caiman crocodilus</i> (LINNAEUS, 1758) e a comunidade de Ilha Grande, Piauí, APA Delta do Parnaíba, Brasil	2010	DM	"[...] contribuir com o conhecimento sobre o jacaré (<i>Caiman crocodilus</i>) e suas relações com a comunidade, através de uma perspectiva etnoecológica [...] no município de Ilha Grande, Piauí, APA Delta do Parnaíba, Brasil" (p. 15).	Agricultores e pescadores de Ilha Grande
08	Francinalda Maria Rodrigues da Rocha	Percepção ambiental local como um desafio ao desenvolvimento sustentável do turismo no município de Ilha Grande – PI.	2010	DM	"[...] analisar a percepção ambiental da comunidade local diante das ações que estão sendo direcionadas ao turismo e como estas poderão repercutir para o desenvolvimento local no município" (p. 19).	Moradores de Ilha Grande
09	Rosemary da Silva Sousa	Etnobotânica e Etnozoologia de Comunidades Pesqueiras da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil	2010	DM	"[...] investigar o conhecimento etnobotânico e etnozoológico de comunidades pesqueiras da APA do Delta do Parnaíba, como forma de preservar e valorizar a biodiversidade e a cultura tradicional da área" (p. 17).	Comunidades pesqueiras de Barra Grande (Cajueiro da Praia) e Morro da Mariana (Ilha Grande)

10	Simone Tupinambá Freitas	<i>Anomalocardia brasiliiana</i> Gmelin, 1791 (Mollusca, Bivalvia): Rendimento, composição química e dados etnobiológicos das marisqueiras de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí	2011	DM	"[...] realizar estudo sobre o conhecimento etnobiológico das marisqueiras acerca do molusco bivalve <i>A. brasiliiana</i> [...] na comunidade de Barra Grande, município de Cajueiro da Praia/PI" (p. 14).	Marisqueiras de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
11	Ermínia Medeiros Macedo	O turismo na praia de Barra Grande – PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local	2011	DM	"[...] identificar e analisar os principais impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes do uso turístico da praia de Barra Grande/PI [...] sobre a comunidade local" (p. 17-18).	Praia de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
12	Benedito Gledson de Araújo Oliveira	Avaliação da diversidade de abelhas silvestres <i>Euglossini</i> (Hymenoptera, Apoidea) na região do Delta do Parnaíba, Brasil e a percepção da importância das abelhas pela população local	2011	DM	"[...] realizar uma pesquisa nas comunidades dentro do município de Parnaíba-PI [...], observando a percepção dos indivíduos dessas comunidades quanto à ação das abelhas no meio ambiente e os produtos melissofaunístico que são utilizados pelas comunidades locais" (p. 59).	São Vicente de Paula e Boa Vista (Zona Rural de Parnaíba)
13	Daniela Caruza Gonçalves Ferreira	A invenção de Barra Grande: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí	2012	DM	"[...] entender como esses grupos ¹ se relacionam entre si e com o espaço no contexto de construção de Barra Grande como um destino turístico (p. 4).	Barra Grande (Cajueiro da Praia)

1. Esses grupos, de acordo com a autora, correspondem aos "[...] setores que discutem o turismo e o desenvolvimento em Barra Grande, como o Estado e ONGs; empresários do turismo, proprietários dos grandes estabelecimentos; turistas; e moradores locais" (Ferreira, 2012, p. 4).

14	Simone Tupi-nambá Freitas <i>et al.</i>	Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil	2012	A	"[...] obtenção de informações acerca do perfil socioeconômico, conhecimento sobre a mariscação e modos de pensar, com a finalidade de valorizar o conhecimento tradicional das marisqueiras" (p. 92).	Marisqueiras de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
15	Ermínia Medeiros Macêdo Ricardo Gomes Ramos	O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local	2012	A	"[...] compreender os principais impactos causados pelo turismo na comunidade da Praia de Barra Grande, bem como o significado da atividade para a comunidade nativa [...]" (p. 90).	Praia de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
16	Silvany Nascimento da Silva Rodrigo de Sousa Melo	Resorts e Desenvolvimento Local na cidade de Ilha Grande, Piauí (Brasil): análise dos discursos dos atores locais	2012	A	"[...] analisar os discursos dos representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local sobre a implantação de resorts na cidade de Ilha Grande (Piauí, Brasil) [...]" (p. 214).	Moradores de Ilha Grande
17	Mayara Maia Ibiapina <i>et al.</i>	O catador de caranguejo na RESEX marinha Delta do Parnaíba e sua relação com o turismo e conservação da sociobiodiversidade	2013	CL	"[...] relacionar a cata do caranguejo com as atividades turísticas que ocorrem na região do Delta do Parnaíba, entendendo o perfil, dificuldades, oportunidades, a organização social dos catadores e a inserção dessa atividade na cadeia produtiva do turismo [...]" (p. 774-775).	Catadores de caranguejos de Ilha Grande
18	Mayara Maia Ibiapina <i>et al.</i>	A ampliação da usina eólica na comunidade da Pedra do Sal – PI: uma abordagem sócio turística	2013	CL	"[...] analisar os impactos sociais da ampliação da usina eólica na comunidade da Pedra do Sal – PI sob uma abordagem sócio turística [...]" (p. 763).	Pedra do Sal (Parnaíba)

19	Ulisses de Andrade Lima	A pluriatividade: uma condição para a reprodução social dos pescadores artesanais de Barra Grande, Cajueiro da Praia – Piauí	2013	DM	"[...] identificar a pluriatividade na pesca artesanal, na comunidade de Barra Grande, como estratégia para a sua reprodução social" (p. 763).	Pescadores artesanais de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
20	Denise dos Santos Soares Luciano Silva Galeno José Pedro da Ros	O turismo na comunidade dos Tatus: conflitos socioambientais e percepção local	2013	A	"[...] analisar como a atual prática do turismo realizado no Delta do Parnaíba tem beneficiado a comunidade tradicional dos Tatus em Ilha Grande/PI" (p. 135).	Tatus (Ilha Grande)
21	Denise dos Santos Soares <i>et al.</i>	Turismo e conflitos na comunidade dos Tatus na APA Delta do Parnaíba/PI	2013	CL	"[...] analisar como a atual prática do turismo realizado no Delta do Parnaíba tem beneficiado a comunidade tradicional do bairro Tatus em Ilha Grande/PI" (p. 745).	Tatus (Ilha Grande)
22	Maria Gracelia Paiva Nascimento	Etnobotânica e etnozootologia em comunidades pesqueiras de Parnaíba e Cajueiro da Praia, Piauí	2014	DM	"[...] identificar e diagnosticar as potencialidades etnobotânicas e etnozootológicas em comunidades pesqueiras nos municípios litorâneos de Cajueiro da Praia e Parnaíba [...]" (p. 10).	Pescadores de Parnaíba e Cajueiro da Praia
23	Polyana Souza Pereira	A contribuição das marisqueiras para o desenvolvimento sustentável no município de Luís Correia / Piauí	2014	DM	"[...] analisar a importância da atividade marisqueira para o desenvolvimento das mulheres que formam o Associativismo existente no município de Luís Correia" (p. 13).	Marisqueiras de Luís Correia (Associação das Marisqueiras e Filetadeiras de Luís Correia)

24	Simone Cristina Putrick Milton Augusto Pasquotto Mariani Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira	Laços de cidadania do litoral do Piauí: redes de articulação de turismo e pesca no litoral piauiense	2014	A	“[...] apresentar as estratégias de criação e execução utilizadas para criar a Rede de Articulação Solidária [...] entre pescadores artesanais e empreendimentos turísticos que compõem os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia” (p. 1; 3).	Pescadores artesanais (Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia)
25	Bruna Rodrigues de Sousa Rodrigo de Sousa Melo Vilmar Vasconcelos de Oliveira	Produção artesanal associada ao turismo em Ilha Grande de Santa Isabel (Parnaíba-PI)	2014	A	“[...] caracterizar o processo de elaboração do artesanato em palha de carnaúba com ênfase no diagnóstico do potencial de atratividade turística e na proposição de ações para desenvolver o segmento de turismo cultural” (p. 140).	Artesãos de palha de carnaúba (Associação Trançados da Ilha – Parnaíba)
26	Irlaine Rodrigues Vieira Maria Iracema Bezerra Loiola	Percepção ambiental das artesãs que usam as folhas de carnaúba (<i>Copernicia prunifera</i> H. E. Moore, Arecaceae) na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil	2014	A	“[...] levantar o perfil socioeconômico e cultural, bem como a percepção ambiental das artesãs residentes na Ilha Grande de Santa Isabel que dependem do extrativismo da carnaúba para a confecção do artesanato [...]” (p. 64).	Fazendinha, Vazantinha e Pedra do Sal (Parnaíba)
27	José Maria Alves da Cunha Ricardo Rayan Nascimento Rocha André Riani Costa Perinotto	O desenvolvimento do turismo rural com perspectivas sustentáveis para a comunidade Lagoa da Prata – Parnaíba/Piauí	2015	A	“[...] analisar a possibilidade de desenvolvimento do turismo rural na comunidade Lagoa da Prata, em Parnaíba, Piauí [...]” (p. 55).	Lagoa da Prata (Parnaíba)

28	Naíla Kelly do Nascimento Lima	Artesanato como exemplo de trabalho informal em uma região econômica periférica: uma análise geográfica do aglomerado produtivo de palhas e bordados da Região Norte do Piauí	2015	TD	"[...] analisar as especificidades das dinâmicas produtivas do trabalho do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, com enfoque no trabalho informal" (p. 15).	Associações de artesanato (Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes e Luís Correia)
29	Anderson Fontenele Vieira José Luís Lopes Araújo	Turismo e sustentabilidade ambiental na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí (PI)	2015	A	"[...] analisar os impactos ambientais do turismo em Barra Grande considerando os indicadores de sustentabilidade ambiental do IBGE [...]" (p. 522).	Barra Grande (Cajueiro da Praia)
30	Maria Bernadete de Carvalho Bezerra	Percepção socioambiental da comunidade da Pedra do Sal acerca da implantação do Complexo Eólico Delta do Parnaíba na APA Delta do Parnaíba/PI	2016	DM	"[...] analisar a percepção socioambiental da comunidade afetada pelos impactos socioambientais decorrentes da implantação do Complexo Eólico Delta do Parnaíba na cidade de Parnaíba/PI [...]" (p. 15).	Pedra do Sal (Parnaíba)
31	Daniel Souza Braga	Corp-oralidades: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980)	2016	DM	Investigar "[...] as memórias dos trabalhadores dos rios e dos mangues do povoado Morros da Mariana sobre os anos de 1970 e 1980" (p. 8).	Pescadores e catadores de caranguejos de Morros da Mariana (Ilha Grande)
32	José Maria Alves da Cunha et al.	Turismo (in) sustentável em Barra Grande (PI): conflitos, impactos, desigualdade e exclusão social	2016	A	"[...] analisar a relação do turismo com os nativos da comunidade Barra Grande, no município de Cajueiro da Praia, litoral do estado do Piauí" (p. 154).	Barra Grande (Cajueiro da Praia)

33	Juliana Car- dozo de Farias	Etnobotânica e Etnozootologia na comunidade Lagoa da Prata no município de Parnaíba, Piauí	2016	DM	Registrar “[...] o conhe- cimento sobre abelhas (Hymenoptera) e espécies botânicas na comunidade Lagoa da Prata no muni- cípio de Parnaíba, Piauí” (p. 16).	Lagoa da Prata (Parnaíba)
34	Ângela Bezerra Neves dos Santos et al.	Plantas medici- nais conhecidas na zona urbana de Cajueiro da Praia, Piauí, Nor- deste do Brasil	2016	A	“[...] identificar as espécies de plantas medicinais usadas na comunidade de Cajueiro da Praia, Piauí [...]” (p. 443).	Cajueiro da Praia (Cajueiro da Praia)
35	Edvania Go- mes de Assis Silva (org.)	Meio Ambiente, Comunidades e Turismo: experi- ências, diálogos e saberes	2016	L	“[...] reflexão da vivência dos povos da Área de Proteção Ambiental – APA, [...] litoral do Piauí, [...] conhecidos como “povos das águas” (contracapa).	Comunidades da APA Delta do Parnaíba (PI)
36	Mariane Garcez da Silva et al.	Potencial de <i>Mandevilla clandestina</i> J. F. Morales (Cipó- -de-leite) no artesanato de Parnaíba-PI, Brasil	2016	A	“[...] evidenciar a importân- cia do cipó-de-leite na pro- dução de artigos artesanais no Município de Parnaíba, Piauí [...]” (p. 2).	Artesãos das localidades Cha- fariz, Pindorama, João XXIII, São Benedito, Planalto Tre- membés (Par- naíba)
37	Pedro Vagner Silva Oliveira	Mar à venda: pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970)	2017	DM	“[...] investigar o cotidiano de trabalhadores da praia de Pedra do Sal, em Par- naíba, no litoral do Piauí, durante os anos 1970” (p. 9).	Pescadores de Pedra do Sal (Parnaíba)
38	José Walter Rego Re- sende Raquel Perei- ra Belo	Representação social do traba- lho de catadores de caranguejo do litoral piauiense	2017	A	“[...] conhecer as Repre- sentações Sociais que são construídas a respeito do trabalho de catador de caranguejo do litoral piauiense” (p. 1).	Catadores de caranguejos e moradores de Ilha Grande

39	Arthur Serejo Neves Ri- beiro	Perigo aviário no aeroporto inter- nacional Prefeito Dr. João Silva Filho e a percep- ção deste risco pela comunidade Chafariz em Parnaíba-PI	2017	DM	"[...] identificar as espécies de aves com maior risco potencial de colisão com as aeronaves em trânsito no Aeroporto [...] de Parnaíba/ PI/Brasil e compreender a percepção da comunidade a respeito da avifauna local e do risco aviário [...]" (p. 11).	Chafariz (Parnaíba)
40	Andréia Magalhães da Rocha	As Políticas Públicas de Turismo e a População Local: da Concepção à Implementação (Parnaíba-PI)	2017	DM	"[...] analisar como a po- pulação local tem sido inserida na concepção e implementação das ações empreendidas pela gestão pública de turismo em Parnaíba-PI" (p. 18).	Parnaíba
41	Glairton Car- doso Rocha Antonio Car- los Tavares	Levantamento de informações socioambientais na comunidade da praia de Macapá - Luís Correia - Piauí - Brasil: con- tribuições ao gerenciamento costeiro partici- pativo	2017	A	"[...] traçar o perfil socioe- conômico da população residente na praia de Macapá [...] além de ava- liar os equipamentos de infraestrutura e identificar potencialidades e limitações de uso" (p. 69).	Praia de Macapá (Luís Correia)
42	Francisco das Chagas Vieira Santos	Impactos am- bientais do complexo eólico delta do Parnaíba sobre a avifauna e os saberes et- noornitológicos na comunidade Labino, Piauí, Brasil	2017	DM	"[...] inventariar as espécies de aves que ocorrem na área do complexo eólico Delta do Parnaíba, e re- gistrar os saberes etnoor- nitológicos e ambientais na comunidade Labino, município de Ilha Grande/ PI, área no entorno do complexo eólico" (p. 12).	Labino (Ilha Grande)
43	Danyela Carla Elias Soares Ricardo Rios Marques	Caracteriza- ção da pesca artesanal da lagosta e perfil socioeconômico do pescador no litoral do Piauí	2017	A	"[...] caracterizar a pesca da lagosta no Estado do Piauí, bem como as artes ou mé- todos de pesca utilizados e as condições socioeconô- micas dos pescadores no litoral do Piauí" (p. 132).	Pescadores de lagosta (Luís Correia)

44	Samires Lima Souza Amanda Maria dos Santos Silva	Experiência, Trabalho e Artesanato: as rendeiras de Lagoa do Sobradinho (Luís Correia-PI) e a produção de renda de bilro	2017	A	"[...] identificar as experiências das artesãs, analisando como o artesanato é desenvolvido no local e quais as perspectivas que elas possuem sobre a prática do rendar na comunidade" (p. 54)	Rendeiras de bilro da comunidade de Lagoa do Sobradinho (Luís Correia)
45	José Maria Alves da Cunha Marlúcia Valéria da Silva	O turismo global em Barra Grande (PI): novos processos socio-culturais, multifuncionalidade e pluriatividade no espaço rural	2018	A	"[...] investigar as relações estabelecidas entre a população nativa e os turistas, de modo a perceber, identificar e analisar aspectos da multifuncionalidade e da pluriatividade empreendidos pelos/as nativos/as [...]" (p. 275).	Barra Grande (Cajueiro da Praia)
46	Áurea da Paz Pinheiro Rita de Cássia Moura Carvalho	Rede de museus de território na área de proteção ambiental Delta do Parnaíba	2018	A	Apresentar o Projeto Ecomuseu Delta do Parnaíba para a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.	Pescadores artesanais do Bairro Coqueiro da Praia (Luís Correia)
47	Ricardo Rayan Nascimento Rocha	Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)	2018	DM	"Analisar a relação entre o fenômeno turístico e as comunidades tradicionais no que se refere ao uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), buscando apreender contradições no processo de invisibilização local" (p. 24).	Comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)
48	Dayanne Batista Sampaio et al.	"A Pedra, o mar e o sol": aspectos identitários de uma comunidade frente às transformações locais	2022	A	"[...] olhar sobre como as transformações focadas no desenvolvimento do turismo passaram a ocorrer na comunidade Pedra do Sal / PI [...] com a instalação de usinas eólicas e empreendimentos imobiliários de grande porte" (p. 3).	Pedra do Sal (Parnaíba)

49	José Alex da Silva Cunha	Padrões etnobiológicos de aracnídeos (Arachnida, Araneae) do Delta do Parnaíba – Brasil	2019	TD	"[...] avaliar o conhecimento sobre aranhas, e sua relação com as comunidades, por meio de uma perspectiva etnozoológica e etnoecológica, oferecendo embasamento para futuras estratégias voltadas à educação ambiental" (p. 21).	Moradores de Ilha Grande
50	Leidimar Lustosa Alves Feitosa Maria Claudene Barros Zafira da Silva de Almeida	Manejo tradicional da pesca na Área de Proteção Ambiental do Delta das Américas	2019	A	Analisar "[...] a pesca em Barra Grande, município de Cajueiro da Praia-PI, identificando atributos de sustentabilidade e práticas de manejo que demonstram a sustentabilidade dos modelos de exploração com base no conhecimento tradicional dos pescadores [...]" (p. 305).	Pescadores de Barra Grande (Cajueiro da Praia)
51	Francisco Raphael Cruz Maurício	Os filhos do lugar: crônicas da territorialidade pedral	2019	TD	Compreender a "[...] territorialidade [pedral], sua formação, organização e funcionamento, não só em seus aspectos espaciais, mas também históricos e éticos" (p. 21).	Pedra do Sal (Parnaíba)
52	Maykon Rodrigues de Barros Moura	Comunidade pioneira de herbáceas em dunas no litoral do nordeste: composição, estrutura, anatomia ecológica e percepção ambiental	2019	DM	"[...] estudar a comunidade de herbáceas que colonizam dunas do litoral do Piauí, identificação da diversidade de espécies, e a percepção ambiental da população local sobre as dunas ao seu redor" (p. 17).	Sobradinho (Luís Correia)
53	Helder José Souza do Nascimento Francisco dos Santos Moraes Áurea da Paz Pinheiro	Identidade e Cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí	2019	A	"[...] apresentar resultados de pesquisas e registros preliminares do ofício e modos de saber-fazer da vila de pescadores artesanais, bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí [...]" (p. 191).	Pescadores artesanais do Coqueiro (Luís Correia)

54	Frederico dos Santos Brito Rodrigues Solano de Souza Braga Francisco Pereira da Silva Filho	Impactos provocados pelo turismo na atividade de pesca artesanal no Rio Camurupim em Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí	2019	A	"[...] analisar a relação do turismo com a pesca artesanal no Rio Camurupim na comunidade de Barra Grande, no município de Cajueiro da Praia, litoral do Estado do Piauí" (p. 2).	Barra Grande (Cajueiro da Praia)
55	Victor Bruno Barbosa Silva Ana Cláudia dos Santos Barros Simone Cristina Putrick	Laços de cidadania: formação de redes solidárias e preservação de saberes tradicionais litoral piauiense	2019	A	Demonstrar as principais atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão Laços de Cidadania através do diálogo entre os pesquisadores e a comunidade participante.	Pescadores, artesãos e agricultores familiares de Parnaíba e Ilha Grande
56	Maria de Fátima Vieira Crespo	Cadeia de valor do caranguejo-uçá (<i>Ucides cordatus</i> Linnaeus, 1773) da reserva extrativista marinha Delta do Parnaíba, Maranhão/Piauí, Nordeste do Brasil	2020	TD	"[...] compreender, a partir da implantação da IN MPA nº9/2013 ² , os efeitos nas atividades da cadeia de valor do caranguejo-uçá do delta do rio Parnaíba" (p. 18).	Catadores de caranguejos que atuam na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)
57	Francisco Raphael Cruz Maurício	Micropolítica do terreno: família, espaço e reprodução social no Litoral do Piauí	2020	A	Refletir sobre "[...] as práticas de reservar, vender, pedir, tomar e retomar "terreno" [...] em torno da apropriação do espaço" entre parentes no povoado de Pedra de Sal (p. 62).	Pedra do Sal (Parnaíba)
58	Francisco das Chagas Vieira Santos et al.	<i>Traditional knowledge and perception of birds in the Parnaíba Delta environmental protection area, Northeast Brazil</i>	2020	A	"[...] documentar o conhecimento tradicional de membros da comunidade Labino sobre a avifauna da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Rio Parnaíba, Estado do Piauí, Brasil [...]" (p. 2).	Labino (Ilha Grande)

2. Instrução Normativa (IN) de nº 9, de 2 de julho de 2013 do Ministério da Pesca e Aquicultura, que dispõe sobre as normas e padrões para transporte do caranguejo-uçá nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

59	Airton Janes da Silva Siqueira	Aves migratórias dos estuários dos rios Cardoso e Camurupim, Piauí, Brasil: riqueza, etnornitologia e impacto do turismo	2020	DM	"[...] registrar o conhecimento etnoornitológico dos pescadores da comunidade Macapá-PI, incluindo percepções sobre alterações na população de aves migratórias [...]" (p. 21).	Macapá (Luís Correia)
60	Suzana Maria Araújo Veras Áurea da Paz Pinheiro	Educação patrimonial: reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a comunidade São Vicente de Paula Parnaíba Piauí – Brasil	2020	A	"Permitir reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a Comunidade do Bairro São Vicente de Paula, na cidade de Parnaíba-PI Brasil" (p. 270).	Bairro São Vicente de Paula (Parnaíba)
61	Shaiane Vargas da Silveira Edvania Gomes de Assis Silva (org.)	Delta do Parnaíba: bases conceituais, interdisciplinaridades e desafios para o turismo comunitário	2021	L	Promover "[...] debate [...] interdisciplinar sobre perspectivas teóricas, estudos empíricos, exemplos de experiências externas ao Delta e reflexões sobre os desafios [...] de um projeto de turismo de base comunitária" (p. 11).	Comunidades de Barra Grande e pescadores (Cajueiro da Praia) e marisqueiras (Ilha Grande).
62	Ulisses de Andrade Lima Francisca Cardoso da Silva Lima	Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI	2022	CL	Identificar os motivos pelos quais a "[...] produção pesqueira em Barra Grande vem apresentando sinais de decadência [...]" (p. 144).	Pescadores Barra Grande (Cajueiro da Praia)
63	Manoel Bruno Alves Sales Irlaine Rodrigues Vieira Jefferson Soares de Oliveira	A pesca artesanal e o conhecimento etnoictiológico em comunidades ribeirinhas do rio Igaraçu, litoral piauiense	2022	A	"[...] descrever a atividade pesqueira, conhecimento sobre ictiofauna e ecológico de pescadores do rio Igaraçu, litoral piauiense" (p. 162).	Chafariz e Cantagalo (Parnaíba)

64	Bruna Araújo Brandão	Aves do Delta do Parnaíba: diversidade e geração de renda para as bordadeiras da Pedra do Sal, Parnaíba, Piauí	2023	DM	Registrar “[...] junto à comunidade de Bordadeiras localizada na Pedra do Sal [...] os conhecimentos etnoornitológicos a fim de contribuir com o ganho de renda [...] como estratégia de educação ambiental e turismo sustentável [...]” (p. 14).	Bordadeiras Pedra do Sal (Parnaíba)
65	Fabício Soares de Sousa	Etnobiologia, composição florística e fatores de facilitação em vegetação de moitas na restinga, Ilha Grande, Piauí, Brasil	2023	DM	“[...] analisar os saberes etnobotânico sobre a vegetação de moitas, e investigar a percepção dos moradores sobre Área de Proteção Ambiental [...]” (p. 17).	Cal (Ilha Grande)
66	Irlaine Rodrigues Vieira et al.	<i>Perception of riverside folk about environmental degradation in the Igarapu river, Piauí, Brazil</i>	2023	A	“[...] compreender e avaliar a percepção ambiental dos ribeirinhos em relação às mudanças naturais e antrópicas ocorridas na região do Rio Igarapu, em Parnaíba, Piauí, Brasil” (p. 2).	Chafariz (Parnaíba)
67	Lenilson Rocha Portela	<i>Calins</i> piauienses: identidade, condições de existência e trabalho de mulheres em comunidades ciganas <i>Calons</i> do Norte do Piauí (1970-2023)	2024	L	“[...] analisar a dinâmica de formação identitária, formas de existência e trabalho dessas protagonistas sociais em suas sociedades no Norte do Piauí, entre os anos de 1970-2023” (p. 34).	Parnaíba

A – Artigo publicado em periódico; CL – Capítulo de Livro; DM – Dissertação de Mestrado; L – Livro; RP – Relatório de Pesquisa; TD – Tese de Doutorado.

Fonte: Das Autoras, 2024.

Verifica-se assim, que entre os anos 2000 e 2023 um total de 67 (sessenta e sete) estudos acadêmicos identificados no levantamento bibliográfico realizado de forma simples, com consulta direta à *internet* sem emprego de nenhuma técnica particular, como por exemplo os operadores booleanos ou mesmo pesquisa em banco de dados específicos, como o *Google Acadêmico*, *Scielo* etc. Constatou-se também em relação às comunidades analisadas nas pesquisas, estudos abordando variados grupos focais, desde

moradores de forma geral de um bairro ou praia, a grupos determinados por atividades específicas como pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo etc.

Sem dúvida nenhuma há uma expressiva diversificação nas perspectivas das pesquisas, mas se destacam as que se relacionam com a Sociobiodiversidade e Meio Ambiente, Etnobiologia³, Turismo, História, Geografia e Antropologia, dentre outras. Em termos de tipo de produção realizada predominam os artigos científicos que visam a divulgação geral de resultados de pesquisas acadêmicas, seguido pelas dissertações de mestrado, documentos que registram o desenvolvimento de investigações acadêmicas de forma abrangente. Verifica-se assim, que a perspectiva das Etnociências, que buscam o entendimento sobre a complexa relação entre as pessoas e o ambiente, através do desenvolvimento de métodos, técnicas, teorias e análise (Silva; Almeida; Albuquerque, 2010), e ainda da Etnoconservação que tem por princípio a orientação do manejo dos recursos naturais e ecossistemas por meio da “[...] lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais presentes nesses contextos territoriais” (Silva Júnior, 2009, p. 90), a partir dos expressivos textos relacionados especialmente a Etnobiologia identificados.

Em termos de abrangência geográfica predominam os estudos sobre comunidades da cidade de Parnaíba com 20 (vinte) trabalhos específicos, seguido por 15 (quinze) para Cajueiro da Praia, 11 (onze) para Ilha Grande e 9 (nove) para Luís Correia, envolvendo grupos sociais tanto relacionados aos ambientes marinho e costeiro como ao fluvial e lacustre. Os 12 (doze) restante somam estudos que incluem comunidades de dois ou mais municípios, bem como da APA do Delta do Parnaíba como um todo.

Ressalta-se que praticamente todos os estudos tiveram por foco comunidades e grupos sociais que se relacionam e dependem diretamente dos recursos bióticos (biodiversidade), a exemplo de pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo, bem como aquelas que fazem artesanato como bordados e trançados utilizando fibras de plantas da região. Diferencia-se neste contexto o estudo desenvolvido por Portela (2024) que se preocupou com a comunidade cigana do norte piauiense incluindo

3. Segundo Albuquerque *et al.* (2020, p. 4) “[...] a etnobiologia envolve um campo interdisciplinar que investiga as relações complexas entre as pessoas e a biota [...]”, apresentando ramos como a etnobotânica e a etnozoologia, dentre outros, considerando principalmente os saberes tradicionais.

a de Parnaíba, discutindo sobre a identidade, condições de existência e trabalho de mulheres destas comunidades denominadas *Calons*.

No que tange à relação entre Geodiversidade e comunidades do litoral piauiense não foi identificada nenhum trabalho em particular que tratasse sobre esta, ainda que as comunidades sejam consideradas importantes e essenciais nos diversos estudos realizados no contexto geoconservacionista como já comentado.

No entanto, considerando a pesquisa realizada, se entende ser importante e pertinente investigações nesta perspectiva, visando compreender com maior propriedade como as comunidades litorâneas piauienses entendem e percebem a Geodiversidade marinha e costeira, e como com esta se relacionam, podendo-se estabelecer então estudos voltados para a Etnogeodiversidade e para a Etnogeoconservação, ainda pouco abordadas.

Para o alcance do objetivo proposto na pesquisa se empreendeu também consulta na *Internet* com o intuito de identificar grupos sociais⁴ que caracterizam as comunidades locais nos/dos municípios costeiros do litoral do Piauí, incluindo associações, cooperativas e ONGs. Vale esclarecer que foram elencadas as principais comunidades e grupos sociais que se destacam no cenário litorâneo do Piauí a partir do estudo bibliográfico e eletrônico empreendidos. O resultado da pesquisa está organizado no quadro 2 com a indicação das comunidades e/ou grupos sociais identificados, por cada município.

4. As informações relacionadas ao tipo de organização e ano de criação ou fundação das comunidades e/ou grupos sociais identificados foram extraídas de vários sites na *Internet* referentes a economia, artesanato e empresas como o do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), através do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/422694>) da Rede Artesol (<https://redeartesol.org.br/rede/>), o CNPJ BIZ (<https://cnpj.biz>), e outros, bem como trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, com consultas realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2024.

Quadro 2 – Comunidades e grupos sociais organizados do Litoral do Piauí.

Município	Nome	Tipo	Ano de fundação
Cajueiro da Praia	Colônia de Pescadores (Z-6)	Associação	1979
	ONG Projeto Vivo Barra Grande	ONG	2013
	Associação de Projeto de Assentamento da Nova Barra Grande	Associação	2022
Luís Correia	Colônia de Pescadores (Z-1)	Associação	1979
	Associação de Artesanato Trançados de Taboa Alda da Silva do Carnaubal	Associação	2002
	Associação Comunitária de Desenvolvimento da praia do Arrombado (ACOPA)	Associação	2006
	Associação de Marisqueiras e Filetadeiras	Associação	2009
	Instituto Tartarugas do Delta	ONG	2012
Parnaíba	Cooperativa Mista de Artesanato de Parnaíba (CAM-PAL)	Associação	1968
	Associação Trançados da Ilha	Associação	2000
	Colônia de Pescadores (Z-38)	Associação	2006
	Associação dos Artesãos Maria dos Agave	Associação	2009
	Bordadeira de Pedra do Sal	Empresa	2016
Ilha Grande	Colônia de Pescadores (Z-7)	Associação	1980
	Pastorinhas da Ilha	Grupo	1990
	Associação das Rendeiras dos Morros da Mariana (Casa das Rendeiras)	Associação	1992
	Artesanato Artesanal do Barro Vermelho	Associação	2004
	Comissão Ilha Ativa	ONG	2006
	Associação dos Catadores de Mariscos de Ilha Grande	Associação	2009
	Cooperativa das Rendeiras do Delta do Parnaíba	Cooperativa	2010

Fonte: Das Autoras, 2024.

Através do quadro 2 se pode apontar que as comunidades buscaram se organizar através de associações ou cooperativas visando melhores condições de trabalho, mas principalmente no esforço para manutenção de seus costumes e modos de vida, aspectos que compartilham entre gerações. Reforça-se que este levantamento se estabeleceu a partir do indicado na pesquisa bibliográfica e na *internet*, não se tendo citado todas, ainda a partir das produções acadêmicas analisadas, se contabilizou em torno de 40

(quarenta) comunidades, em sua maioria costeira, mas algumas urbanas e rurais. Não foi possível, entretanto, especificar cada uma, chegando-se a 20 (vinte) delas como indica o quadro 2.

Verificou-se ainda a existência de ONGs criadas por iniciativas locais agregando membros das comunidades que buscam a conservação dos aspectos naturais, sociais e culturais da área, compartilhando de sentimentos em comum para com o ambiente litorâneo onde moram, trabalham e criam seus laços de afeto e pertencimento, coadunando com a Etnoconservação, mas com ênfase no cuidado com a biodiversidade e da proteção do ambiente de forma geral, sem destaque para a Geodiversidade. Por fim, não foram consideradas empresas criadas com fins lucrativos, para além da questão comunitária e cultural.

Conclusão

Considerando o estudo realizado, evidenciou-se a importância, reconhecimento e, conseqüentemente, a valorização, da Geodiversidade do litoral do estado do Piauí na perspectiva das comunidades, através de uma ótica geoconservacionista, a partir da relação existente entre as comunidades da área em estudo e sua espacialidade em torno da Geodiversidade local.

Nesse contexto, foi destacado diferentes estudos e trabalhos sobre os tipos de comunidades existentes no litoral piauiense no período mencionado, bem como a identificação de grupos sociais (associações, cooperativas e ONGs) que caracterizam e se organizam nessas comunidades locais, tendo como base seus quatro municípios costeiros. Assim, é importante salientar a necessidade de aproximação e posterior elaboração de estudos e pesquisas que tragam em seu escopo específicas discussões sobre a relação entre as comunidades que permeiam o cenário litorâneo da área e a geodiversidade que esta oferece, investigando como esses elementos abióticos (e seus valores e benefícios) são aproveitados/percebidos, de uma forma direta e indireta pela população local.

Nesse sentido, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos que se aprofundem na Etnogeodiversidade, enquanto tentativa de tecer relações mais estreitas que discutam questões que envolvam as comunidades locais e a Geodiversidade do litoral piauiense, no sentido de entender como estas estão inseridas e seu nível de pertencimento e conhecimento com e sobre es-

ses recursos abióticos, sobretudo quanto ao valor cultural, para que assim essas populações possam reconhecer e valorizar esta outra componente da natureza tão presente em suas vivências, sendo possível praticar então, o processo de Etnogeoconservação.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P.; NASCIMENTO, A. L. B.; LINS NETO, E. M. F.; SANTORO, F. R.; SOLDATI, G. T.; MOURA, J. M. B.; MEDEIROS, M. C.; MEDEIROS, J. P. M.; GONÇALVES, P. H. S.; SILVA, R. H.; FERREIRA JÚNIOR, W. S. **Breve introdução à etnobiologia evolutiva**. Recife: NU-PEEA, 2020.

ARAÚJO, J. S.; BAPTISTA, E. M. C. **Diagnóstico sócio-econômico-cultural das comunidades pesqueiras marítimas do Estado do Piauí**: Uma contribuição ao desenvolvimento local sustentável da zona costeira. Teresina: PROP; UESPI, 2004. (Relatório de Pesquisa).

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, SP, ano 2, n. 5, p. 79-92, 2. sem. 1999.

BAPTISTA, E. M. C.; LIMA, I. M. M. F.; SILVA, B. R. V. Praias do litoral piauiense: características para a Geoconservação. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, MG, v. 13, n.1, p. 17-47, 2023.

BAPTISTA, E. M. C.; LIMA, I. M. M. F. Geoeducação e Geoconservação no Litoral do Piauí: valorização da Geodiversidade através de ferramentas didáticas. *In*: BAPTISTA, M. P. C.; NASCIMENTO, F. A. S.; BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V. (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. v. 1, p. 257-294.

BAPTISTA, E. M. C.; MOURA, L. S.; SILVA, B. R. V. Processos geoeducativos e valorização do patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí, Brasil. *In*: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO, 3., 2019, Guimarães, Portugal. **Anais [...]**. Guimarães, Portugal: CEGOT/UMinho, 2019. p. 306-321.

BAPTISTA, E. M. C.; MOURA, L. S.; SILVA, B. R. V. Geomorfologia e Geo-diversidade do litoral piauiense para fins de Geoconservação. **Revista de Geociências do Nordeste – REGNE**, Natal, RN, v. 2, Número Especial, p. 1250-1258, 2016.

BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V.; MOURA, L. S. Patrimônio Natural e Perspectivas para a Geoconservação no Litoral do Estado do Piauí, Brasil. *In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO GEOMORFOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO*, 1., 2014, Coimbra, Portugal. **Atas / Proceedings** [...]. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2014. p. 1-6.

BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V.; MOURA, L. S. Geoturismo no litoral do Piauí: entre o patrimônio natural e o construído. **Ciência Geográfica**, Bauru, SP, ano 28, v. 28, n.1, p. 160-180, jan./dez. 2024.

BEZERRA, M. B. C. **Percepção socioambiental da comunidade da Pedra do Sal acerca da implantação do Complexo Eólico Delta do Parnaíba na APA Delta do Parnaíba/PI**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BRAGA, D. S. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BRAGA, L. R. O.; MACHADO, M. M. M.; RUCHKYS, Ú. A. Modelagem de recursos da geodiversidade como suporte às práticas ritualísticas de comunidades de matriz africana. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 42, p. 233-248, 2014.

BRANDÃO, B. A. **Aves do Delta do Parnaíba**: diversidade e geração de renda para as bordadeiras da Pedra do Sal, Parnaíba, Piauí. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

BUREK, C. V.; PROSSER, C. D. The history of geoconservation: an introduc-

tion. In: _____. (ed.) 2008. **The History of Geoconservation**. London: The Geological Society, 2008. p. 1-5. (Special Publications, 300).

CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CENEDESI JUNIOR, M. A.; VOUILLAT, S. E. Metodología de la investigación: del tema a la publicación de los datos. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, SP, v. 17, e36, p. 1-18, 2024

COSTA, J. D. M.; QUINTANILHA, J. A. A importância que as comunidades tradicionais desempenham quanto a conservação e a preservação dos ambientes florestais e de seus respectivos recursos: Uma revisão de literatura **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, PE, v. 17, n. 3, p. 2072-2092, 2024.

CRESPO, M. F. V. **Cadeia de valor do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* Linnaeus, 1973) da reserva extrativista marinha Delta do Parnaíba, Maranhão/Piauí, Nordeste do Brasil**. 2020. 217 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

CRESPO, M. F. V. **Estratégia de desenvolvimento do arranjo produtivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

CRIVELLARO, C. V. L. **Visões marinhas: vertentes e signos para Educação Ambiental em comunidades costeiras** – v. 1. 2000. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Cassino, 2000.

CUNHA, J. A. S. **Padrões etnobiológicos de aracnídeos (Arachnida, Araneae) do Delta do Parnaíba – Brasil**. 2019. 145 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí,

Teresina, 2019.

CUNHA, J. M. A.; IBIAPINA, M. M.; SANTOS, F. F.; ROCHA, R. R. N.; SILVEIRA JÚNIOR, J. G. Turismo (in)sustentável em Barra Grande (PI): conflitos, impactos, desigualdade e exclusão social. **Revista Geografar**, Curitiba, PR, v. 11, n.1, p.152-173, jul. 2016.

CUNHA, J. M. A.; ROCHA, R. R. N.; PERINOTTO, A. R. C. O desenvolvimento do turismo rural com perspectivas sustentáveis para a comunidade Lagoa da Prata – Parnaíba/Piauí. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, RN, v. 3, n. 1, p. 54-74, jan./jun. 2015.

CUNHA, J. M. A.; SILVA, M. V. O turismo global em Barra Grande (PI): novos processos socioculturais, multifuncionalidade e pluriatividade no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, SP, v. 11, n. 2, p. 273-301, maio/jul. 2018.

FARIAS, J. C. **Etnobotânica e Etnozoologia na comunidade Lagoa da Prata no município de Parnaíba, Piauí**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

FEITOSA, L. L. A.; BARROS, M. C.; ALMEIDA, Z. S. Manejo tradicional da pesca na Área de Proteção Ambiental do Delta das Américas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental – Revbea**, São Paulo, SP, v. 14, n. 4, p. 305-322, 2019.

FERREIRA, D. C. G. **A invenção de Barra Grande**: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

FRANCO, A. R. **Etnocartografia e análise dos valores da geodiversidade com comunidades tradicionais de artesãos em pedra-sabão da região do quadrilátero ferrífero – Minas Gerais**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FREITAS, P. P. Geografia da população: novas abordagens e possibilidades de estudo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: AGB, 2014. p. 1-11.

FREITAS, S. T. **Anomalocardia brasiliiana Gmelin, 1791 (Mollusca, Bivalvia)**: Rendimento, composição química e dados etnobiológicos das marisqueiras de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

FREITAS, S. T.; PAMPLIN, P. A. Z.; LEGAT, J.; FOGAÇA, F. H. S. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2012.

GRAY, M. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. Chichester: John Wiley & Sons, 2004.

GRAY, M. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2013.

IBIAPINA, M. M.; LIMA, T. M. P.; PEREIRA, G. O.; ASSIS, E. G. O catador de caranguejo na RESEX marinha Delta do Parnaíba e sua relação com o turismo e conservação da sociobiodiversidade. In: SEABRA, G. (org.). **Educação e cooperação pela água para a conservação da biodiversidade**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 773-780.

IBIAPINA, M. M.; SILVA, D. A. S.; SOUSA, R. S.; ASSIS, E. G. A ampliação da usina eólica na comunidade da Pedra do Sal – PI: uma abordagem sócio turística. In: SEABRA, G. (org.). **Educação e cooperação pela água para a conservação da biodiversidade**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 763-772.

LEITE, R. R. S. **O Jacaré Caiman crocodilus (LINNAEUS, 1758) e a comunidade de Ilha Grande, Piauí, APA Delta do Parnaíba, Brasil**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

LIMA, N. K. N. **Artesanato como exemplo de trabalho informal em**

uma região econômica periférica: uma análise geográfica do aglomerado produtivo de palhas e bordados da Região Norte do Piauí. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.

LIMA, U. A. **A pluriatividade:** uma condição para a reprodução social dos pescadores artesanais de Barra Grande, Cajueiro da Praia – Piauí. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

LIMA, U. A.; LIMA, F. C. S. Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI. In: BAPTISTA, M. P. C.; BAPTISTA, E. M. C.; NASCIMENTO, F. A. S.; SILVA, B. R. V.; MOURA, L. S. (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração:** Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022. v. 2, p. 141-154.

LOPES, L. S. O. **Estudo metodológico de avaliação do patrimônio geomorfológico:** aplicação no litoral do estado do Piauí. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LUSTOSA, A. H. M. **Práticas produtivas e (in)sustentabilidade:** os catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba. 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

MACEDO, E. M. **O turismo na praia de Barra Grande – PI:** impactos e contribuições ao desenvolvimento local. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MACÊDO, E. M.; RAMOS, R. G. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, AL, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio

de Janeiro, RJ, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2003.

MAURÍCIO, F. R. C. Micropolítica do terreno: família, espaço e reprodução social no Litoral do Piauí. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, MT, v. 7, n.15, p. 59-74, set./dez. 2020.

MAURÍCIO, F. R. C. **Os filhos do lugar**: crônicas da territorialidade pedral. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MAZZUCATO, E.; BACCI, D. L. C. Propostas de geoconservação nos núcleos Picinguaba e Caraguatatuba – litoral norte de São Paulo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 48., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Geologia, 2016. p. 1.

MORMUL, N. M.; ROCHA, M. M. Reflexões sobre população à luz do pensamento geográfico. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, PR, v. 4, n. 1, p. 135-150, 2012.

MOURA, M. R. B. **Comunidade pioneira de herbáceas em dunas no litoral do Nordeste**: composição, estrutura, anatomia ecológica e percepção ambiental. 2019.135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

NASCIMENTO, H. J. S.; MORAES, F. S.; PINHEIRO, Á. P. Identidade e Cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 27, n. 1 [37], p. 191-210, jan./jun. 2019.

NASCIMENTO, M. S. V.; SASSI, R. Análise da atividade pesqueira e das condições socioeconômicas dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, Brasil. **Gaia Scientia**, João Pessoa, PB, v. 1, n. 2, p. 141-154, 2007.

NASCIMENTO, M. G. P. **Etnobotânica e etnozoologia em comunidades pesqueiras de Parnaíba e Cajueiro da Praia, Piauí**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

OLIVEIRA, B. G. A. **Avaliação da diversidade de abelhas silvestres *Euglossini* (Hymenoptera, Apoidea) na região do Delta do Parnaíba, Brasil e a percepção da importância das abelhas pela população local.** 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

OLIVEIRA, P. V. S. **Mar à venda:** pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016

PEREIRA, J. M.; BRILHA, J.; GOMES, A. M. Proposta para a promoção do património geológico e da geoconservação na Conservação da Natureza de Cabo Verde. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1., 2009, Cidade da Praia. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Geologia, 2016. p. 3195-3210.

PEREIRA, P. S. **A contribuição das marisqueiras para o desenvolvimento sustentável no município de Luís Correia / Piauí.** 2014. 66 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PERUZZO, R. S.; VALDATI, J. Geodiversidade cultural: o caso da terra indígena Tirecatanga. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 19., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2022. p. 1-5.

PINHEIRO, Á. P.; CARVALHO, R. C. M. Rede de museus de território na área de proteção ambiental Delta do Parnaíba. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, AL, v. 8, n. 4, p. 204-217, set. 2018.

PORTELA, L. R. **Calins piauienses:** identidade, condições de existência e trabalho de mulheres em comunidades ciganas *Calons* do Norte do Piauí (1970-2023). Teresina: Cancioneiro, 2024.

PUTRICK, S. C.; MARIANI, M. A. P.; SILVEIRA, M. A. T. Laços de cidadania do litoral do Piauí: redes de articulação de turismo e pesca no litoral piauiense. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**, Mossoró, RN, v. 3, número especial, p. 56-81, 2014.

RESENDE, J. W. R.; BELO, R. P. Representação social do trabalho de catadores de caranguejo do litoral piauiense. **Revista Psicologia em Foco**, Frederico Westphalen, RS, v. 9, n. 14, p. 65-87, dez. 2017.

RIBEIRO, A. S. N. **Perigo aviário no aeroporto internacional Prefeito Dr. João Silva Filho e a percepção deste risco pela comunidade Chafariz em Parnaíba-PI**. 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

ROCHA, A. M. **As Políticas Públicas de Turismo e a População Local: da Concepção à Implementação (Parnaíba-PI)**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROCHA, F. M. R. **Percepção ambiental local como um desafio ao desenvolvimento sustentável do turismo no município de Ilha Grande – PI**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

ROCHA, G. C.; TAVARES, A. C. Levantamento de informações socioambientais na comunidade da praia de Macapá - Luís Correia - Piauí - Brasil: contribuições ao gerenciamento costeiro participativo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, MG, v. 27, Número Especial 1, p. 67-83, 2017.

ROCHA, R. R. N. **Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RODRIGUES, F. S. B.; BRAGA, S. S.; SILVA FILHO, F. P. Impactos provocados pelo turismo na atividade de pesca artesanal no Rio Camurupim em Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí. **Revista Ateliê do Turismo**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 1. p. 56-66, jan./ jul. 2019.

SALES, M. B. A.; VIEIRA, I. R.; OLIVEIRA, J. S. A pesca artesanal e o conhecimento etnoictológico em comunidades ribeirinhas do rio Igarçu, litoral

piauiense. **Gaia Scientia**, João Pessoa, PB, v.16, n. 2, p. 160-172, 2022.

SAMPAIO, D. B.; OLIVEIRA, M. T. R.; MELO, H. M. S.; CARVALHO, D. B. “A Pedra, o mar e o sol”: aspectos identitários de uma comunidade frente às transformações locais. **Educação Ambiental em Ação**, [S. l.], ano 17, n. 65, p. 1-12, set./dez, 2018.

SANTOS, Â. B. N.; ARAÚJO, M. P.; SOUSA, R. S.; LEMOS, J. R. Plantas medicinais conhecidas na zona urbana de Cajueiro da Praia, Piauí, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 442-450, 2016.

SANTOS, F. C. V. **Impactos ambientais do complexo eólico delta do Parnaíba sobre a avifauna e os saberes etnoornitológicos na comunidade Labino, Piauí, Brasil**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SANTOS, F. C. V.; SOUTO, W. M. S.; RIBEIRO, A. S. N.; LUCENA, R. F. P.; GUZZI, A. Traditional knowledge and perception of birds in the Parnaíba Delta Environmental Protection Area, Northeast Brazil. **Acta Scientiarum**. Biological Sciences, Maringá, PR, v. 42, e47722, p. 1-12, 2020.

SILVA JÚNIOR, R. D. Etnoconservação e o conceito de relações de poder: apontamentos teórico-metodológicos. **Cadernos de Campo**, Araraquara, SP, UNESP, v. 1, n. 12, p. 89-106, 2009.

SILVA, B. R. V. **Avaliação do Patrimônio Geológico-Geomorfológico da Zona Litorânea Piauiense para fins de Geoconservação**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SILVA, B. R. V.; BAPTISTA, E. M. C. Ensinar pelas pedras, aprender pelas areias: atividades geoeducativas para valorização da geodiversidade da praia de Pedra do Sal, Parnaíba-PI. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 27, p. 1-32, e71142, 2023.

SILVA, B. R. V.; BAPTISTA, E. M. C. Roteiro Geológico-geomorfológico do

Litoral Piauiense: Caminhos para a Geoconservação. **Revista Geonorte**, Manaus, AM, v.10, n.1, p.146-149, 2014.

SILVA, B. R. V.; BAPTISTA, E. M. C.; MOURA, L. S. Elementos da geodiversidade para a geoconservação do litoral do Piauí. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, Teresina, PI, v. 3, n. 3, p. 18-34, jan./jun. 2022.

SILVA, B. R. V.; BAPTISTA, E. M. C.; MOURA, L. S. Paisagens Naturais do Litoral Piauiense: (Re) Descoberta para a Geoconservação. **Revista Equador**, Teresina, PI, v. 4, n. 3, p. 178-184, 2015. Edição especial 2.

SILVA, B. R. V.; LIMA, I. M. M. F.; BAPTISTA, E. M. C. Geodiversidade e Geoturismo na praia de Pedra do Sal, Parnaíba – PI: Valores, aspectos socioambientais e estratégias. In: SILVA, F. J. L. T.; AQUINO, C. M. S.; AQUINO, R. P. (org.). **Questões Socioambientais Urbanas no Piauí**: Diferentes enfoques. Teresina: EDUFPI, 2018. p. 49-71.

SILVA, B. R. V.; LIMA, I. M. M. F.; BAPTISTA, E. M. C. Geossítios da Zona Litorânea Piauiense: caracterização para fins de Geoconservação. In: BAPTISTA, M. P. C.; NASCIMENTO, F. A. S.; BAPTISTA, E. M. C.; SILVA, B. R. V. (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. v. 1, p. 97-131.

SILVA, E. G. A. (org.) **Meio Ambiente, Comunidades e Turismo**: experiências e diálogos de saberes. Parnaíba: EDUFPI: SIARTE, 2016.

SILVA, M. G.; NASCIMENTO, M. G. P.; REIS, R. B.; SILVA, M. F. S.; ANDRADE, I. M. Potencial de *Mandevilla clandestina* J. F. Morales (Cipó-de-leite) no artesanato de Parnaíba-PI, Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, Venezuela, v. 37, n. 36, p. 1-6, 2016.

SILVA, M. L. N.; NASCIMENTO, M. A. L.; MANSUR, K. L. Principais ameaças à geodiversidade identificadas no território do Projeto Geoparque Seridó. **HOLOS**, Natal, RN, ano 35, v. 1, e7957, p. 1-16, 2019.

SILVA, S. N.; MELO, R. S. Resorts e Desenvolvimento Local na cidade de Ilha Grande, Piauí (Brasil): análise dos discursos dos atores locais. **Turismo**

& Sociedade, Curitiba, PR, v. 5, n. 1, p. 209-230, abr. 2012.

SILVA, V. A.; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Apresentação. In: _____ (org.). **Etnobiologia e Etnoecologia**: Pessoas & Natureza na América Latina. Recife: NUPEEA, 2010. p. 10-11.

SILVA, V. B. B.; BARROS, A. C. S.; PUTRICK, S. C. Laços de cidadania: formação de redes solidárias e preservação de saberes tradicionais litoral piauiense. **Mares – Revista de Geografia e Etnociências**, Rio Grande, RS, v. 1, n. 1, p. 153-159, 2019.

SIQUEIRA, A. J. S. **Aves migratórias dos estuários dos rios Cardoso e Camurupim, Piauí, Brasil**: riqueza, etnornitologia e impacto do turismo. 2020.105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

SOARES, D. C. E.; MARQUES, R. R. Caracterização da pesca artesanal da lagosta e perfil socioeconômico do pescador no litoral do Piauí. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, São Luís, MA, v. 10, n. 2, p. 130-139, 2017.

SOARES, D. S.; GALENO, L. S.; ROS, J. P. O turismo na comunidade dos Tatus: conflitos socioambientais e percepção local. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**, Mossoró, UERN, v. 2, n. 2, p. 133-153, jul./dez. 2013.

SOARES, D. S.; GALENO, L. S.; SANTOS, V. P.; ASSIS, E. G. Turismo e conflitos na comunidade dos Tatus na APA Delta do Parnaíba/PI. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Educação e cooperação pela água para a conservação da biodiversidade**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 743-754.

SOUSA, B. R.; MELO, R. S.; OLIVEIRA, V. V. Produção artesanal associada ao turismo em Ilha Grande de Santa Isabel (Parnaíba-PI). **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, BA, ano 8, n. 2, p. 137-156, jul. 2014.

SOUSA, F. S. **Etnobiologia, composição florística e fatores de facilitação em vegetação de moitas na restinga, Ilha Grande, Piauí, Brasil**. 2023.102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SOUSA, R. S. **Etnobotânica e Etnozootologia de Comunidades Pesquisadoras da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SOUZA, S. L.; SILVA, A. M. S. Experiência, Trabalho e Artesanato: as rendadeiras de Lagoa do Sobradinho (Luís Correia-PI) e a produção de renda de bilro. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano 3, n. 4, p. 53-61, jan./jul. 2017.

STANLEY, M. Geodiversity and why we need it. **Earth Heritage**, Wales, n. 14, p. 15-18, 2000.

VARGAS, S. S.; SILVA, E. G. A. (org.). **Delta do Parnaíba: bases conceituais, interdisciplinaridades e desafios para o turismo comunitário**. Parnaíba: SIEART, 2021.

VERAS, S. M. A.; PINHEIRO, Á. P. Educação patrimonial: reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a comunidade São Vicente de Paula Parnaíba Piauí – Brasil. **RIHGRGS**, Porto Alegre, RS, n. 157 especial, p. 267-286, abr. 2020.

VIEIRA, A. F.; ARAÚJO, J. L. L. Turismo e sustentabilidade ambiental na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí (PI). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 519-536, set./dez. 2015.

VIEIRA, I. R.; AGUIAR, M. R. F.; AMARANTE, L. H. M.; SALES, M. B. A.; VIRAPONGSE, A.; OLIVEIRA, J. S. Perception of riverside folk about environmental degradation in the Igarçu river, Piauí, Brazil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v. 35, e67765, p. 1-11, 2023.

VIEIRA, I. R.; LOIOLA, M. I. B. Percepção ambiental das artesãs que usam as folhas de carnaúba (*Copernicia prunifera* H. E. Moore, Arecaceae) na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v. 26, n. 1, p. 63-76, jan./abr. 2014.

A PARNAÍBA SOB AS LETRAS DE ASSIS BRASIL: LITERATURA E DENÚNCIA SOCIAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

João Vitor dos Santos
Vitor Gabriel Bezerra Arrais
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Considerações iniciais

Autor de mais de cem obras publicadas, contemplando uma produção voltada para um público diverso – tratando desde a literatura infanto-juvenil aos temas sensíveis de natureza sociopolítica em dimensões da leitura engajada – o parnaibano Francisco de Assis Almeida Brasil nasce em 18 de fevereiro de 1932 e já aos 15 anos (na adolescência, vivendo em Fortaleza, nos anos 1940) tem seu primeiro texto estampado nas páginas do periódico cearense *Gazeta de Notícias* (Foggetti, 2006). Tendo ocupado a cadeira de nº 17 da Academia Parnaibana de Letras e a Cadeira nº 36 da Academia Piauiense de Letras, sua obra se destaca em dois ciclos principais: a Tetralogia Piauiense e o Ciclo do Terror¹, além de ter sido crítico literário no *Jornal do Brasil* (1956-1961), *Diário de Notícias* (1962-1963), *Correio da Manhã* (1962-1972), *O Globo* (1969-1970) e em outros (Magalhães; Rocha, 2012).

Ao ponto de uma escrita literária sublinhada pelos reclames de questões socio-estruturais ligados à política e à cultura, Assis Brasil realiza um trabalho de acionamento da reflexão acerca da essencialidade humana mediante quadros postos aos limites e às margens de tal condição a partir das

1. O ciclo em pauta remete à produção de títulos debruçados em questões ideológicas, violência e natureza destrutiva do homem. A ambiência histórica da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) – momento em que os livros foram produzidos – revelam a posição e fundo compositivo dos escritos. Destacamos as obras *Os que bebem como os cães* (1975); *O aprendizado da morte* (1976); *Deus, sol, Shakespeare* (1978); e *Os Crocodilos* (1980).

nuances de interconexão entre o universo real e o ficcional, o lugar físico e o reflexivo, o tempo concreto e o abstrato. Na complexidade das linhas em que a marginalização dos sujeitos e dos espaços, a reinterpretação das condições dispostas e a tomada de consciência da conjuntura se fazem pauta, o autor deixa um pouco de si ao cravar nas obras os sinais do contexto histórico em que as produz e das próprias experiências vividas ou conhecidas dos atravessamentos de indivíduos que em seu caminho perpassaram. Essa simbiose entre arte e vida não se restringe, todavia, aos horizontes da criação, mas assinala a própria postura do literato como profissional que viveu exclusivamente da profissão de escritor, um empenho ao ofício que lhe rendeu duas vezes o prêmio *Walmap* de Literatura, sendo em 1965, por *Beira rio beira vida*, e em 1975, por *Os que bebem como os cães* – ambas as obras premiadas em seus respectivos anos de publicação.

Voltando nossa atenção à *Tetralogia piauiense*, a cidade de Parnaíba-PI (cidade natal de Assis Brasil) torna-se palco de tramas narradas no microcosmo geográfico do litoral piauiense que se projetam à amplitude associativa dos fenômenos humanos às ordens de classe, dos costumes e das representações de ser e vivenciar a cidade e a sociedade, sobretudo, sob a ótica das camadas de baixo, desprestigiadas ou no declínio eminente de posição social. Para tanto, a manifestação da pobreza e do descaso com a população menos favorecida – aparelhada às percepções subjetivas das personagens acerca do fato – acompanha os quatro volumes da coleção, sendo eles o já mencionado *Beira rio beira vida* (1965) e os respectivos *A filha do meio-quilo* (1966), *O salto do cavalo cobridor* (1966) e *Pacamão* (1969), obras às quais se faz saltar aos olhos “a gente humilde, de vida sofrida, a qual esconde na sua simplicidade uma complexa rede de emoções.” (Foggetti, 2006, p. 19).

Visando explorar os prospectos que englobam perspectivas físicas e psicológicas contidas na produção de Brasil como recurso para a investigação e análise histórico-social do começo do século XX, este estudo se utiliza das duas primeiras obras do ciclo ambientado no Piauí – *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo* – por estas convergirem com maior pontualidade as respectivas questões. Ao valer-nos de um balanço qualitativo assegurado pelo diálogo teórico-bibliográfico voltado às sensibilidades da escrita e das impressões gravadas, donde “a criação artística colabora com a elaboração da questão do Ser e com a expressão do Sentido do Mundo” (Maia; Seabra,

2012, p. 75-76), a intercalação entre a poética e o pragmatismo realista revelam fonte de presença histórica e ecos de denúncia.

Pelos meandros da poética: vida e arte – presença histórica

O ciclo de escrita da *Tetralogia piauiense* revela obras caracterizadas por um regionalismo que lança mão de uma poeticidade a qual expande o entendimento das questões tratadas para além do circunscrito Nordeste brasileiro. Com narrativas que mesclam tons de experiência materiais e subjetivas, em torno das querelas utilizadas a pretexto do traçado compositivo das personagens, Assis Brasil constrói um universo reflexivo em torno das palavras possíveis de despertarem imaginação apegada à realidade tangível, direcionada pela projeção psicológica daqueles que habitam a prosa, a fim de realizar ato de delação social em que se traça linha tênue entre a realidade e a ficção, “são quatro romances e uma única intenção: a de denúncia” (Brasil, 1979 *apud* Foggetti, 2006, p. 22).

Na ambientação da catarse que percorre histórias do litoral ao sertão do estado, a *Tetralogia piauiense* contorna uma abordagem do espaço e do lugar, incitando a imersão nas particularidades, nos segredos e causos do lócus instituído como plano de vivência da narrativa (Lima, 2017, p. 70), de modo que o cotidiano e os modos de habitar o espaço e o tempo do local não apresentam mera composição secundária nas tramas, mas arranjo indispensável para os acontecimentos descritos, sendo esta primordialmente a cidade de Parnaíba-PI e suas proximidades. *Beira rio beira vida* – primeira obra desta série de quatro volumes independentes – por exemplo, contempla o envolvimento das personagens com as repartições físicas e simbólicas dos espaços segregados: entre o cais do rio Parnaíba e o centro urbano da cidade, duas Parnaíbas são exibidas segundo as estratificações da pobreza e dos setores abastados, socioeconomicamente falando – fato denotativo de um demasiado conhecimento das estruturas do recinto por parte de quem escreve, conferindo aos escritos a capacidade de transpassarem as formas intrínsecas de configurações geográficas e sociabilidades geradas a partir de uma esfera dual, carregando consigo as complicações inerentes aos perfis díspares existentes na mesma cidade e, sob tal aspecto, a emergência da crítica que paira nos entremeios dos conflitos de classe que se sucedem na projeção de mazelas materiais e imateriais na condição do homem. Assim:

Beira rio beira vida, mais que um romance, é um registro geográfico que apresenta possibilidades variadas de visualização de um espaço e de um lugar marcado pelos contornos hierárquicos de uma sociedade rigidamente compartimentada, cujos efeitos se exprimem na marginalização dos valores humanos. (Lima, 2017, p. 79).

Tratando da exploração e marginalização, *Beira rio beira vida* traz a fala e as recordações de Luíza – mulher inserida nas veredas da prostituição que ronda o Cais da cidade –, inscrições que expõem um contexto de ausência de oportunidades para aqueles nascidos em condições socioeconômicas desfavorecidas, as quais também evidenciam um destino predeterminado por um sistema rígido e opressor diante de uma existência pessoal caracterizada pela degradação e pela substituição implacável de gerações de mulheres no mercado sexual – é da mãe, Cremilda, a quem Luíza segue os passos, mas da filha, Mundoca, de quem anseia pôr um fim ao ciclo interminável da prole marcada fruto da perpetuidade de tal sina. A dicotomia que identifica os lugares de exclusão (o cais) e de progresso (o centro urbano) e suas dimensões econômicas, sociais e culturais oferece uma crítica incisiva sobre as disparidades e injustiças estruturais que permeiam a vida das personagens, sedimentando um estado de arraigamento àquela ordem visto em passagens como quando Luíza reflete: “Nunca conheci outra vida, tudo foi se ajeitando normalmente, acontecendo, acontecendo. Tudo parecia natural para mim, não era de pensar muito.” (Brasil, 2008, p. 35).

A planificação literária de um elo soldado entre as personagens e a cidade – esse espaço que “se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro” (Pesavento, 2005, p. 14) – acaba por convergir caráter de aprofundamento à essencialidade humana, sob a impressão de uma subjetividade que, pela densidade descritiva, não se atém tão somente ao recurso ficcional do campo das Letras, todavia revela linhas da realidade concreta desde a arquitetura da dita Parnaíba, passando pela temporalidade em que se aborda os anos 1940, chegando mesmo aos modos de fazer e consumir o trânsito e as possibilidades de vivência cultural da cidade. Há espaço e tempo definidos, há correspondência com o mundo real na medida em que envolve viabilidade e expectativa de identificação prática com a obra – uma vez que este é, pontualmente, o anseio da denúncia, qual seja

a visualização direta da crítica no campo de vista tangível ao receptor da mensagem ecoada.

Sabe-se que “o literato não cria nada a partir do nada” (Borges, 2010, p. 103) e, no caso da *Tetralogia piauiense*, Assis Brasil esclarece que a própria substância de motivação da ação escriturística, bem como as bases de construção da estrutura e disposição de espaços distintos em planos físicos e não-físicos, é justamente suas memórias; as reminiscências estilizadas à luz da poética, às quais, apesar de passadas pelo tratamento da linguagem conotativa e entajar a roupagem do teor lírico, não se descolam dos pilares fundamentais da realidade, ao contrário, entoam a chance de dar vazão à apreciação das perspectivas originais de modo enfático e categórico, com a vantagem de explorarem a personalidade das figuras que compõem a narrativa. Nas palavras do autor:

A Tetralogia piauiense é a volta às minhas fontes, às minhas raízes. Deixei de lado os contos e novelas cerebrais, ideológicos, de teses, e me voltei para o homem, para a sua condição, onde tudo está implícito: ideologias, teses e supostas mensagens. (Brasil, 1979, p. 483 apud Foggetti, 2006, p. 102-103)

O vínculo direto e anunciado entre o autor e as figuras narrativas presentes na obra, deste modo, evidencia que o retratar das dinâmicas do caos por meio da essencialidade humana que preenche o ambiente com os mais variados sentimentos é, portanto, produto cristalizado das percepções imanentes de quem escreve. As incursões que se utilizam das propriedades íntimas acerca da reminiscência de Brasil como alicerce prosaico torna-se, em formato literário, *Lugar de memória* (Nora, 1993) onde se entrecruzam a participação direta e indireta do escritor nas balizas do relato, desvelando “um perfil dotado de pertencimento e experiência entre o autor e seus personagens” (Lima, 2017, p. 81). Nos limites da factualidade transfigurada aos semblantes da ode, os escritos de Assis Brasil capturam sensibilidades em torno do tempo e do espaço na configuração de sujeitos formados à beira das representações memorativas e estilizadas, fazendo do autor quase um personagem quando se atenta às marcas pessoais que se desdobram nos meandros do conto. De tal modo, ao traçar o processo formativo de sua obra e a formatação de Luíza – personagem principal de *Beira rio beira vida* – Assis Brasil nos conta:

Eu ainda alcancei uma senhora, lá pelos 75 anos, pegando roupa na casa de meus pais, em Parnaíba, pra lavar no cais do rio. Era a Luiza, lavadeira, mulher bonita e ex-prostituta, de olhos vivos, um ser humano marcado pelo destino, invisível aos olhos da cidade. Foi minha mãe que contou parte da vida dela, de seu sofrimento e da sina de prostituição. Meu pai tinha um armazém, no cais do porto, onde por vezes eu ia pescar. E essa senhora morava num barraco imundo, miserável, que conheci ao procurá-la, a pedido da mamãe, toda vez que deixava de apanhar a roupa suja de nossa família. Sua história e de outras mulheres do cais, bem como as lembranças guardadas na memória, inspiraram a escrita do *Beira rio beira vida*, eu já residindo no Rio de Janeiro. (Brasil, 2020).

Muito embora a produção literária – como qualquer outra expressão artística – se deleite nas campinas da ficção quando da feitura e afirmação de si, a rememoração dos causos da infância de Assis Brasil ancora pé na realidade evitando que os ventos da invenção soprem demais suas letras aos céus do devaneio e, na lógica de referências delimitadas no plano empírico, firmam o enredo de “um mundo que é ficcional, mas que poderia muito bem não ser” (Foggetti, 2006, p. 23). Na objetivação de reporte da denúncia social, o autor arbitrariamente traz à proximidade do leitor o quadro reflexivo da tramoia para que não haja dúvidas acerca da problemática e dos domínios de que se fala, provocando mesmo envoltura à trama ao ponto de identificar no entorno as representações alternativas e similares do cais, do centro e de Luízas em histórias de vida.

O mesmo acontece em *A filha do meio-quilo*, contudo, voltando-se ao prisma da miséria de caráter subjetivo: ainda tendo como fundo panorâmico uma sociedade estratificada em classes, a busca de Cota – heroína da trama – em driblar o preconceito existente na Parnaíba observada sob a ótica da classificação provinciana do espaço, acompanhando o *quê* de embromação moral donde se alavanca a hipocrisia das crenças e atos, é chave para a denúncia da dificuldade existente no tocante à superação das amarras que se fixam em torno da origem gregária, sobretudo quando se ascende socialmente e desperta mácula nas estruturas do conservadorismo e do tradicionalismo. Das súplicas de Cota às enteadas a verem-na mais que os falatórios – “Oh, minhas filhas, não me julguem pelo que os outros dizem de mim” (Brasil, 2008, p. 190) – e da compreensão do fardo que sua presença representa aos setores médios da sociedade parnaibana

– “[...] Parnaíba tem me olhado de lado, ou tem me visto apenas em silhueta. Fiquei marcada, como se na minha testa houvesse gravado uma cruz.” (Brasil, 2008, p. 213) – abrem-se janelas aos pareceres interiores, valendo a viabilidade deste contato pela atmosfera de interação e confidencialidade entre a personagem e o leitor da obra.

Em perspectivas de estudo da sociedade tratada, a tomada da obra para vislumbre do espectro sociocultural por meio dos olhos de Cota e das outras duas vozes que relatam os eventos (a enteada Lucília e a narradora anônima) acessam complexidades de maneira possível somente através do envolvimento dos sentimentos e do apelo dramático das prenunciações de quem realmente vive tais domínios, e “apesar de os sentimentos serem pessoais, íntimos, eles revigoram o enredo tratado, dando-lhe outras configurações além das anteriormente estabelecidas” (Jucá; Nascimento, 2012, p. 24).

Nas extensões deste embalo em que se ladeiam os fragmentos da vida prática – mesmo que estilizados nas cores do fantasioso (ainda assim, ancorados no real) – e o alcance dos aspectos profundos na disposição das percepções etéreas, a Literatura, pois, mostra-se terreno fértil para a investigação e remonte de temporalidades remotas na alçada do labor da História enquanto campo do saber, principalmente por conta da potencialidade de registro não apenas dos cenários táteis, mas também das manifestações de apreensão da envoltura do literato em seu contexto específico, podendo em certas condições assumir dimensões da realidade, funcionando como “espelhos” do real (Cardoso, 1985, p. 167). Sendo “formas distintas, porém próximas de dizer a realidade” (Pesavento, 2003, p. 32) a História e a Literatura, a seus modos, comungam do objetivo de retratar tempo e ambiente demarcados, acabando por infundir-se à saturação das balizas correspondentes.

Logo, ante a exemplificação da análise das trajetórias tanto de Luíza quanto de Cota, os traços das conjunturas espaço-temporais da criação grifam, página a página, idiossincrasias caras ao estudo do passado; e se as abordagens com vestígios tradicionais exigem a conexão da evidência catalogada com o homem e a sociedade, as obras literárias, deste modo, também são “verdadeiras fontes históricas porque muito possuem a respeito da vivência humana” (Silva, 2011, p. 14), e mais: por serem frutos diretos do ímpeto de liberdade para o abordar das abstrações e utopias que os

documentos oficiais não permitem tipografar, descortinam aquilo que o pragmatismo é vedado de dizer ou esconde por vontade própria.

Neste *mundo verdadeiro das coisas de mentira*, a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível, do apenas entrevisto na realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade sensível, enunciando conceitos e valores. A Literatura é o domínio da metáfora da escrita, da forma alegórica da narrativa que diz sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além. (Pesavento, 2003, p. 39, grifos da autora²).

Decerto, o adentrar à questão do recurso da escrita muito revela sobre as características que permeiam os modos de fazer nos campos da História e da Literatura, haja vista que este é o fundamental artifício pelo qual se registra suas construções e existências propriamente ditas. Neste sentido, atenta-se ao fato de que a veia artística corre por ambas as instâncias, em máxima, em virtude do uso das letras e do trabalho escriturístico ser convite ao culto à forma e ao belo, inclinado ao esmero. Ainda que, porventura, no trabalho dos poetas e literatos tal fator seja visível com maior nitidez – demandando-se a incorporação deste atributo em sua efetiva execução, porquanto integra o título de arte, por excelência – a ciência histórica, na confluência do exercício da escrita, do mesmo modo é atravessada pelas propensões artísticas, fator que não onera em quaisquer instâncias o rigor metodológico de suas bases, sendo mesmo “de uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência” (Bloch, 2001, p. 44).

Das aproximações que seguem a utilização da escrita para presença, da arte para eloquência, da apreensão do tempo em suas complexidades e da realidade circundante como influxo produtivo, é possível reconhecer que o literato, em certa medida, também toma a postura de historiador quando do ensejo de alocar sua obra numa sincronia temporal (Silva, 2011, p. 20) e o historiador, na construção da narrativa histórica e de sedução do leitor aos argumentos elencados (Pesavento, 2003, p. 38), toma procedên-

2. O grifo em questão diz respeito a utilização pela própria autora da expressão derivada do artigo: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 30, 2002.

cia de alguns atributos que a linguagem oferece; todavia, se há questão que encerra a suposta confinidade e especifica o *métier* escriturístico de ambos os campos isto é a condição para que um texto obtenha a classificação de documento histórico formal: a factualidade do ocorrido.

Como um registro privilegiado de seu tempo (Pesavento, 2003, p. 39; Davis, 2024, p. 67) a Literatura se encarrega de narrar eventos, mas sem compromisso com a verdade factual, estando cerceada pela cognição diacrônica limitada à corriqueira consciência histórica (Rüsen, 2009) e a escolha pela estética em detrimento da verdade, o que culmina no choque teórico com a busca pela verossimilhança como foco e escopo da empreitada metodológica da História. Ou seja, a carga das complexidades existentes entre as alçadas das escritas, a aderência ao fantasioso pela Literatura determina ao historiador em seu ofício utilizar o texto literário não mais que como fonte, distanciando-se à sua interpretação como documento fidedigno de remonte histórico.

A maneira clássica de ser da história, cujo foco é a construção de um saber com estatuto de ciência que objetiva a verdade [...] reveste-se da função de criar, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar intrigas e recuperar significados, o que a literatura sempre fez muito bem, mas com objetivos distanciados. Assim, a história confronta, quando necessário, documentos oficiais, textos literários, restos arqueológicos e demais fontes e, do mesmo modo, a literatura manipula a história para articular os elementos de sua estrutura. Atravessam, assim, a obra literária não só os elementos históricos, como também os filosóficos, sociológicos, antropológicos, psicológicos e muitos outros. (Silva, 2011, p. 16).

Diante da operação historiográfica, a literatura pode ser considerada fonte significativa no trabalho de reconstrução do passado, pois, enquanto produto sociocultural, configura-se como um fenômeno estético e histórico que encapsula as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as expectativas, as esperanças e os sonhos da temporalidade que provém; é, por assim dizer, um testemunho singular de sua época, abordando o que permeia e dinamiza a sociedade em seus respectivos contextos históricos (Borges, 2010, p. 98). Entretanto, por ser “configuração poética do real” (Borges, 2010, p. 108) faz-se necessário atenção para com as arbitrariedades tanto do des-

compromisso com a veracidade dos fenômenos, como também acerca das convenções socioculturais em que autor e, consequentemente, obra se encontram inseridos na datação de ideação e feitura desta última. Se tratando da investigação histórica, deve-se, assim, prezar-se ao devido tratamento da fonte pelo crivo da historicização – reconhecimento e lembrete do DNA documental formado pelas circunstâncias espaço-temporais de concepção do que se observa e se analisa. Destacamos:

A literatura, como testemunho histórico, é fruto de um processo social e apresenta propriedades específicas que precisam ser interrogadas e analisadas, como qualquer outro documento. Resta ao historiador descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção, as intenções do autor, a forma como ele realiza sua representação e a relação que esta estabelece com o real, as interpretações ou leituras que suscita sua intervenção como autor, as características específicas da obra e do escritor, da escola em que este concebe seu texto e em que estilo, inserindo-os num processo histórico determinado, em um tempo e lugar. (Borges, 2010, p. 103-104).

Para além do impasse entre o pragmatismo e o relativismo, a ética e a estética, contudo, o que se sobressai em *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo* – seja em seu consumo apreciativo ou investigativo, seja pelo deleite ou como peça da operação científica – é a literatura como registro “das dimensões da experiência social e da invenção desse social” (Borges, 2010, p. 99), de hermetismo tamanho que a historicização deve mesclar juntamente às práticas convencionais o acionamento do caráter sensível no balanço de conteúdos intrincados em definições que fogem à convencionalidade, como no caso da centralidade dada à miséria retificada em duas classificações, à vista de suas diferentes experimentações em torno da sociedade e à volta do espírito:

A miséria que o autor define como ‘social’ é, portanto, aquela proveniente de problemas como má distribuição de renda, serviços públicos ineficientes, fome, analfabetismo, etc. Uma miséria que poderia ser amenizada, ou até mesmo resolvida, através de determinadas políticas econômicas e sociais. A miséria espiritual, por outro lado, é resultante da mente tacanha que a maioria dos membros desta sociedade demonstra possuir, através de atitudes preconceituosas, moralistas e hipócritas. A falsa compaixão de-

dicada ao próximo e a soberba que surge do berço privilegiado são exemplos dos males que revelam essa miséria espiritual nos mais abastados. Entretanto, ela também se manifesta nos mais humildes, que por falta de instrução ou num desejo egoísta de subir alguns degraus na linha de pobreza, acabam reproduzindo o discurso excludente sem perceberem o quanto ele é nocivo. Essas duas definições de miséria estão intimamente ligadas: quando a pobreza de espírito não resulta diretamente da miséria social é, pelo menos, um reflexo dela; por sua vez, a pobreza material se perpetua através da ação corrosiva da miséria espiritual. A *Tetralogia piauiense* não denuncia tão somente um meio corrompido, mas almas corrompidas. (Foggetti, 2006, p. 92-93).

Ao dotar seus personagens da consciência de suas posições, da classe e dos significados de seus percalços, Assis Brasil sela compromisso com a história: talvez não com a verdade do passado, mas com a possibilidade de um futuro. Da interceptação de temas sensíveis que desvelam resistência e teimosia em traçar novo destino, as vivências e falas de Luíza, Jessé, Cota e Lucília emergem nas penumbras do misto de esperança e desalento latentes à superação das misérias tangíveis e intangíveis, da morte, da sina, do fado (Foggetti, 2006). E, pelos meandros da poética, a denúncia social realizada é presença histórica em órbitas de vida através dos reclames da arte. Pobre de Luíza! Pobre de Cota! Pobre das vozes que denunciam as injustiças de um universo criado que espelha a realidade.

Literatura de denúncia: modernidade, opressão e a história concreta

O escrito literário, conforme admitido pela historiografia recente, possui dimensões representativas da subjetividade, da cultura e memória social que por si só permitem percebê-lo como lugar de memória, como refúgio do não-dito e, pela sua ficcionalidade, por meio da invenção ou estilização de questões sociais reais. As mudanças paradigmáticas dos decênios finais do século XX permitem tal percepção de modo a ampliar os olhares sobre o uso da literatura, validando-a como fonte para os estudos históricos.

A importância do uso da literatura advém, como dito, de sua capacidade de exprimir, ainda que isenta de total verossimilhança, fatores do cotidiano, mazelas sociais, condições humanas adversas e representações

de sujeitos subalternos que corriqueiramente as narrativas e documentos oficiais – e dominantes – marginalizam, excluem e escolhem esquecer. Não se trata aqui, porém, da perspectiva de reduzir à mera igualdade a História e a Literatura como narrativas ficcionais e irmanadas, haja vista o realce de que “[...] a história não é a arte da invenção, pois continua tendo um compromisso indiscutível com a verossimilhança” (Botelho, 2016, p. 207). Além disso, contrariamo-nos a uma “égide do mais completo relativismo” (Botelho, 2016, p. 204), em que nada poderia se considerar concreto e factível. Tal análise não significa deslegitimar o uso da Literatura como fonte, pelo contrário, apenas delimita suas diferenças metodológicas quanto à História, enxergando, ainda, seu poder de reflexão sobre o processo histórico em que a obra em análise foi escrita, a concretude de sua narrativa e as posições de seu autor em meio ao lugar, ao seu tempo e à sua forma de atuação e intervenção nestes âmbitos.

Nesse sentido, *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo* são analisados em seu tempo, no recorte espacial e nas dimensões de memória, bem como na forte atuação social que representam. Por tais razões foram elucidadas previamente questões de concretude e de representação do vivido que a literatura pode expressar, donde as condições sociais e os diferentes lugares ocupados pelas personagens dos livros são perceptíveis, além das recentes mudanças sofridas naquela conjuntura social. Ambos os livros apresentam uma sociedade parnaibana que passava por mudanças decorrentes da modernização e da urbanização, mas que, em medidas distintas, preservava ou abandonava suas tradições. Os espaços e sujeitos de pobreza permaneciam em tal condição, ao passo em que os historicamente favorecidos aumentavam sua riqueza. O caos no primeiro livro lançado se tornou o lugar abandonado, à margem da *high society* da Parnaíba que se voltava para o centro e que, na segunda obra, confirmava seu apartar e buscava afastar-se mais ainda da pobreza, criando um bairro distante voltado para o domicílio da fina flor da elite abastada. Tais mudanças, oriundas da emergência de uma burguesia urbana na cidade, são fatos que denotam o advento da modernidade e o avanço (e agravamento) do sistema capitalista e, conseqüentemente, da exclusão social naquele espaço. Essa separação, que empurrava paulatinamente à *beira* – para a prostituição e pobreza extrema – os mais pobres, se confirma pela persistência da exploração e da impossibilidade de melhoria de condições entre os viventes à beira do rio e da vida,

bem como pela expressão cultural de estigmas sociais e preconceitos de classe e gênero contra “a filha do meio-quilo” pela classe média parnaibana.

Beira rio beira vida apresenta em seu âmago um contexto de exploração pelo trabalho, de mesmice cotidiana, da impossibilidade da ascensão social no sistema capitalista, da relação do povo com o cais, o rio, a pesca e a navegação, da continuidade do trabalho da família – que para as mulheres é a prostituição e a difícil criação solitária de seus filhos e, para os homens, o árduo trabalho braçal carregando sacas em seus ombros, pescando e transportando mercadorias em canoas e “quando muito [sendo] um marinho de algum navio-gaiola” (Brasil, 2008, p. 30). Essas formas de trabalho, as únicas visíveis naquela conjuntura social – em que o estudo é inacessível, é coisa de gente rica – não permitem que vivam com qualidade alguma, apenas sobrevivendo, e se subvertissem a ordem, tampouco conseguiriam isso: a beira vida, nesse contexto, é a realidade concreta dos que viviam à beira do rio.

Parnaíba é o microcosmo onde o autor concentra toda a miséria humana. Os problemas sociais específicos que ali se desenvolvem (a pobreza e prostituição no cais, a falta de um sistema municipal de abastecimento de água, etc.) são responsáveis por imprimir uma cor local numa obra que também discute questões universais como a morte e o sentido da vida. A maioria de seus moradores ignora todo o drama social e espiritual que se passa ali. No entanto, alguns enxergam além e buscam mudanças, mesmo que de maneira instintiva, inconsciente. (Foggetti, 2006, p. 98).

As diversas e adversas condições de opressão social não determinavam, porém, a conformidade dos sujeitos do cais com as mazelas que sofriam. Cremilda, a mãe de Luíza, almejava tornar-se uma industrial através do velho armazém que tinha herdado a duras penas. Todavia, as despesas e dívidas fizeram com que perdesse esse negócio, que já não mais trazia nenhuma faturação. Jessé, o maior visionário entre as personagens do cais, desejava e sonhava com coisas grandes para quem dali vinha ou ali vivia; queria estudar, conhecer de tudo um pouco, ganhar muito dinheiro, viajar em navios, ser um marinho e quiçá um comandante – contudo, não queria abandonar suas origens, o cais e o rio, espaços aos quais tinha tanto apeço. Mas os sonhos de Jessé são arruinados. “Jessé bom, queria reme-

diar tudo, remediar o destino, coitado, como se tivesse poder para tanto” (Brasil, 2008, p. 82).

É perceptível que algumas situações e falas se repetem diversas vezes durante o romance – como o silêncio de Jessé e sua inconformidade, as brincadeiras com Luíza, a ordem de Cremilda para sua filha se deitar, a observação do rio e das navegações –, estratégia de Assis Brasil para enfatizar o cotidiano tedioso, inerte, inalterável, bem como a recorrência de sentimentos angustiantes e fora do controle dos moradores do cais. A repetição marca a herança de Luíza do modo de vida de sua mãe. A morte de Jessé marca a sua proibição de “burlar o sistema” e realizar seus sonhos. A exploração do trabalho de Mundoca na cidade marca a derrota da tentativa de sair da pobreza. As vidas das personagens, dessa forma, encaminham-se da frágil e sonhadora esperança de um progresso à amarga, exponencial e completa decadência. Poderiam mudar os meios, mas os fins eram determinados para todos os moradores do cais: continuariam na pobreza e na exclusão social. Seu destino, apesar dos inúmeros esforços, beirava a inexorabilidade, como se já fora escrito desde as suas origens.

Mesmo não tendo nascido ali, Jessé já estava marcado pelo cais, assim como Luíza. Homens como ele não ficavam ricos; mulheres iguais a ela nunca se casavam: “A morte de Jessé, para que ela não virasse uma senhora casada. A morte, para que Jessé não a tornasse respeitável” (Brasil, p. 85-86). A morte aparece, então, para atestar a impossibilidade de transformação e colocar todos nos seus devidos lugares, assegurando a presença da sina. (Foggetti, 2006, p. 36).

Acompanha-se junto às personagens deste universo e à marginalização – ou *beiralização* – destes, o acontecimento deste fenômeno de forma coletiva e estrutural. O advento do capitalismo punha às margens da sociedade, ao abandono, os espaços da tradição que representavam simplicidade, pouca riqueza e modernidade. O cais e o rio eram espaços potencialmente menosprezados nas ordens física e simbólica – como os sujeitos que ali viviam e daquele espaço sobreviviam – à medida em que a cidade, o comércio e os artefatos urbanos eram valorizados.

Apesar das dificuldades e das condições de desumanização, exclusão e exploração que viviam, os sujeitos apresentados por Assis Brasil possuem consciência de sua posição social, consciência de classe – não apenas da sua,

mas no que toca a posição e os consequentes privilégios dos mais abastados que vivem na cidade, em meio a aura da modernidade – e percebem o antagonismo que os separa da elite parnaibana, mesmo que este seja maquiado por benfeitorias e atos de caridade; sabem de quem os interesses estão sendo cumpridos pela modernização, a quem esta favorece.

Aqui no meu entender: que poderiam eles resolver? Poderiam dar um emprego pra cada um sem emprego? Vestir todo mundo? Construir casa de tijolo, em vez de barracão de madeira? Esse cais novo, que nunca acabam – eles pensam que não sei – é pra benefício dos donos de armazém. Dizem que o rio não entra mais na cidade; você bem sabe que é mentira. (Brasil, 2008, p. 49).

Certas passagens permitem notar que a obra de Assis Brasil não possui apenas a dimensão do subjetivo, como se a narrativa contada fosse representativa de trajetórias individuais, específicas e singulares, do campo poético, de sentimentos dos personagens e de suas vivências, mas de conjunturas que afetam a coletividade, a sociedade de classes e suas correlações. Exemplo disso são os momentos em que se apresenta discursos e projetos do prefeito da cidade, em que se argumenta pela modernização, e se promete melhorias para o povo. Do embelezamento da praça da Graça pela importação de peixes coloridos vindos da Grécia ao aterramento dos rios para conter os frequentes alagamentos de ruas, *Beira rio beira vida* permite refletir também o advento da modernidade e os empreendimentos do Estado para a sua execução como fatores de intervenção social, para bem e para mal.

A notícia passou pelo cais com os comícios, os retratos de pose pelas paredes – os igarapés seriam aterrados, luz elétrica e calçamento, empregos melhores, melhores salários, novas fábricas, outras promessas – o prefeito discursava. [...] Os barqueiros se revoltaram – o rio continuava nas cheias a invadir as ruas, a Coroa alagada, a água barrenta na beira da praça da Graça – as muriçocas não deixavam ninguém dormir – o prefeito discursava. [...] Para que aquela praça mais enfeitada ainda, com peixes coloridos da Grécia? (Brasil, 2008, p. 30).

Referente à modernização do litoral piauiense nos decênios iniciais do século XX, Marcus Pierre Baptista possui forte contribuição historiográfica.

Em *Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí* (Baptista, 2019), utilizando-se de fontes hemerográficas parnaibanas e amarraçonenses, documentação oficial e bibliografia congruente à temática, o historiador construiu sua pesquisa sobre o fenômeno da modernidade, suas discussões e efeitos sociais na região da Vila de Amarração (atual cidade de Luís Correia, no litoral piauiense). Há proximidade temporal e espacial com o recorte representado em *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo*. São notáveis as similitudes encontradas neste caso entre a história e a literatura, sobretudo a respeito dos fatos históricos contados, como a dificuldade de navegação em partes do Parnaíba próximas ao continente, a exclusão da região pelos navegantes maranhenses, a necessidade de construção de um cais e os efeitos dessa empreitada citados nas duas obras.

- Quando me entendi, Luíza, estavam construindo o cais velho.
- E onde atracavam os gaiola?
- Ficavam fundeados lá no canal; *a carga desembarcava de canoa*. Essa fileira aí de armazém não existia, o rio subia até aqui, era uma baixada só, empes-tada de muriçoca, Deus me livre daquele tempo.
- E a mercadoria?
- Ia direto pra cidade. Por que existiam uns quartos de madeira – também a mercadoria era muito pouca. Vi quando botaram as primeiras pedras do cais, Luíza, *os navios não estavam mais desembarcando em Amarração*. Por isso tinham que fazer um cais aqui. E começaram a aterrar tudo. (Brasil, 2008, p. 58, grifos nossos).

O fato grifado comprova-se pelos relatos jornalísticos analisados por Baptista (2019, p. 78-79):

As tensões observadas nestes episódios relatados sobre a Companhia Maranhense não se trataram de uma disputa entre o tradicional e os elementos ditos modernos de uma forma interna, mas sim externa. Esta situação se reflete na suposta tentativa da companhia maranhense de impedir o desenvolvimento do porto de Amarração, tentando evitar os elementos que trariam o “progresso” àquele espaço, contradição esta que marca a Modernidade [...].

Ao adentrar no cerne dos escritos de Assis Brasil e dos de Baptista (2019) permite-se analisar que sua maior divergência é fruto das próprias metodologias das áreas de criação (Literatura e História, respectivamente)

que, apesar de terem objetivos e meios distintos, possuem capacidade narrativa e de compreensão (e interpretação) histórica notáveis. Brasil permite ao leitor, contudo, humanizar – pela sua crua e honesta escolha de apresentação – os sujeitos subalternos do contexto social parnaibano, o que, por sua vez, não desqualifica nenhuma obra da história, haja vista seu rigor documental e interpretativo, bem como de percepção de certas problemáticas contextuais, uma vez que Baptista analisa como “a experiência da *modernidade* traz assim uma distinção social e novas maneiras de se pensar o espaço e de produzi-lo, isto é, a produção deste espaço é decorrente da dinâmica da própria sociedade que define *quais agentes sociais dele podem usufruir*” (Baptista, 2019, p. 88, grifos nossos).

Entretanto, a sensibilização e o caráter de denúncia social que a *Tetralogia piauiense* provoca em seu leitor é algo que os documentos e vestígios escritos dificilmente apontam com clareza, ainda que sejam jornais diversos, uma vez que seu ofício é historicamente prática executada pelas elites. Não obstante, essas divergências partem igualmente da distinção temporal entre as obras: ao passo em que a contribuição científica de Baptista apresenta o litoral piauiense em meio à modernização, suas questões e ações correntes durante o fenômeno, a obra literária de Brasil aponta os resultados desse processo na clara distinção social que provocara no povo da região – a cidade torna-se o espaço moderno e urbano, enquanto o cais é espaço da exploração humana e exclusão dessas benesses. Os dois trabalhos, assim, dialogam entre si a partir de enquadros produtivos distintos e, ainda assim, complementares.

No seu engajamento, Assis Brasil figura conflitos dominantes na sociedade parnaibana, expondo o paroxismo dos desajustes sociais predominantes no contexto da primeira metade do século XX – tempo no qual a cidade, factualmente, atuava como um dos maiores centros econômicos do Nordeste brasileiro, chegando a atingir, em 1941, um índice de 2,4% do valor total das exportações brasileiras (Cf. Mendes, 2003, p. 102-103). A elite empresarial em célere movimentação financeira impulsionava a cidade rumo ao progresso. Tal é o contexto de Parnaíba que adentra a ficção de Assis Brasil, cuja opção se faz por focalizar as discrepâncias advindas desse momento áureo, conferindo lugar de destaque à coletividade oprimida [...]. (Ribeiro, 2007, p. 48-49).

Retomando a questão da inexorabilidade na *Tetralogia piauiense*, sua presença ou ausência se expressam para além da luta individual e coletiva enquanto classe contra a pobreza e condições adversas de vida e trabalho, mas para a conquista da difícil ascensão social. *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo* apresentam em algum nível personagens que sonham – de forma literal – com a melhoria de seus problemas financeiros, das condições de trabalho, e em atingir níveis elevados de prestígio e riqueza frente à sociedade (Ribeiro, 2007, p. 76). Entretanto, se na primeira obra nenhum personagem obteve êxito, mantendo-se na miséria apesar de sua luta, a segunda contém um painel mais complexo. A única que conseguira sucesso nessa busca seria Cota, a filha do *meio-quilo*. Mas o preço pago por Cota para atingir tal nível seria alto. Fruto de seu trabalho duro, da busca constante pelo seu aperfeiçoamento, do apartar de sua família, do cultivo de boas relações e do casamento com Tomás – um homem rico – o sucesso de Cota é conquistado a duras penas. Tal conquista é uma expressão de que Assis Brasil também apresenta a pobreza e as pessoas desprivilegiadas como em condição transgressora de existência, ainda que essa mudança seja, sim, difícil e dependente de aspectos muito além de suas próprias atitudes, de uma conjuntura social.

Em *A filha do meio-quilo*, a tensão entre cidade e subúrbio pode ser percebida de forma contundente, por meio da ação de Cota que, buscando transcender ao discurso da setorização sociogeográfica, reagiu implacavelmente contra a estrutura reacionária dominante. A começar pelas escolhas dos rapazes a quem namorava, Cota passou a incomodar os mais conservadores da sociedade que se indignavam com suas opções: “Nunca se conformou em arranjar um rapaz do seu meio. Quantos namorados arranjou no mercado? Nenhum, no meio daqueles tantos que a olhavam” (Brasil, 1979, p. 184). (Ribeiro, 2007, p. 71-72).

Por meio da personagem Cota, ademais, o autor parnaibano consegue expressar questões que perpassam além das contradições e dilemas de classe, mas de gênero, sociabilidades e mesmo da cultura piauiense, do conservadorismo e da misoginia imbricada no pensamento social (Souza, 2019, p. 182). Os estigmas, preconceitos e a perseguição sofridas pela personagem representam muitas das dificuldades enfrentadas quando se subverte os ditames de manutenção de classe impostas às mulheres pobres. Expõe-

se então, empecilhos no trabalho (como a desvalorização profissional, o difícil acesso a muitos empregos e o assédio no trabalho) e em relacionamentos com homens de classe “superior” – que impõem a personagem no meio social a alcunha de “desfrutável, interesseira, inconformada com seu lugar” (Souza; Queiroz, 2016, p. 167). Apesar de tal contexto opressor, a protagonista escolhida por Brasil possuía atitudes autônomas, como quem remediava o próprio destino: ousando a inserção social, suas práticas representam tentativas de emancipação, marca de resistência contra os discursos reacionários” (Ribeiro, 2007, p. 76).

Quando Cota, em *A filha do meio-quilo*, assumiu um percurso de descentralização, subvertendo os tabus patriarcais e mantenedores da tradição feminina servil, a cidade se levantou em reação hostil, indignando-se com o modo incongruente da moça que revolucionava parâmetros femininos datados [...]. (Ribeiro, 2007, p. 82).

A leitura de Francigelda Ribeiro, fruto de uma análise da literatura, em sua teorização e crítica, bem como de orientação marxista, ressalta o caráter realista da *Tetralogia piauiense* (Ribeiro, 2007, p. 47), pois descortina-se problemas e desigualdades sociais, permitindo sensibilizar o sentimento de indignação no leitor frente aos quadros apresentados. As personagens Mundoca e Cota, quando injustiçadas pela humilhação, assédio e marginalização – como no emprego de Mundoca na loja de tecidos e pela visão social repleta de tabus patriarcais, que se incomoda com as relações de Cota anteriores ao casamento – são artifícios ficcionais de representação de questões relevantes à conjuntura social do litoral piauiense – e mesmo da cultura ocidental de modo geral –, em exposição de seu conservadorismo (Ribeiro, 2007, p. 79-80).

À luz disso, ainda que a análise histórica da literatura de Assis Brasil sobre a costa piauiense e seus sujeitos marginalizados e dissidentes configure-se enquanto temática e abordagem inovadora à historiografia, a leitura acadêmica da *Tetralogia piauiense* possui bases consolidadas em grande parte por Foggetti (2006) e Ribeiro (2007), que contribuem fortemente para análises humanísticas com orientações crítico-literárias e marxistas, respectivamente, das primeiras obras do autor piauiense. Apesar de relativamente recentes, quando se compara aos trabalhos da História – Souza

(2019) – sua distância temporal torna-se maior e de relevância incontestável à interpretação das contribuições do literato parnaibano.

Reflexões finais

Melancólico, memorialístico, nostálgico, profundo, cotidiano, realista, repetitivo, como verdadeiras histórias contadas de uma mãe para a sua filha. Possuem sentido instrutivo, do que aconteceu de certo ou errado, do que se pensou bom e mau ao elaborar e recordar lembranças de uma vida: angústias, frustrações, desprezos, saudades, amores inconcretos, injustiças sofridas, consciência de sua posição na sociedade. O que Luíza conta para sua filha Mundoca é a estilização de uma vida mais real e verossímil do que já apresentaram muitos livros de história. Um conjunto poetizado de vidas sem brilho, cruas, de condições sub-humanas, focadas na sobrevivência e nos percalços de suas possibilidades. Conta-se sobre as distâncias provocadas pelas convenções de lugar e situação destinados às mulheres do cais, das margens dos rios, da beira da vida – o ciclo de difícil quebra e insistente permanência das adversidades, de corpos empurrados à beira da completa exclusão existencial mediante uma exploração exponencial.

Das condutas sociais misóginas e classistas, da competição feminina, das proibições e perseguições impostas às mulheres pobres, das supostas caixas de biscoito roubadas à escolha do paradeiro do cadáver de seu marido, passando pelos namoros e casamento com homens ricos e de relevo social, do fracasso de carreiras artísticas, do lugar destinado enquanto esposa ou não, da impossibilidade de escolha ou negação da maternidade, *A filha do meio-quilo* trata das sociabilidades, entre possibilidades ou impossibilidades de vivência, de mulheres na Parnaíba dos anos 1930 e 1940 (Souza, 2019, p. 183). Cota, Lucília e Alzira são mulheres que, à sua maneira, em seus tempos e condições, sofrem, conscientemente ou não, de estigmas destinados às mulheres pela sociedade de maneira intrínseca e amplamente abordada. Cotinha evocava, ainda em tempos de resquícios provincianos, uma liberdade feminina – para namorar, trocar regularmente de namorados e ascender socialmente através de seus dotes – apresentada em um contexto em que era rigorosamente proibida pelas condutas sociais.

Se em *Beira rio beira vida* a ascensão social e melhoria de vida é posta como impossível, visto que as condições de classe são dadas como marca

de nascença inexorável, em *A filha do meio-quilo*, apesar de possível, é constantemente lembrada como oportunismo e atitude de não “aceitar onde se pertence”, o que sofre a personagem Cota ao longo de sua vida, marcada pela perseguição, dedução caluniosa e invenção de falsas histórias pela sociedade parnaibana, passando por proibições sociais da interrupção de relacionamentos almejados às vagas de trabalho desejadas. Essa obsessão é constante e marcada em Cota ao ponto de levá-la à prisão já idosa quando encontrado o vestígio para tal, buscado pelo corpo social parnaibano por tantos anos.

À vista disso, são transbordantes as contribuições da *Tetralogia* de Assis Brasil para uma compreensão crítica e engajada da sociedade do litoral piauiense, adentrando sua cultura e questões sociais, de modo a viabilizar estudos histórico-geográficos com complexidade e compromisso maior com as classes subalternas. *Beira rio beira vida* e *A filha do meio-quilo* apresentam muito claramente o tempo e o lugar aos quais correspondem – a cidade de Parnaíba e seus distintos espaços na primeira metade do século XX. Partindo de análises ficcionais representativas do real, a literatura permite-nos dar vazão a perspectivas históricas de sujeitos e grupos sociais que, em suas mazelas e inacessibilidades, por muito tempo foram negligenciados das narrativas dominantes, sejam estas estatais, presentes em documentos oficiais, ou culturalmente difundidas pelas elites socioeconômicas.

Referências

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarras:** cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880-1930). 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94-109, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 2 set. 2024.

BOTELHO, Denilson. Combatendo o paradigma Pós-moderno: a Literatura como fonte para a História Social. In: FONTINELS, Cláudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (org.). **Oficina de Clio: história, cidades e linguagens**. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 203-212.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Beira rio beira vida. In: BRASIL, Assis. **Tetralogia piauiense**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 17-243.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. A filha do meio-quilo. In: BRASIL, Assis. **Tetralogia piauiense**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 131-123.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Eu que fiz: Beira rio beira vida. **Revestres**, Teresina, n. 44, nov./dez., 2019. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/algomais/euquefiz/beira-rio-beira-vida/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CARDOSO, Zelia de Almeida. A representação da realidade na obra literária. **Língua e Literatura**, São Paulo, Brasil, v. 14, p. 161-167, 1985. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/113970>. Acesso em: 2 set. 2024.

DAVIS, Natalie Zemon. O historiador e os usos literários. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; MONTEIRO, Jaislan Honório; NERY, Ana Karoline de Freitas (org.). **Acontecimento, linguagem e narrativa: a perspectiva dos estudos culturais na História**. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 61-68.

FOGGETTI, Maria Janaína. **Fado e morte na Tetralogia Piauiense: uma estética da miséria humana**. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Memória e sensibilidades. In: RAMOS, Alcides Freire; COSTA, Clara Botelho da; PATRIOTA, Rosângela (org.). **Temas de história cultural**. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 23-28.

LIMA, Tiago Caminha de. **O lugar geográfico em “Beira rio beira vida”, de Assis Brasil**. 2017. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pro-

grama de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios; ROCHA, Dheiky do Rêgo Monteiro. A contribuição do escritor piauiense Assis Brasil para a literatura brasileira destinada ao público jovem. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEITURA E LITERATURA INFANTIL E JUVENIL, 3., 2012, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. p. 1-10. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/IIICILLIJ/Index.html>. Acesso: 01 set. 2024.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEABRA, Silvana. Breves reflexões sobre paisagens urbanas, subjetividades, memórias e sensibilidades. *In*: RAMOS, Alcides Freire; COSTA, Clara Botelho da; PATRIOTA, Rosangela (org.). **Temas de história cultural**. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 73-82.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ — Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, UFPEL, v. 11, n. 4, ago./dez. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

QUEIROZ, Teresinha; SOUZA, Priscila de Moura. Entre história e ficção: as errâncias de uma mulher pobre em Parnaíba nos anos 1940. *In*: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Rodrigo Caetano; SILVA, Ronyere Ferreira (org.). **História e Cultura: trajetos singulares**. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 151-170.

RIBEIRO, Francigelda. **Tetralogia piauiense de Assis Brasil**: interface entre o literário e o social. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SILVA, Agnaldo Rodrigues da. Literatura e História – Entre a ficção e a realidade. **Revista Alere**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 11-21, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/543>. Acesso em: 2 set. 2024.

SOUZA, Priscila de Moura. **Assis Brasil entre a história e a ficção:** transformações urbanas, sociabilidades de gênero e representações de Parnaíba nas décadas de 1930 e 1940. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

POTENCIALIDADES EDUCATIVAS PARA A GEODIVERSIDADE DO LITORAL PIAUIENSE: A GAMIFICAÇÃO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA

João Paulo de Sousa Silva
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Liége de Souza Moura
Brenda Rafaele Viana da Silva

Introdução

O referido trabalho apresenta em sua temática o papel das distintas estratégias educacionais que se fazem presente no cotidiano das crianças, jovens e adultos, esboçando a perspectiva dos jogos eletrônicos e manuais que possam servir como ferramentas didáticas e educativas no ensino de Geografia Física para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

Desse modo, este trabalho socializa os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no período de 2020-2021¹, cujo teor tratava-se da realização de um levantamento da geodiversidade do Litoral do Piauí a partir de um trabalho de gabinete, investigando alternativas para que as discussões sobre os aspectos físicos abióticos da região fossem inseridas

1. A pesquisa teve como tema “Elementos da Geodiversidade do litoral do Piauí como suporte didático para o Ensino de Geografia Física” e contou com a colaboração da egressa Edivana Rocha Carvalho, especialmente para a leitura e análise dos textos de fundamentos, cujos resultados foram apresentados no XX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em dezembro de 2021. O resumo consta nos anais do referido evento e o relatório final se encontra disponibilizado no site oficial do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI), grupo de pesquisa ao qual estão vinculados o estudo empreendido e seus pesquisadores. O NEZCPI, grupo de pesquisa criado em 2010, tem por finalidade investigar os aspectos históricos, geográficos e ambientais sobre o litoral do Piauí, na perspectiva da ampliação do conhecimento e o acesso a informações sobre essa região, estando cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela UESPI.

na educação formal por meio de algum material didático confeccionado, adaptado ou sugerido.

De acordo com Martines *et al.* (2018), as frequentes transformações que ocorrem no cenário educacional impõem desafios diários no exercício do magistério, fazendo com que o educador busque diversificar suas estratégias e adotar novos recursos pedagógicos que melhor se adequem ao contexto de ensino-aprendizagem.

Com isso, inúmeros artifícios podem ser utilizados conforme a criatividade e necessidade do docente e dos alunos. Uma dessas estratégias é o uso da Gamificação, que se constitui no emprego de jogos em contextos reais, ou seja, buscando retratar os elementos presentes nos *games* em atividades escolares propostas pelos professores (Coli *et al.*, 2017; Sousa; Cruz; Matos, 2023).

Segundo Sousa, Cruz e Matos (2023) o emprego dessa estratégia permite que os alunos possam desfrutar de uma aprendizagem significativa, pois os jogos, de maneira geral, atraem os olhares dos discentes, trazendo um maior engajamento para as aulas de modo que forneça diversos *feedbacks* aos professores e discentes.

É a partir disso que o presente trabalho busca alternativas para o ensino dos elementos da geodiversidade que se encontram no Litoral Piauiense, visto que a região possui uma notória composição de componentes geológicos e geomorfológicos que necessitam ser conhecidos para, assim, serem conservados, pois de acordo com Baptista, Moura e Silva (2016), essas unidades paisagísticas se diferenciam na paisagem local.

Portanto, para melhor compreensão da pesquisa, foram selecionados autores que discutem os aspectos educacionais relacionados à Gamificação e estratégias de aprendizagem, sendo eles: Túlio e Rocha (2014), Coli *et al.* (2017), Martines *et al.* (2018), Anacleto e Silva (2021), Carneiro e Backes (2021), Lima (2021), Sousa, Cruz e Matos (2023) e Borges (2023).

Para os conceitos e elementos que versam sobre a Geodiversidade, destinaram-se tanto autores clássicos quanto pesquisadores que trabalham diretamente com a área de estudo, sendo eles: Stanley (2000), Sharples (2002), Gray (2004), Brilha (2005), Rodrigues e Fonseca (2008), Neto (2010), Bento (2011), Borba (2011), Paula (2013), Silva e Baptista (2014), Baptista, Moura e Silva (2016), Lopes (2017), Ferreira, Lima e Candeiro (2018), Silva (2019), e Baptista, Lima e Silva (2023).

Dessa maneira, procurando ampliar os horizontes para uma abordagem lúdica quanto ao ensino sobre os aspectos abióticos que se encontram na área de estudo, foram reunidas as seguintes perguntas norteadoras para evidenciar a problemática da pesquisa, sendo elas:

Como o uso da gamificação em um ambiente educacional normatizado pode contribuir para o ensino-aprendizagem dos conteúdos relacionados aos elementos da Geodiversidade? Quais os desafios e benefícios da implementação de estratégias de gamificação no âmbito educacional em consonância ao ensino de Geografia Física?

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender as aplicabilidades da gamificação no ensino de Geografia Física, dando ênfase para os elementos da Geodiversidade do Litoral do estado do Piauí.

Mediante as considerações efetuadas, a investigação foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, dado que foi necessário primeiramente conhecer a temática estudada. A pesquisa bibliográfica, conforme explica Marconi e Lakatos (2017, p. 123), corresponde a:

[...] toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão.

Ademais, esse tipo de pesquisa permite atualizar o arcabouço de interpretações sobre o tema estudado, uma vez que o pesquisador estará em contato direto com inúmeras fontes, que permitirão o desenvolvimento de novas análises sobre o conteúdo pesquisado, assim concebendo um discernimento maior sobre o objeto de estudo.

Além disso, a pesquisa documental diz respeito a:

[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]. A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55).

O estudo documental pode ser encarado como um procedimento de coleta de dados que visa utilizar e sintetizar, de forma facilitadora, o ingresso de informações que viabilizam o debate do conteúdo, de modo que, por não receber um tratamento analítico científico, serve como apoio para diversas discussões nas áreas das ciências humanas e sociais.

Desse modo, a pesquisa teve um caráter exploratório, visto que a ideia é o uso, familiarização e exploração das potencialidades que a gamificação pode oferecer para o âmbito educacional. Assim, um trabalho científico com teor exploratório propicia uma maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo conjectura sobre ele, disponibilizando, além disso, um planejamento flexível, no qual o objeto de estudo possa ser analisado por diversos ângulos e aspectos (Prodanov; Freitas, 2013).

A análise das informações efetivou-se por meio da análise síntese e interpretativa, visto que, para Seabra (2001), esta se constitui em uma abordagem metodológica que se caracteriza pela decomposição do objeto de estudo em seus elementos integrantes e suas relações. Logo, a análise interpretativa possibilita a interpretação das ideias e argumentos do autor, formulando, quando pertinente e necessário para estes, uma crítica, a partir de sua coerência, validade, originalidade e profundidade, e como última etapa do exercício interpretativo estabelecer sobre o conteúdo analisado uma apreciação pessoal (Severino, 2007).

Geodiversidade: uma abordagem conceitual

“A história da sociedade humana do último quarto do século XX encontra-se fortemente marcada pelo debate acerca da questão ambiental, fato que repercute de maneira integral no escopo do conhecimento geográfico” (Mendonça, 2001, p. 115).

O meio ambiente é formado por diversos elementos bióticos e abióticos, nele diversos processos ocorrem de maneira integrada, dado que esses componentes são responsáveis pela manutenção e evolução do planeta Terra.

A geodiversidade, na literatura, é referida a partir de seus aspectos abióticos, sendo definida como a diversidade natural geológica (rochas, minerais, fósseis), características geomorfológicas (forma do terreno, proces-

sos) e pedológicas, incluindo seus conjuntos, relacionamentos, propriedades, interpretações e sistemas (Gray, 2004).

Diversos autores, como Gray (2004), Brilha (2005), Stanley (2000), entre outros, explicam que a diversidade dos componentes da Geodiversidade é responsável por ser um elemento basilar para o suporte dos aspectos bióticos (seres vivos), ou seja, é o principal agente regulador para que a vida se desenvolva. Além disso, Brilha (2005) ainda explica que a geodiversidade também determinou a evolução das civilizações, uma vez que condicionou climas favoráveis, locais de abrigo e de materiais, entre outros aspectos.

Ao longo dos anos, diversos estudos foram conduzidos com o intuito de sistematizar e aprofundar a compreensão sobre a importância desses elementos, permitindo o desenvolvimento de conceitos mais amplos, como geopatrimônio, geoconservação, geoparque, geossítios, geoturismo, que servem como bases fundamentais para a criação de estratégias de conservação. Ademais, os valores associados à geodiversidade são considerados uma abordagem preliminar e ímpar para a inventariação, categorização e análise desses elementos abióticos.

Partindo disso, neste estudo adotou-se a terminologia “geopatrimônio” por abranger o conjunto de elementos da geodiversidade, uma vez que Lopes (2017) destaca uma notável diferença conceitual e metodológica entre os termos geopatrimônio e patrimônio geológico-geomorfológico. Assim, o uso do termo “geopatrimônio” integra os diversos aspectos da geodiversidade, a partir de diferentes valores atribuídos, facilitando sua disseminação tanto no meio acadêmico quanto ao público em geral (Borba, 2011).

Dessa forma, considerando uma abordagem a partir de Sharples (2002), Brilha (2005), Rodrigues e Fonseca (2008), Lopes (2017) e Borba (2011), considera-se geopatrimônio o conjunto de elementos naturais abióticos da superfície terrestre, sejam eles submersos ou emersos, que possuem um valor significativo para a sua preservação e conservação.

Para Sharples (2002) a geoconservação, corresponde ao ato de conservar a diversidade natural significativa, entendida como geodiversidade, no qual inclui suas características e processos geológicos, geomorfológicos e pedológicos, dedicando-se aos estudos sobre as mudanças nas taxas e magnitudes naturais dessas características e processos.

Inúmeras estratégias de geoconservação são conhecidas e amplamente praticadas, e as mais utilizadas são referentes à criação de geoparques através da categorização e inventariação de geossítios (geológicos e geomorfológicos), por meio de seus valores e serviços ecossistêmicos (Gray, 2004; Gray, 2013), sendo estes, divulgados através do geoturismo como principal atividade socioeducativa, econômica e conservacionista.

Nessa perspectiva, Mantesso Neto (2010) explica que um geoparque é um território com limites bem definidos cuja finalidade é a identificação dos geossítios de importância, raridade ou beleza, que funcionem como núcleos de atração para atividades turísticas e afins, sendo esses conjuntos regidos por projetos de desenvolvimentos econômicos, sociais e sustentáveis.

Dessa maneira, Brilha (2005, p. 52) descreve que um geossítio pode ser definido pela:

[...] ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes, quer em resultado da ação de processos naturais, quer devido à intervenção do homem), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro (Brilha, 2005, p. 52).

Constata-se, mediante Ferreira, Lima e Candeiro (2018), que os geossítios são áreas que possuem relevância significativa, com valores especiais de notável interesse científico, educacional e turístico.

Desse modo, essas áreas geográficas permitem o entendimento e compreensão da evolução da história da Terra, as quais são compostos por processos e formações geológicas-geomorfológicas que propiciam a visualização das dinâmicas naturais, sendo relevante para a conservação e conscientização ambiental.

Em vista disso, de acordo com Bento (2011), o Geoturismo surge como um segmento do turismo de base natural, sendo criado na década de 1990, como resultado da necessidade de valorização, divulgação e conservação dos aspectos físicos abióticos da natureza.

Ainda com base no autor:

O geoturismo emerge na atualidade com um grande potencial de valorização de recursos naturais, buscando a sua divulgação e valorização, disseminando na sociedade os diferentes valores que estes possuem, incitando-a a

compreender a necessidade de conservação ou preservação dos aspectos abióticos da natureza (Bento, 2011, p. 162).

Destarte, o objetivo do geoturismo é promover visitas nas quais os atrativos principais estão ancorados na geodiversidade, destacando-se não apenas pela apreciação estética, mas pela promoção do entendimento e da análise crítica das características do geopatrimônio que está sendo observado.

É nesse sentido que os elementos da geodiversidade são essenciais para ampliação do conhecimento acerca da evolução dos processos físicos terrestres, e o geoturismo, enquanto uma atividade ambiental, permite as pessoas encararem os aspectos abióticos como um elemento fundamental na manutenção do planeta Terra, promovendo o desenvolvimento de uma consciência coletiva no auxílio à proteção integral e na conservação destes componentes.

A Geodiversidade do Litoral do estado do Piauí

É notório que as regiões costeiras são amplamente conhecidas por apresentarem uma expressiva diversidade paisagística. De acordo com Silva (2019), essas áreas geográficas possuem um valor imensurável do ponto de vista geológico-geomorfológico, sendo atributos que possuem um notável valor para a criação de estratégias e ações pró-ambientalistas. “De modo geral, esses espaços costeiros possuem uma dinâmica e elementos naturais que por si mesmos, já as tornam como atrativos em muitos sentidos” (Silva, 2019, p.39).

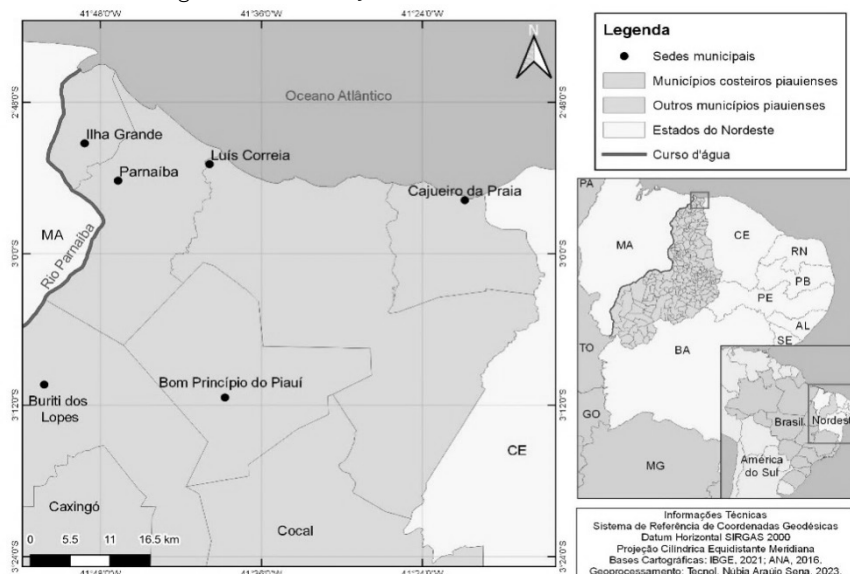
O espaço geográfico litorâneo piauiense não difere de tais considerações, apesar de sua dimensão territorial ser relativamente pequena em comparação com a de outros locais que fazem parte da mesma faixa costeira do Brasil. Assim, o litoral do Piauí abriga uma riqueza de elementos físicos naturais que são dignos de projetos e ações (geo) conservacionistas.

Dessa maneira, Baptista, Lima e Silva (2023, p. 22) corroboram que:

O litoral do estado do Piauí apresenta em torno de 66 km de extensão, se constituindo na menor faixa litorânea do país, mas tem, como característica singular, uma diversidade de feições e recortes, decorrentes do seu processo de formação geológica e geomorfológica ao longo do tempo.

A figura 1, então, permite a visualização da situação geográfica da área de estudo da pesquisa.

Figura 1 – Localização do Litoral do Estado do Piauí.



Fonte: Baptista, Silva e Moura (2024).

Nesse espaço de alta dinâmica e processos que se constituem as zonas costeiras e áreas litorâneas, Paula (2013) explica que o litoral piauiense é marcado por uma variedade de feições geomorfológicas distintas, possuindo praias arenosas baixas, recifes de arenito, sistemas estuarinos e marinhos complexos, lagoas costeiras, planícies de marés, esporões arenosos (*spits*), extensos campos dunares, planície deltaica, dentre outras características que o tornam único.

Por sua vez, Silva e Baptista (2014), sabendo da importância que a faixa litorânea do estado do Piauí possui, propõem roteiros a partir de itinerários (percursos) para desenvolver o conhecimento acerca do geopatrimônio da região e estimular a prática do desenvolvimento sustentável através da geoconservação (quadro 1).

Quadro 1 – Roteiros para a Geodiversidade da região litorânea do Piauí.

Roteiro 1		
Localidades	Geopatrimônio	Tipo de formação
Lagoa do Camelo e Santana	Planícies lacustres	Geomorfológicos
Rio Ubatuba	Planície fluvial e afloramentos rochosos	Geológicos-geomorfológicos
Cajueiro da Praia, Barra Grande e Morro Branco.	Praias e recifes de arenitos	Geológicos-geomorfológicos
Barrinha	Praia e recifes de arenito de Praia (<i>beachrock</i>)	Geológicos-geomorfológicos
Roteiro 2		
Luís Correia	Planície costeira e lagoa de Sobradinho	Geomorfológicos
Coqueiro, Itaqui e Carnaubinhas.	Praias, recifes de arenitos e eolianitos.	Geológicos-geomorfológicos
Atalaia e Macapá	Praias e Planície fluviomarinhas	Geomorfológicos
Roteiro 3		
Delta do Parnaíba	Planície Fluviomarinha	Geomorfológico
Morro Branco	Dunas	Geológico-geomorfológico
Lagoa do Portinho	Planície lacustre	Geomorfológico

Fonte: Silva e Baptista (2014). Adaptado pelos autores (2024).

Nessas localidades pesquisadas e mapeadas através dos estudos de Silva e Baptista (2014) ainda se encontram campos de dunas e depósitos eólicos retrabalhados pelas ações dos ventos (Lopes, 2017).

Embora a comunidade científica já identifique, classifique e divulgue áreas de significativa diversidade físico-natural, ainda é essencial aplicar esse conhecimento científico gerado nessas regiões diversas e adaptá-lo ao ambiente educacional formal, visto que parte da vida de uma pessoa está ligada a uma instituição educativa.

Portanto, torna-se essencial reconsiderar como esse conhecimento será adaptado ao contexto dos ambientes formais de ensino. Como alternativa, buscou-se o emprego da gamificação, uma vez que esta pode ser benéfica aos educandos e educadores no processo educacional e no desenvolvimento da educação ambiental.

Gamificação e suas potencialidades educacionais

Conforme as transformações da sociedade e da educação avançam, inúmeras são as possibilidades para o desenvolvimento e uso de novas estratégias didáticas, posto que essas táticas educativas e inovadoras permitem e fornecem aos professores novos caminhos que elevam o índice de conhecimentos e aprendizagem dos alunos.

Segundo Anacleto e Silva (2021), o cenário de ensino e aprendizagem da disciplina de Geografia deve acompanhar os processos de transformações que ocorrem na sociedade e na educação, pois assim poderão ser implementadas novas formas de ensinar a partir da diversidade de recursos didáticos que possam ser explorados.

De acordo com Martines *et al.* (2018), o uso de recursos didáticos bem arquitetados promove um importante elo entre o educador, o conhecimento e o educando, gerando estímulos motivadores com resultados positivos no processo de aprendizagem dos discentes.

A gamificação surge como uma abordagem didática e promissora no campo educacional, sendo uma possível ferramenta para a educação, visto que introduz novas formas de repensar técnicas de ensino e aprendizagem dos educadores e educandos. Diante disso, Sousa, Cruz e Matos (2023) explicam que seu uso motiva os discentes a participar das atividades propostas em classe. Além disso, estimula a pesquisa por alternativas na resolução de problemas, de modo que, muitas das vezes, educadores, usando métodos convencionais, não conseguem (Túlio; Rocha, 2014).

Consequentemente, a incorporação deste recurso educativo, em muitos casos, está associada aos dispositivos digitais, o que acaba sendo um desafio para o professor e para a instituição educacional, uma vez que seu uso carece de conhecimento prévio e de uma boa infraestrutura escolar.

Segundo Sousa, Cruz e Matos (2023), nem sempre o professor consegue aplicar a gamificação em sala de aula, pois o Brasil vive inúmeros desafios em questões de infraestrutura, como salas sem ar-condicionado, carteiras danificadas, conexões de banda larga (*Internet*) com má qualidade, e muitas escolas ainda não possuem uma implantação aos moldes de um laboratório educacional de informática.

Nesta situação, pondera-se ainda que:

As turmas e os professores quando não familiarizados com o aplicativo ficam em dúvida e as instituições raramente oferecem formação para dinâmicas de sala de aula e principalmente sobre o tema gamificação no ensino, temática não muito recente em início de sua popularização, iniciada principalmente em 2020 devido a adoção de aulas remotas durante a pandemia de COVID-19 (Sousa; Cruz; Matos, 2023, p. 68).

Apesar das dificuldades associadas à aplicação da gamificação em sala de aula, Borges (2023), Macedo (2022) e Anacleto e Silva (2021), argumentam que a sua prática oferece uma variedade de possibilidades e benefícios aos alunos, uma vez que muitos dos estudantes nasceram na era da tecnologia, sendo reconhecidos como nativos digitais. Brasil (2018) também acrescenta que é importante que os alunos tenham esse contato com as tecnologias, dado que estimula e aprimora o processo de aprendizagem dos discentes.

Os nativos digitais passam a ter desde cedo contato com as chamadas tecnologias digitais, tais como celulares, smartphones, tablets, computadores, notebooks, e claro, videogames ou jogos eletrônicos que podem ser operados também através destes equipamentos já citados. Esta relação tão próxima com tais tecnologias deixam suas marcas e estas não podem ser negadas (Borges, 2023, p. 4).

Em contrapartida, ressalta-se que o termo tecnologia não se refere somente aos aparelhos digitais, refere-se a qualquer instrumento capaz de ampliar nossa memória e de melhorar a qualidade de vida e bem-estar. Ademais, os dispositivos tecnológicos são diversos e não há um discernimento claro sobre eles no dia a dia, podendo ser consideradas tecnologias: lápis, apagadores, aparelhos eletrônicos, a linguagem, jogos digitais e manuais, entre outros (Kenski, 2007).

Kenski (2007) ainda explica que:

Para todas as demais atividades que realizamos, precisamos de produtos e equipamentos resultantes de estudos, planejamento e construções específicas, na busca de melhores formas de viver. Ao conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, chamamos de “tecnologia” (Kenski, 2007, p. 24).

Diante disso, a gamificação pode ser aplicada não só com os aparelhos digitais, mas também com os jogos manuais podendo ser adaptados ou (re) elaborados, a exemplo dos jogos de tabuleiros, gincanas, quebra-cabeça e quizzes, desde que possuam o objetivo claro e que busque, através destes, o ensino e aprendizagem a partir dos elementos lúdicos que os *games* possuem e que retratem o tema explorado pelo professor.

Em vista disso, pensar uma Geografia que possibilite a inserção de novas potencialidades que auxiliem na construção do pensamento crítico e geográfico, e que permita compartilhar com os alunos uma diversidade de temas por meio dos jogos educacionais, é uma estratégia valiosa para promover o engajamento e a compreensão ativa dos estudantes.

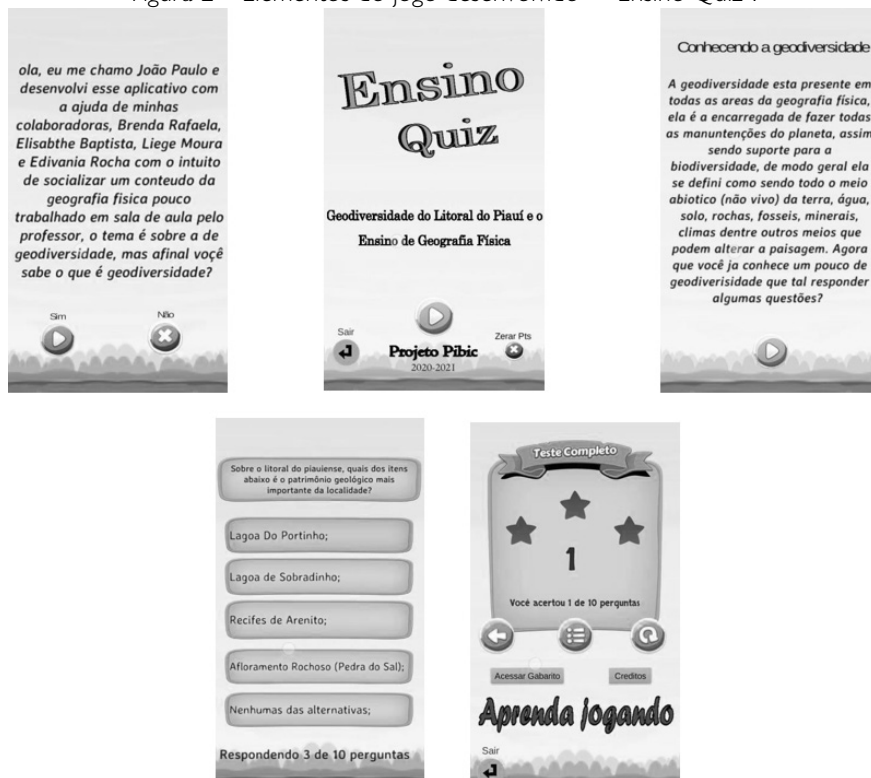
Criação e adaptações para o uso da gamificação em aulas sobre conteúdos de Geografia Física

No contexto dessas considerações, durante o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) no período de 2020/2021, foi elaborado um *game* digital denominado “Ensino Quiz – Geodiversidade do litoral do Piauí e o Ensino de Geografia Física”. O objetivo central do jogo consistia em trabalhar os temas relacionados à Geografia Física e aos Elementos da Geodiversidade que se encontram na região litorânea piauiense, utilizando-se de uma abordagem lúdica a partir de perguntas e respostas (Figura 2).

O *game* foi confeccionado e produzido a partir de um motor gráfico (*Engine*) denominado de “Unity3d”, ferramenta que é utilizada em todo o mundo para o desenvolvimento deste tipo de produto.

Dessa maneira, para a construção do *game*, foi necessário estruturar de forma lúdica os cinco (5) temas que estão presentes nos aspectos primordiais da Geodiversidade, a saber: geologia, geomorfologia/relevo, pedologia/solo, climatologia e hidrografia, podendo ser estes e outros conteúdos acrescentados com as atualizações feitas pelo criador do jogo.

Figura 2 – Elementos do jogo desenvolvido – “Ensino Quiz”.



Fonte: Baptista et al. (2021). Adaptado pelos autores (2024).

Os passos para desenvolvê-lo foram os seguintes: 1) conhecimento da ferramenta, mediante tutoriais da plataforma *YouTube* para a confecção e entendimento da lógica dos códigos empregados no aplicativo; 2) montagem de todas as fases e construção dos *Asset's* (peças usadas no jogo como, por exemplo, nomes, objetos e efeitos sonoros; nesta etapa, também foram usados aplicativos como *Photoshop* e *Inkscape*, que são ferramentas de manipulação de imagens); 3) montagem de todas as linhas de códigos e sua organização, também utilizando tutoriais da plataforma *YouTube*; e 4) compilação do aplicativo para finalizar.

Convém salientar que a elaboração do aplicativo demandou um conhecimento prévio, sólido e bem estruturado, além de inúmeras horas de trabalho dedicadas à (re)organização das ideias, fases e à correção de eventuais falhas emergentes ao longo do desenvolvimento da ferramenta.

Tais fatores podem influenciar e dificultar a sua integração no ambiente educacional.

Contudo, há alternativas mais hábeis que podem ser utilizadas, como o uso do *Kahoot*, que é um site que possibilita a criação de jogos com perguntas e respostas de forma gratuita e automática, cujo funcionamento e desenvolvimento depende somente de criar uma conta no site e inserir as informações necessárias que o jogo irá utilizar. Porém, para seu uso contínuo em sala de aula e sua socialização, é necessária uma conexão de banda larga (*internet*) (figura 3).

Figura 3 – Tela de criação de jogos do *kahoot*.



Fonte: *Kahoot* (2024). Adaptado pelos autores (2024).

Sob uma perspectiva diferente, a gamificação também pode ser explorada por meio de abordagens mais analógicas e interativas, como o uso de gincanas. Nessa alternativa, as perguntas e respostas originalmente concebidas para o formato digital seriam adaptadas, possibilitando também a inserção imediata de novos temas. Essa estratégia promoveria uma participação ativa de toda a comunidade escolar, incentivando o envolvimento dos alunos, que poderiam colaborar na formulação de questionamentos por meio de grupos distintos.

Para Lima (2021), a gamificação, por possuir uma natureza imbuída de ludicidade que atrai a atenção dos estudantes, destaca-se como uma alternativa para melhorar o engajamento dos educandos. Além disso, por

se tratar de jogos, Carneiro e Backes (2021) corroboram que a partir do cotidiano e das curiosidades dos estudantes e com o intuito de ampliar a participação destes ao longo das aulas, a gamificação se revela como um elemento potencializador de práticas pedagógicas mais dinâmicas, interativas e colaborativas.

Portanto, a sua incorporação no ambiente escolar, a partir de elementos de *games* digitais ou analógicos, corroborando com o desenvolvimento e adaptações de jogos específicos para contextualizar ou desvelar os conceitos geográficos, configura-se como um recurso estratégico e didático eficaz para o ensino, desde que esse seja bem articulado.

Conclusão

A geodiversidade da zona costeira brasileira, em toda sua extensão, possui uma rica diversidade de feições geológicas e geomorfológicas, de modo que, muitas vezes, atraem turistas devido a sua paisagem cênica de notável valor, tornando o geoturismo como uma atividade significativa para a regulação e manutenção desses espaços geográficos.

Embora a prática do geoturismo seja a principal atividade que se empenha em divulgar e conscientizar a população para conservar essas paisagens, ainda se faz necessário que outras táticas a longo prazo sejam pensadas, implementadas e praticadas, em prol de se conhecer a importância dos elementos da geodiversidade e seus processos, e minimizar os impactos ambientais em áreas costeiras.

Em vista disso, a educação se torna um importante aliado, uma vez que parte da vida de uma pessoa se encontra em um ambiente educacional formal e normatizado. É dessa forma que é significativo (re)pensar didaticamente como abordar tais conteúdos referentes à problemática ambiental.

Pensando nisso, notou-se que a geodiversidade da região litorânea do estado do Piauí possui um significativo valor educativo, que fornece ao educando possibilidades para aprender sobre os aspectos físicos e geográficos da região, fornecendo subsídios para que ações práticas possam contribuir para o ensino formal da temática.

Pautando nisso, o professor precisa ser um agente ativo no processo educacional, propondo a utilização de recursos didáticos que assegurem e permitam o desenvolvimento do conhecimento e do pensamento crítico

por meio de ferramentas didáticas diferenciadas e variadas, buscando ultrapassar os desafios impostos pela docência.

Desse modo, a gamificação surge como uma possibilidade e estratégia de ensino, pois reconfigura uma atividade previamente alheia ao contexto educacional, tornando-a uma ferramenta potencialmente eficaz para estimular o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno. Além disso, permite que o discente aprimore a sua capacidade cognitiva, lógica e perseverança ao enfrentar e superar os desafios propostos pelas adaptações dos *games* aos cenários educativos.

Por conseguinte, a utilização de jogos no ambiente escolar fornece ao professor *feedbacks* instantâneos, o que facilita a adequação do conteúdo e da proposta desenvolvida em sala de aula, dado que o objetivo principal de seu uso é o desenvolvimento do conhecimento, do pensamento crítico, e o engajamento dos alunos para com os conteúdos estudados em classe e vivenciados no dia a dia.

Referências

ANACLETO, Thiago de Lima; SILVA, Maria Edwirges Gomes da. A gamificação no processo de ensino-aprendizagem de geografia no contexto de ensino remoto. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA – Geografia, Escola e Tecnologias*, 7., 2021, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2021. p. 327-333.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Praias do litoral piauiense: características para a geoconservação. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 17-47, 2023.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Geomorfologia e Geodiversidade do litoral piauiense para fins de Geoconservação. **REGNE**, Caicó, v. 2, Número Especial, p. 1250-1258, 2016.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; SILVA, Brenda Rafaela Viana da; SILVA, João Paulo de Sousa. **Elementos da geodiversidade do litoral do Piauí como suporte didático para o en-**

sino de Geografia Física. Teresina: NEZCPI, UESPI, 2021. (Relatório de Pesquisa).

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da; MOURA, Liége de Souza. Geoturismo no litoral do Piauí: entre o patrimônio natural e o construído. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 28, v. 28, n. 1, p. 160-180, jan./dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018.

BENTO, Lilian Carla Moreira. Um novo olhar para a Geodiversidade através do geoturismo. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n.12, p. 159-135, 2011.

BORBA, André Weissheimer de. Geodiversidade e geopatrimônio como base para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 3-13, jan./abr. 2011.

BORGES, Taize da Silva. Gamificação na aula de geografia como estratégia de engajamento e motivação dos alunos. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 9, p.1-19, 2023.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. **Patrimônio Geológico e Geoconservação:** a Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica. Braga: Palimage, 2005.

CARNEIRO, Eduardo Lorini; BACKES, Luciana. Gamificação como prática pedagógica na disciplina de geografia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, p. 369-392, out./dez. 2021.

COIL, David A.; ETTINGER, Cassandra L; EISEN, Jonathan A. Gut Check: The evolution of an educational board game. **PLOS Biology**, [S. l.], v. 15, n. 4, e2001984, p. 1-8, 2017.

FERREIRA, Bruno Martins; LIMA, Cláudia Valéria; CANDEIRO, Carlos Ro-

berto. Conceito e escopo de geodiversidade: uma breve descrição. **Interface**, Porto Nacional, n. 16, p. 72-81, dez. 2018.

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. Chichester, England: John Wiley & Sons, 2004.

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2013.

KAHOOT. 2024, Disponível em: <https://kahoot.com/>. Acesso em: 25.09.2024.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologia**: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LIMA, Janaira Almeida Pinheiro. O jogo, a gamificação e o lúdico no ensino de geografia durante a pandemia da covid-19. **Uáquiri**, Rio Branco, v. 3, n. 1, p. 95-104, 2021.

LOPES, Laryssa Sheydder Oliveira. **Estudo metodológico de avaliação do patrimônio geomorfológico**: aplicação no litoral do estado do Piauí. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MACEDO, Eduardo Sebastião de. A gamificação como recurso didático no ensino de geografia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n.9, p. 60626-60646, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINES, Régis dos Santos; MEDEIROS, Liziany Müller; SILVA, Juliane Paprosqui Marchi da; CAMILLO, Cíntia Morales. O uso das TICs como recurso pedagógico em sala de aula. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, 1., 2018, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2018. p. 1-12.

MENDONÇA. Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Pau-

lo, n. 16, p. 113-132, 1 sem. 2001.

MANTESSO NETO, Virgínio. **Geodiversidade, geoconservação, geoturismo, patrimônio geológico, geoparque**: Novos conceitos nas geociências do século XXI. São Paulo: [s. n.], 2010. p. 1-6.

PAULA, Jorge Eduardo Abreu. **Dinâmica morfológica da planície costeira do estado do Piauí**: evolução, comportamento dos processos costeiros e variação da linha de costa. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas e Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Maria Luísa; FONSECA, André. A valorização do geopatrimônio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS – CULTURA, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO, 7., 2008, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: SPER, 2008. p. 1-15.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica**: O método em questão. Brasília: Edunb, 2001. 124 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; BAPTISTA, Elisabeth Mary Carvalho. Roteiro geológico-geomorfológico do litoral piauiense: caminhos para a geoconservação. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 10, n. 1, p. 146-149, 2014.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **Avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico da zona litorânea piauiense para fins de geoconservação**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SOUSA, Francisco Eliardo Nobre; CRUZ, Raissa Beatriz Forte; MATOS,

Danielle Rodrigues da Silva. Gamificação no ensino de geografia: utilização do aplicativo *kahoot*. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, v. 2, n. 17, p. 60-74, 2023.

SHARPLES, Chris. ***Concepts and principles of geoconservation***. Published electronically on the Tasmanian Parks & Wildlife Service website. 3. ed. set, 2002. 81 p. Disponível: <http://dpiwwe.tas.gov.au/Documents/geoconservation.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

STANLEY, Mick. Geodiversity. **Earth Heritage**, v. 14, p. 15-18, 2000.

TÚLIO, Lucas Serrano; ROCHA, Elizabeth Matos. Elementos de gamificação aplicados à educação em ambientes virtuais de aprendizagem. In: ENCONTRO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO – ENEPE/ UFGD, 8.; ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – EPEX/ UEMS, 5, 2014, Dourados. **Anais [...]**. Dourados: UEMS; UFGD, 2014. p. 1-13.

“PROGREDIR SEMPRE É O NOSSO LEMA”: A MODERNIZAÇÃO E A ADAPTAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE PARNAÍBA

*Livia Eduarda Ferreira da Silva
Pedro de Alcântara Vasconcelos Nunes Júnior*

Introdução

Estando dentre as sete cidades a serem criadas em obediência à Carta Régia de 1761, palco de importantes eventos históricos, localizada entre o rio Igarau e a Serra da Ibiapaba, Parnaíba logo passa a ser desejo dos colonizadores portugueses que buscavam riquezas, no entanto a região seria apenas propícia a criação de gado e por ter uma localização privilegiada – com seu delta em mar aberto – poderia ser importante para o comércio através de seu porto. Além disso, Parnaíba vai ser fundamental no processo de Independência do Brasil, sendo a cidade uma das primeiras a apoiar o movimento separatista do Brasil em relação a Portugal. E é em 19 de outubro de 1822 que Parnaíba proclama sua adesão à independência tendo sob liderança o capitão-mor Simplício Dias da Silva. Após esse período, a cidade passa a ter um crescimento na sua economia com a produção de produtos agrícolas.

A partir de 1761 iniciou-se o seu desenvolvimento. Funcionava no local, nessa época, uma charqueada de propriedade de Domingos Dias da Silva, português fundador do Porto das Barcas e pioneiro da região, principalmente nos setores comercial e agrícola (Prefeitura Municipal).

Durante esse período, o interior do Piauí se consolidou como uma rota crucial para o transporte e criação de gado, desempenhando um papel

significativo na economia regional. A cidade de Parnaíba, localizada próxima ao Rio Parnaíba, tornou-se um importante ponto de escoamento dos produtos agrícolas, facilitando a exportação de gado e outros produtos para outras regiões.

A posição geográfica privilegiada de Parnaíba permitiu que ela se transformasse em um entreposto comercial vital, conectando o interior do estado com o litoral e com outras áreas do Brasil. Dessa forma, Parnaíba se consolidou como um elo crucial entre o interior do Piauí e o mercado externo, evidenciando seu papel na integração econômica da região e no crescimento do estado como um todo. A relevância da cidade transcende o período colonial, refletindo sua importância histórica, econômica e cultural ao longo dos séculos.

No século XX, o Porto das Barcas começa a perder seu prestígio. Isso se dá por conta do desenvolvimento e modernização de outros Portos e fez com que Parnaíba deixasse de ser o centro comercial. Porém, a cidade que já possuía uma boa estrutura em seu centro histórico, passa a expandir seu processo de urbanização e modernização. Houve investimentos em serviços públicos, surgiram políticas desenvolvimentistas o que fizeram com que Parnaíba ganhasse destaque em novos âmbitos. Desse modo, o turismo passa a ganhar força por conta das belezas naturais da região, das praias – não só de Parnaíba como de Luís Correia – e do seu Patrimônio Histórico que carrega uma rica beleza arquitetônica e com muita história e significados.

Diante disso, percebe-se a influência que a economia vai exercer sobre o desenvolvimento da cidade, sua modernização e urbanização, o patrimônio de uma cidade envolve muitas dimensões e contextos que ultrapassam a identificação e catalogação de seus bens culturais. O debate abrange questões de preservação, identidade cultural, usos do patrimônio, e as tensões entre modernização e conservação. Desse modo, esse trabalho busca analisar o processo de modernização da cidade de Parnaíba, investigar as transformações urbanas e arquitetônicas ocorridas por conta da economia e avaliar o impacto dessas transformações no patrimônio e seu processo de revitalização.

Para a realização deste trabalho, foram utilizados diversos tipos de fontes e documentos que contribuíram para uma análise aprofundada do processo de modernização urbana e seus impactos. Documentos oficiais do

governo do estado forneceram dados sobre as políticas públicas implementadas no âmbito da infraestrutura, transporte e expansão urbana, permitindo entender as diretrizes governamentais para o crescimento da cidade. Jornais digitais serviram como fontes primárias para identificar a percepção pública e as reações da população frente às mudanças, além de oferecerem um panorama sobre os debates atuais a respeito da modernização.

Além disso, documentos técnicos e relatórios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foram consultados para investigar as ações de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, particularmente no que diz respeito ao impacto das obras de modernização em áreas tombadas. Essas fontes oficiais do IPHAN foram essenciais para entender como as regulamentações e políticas de proteção do patrimônio são aplicadas no contexto de cidades em desenvolvimento.

Por fim, fontes bibliográficas acadêmicas, como livros e artigos científicos, auxiliaram na fundamentação teórica, oferecendo diferentes abordagens e perspectivas sobre o tema da modernização e preservação urbana. Essas obras fornecerão um embasamento crítico e histórico, permitindo a construção de uma análise comparativa com outros exemplos de modernização em cidades de similar porte. Todos esses materiais foram cruciais para a investigação detalhada, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada sobre os desafios e as oportunidades que a modernização urbana oferece.

A arquitetura histórica e suas narrativas

Visto tal benefício do comércio marítimo, e as trocas que o mesmo possibilitou, Silva Filho (2007) aponta que Parnaíba se diferencia de outras cidades do sertão ao adotar modelos e sistemas arquitetônicos do litoral, diferindo sua arquitetura.¹ Logo, como analisado por Luiz R. B. Mott (1977), no documento de Descrição da Capitania de São José do Piauí (1772) feito pelo Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, em que destaca o movimento de exportação para outros portos do país como um motivo eminente da prosperidade na cidade de Parnaíba em que mencionava também a existên-

1. SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. V. 3 - urbanimo. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. p. 82.

cia consolidada de uma estrutura urbana, demonstrando uma preocupação sobre a salubridade e qualidade do lugar.²

Compreendendo a produção diversa dos arranjos arquitetônicos como um meio de analisar os costumes, práticas, modos de viver e fatores sociais que estão dispostos no tecido histórico entre o presente e o passado. Esses modos operacionais de viver, distribuídos pelos setores de vidas comerciais, sociais e religiosas, se despojam do uso da arquitetura como também um meio de comunicar, já que, “na arte da arquitetura, a casa é certamente o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo”.³

Segundo Neuza Brito de Arêa Leão Melo (2011), Parnaíba era uma das cidades piauienses mais desenvolvidas economicamente na primeira metade do século XX. Onde, dentro de relações econômicas, buscou espelhar-se nos grandes centros e metrópoles, passando por suas inovações em meio a suas tradições, já que, como ainda aponta Leão Melo (2011), quando determinado estilo chega e encontra uma produção já existente, essa arquitetura se adapta e molda-se às especificidades de cada lugar.⁴

Ademais, percebe-se cada vez mais a influência do comércio marinho e a prática comercial exportadora por sua localização, a circulação do mercado permite que não apenas produtos ou renda circule ou seja um meio de troca sociais, mas também, carregada de hibridismos e diversidades em suas composições.

Posteriormente, com a instalação da Companhia de Navegação, o estabelecimento na cidade de empresas de importação e exportação também é estimulado, fazendo circular renda e mercadorias e incentivando o consumo de produtos vindos principalmente da Europa. Assim, o permanente contato tanto com a cultura europeia e americana quanto com a do sul do país e a do sertão nordestino conferiram à cidade um aspecto cosmopolita e uma diversidade cultural bastante significativa (IPHAN, 2008).

2. MOTT, Luiz R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí —1772. Revista de História, São Paulo, n. 112, p. 543–566, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i112p543-566. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64374..> Acesso em: 15 out. 2024.

3. VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. *L'architecture raisonnée: extraits du Dictionnaire de l'architecture française*. Paris: Hermann, 1964. p. 48.

4. LEÃO MELO, Neuza Brito de Arêa. *O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. p. 20.

Com a expansão dos serviços de transporte durante a primeira metade do século XX, sendo do rodoviário, fluvial até o ferroviário.⁵ Que por meio das ferrovias, se pode traçar outro fator que transportava costumes e tendências até a cidade de Parnaíba. Como também aponta o IPHAN (2008), apesar de novos elementos e produções arquitetônicas, urbanas e até artísticas que foram levadas pelas ferrovias, o transporte ferroviário é um dos responsáveis pelo declínio econômico e estagnante da cidade onde inicia-se uma modificação no âmbito de relações comerciais entre o comércio fluvial e ferroviário.

Tal hibridismo se destrincha em adaptações de técnicas, materiais, usos e estilos são traduzidos por Parnaíba, onde os diferentes tipos arquitetônicos se misturam e se ressaltam em meio a estrutura já existente da cidade. Em meio a terminologias como, “Neocolonial”, “Neoclássico”, “Art Déco”, “Modernismo”, e a forte presença do Ecletismo e entre outros nos meios de usos residenciais e comerciais.

Deste modo, a predominância do Ecletismo se difere não só em quantidade, mas, em união dos estilos que levarão a diferenciação da arquitetura parnaibana das demais produções entre suas residências e pontos comerciais. Um fator evidente nos setores economicamente dominantes na cidade era o uso das residências como símbolos de ascensão social. Além de representar um dos aspectos mais característicos das cidades, pode ainda mostrar os modos de viver de uma população e suas manifestações culturais traçadas entre a vida pública e privada.⁶

A residência estava separada da rua não só por limites físicos, mas por ser um local distinto e complexo, onde ocorriam as mais diversas dinâmicas sociais, sendo ao mesmo tempo um espaço íntimo e privativo, representado pelos dormitórios e banheiros, por exemplo, e espaço público, como as salas de visitas e jantar. Em casa, as relações se transformavam e os comportamentos assumiam novas posturas. (Leão Melo, 2011, p. 104).

Logo, vislumbrar de novas tecnologias não somente nas aparências externas, mas, internas das residências denunciavam as relações existentes entre seus habitantes e suas ocupações na cidade.

5. LEÃO MELO, Neuza Brito de Arêa., op. cit., 2011 p. 54.

6. LEÃO MELO, Neuza Brito de Arêa., op. cit., 2011, p. 102.

No esforço por distinguir-se socialmente, utilizaram suas residências como símbolos de ascensão social, afinal, a linguagem arquitetônica expressa não apenas a função utilitária, mas também a função simbólica (Bresciani, 1985).

Construção do Centro Histórico e Preservação da Memória

O centro histórico de Parnaíba possui uma grande importância por ser carregada de memórias e é a representação da riqueza histórica do local. O que é compreendido pelo centro histórico da cidade abarca: os casarões coloniais, o Porto das Barcas, a rua das pedras e prédios históricos. Todo esse patrimônio carrega consigo a história e a memória da cidade que é fundamental que seja preservada, nesse sentido, em 2011 o IPHAN tomba um conjunto de 830 tombamentos de patrimônios culturais e arquitetônicos.

Para Pierre Nora (1993), monumentos, edifícios históricos e museus, servem como símbolos tangíveis de eventos e valores significativos para uma sociedade, portanto, esses lugares não apenas conservam a memória coletiva, mas também a moldam e a transmitem para as gerações futuras. De acordo com o historiador:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Dessa maneira, Nora (1993) explicita que ao preservar e celebrar os lugares de memória, uma sociedade reafirma e perpetua as narrativas que considera importantes para a continuação da sua cultura. Assim, os lugares de memória desempenham um papel fundamental na construção e na transmissão da história coletiva. No caso de Parnaíba, a revitalização do seu centro histórico e a preservação de seus edifícios, museus e ruas não apenas reforçam a importância do patrimônio cultural da cidade, mas também asseguram que a memória de seu papel histórico como um centro econômico e social continue a ser valorizada. Dessa forma, os projetos de

preservação não são apenas ações de resgate do passado, mas também ferramentas de construção da identidade e da coesão social, permitindo que a história local seja constantemente renegociada e transmitida às gerações futuras.

Com isso, ao longo do tempo o governo busca formas de manter viva a memória e a preservação do patrimônio histórico. Um exemplo importante foi o processo de revitalização do centro histórico, iniciado em 2018 e concluído em 2020. Esse projeto envolveu a restauração de prédios históricos, a criação de novos museus, além de significativas melhorias na infraestrutura do local. As ações visaram não apenas proteger o patrimônio cultural, mas também promover o turismo e incentivar a valorização da história e da identidade local, garantindo que futuras gerações possam usufruir e aprender com esses espaços.

Em entrevista para o jornal Cidade Verde o então secretário de estado da Cultura afirmou que:

“Não foi apenas uma reforma, mas sonho sendo realizado e a maior obra de recuperação do nosso patrimônio. Houve restauração, modernização, revitalização de um espaço que, além de recuperar todo o conjunto, devolvemos as lojas, o que beneficia tanto os comerciantes, quanto os turistas e a economia. Vamos devolver o local que simboliza o nascimento de Parnaíba, onde dentro deste complexo construímos um espaço que conta um pouco da história da região, que é o Museu do Mar do Delta do Parnaíba Seu João Claudino, uma das grandes novidades. Nele há salas interativas que abordam a história, os costumes e a fé dos pescadores”, conta o secretário de estado da Cultura, Fábio Novo (Jornal Cidade Verde, 2020).

A preservação da antiga arquitetura junto com o processo de modernização é um desafio que muitas cidades enfrentam, inclusive Parnaíba, no entanto, atualmente, Parnaíba também se destaca como destino turístico, com o Porto das Barcas sendo um ponto central de visitação. A preservação desse patrimônio é um reflexo do esforço contínuo de manter a memória e a identidade cultural da cidade, enfrentando os desafios da urbanização e da modernização, como a descaracterização de edificações devido à pressão imobiliária, a falta de recursos para manutenções periódicas e as dificuldades em atrair investimento sustentável para a preservação são problemas enfrentados por Parnaíba e muitas outras cidades que buscam

modernizar sem perder sua essência histórica. No entanto, os exemplos de sucesso na preservação e revitalização de Parnaíba mostram que é possível avançar na modernização sem sacrificar a herança cultural, transformando a cidade em um modelo de convivência harmônica entre o antigo e o novo.

Conclusão

Diante do que foi abordado neste trabalho, percebe-se que Parnaíba possui uma grande importância tanto no Piauí quanto no Brasil, sendo palco de grandes acontecimentos históricos. Além disso, compreende-se que a economia foi e continua sendo um fator determinante que molda parte da sua estrutura social e econômica. Durante o período colonial, Parnaíba destacou-se pela produção agrícola e pela criação de gado, dando seus primeiros passos rumo à modernização e à urbanização.

Analisando a arquitetura e o método eclético da cidade, compreende-se que sua localização, apesar de privilegiada e de grandes trocas, também carecia de mão de obra especializada, com devidas técnicas, e a ausência de uma amplitude de materiais. Fazendo com que um método híbrido - ou seja, um método eclético - se desenvolvesse em meio às estruturas, onde reproduziam fielmente as grandes edificações de outros grandes centros urbanos de referência, mas, contendo suas particularidades e identidades. Tal hibridismo é de extrema importância para a compreensão dessa identidade arquitetônica parnaibana.

A linguagem arquitetônica vinha como um modo de traduzir com a estética, o espelho da cultura local e suas vivências em meio às distintas relações entre os habitantes da cidade. Se tinha a intenção de se assemelhar com as grandes metrópoles, porém, não se via a intenção de abandono de culturas locais já existentes, onde se deve considerar também a relação entre os habitantes e a residência que os abrigam e permitem se distinguir em sua vida particular e pública.

É nesse contexto que o centro histórico da cidade adquire relevância, não apenas por ser um importante polo comercial, mas também pela memória preservada em seus edifícios, casarões, museus e ruas. Esses espaços guardam traços essenciais da história e da identidade local. O desejo de preservar essa memória motivou a criação de projetos de revitalização,

que têm um impacto direto no turismo, um dos setores fundamentais da economia da cidade.

Além de impulsionar o turismo, esses projetos desempenham um papel vital na proteção do patrimônio cultural, garantindo que a rica história de Parnaíba seja preservada para as futuras gerações. Assim, o centro histórico torna-se um símbolo de resistência e valorização da herança cultural, refletindo o passado enquanto impulsiona o desenvolvimento socioeconômico da região.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. (org.). **O livro do centenário de Parnaíba: 1844 – dezembro – 1944**. Documentário da cidade. Estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba. Parnaíba: Americana, 1945.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba**. Brasília: IPHAN, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Ecletismo Parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

MOTT, Luiz R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772. **Revista de História**, São Paulo, n. 112, p. 543–566, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i112p543-566. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64374>. Acesso em: 12 out. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

SAMPAIO, Isis Meireles Rodrigues; MAGALHAES, Aracelly Moreira. Porto das Barcas e galpões portuários em Parnaíba [PI]: memória, patrimônio e identidade. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 341-358, 2018. DOI: 10.20396/labore.v12i3.8652839. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8652839>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. V. 3- urbanismo. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle-époque: cotidiano e pobreza (1930 -1950)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SILVA, Vicente de Paula Araújo. **História da Região da Parnaíba: 1766 a 1799**. Villa Mont Serrathe de Parnahiba, Parnaiba: SIEART, 2011.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. **L'architecture raisonnée: extraits du Dictionnaire de l'architecture française**. Paris: Hermann, 1964.

WIKIPÉDIA COMO FERRAMENTA DE ENSINO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS SOBRE O MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA, PIAUÍ

Edson Osterne da Silva Santos
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Brenda Rafaele Viana da Silva

Introdução

A *Wikipédia* é uma enciclopédia eletrônica *online* e gratuita de caráter colaborativo, pois pode ser editada por qualquer usuário que tenha conexão de *Internet* (Kern, 2018). Deste modo, é possível acessar seus diferentes conteúdos, criar e alterar os já existentes de uma forma simples, interativa e sem custos (Vieira, 2008). No entanto, muitas são as restrições ainda identificadas quanto ao emprego da *Wikipédia* como fonte de informação confiável. Neste sentido, este capítulo abordou a enciclopédia eletrônica *Wikipédia*, considerando seu potencial enquanto possibilidade de fonte de informações para o estudo sobre o espaço geográfico piauiense, em particular, sobre o município de Luís Correia.

Somado a isso, o objetivo geral foi analisar a contribuição da *Wikipédia* como fonte de informações históricas e geográficas sobre o município de Luís Correia, no litoral piauiense. Tendo como objetivos específicos: Discorrer sobre as diferentes fontes de informações disponíveis na rede mundial de computadores (*Internet*); Conhecer a organização e estruturação da *Wikipédia* como fonte de informação; Identificar e verificar as informações históricas e geográficas na *Wikipédia* referentes ao município

de Luís Correia, desenvolvendo conteúdo para esta; Apontar possibilidades de utilização das informações disponíveis na *Wikipédia* sobre o município de Luís Correia em estudos sobre este.

A presente pesquisa empregou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2017, p. 90), é “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”. Ademais para Marconi e Lakatos (2017, p. 123), esse tipo de pesquisa “[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]” tendo por finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. Logo em seguida foi necessário a utilização da pesquisa documental, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa na *Internet* foi essencial, pois o ambiente virtual facilita o acesso a uma vasta quantidade de informações relevantes para o estudo teórico. Apesar disso, é necessário ter cautela na verificação da autenticidade dos conteúdos acessados, de acordo com os objetivos do projeto.

Sobre os dados coletados na *Internet*, Prodanov e Freitas (2013, p. 54), afirmam que “[...] devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente [...]”, sendo que ao utilizar esse tipo de pesquisa “[...] é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 50). Desse modo, buscou-se os fundamentos teóricos para análise de fontes de informação *online*, relevantes para estudos geográficos e históricos do litoral piauiense, com aplicação na Educação Básica.

Esse trabalho se configurou como de natureza aplicada, tratando-se de conhecimentos e situações específicas, de uma questão particular de vivência dos pesquisadores. Sendo assim, tendo como propósitos gerais do tipo descritiva, destacou a identificação de características e relações entre as variáveis, utilizando abordagem qualitativa, referentes em informações as quais foram e serão identificadas (Gil, 2017).

A Investigação foi dividida em duas etapas: Teórico-informativa e Teórico-prática: **1 Etapa teórico-informativa:** fundamentação teórica,

elaboração de roteiro metodológico, análise documental e organização do relatório parcial da investigação (Seabra, 2001). **2 Etapa teórico-prática:** finalização da segunda etapa da pesquisa bibliográfica e documental sobre as características históricas e geográficas de Luís Correia, verificação de informações da *Wikipédia* e desenvolvimento de conteúdo, utilizando instrumentos elaborados na primeira etapa, visando a elaboração de relatório final, resumos, trabalhos e artigos para divulgação em eventos e publicação.

Esse texto em particular decorre de pesquisa realizada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) entre os anos de 2022 a 2023 com o seguinte tema: “A *Wikipédia* como fonte de informações históricas e geográficas sobre o litoral piauiense: o município de Luís Correia em foco”¹.

Em síntese, os resultados obtidos foram a elaboração de quadro com os principais tipos de fontes de informações disponíveis na *Internet*; construção de Mapa conceitual em relação a *Wikipédia*, sua estrutura e características; avaliação de informações disponíveis na *Internet (Wikipédia)* através de roteiro próprio; produção de conteúdo relacionado a informações históricas e geográficas referentes ao município de Luís Correia inseridas no verbete da *Wikipédia*, apresentados na próxima seção.

Pesquisa e informação na Internet

Para proceder com o estudo proposto primeiramente é importante o entendimento sobre a *Internet* como fonte de informação e em relação à *Wikipédia*, a partir do aporte da literatura, como segue.

Segundo Campello (2018), a forma de utilização da *Internet* tem sido estudada desde a sua consolidação como fonte de informação, no entanto muitas das vezes os usuários não se aprofundam na investigação ao uso

1. A pesquisa contou ainda com a participação de colaboradores voluntários, com formação em Geografia, como a professora Livya Calyne Linhares de Moura Costa (egressa da UESPI) e o professor Luís Felipe de Freitas Costa (egresso da UESPI). Os resultados dos estudos realizados foram apresentados no XXII Seminário de Iniciação Científica da UESPI em outubro de 2023, cujo resumo simples se encontra disponível nos anais do referido evento, e o relatório final, foi disponibilizado no site oficial do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq e certificado pela UESPI, que investiga aspectos históricos, geográficos e ambientais sobre o litoral do Piauí, visando ampliar o conhecimento e o acesso a informações sobre essa região, ao qual a investigação realizada e seus pesquisadores estão vinculados.

da rede, e não buscam uma confirmação em relação a esse tipo de fonte. Assim se constitui importante uma orientação correta, pois quando bem usada possibilita a aprendizagem significativa.

A *Internet* pode ser chamada de rede ou *Web*, e quando se fala na perspectiva das fontes de informação, existem diferentes fontes, desde as mais simples até mesmo as mais complexas (Campello, 2018).

Nesse mesmo sentido, Guimarães (2005), destaca que dentro da *Internet* existem diferentes tipos de combinações que são as chamadas tipologias na *Internet* variando em formatos disponíveis sejam elas públicas ou privadas com diferentes maneiras de organização. Um exemplo de início seria a *Hypertext Markup Language* (HTML) criada em 1990 com estrutura de conteúdo e forma, posteriormente tem-se a *Extensible Markup Language* (XML) em 1996, sendo que a XML é extensível indo além das capacidades da HTML, sendo assim, o formato ideal para publicação eletrônica e intercâmbio de informação entre sistemas e bases de dados.

Guimarães (2005), também indica que existem diferentes ferramentas dentro da *Internet* para o seu próprio uso e busca de navegação, quando usamos o programa navegador (*browser*), ajuda na busca para encontrar uma informação específica. Como é o caso das: máquinas de busca (engenhos de pesquisa); páginas brancas e amarelas (índices); meta-máquinas de busca; guias *web*; e organizações que fornecem acesso a catálogos.

Somado a isso, Tomaél et al., (2001), consideram que a *Internet* como fonte de informação se baseia na revolução dos métodos de geração, armazenagem, processamento, transmissão da informação, e a rapidez da distribuição das informações nas redes, pois dentro da *Internet* quando a usamos de certa maneira observa-se todos os tipos possíveis de conteúdo presentes nela. Dessa forma, boa parte das pessoas podem alimentar essas informações na *Web*, mas nem todos os tipos de plataformas estão abertas a esse tipo de acréscimo de informações desordenada, existem filtros de informação capazes de recuperar as informações de qualidade.

Conforme Guimarães (2005), a *Internet* se constitui como uma conexão global, por meio de linhas de comunicação com base em computadores interligados, e se modifica dependendo dos significados das diversas palavras e siglas presentes variando a cada ponto de vista, ou seja, a *Internet* possui várias redes, mas nem todas as redes fazem parte dela.

Segundo Levy (1998, p. 3), “[...] a rede é, antes de tudo, um instrumento de comunicação entre pessoas, um laço virtual em que as comunidades auxiliam seus membros a aprender o que querem saber [...]”. Ou seja, essa comunicação tem como base o processo de interligação entre diferentes meios sobre a concretização de informações.

No que se refere à *Internet*, Oliveira (2013, p. 70), destaca que “[...] se constitui uma ferramenta indispensável à humanidade para informações rápidas sobre os mais diversos assuntos [...]”, desse modo “[...] facilita o acesso aos periódicos científicos, às bibliotecas virtuais, além de oferecer informações sobre os mais variados temas que se queira estudar” (Oliveira, 2013, p. 70). Neste sentido, Baggio, Costa e Blattmann (2016, p. 33), entendem a *Internet* como “[...] um canal que disponibiliza inúmeras fontes de informação, no entanto, nem sempre é uma informação de fácil recuperação e de fontes confiáveis”. Assim, a *Internet* é uma ferramenta indispensável para informações rápidas e acesso a conteúdos, mas nem sempre possibilita o acesso a dados fidedignos ou mesmo facilmente acessíveis.

É possível listar diferentes tipos de fontes de informações presentes e disponíveis na *Internet*, sendo: Informações estatísticas; Informações geográficas; Jornais e revistas noticiosas; Repositórios institucionais; Informações utilitárias; Periódicos Científicos; Bibliotecas digitais; Guias *Web*; Informação para negócios; Banco de dados; Sites oficiais (Campello, 2018), dentre outros, os exemplos e características presentes de cada um estão resumidamente descritos no quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de Fontes de Informações na Internet.

TIPOS	CARACTERIZAÇÃO	EXEMPLOS
Informações estatísticas	Informações relacionadas a dados estatísticos sobre diferentes segmentos das atividades humanas visando favorecer o desenvolvimento de pesquisas e estudos e políticas públicas, bem como a vida em sociedade.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ² .
Informações geográficas	Apresentam dados diversificados como mapas, direcionados a pesquisas geográficas e outras ciências relacionadas de maneira geral.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN); Google etc.
Jornais e revistas noticiosas	Tem um caráter informativo sobre eventos históricos com o intuito de registrar esses fatos e acontecimentos.	Jornal “Meio Norte”; Jornal “O Dia”; Jornal “O Globo”; Jornal “Folha de São Paulo”; e outros.
Repositórios institucionais	Dedicados à produção acadêmica, os quais armazenam produções científicas e institucionais ³ .	Repositórios institucionais das Universidades brasileiras, como por exemplo da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Informações utilitárias	São informações úteis ao dia a dia de forma prática ⁴ .	Jornais, folhetos, sites de empresas governamentais, além dos jornais na Internet (Vieira, 2011).
Periódicos Científicos	Pesquisas científicas publicadas de forma eletrônica visando sua divulgação.	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Revista de Geociências do Nordeste (REGNE); Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, etc.
Base de dados	Plataformas que reúnem indicação de acesso a produções científicas disponíveis na internet, em especial aos periódicos.	Portal de Periódicos da Capes; Scielo; Google acadêmico; Eric; Scopus; BDTD; Pubmed; Redalyc; Ulrichsweb; dentre outras.

2. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se constitui no principal provedor de dados e informações estatísticas do país, que atende às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

3. Artigos científicos; dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos apresentados em eventos com autoria dos autores e professores; entre outros.

4. Assuntos relacionados a educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública, entre outros.

Bibliotecas digitais	Plataformas com acervo de livros disponibilizados de maneira virtual para os usuários.	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin; Biblioteca Nacional Digital Brasil; Biblioteca Mundial Digital; Biblioteca Pública de Nova Iorque; Biblioteca Digital da UNICAMP; Biblioteca Digital Passei Direto; entre outras.
Guias Web	Abas de navegação, <i>links</i> e afins.	FreelPTV; Beeline TV; wwiTV; Internet TV List; etc.
Informações para negócios	Base de dados de negócios que visam monitorar o mercado identificando ameaças, oportunidades de negócios, reduzindo as incertezas e dúvidas. Apresentam informações mercadológicas, financeiras, estatísticas, sobre empresas e produtos e jurídicas.	Dialog; DataStar; OCLC First Search; H. W. Wilson Company; ProQuest; EBSCO Publishing; Profound; SkyMinder; entre outros.
Banco de dados	Coletânea de dados, nos quais é possível recolher, armazenar e promover acesso facilitado às informações de consulta de dados. Espécie de servidor físico que permite registrar inúmeras informações simultâneas sobre qualquer coisa.	Oracle; Microsoft SQL Server; MYSQL; POSTGRESQL; MONGODB; BIGQUERY; REDSHIFT.
Sites oficiais	Sítes que reúnem serviços para o cidadão e informações sobre a atuação de todas as áreas do governo.	Portal Gov.br

Fonte: Dos autores, 2024.

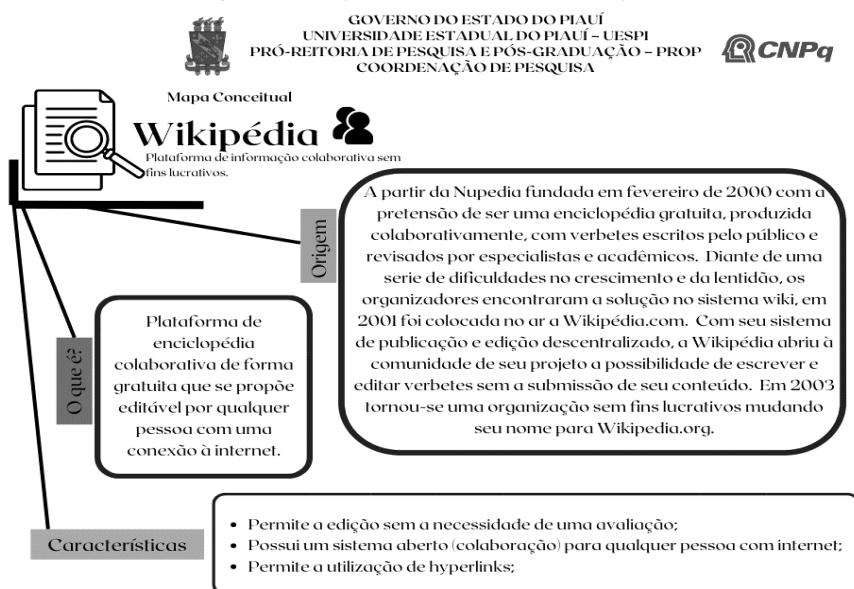
Assim, a *Wikipédia* pode ser uma fonte de informação confiável devido à sua nova estrutura e contribuições. Segundo Silva (2008, p. 64), a *Wikipédia*, “[...] usa normas comunitárias para orientar as decisões editoriais. O site diz que o seu objetivo explícito é ser imparcial e apresentar favoravelmente todos os pontos de vista, além de afirmar que esse é o critério usado para julgar as contribuições”. No entanto, tais informações podem sofrer com plágios ou informações incorretas, em função de sua natureza colaborativa, por isso é importante ter esse comprometimento em relação ao que está sendo consumido na *Internet* ou mesmo o que está sendo alimentado nela.

O plágio, conforme Guimarães (2005), é uma discussão presente referente a *Internet*, que infelizmente tem se tornado algo cada vez mais comum, mediante a ideia de que tudo que se encontra na *Internet* é gratuito e

pode ser copiado. A Lei Nº 9.610 de 1998 (Brasil, 1998), prova o contrário, pois determina que só se pode utilizar algo de alguém se o autor autorizar seu uso. Caso contrário se está infringindo a lei, sendo que a solução pode ser a criação de protocolos mais incisivos que exigissem critérios de respeito a autoria na Web (Guimarães, 2005).

Ainda sobre a *Wikipédia*, nessa pesquisa elaborou-se um mapa conceitual a partir de Soares (2013) e Kern (2018), que reúne informações sobre esta plataforma indicando um pouco de sua origem, finalidade e características, com destaque para sua natureza colaborativa, apresentado na figura 1.

Figura 1 – Mapa conceitual sobre a Wikipédia.



Fonte: Dos Autores, 2024.

Assim, segundo Martins (2006, p. 74), a *Wikipédia* “[...] é mais uma experiência de trabalho cooperativo que tem lugar (na) rede, constituindo-se numa rede de redes sociais que operam de forma distribuída e descentralizada na compilação do conjunto do saber humano”, sendo uma rede descentralizada e colaborativa de conhecimento.

Conforme Brescia et al., (2015, p. 114-115), na “[...] Wikipédia o conhecimento é construído de maneira coletiva, por meio do trabalho co-

laborativo [...]”, sendo o usuário agente ativo na construção do conhecimento, interagindo com informações da *Wikipédia*, podendo, portanto, se constituir uma fonte valiosa para pesquisas e aprendizagem em todos os níveis de ensino.

Luís Correia na *Wikipédia*: informação e confiabilidade

No escopo da investigação se realizou a análise da confiabilidade das informações disponíveis na *Wikipédia* sobre o município de Luís Correia, com base em critérios previamente estabelecidos, conforme Tomaél *et al.*, (2001), sobre a organização das informações nela contida, no verbete relacionado ao citado município.

Nessa etapa a avaliação sobre o site *Wikipédia* foi dividida em níveis de satisfação como: Ótimo, Acessível, Regular, Ruim e Péssimo⁵, com resultado resumido no quadro 2.

Quadro 2 – Avaliação do site *Wikipédia*.

Nº	CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO	NÍVEL
1	Identificação da informação	Dados da pessoa jurídica ou física responsável pelo site; endereço eletrônico da autoria ou assunto; e-mail do site (da organização da fonte); título da fonte de informação; endereço eletrônico da fonte de informação; informações sobre a fonte (gerais): notas explicativas.	Regular
2	Consistência das informações	Cobertura da fonte, coerência, completude, resumos.	Regular
3	Confiabilidade das informações	Dados completos dos autores; autor reconhecido em sua área de atuação; autor relevante ao assunto; referências bibliográficas de trabalhos dos autores; datas – produção e atualização.	Regular
4	Adequação da fonte	Tipo de linguagem e coerência com os objetivos propostos, relacionado ao tipo de público ao qual se destina.	Acessível

5. Neste processo foi considerado como Ótimo os itens que atendem completamente a descrição esperada; Acessível aqueles que atendem a descrição, mas faltam alguns elementos; Regular para aqueles que atendem parcialmente a descrição com quantidade mediana de elementos faltando; Ruim para aqueles itens que atendem parcialmente a descrição, mas faltam muitos elementos; e Péssimo para aqueles itens que não atendem a descrição, por não apresentar nenhum elemento esperado.

5	<i>Links</i>	Se estão ativos; informações adicionais; sejam claros para onde indicam; <i>links</i> atualizados.	Acessível
6	Facilidade do uso	Navegação fácil pelo documento; uso de <i>links</i> que facilitam a navegação e não confundem o usuário; <i>links</i> suficientes para avançar ou voltar entre as páginas; recursos de pesquisa na fonte como índices, buscas, entre outros; listas, glossários, mapas do <i>site</i> , instruções para uso, manuais de informação para <i>download</i> ou impressão.	Ótimo
7	<i>Layout</i> da fonte	Mídias utilizadas; imagens fixas ou que se movimentam, sons em harmonia; coerência entre texto, som e imagem; nitidez, tamanho adequado de letras/imagens; coerência em padrões; designers dos menus que facilitem a busca pela informação.	Regular
8	Restrições percebidas	Situações que podem desestimular (ou restringir) o acesso a fonte de informação: alto custo de acesso à fonte; direitos autorais que impedem o acesso à informação completa; mensagens de erro na navegação.	Regular
9	Suporte ao usuário	Contato com o autor da fonte: e-mail, endereço, telefone; existência de menu de “ajuda” ou qualquer recurso de “ajuda”.	Regular
10	Outras observações	Acessibilidade para pessoas com deficiências; consulta em outras línguas.	Acessível

Fonte: Dos autores, 2024.

A análise revelou que a fonte de informação possui um desempenho geral satisfatório ao apresentar em sua maioria com resultado Regular, Acessível ou Ótimo, com pontos fortes na facilidade de uso e na adequação da linguagem, embora, as áreas de confiabilidade, consistência e apresentação visual necessitassem de melhorias.

A partir da avaliação realizada verificou-se, no entanto, que as informações sobre Luís Correia na *Wikipédia* estavam incompletas, com poucas e desatualizadas informações. Desse modo, foi desenvolvida uma estratégia para melhorar o conteúdo histórico e geográfico do município.

A estratégia se estabeleceu com a verificação das informações indicadas na página do verbete sobre Luís Correia⁶ na *Wikipédia*, se procedendo a seguir com a atualização, complementação e eventuais correções de equí-

6. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Correia_\(Piau%C3%AD\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Correia_(Piau%C3%AD))

vocos, entre os anos de 2022 e 2023, por meio da literatura especializada. Deste modo, o verbete se encontra atualizado e pronto para ser utilizado como fonte segura de informação sobre o município foco nos diferentes níveis de ensino.

Baseando-se nas análises realizadas bem como no conjunto de informações reunidas para complementar ou mesmo corrigir os dados, é indicado no quadro 3, um resumo sobre como foi organizado a estrutura no *site* sobre Luís Correia no que tange à sua história.

Quadro 3 – Aspectos históricos de Luís Correia para a *Wikipédia*.

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
Surgimento da cidade	Apontamentos sobre o surgimento da cidade.
A questão do litígio	Indica alguns aspectos sobre a autonomia do território com discussão dentro do Estado do Piauí e os conflitos com o Ceará
A ferrovia em Luís Correia	Apresenta a história da ferrovia em Luís Correia, destacando sua pertinência para a localidade até a sua desativação.
O Porto de Amarração	Apresenta as principais características que marcaram a história do “Porto” de Amarração.
Acidentes Marítimos	Discorre sobre os acidentes marítimos em Amarração, com destaque para três dentre os diversos que ocorreram na localidade.

Fonte: Dos Autores, 2024.

O quadro 3, portanto, apresenta um resumo e breve descrição dos temas específicos abordados. Assim, Luís Correia, antiga Vila de Amarração, tem uma história marcada por momentos importantes que destacam seu desenvolvimento e importância para o Piauí. É evidenciado a disputa territorial entre Ceará e Piauí pela vila de Amarração, anexada ao Piauí em 1880 e tornado município autônomo na década de 1930, bem como a construção da Estrada de Ferro Central do Piauí, um marco importante para ligação entre municípios no Estado e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento, além das sucessivas tentativas de construção do Porto de Amarração, entre o século XIX e XX, visando o crescimento econômico do Estado.

Ademais, foi ainda indicado as distintas alterações ocorridas na paisagem do litoral piauiense ao longo do tempo, notadamente em Luís Correia, em função da ocorrência de acidentes marítimos, que, em interface com a História Ambiental, se discorreu acerca das relações historicamente esta-

belecidas pelas populações que ali habitavam com os distintos modos de consumir e produzir aquele espaço no decorrer do tempo.

Do mesmo modo, foi elaborado conteúdo relacionado as informações geográficas referentes ao município de Luís Correia, conforme quadro 4, no qual é possível verificar os temas desenvolvidos no aspecto geográfico.

Quadro 4 – Aspectos geográficos de Luís Correia para a *Wikipédia*.

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
Localização geográfica	Apresenta a localização geográfica correspondente ao município.
Aspectos físico- naturais	Indica as características do município quanto à sua Geologia, Geomorfologia, Solo, Vegetação e Clima.
População	Apresenta dados demográficos do município considerando o censo do IBGE realizado em 2022.
Turismo	Aponta a inserção de Luís Correia em roteiro turístico da região, indicando-se as praias e delta do Parnaíba como atrativos turísticos, dentre outros.
Áreas Protegidas	Destaca a APA Delta do Parnaíba na qual parte do território de Luís Correia está inserido.

Fonte: Dos Autores, 2024.

No caso das considerações geográficas sobre Luís Correia, a partir da literatura científica buscou-se indicar os aspectos geográficos específicos do município como a localização, aspectos físico-naturais, população, turismo e ainda em relação a unidades de conservação e políticas públicas existentes que abrangem a região.

O litoral do Piauí possui assim características naturais e culturais únicas, com destaque para as cidades de Parnaíba e Luís Correia. Apesar da profusão de estudos sobre a região, alguns permanecem restritos ao público acadêmico e governamental, havendo a necessidade de maior divulgação e integração desses conhecimentos no ensino. Com essa ação é possível alcançar a reflexão necessária para as questões históricas e geográficas do litoral piauiense.

Assim a pesquisa analisou o uso da *Wikipédia* como fonte de informação sobre Luís Correia avaliando sua confiabilidade e sugerindo maneiras de utilizá-la no ensino e estudos histórico-geográficos regionais. Foram registrados *prints* do verbete na *Wikipédia* antes e depois da realização do

Verbete sobre Luís Correia em 04/08/2023, com última atualização realizada em 16/02/2023. Fonte: Dos Autores, 2024.

[illegible]

Figura 3 – Print do verbete Luís Correia da Wikipédia após a atualização.

Luís Correia (Pianista)

Luís Correia (Pianista) é um pianista português, nascido em 10 de agosto de 1924, em Lisboa, Portugal. Foi um dos mais importantes pianistas portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de piano. Foi também um dos mais importantes compositores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de composição. Foi também um dos mais importantes pedagogos portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de pedagogia. Foi também um dos mais importantes intérpretes portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de interpretação. Foi também um dos mais importantes investigadores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de investigação. Foi também um dos mais importantes divulgadores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de divulgação. Foi também um dos mais importantes colaboradores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de colaboração. Foi também um dos mais importantes mentores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de mentoria. Foi também um dos mais importantes conselheiros portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de conselhos. Foi também um dos mais importantes assessores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de assessoria. Foi também um dos mais importantes colaboradores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de colaboração. Foi também um dos mais importantes mentores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de mentoria. Foi também um dos mais importantes conselheiros portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de conselhos. Foi também um dos mais importantes assessores portugueses do século XX, tendo sido um dos principais representantes da escola portuguesa de assessoria.

Verbetes sobre Luís Correia em 24/08/2023, após a atualização e produção de conteúdo. Fonte: Dos Autores, 2024.

As figuras 2 e 3 demonstram as alterações realizadas no verbete sobre Luís Correia com evidente ampliação do conteúdo expresso, mas principalmente com a atualização das informações, sem tendo tido o cuidado em verificar a autenticidade das informações já presentes, bem como de se indicar as

referências acadêmicas que serviram de fonte para a produção do conteúdo acrescentado. Enfatiza-se que é um trabalho com possibilidade de continuidade, considerando a natureza colaborativa da *Wikipédia* e os crescentes estudos sobre a área.

Neste sentido, Luís Correia se constitui como um dos quatro municípios costeiros do Piauí, em contato com o oceano Atlântico, geologicamente assentado sobre terrenos cenozoicos terciários e quaternários, apresentando planícies, praias, campos de dunas, vegetação típica e clima quente e úmido. Sua faixa litorânea, assim como parte de seu território, se insere na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, importante unidade de conservação brasileira. Não obstante, sua relevância para o Piauí não se configura apenas em função de suas características geológicas e geográficas, mas também considerando as diversas questões que assinalam a história da localidade, dos indivíduos que viveram e vivem ali e dos projetos ensejados para a região, e como estes marcaram as experiências humanas nesta região ao longo do tempo.

Conclusão

Com a elaboração do quadro 1 contendo os tipos de fontes de informações na *Internet*, foi possível analisar que a evolução da *Internet* ou *Web* acompanhou o desenvolvimento social, provendo acesso a diversos tipos de informação, como revistas, notícias, repositórios, redes sociais e enciclopédias, cujas características se modificaram com as necessidades da sociedade.

A partir da construção do Mapa conceitual em relação a *Wikipédia*, sua estrutura e características foi possível entender a origem, finalidade e características da *Wikipédia*, embora tenha estratégias de confiabilidade de dados, ainda apresenta lacunas em conteúdos mais específicos ou de caráter local, como a História e Geografia de Luís Correia no Piauí antes da atualização do verbete.

Soma-se a isso, foi indicado como parte do resultado a avaliação das informações disponíveis na *Internet* (*Wikipédia*), utilizando para tal o verbete em estudo, tendo sido assim, importante conferir a fidedignidade das informações neste apresentada, pois na *Internet* existem diferentes formas de alimentar o conteúdo, que podem gerar dados não confiáveis. Deve-se,

então, buscar *sites* e plataformas confiáveis, evitando informações rasas ou superficiais.

Destarte, a produção de conteúdo relacionado às informações históricas e geográficas referentes ao município de Luís Correia, baseadas em estudos científico-acadêmicos realizados, inseridas no verbete da *Wikipédia*, se constituiu importante passo para contribuir com a ressignificação da plataforma enquanto fonte de informação confiável para pesquisa, podendo assim ser esta uma ferramenta aliada no ensino, especialmente para abordar conteúdos regionais e locais, como a página sobre Luís Correia, que pode ser útil nas escolas deste município.

Portanto, indica-se a possibilidade de as escolas adotarem a *Wikipédia* em suas atividades de ensino, podendo ser uma aliada significativa no processo ensino-aprendizagem, e tendo em conta a redução de conteúdos regionais e locais no contexto atual das disciplinas de História e Geografia na Educação Básica, os verbetes da enciclopédia virtual podem favorecer os docentes que queiram abordar estas questões em sala de aula.

Por fim, no caso em tela, sugere-se que a página sobre Luís Correia, na *Wikipédia*, atualizada por meio desta pesquisa, possa se tornar uma ferramenta de ensino nas escolas do referido município.

Referências

BAGGIO, Claudia Carmem; COSTA, Heloisa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRESCIA, Amanda Tolomelli; CIRINO, Sergio Dias; CONCEIÇÃO, Leandro Galhardo Ballesteros da; SANTOS, Mariana Rúbia Gonçalves dos. Wikipédia: um recurso de ensino e aprendizagem na universidade. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 101-128, out. 2015.

CAMPELLO, Bernadete. **Fontes de informação I**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUIMARÃES, Ângelo de Moura. Internet. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 159-178.

KERN, Vinícius Medina. A Wikipédia como fonte de informação de referência: avaliação e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p.120-143, jan./mar. 2018.

LEVY, Pierre. Um sistema autoregulador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr.,1998. Caderno Mais, p. 3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs12049804.htm>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Beatriz Cintra. Wikipédia - a enciclopédia colaborativa como ferramenta de estímulo à pesquisa. **Informativo Técnico-Científico Espaço**, INES, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 68-81, jan./dez. 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica**: O método em questão. Brasília: UnB, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Avaliação de fontes de informação na Web**: um estudo focado na Wikipédia. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOARES, Tiago Chagas. **A máquina do dissenso**: a wikipédia como espaço de conhecimento na cibercultura. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TOMAÉL, Maria Inês; CATARINO, Maria Elisabete; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 1-14, 2001.

VIEIRA, Letícia Alves. Informação utilitária: definição, uso e perspectivas. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas, v. 1. Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2011. p. 71-74.

VIEIRA, Marli Fátima Vick. **A wikipédia é confiável?** Credibilidade, utilização e aceitação de uma enciclopédia online no ambiente escolar. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Brenda Rafaela Viana da Silva

Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2022). Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2017-2019). Especialista em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2021-2022). Graduada em Licenciatura em Geografia pela UESPI (2012-2015). Membro do Núcleo de Estudos da Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI /UESPI), do Grupo de Pesquisa Geodiversidade, Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação (GEOCON/UFPI) e do Grupo de Estudos em Geomorfologia (Laboratório de Estudos Morfoestruturais e Pedológicos (LEMEP/UECE). Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI) desde junho de 2018. Foi professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI, Campus Floriano) com a disciplina de Geografia no Ensino Médio e Geologia/Paleontologia no Curso de Ciências Biológicas (2019-2021), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, Campus Colinas e Coroatá) no curso de Gestão ambiental (2019-2022) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/Sobral), no Curso de Geografia – Licenciatura/Bacharelado (2021-2022). Tem experiência na área de Geografia Física, com estudos relacionados às seguintes áreas: Geologia, Geomorfologia, Hidrografia, Geodiversidade, Geoconservação, Geoturismo em zonas costeiras e no Litoral do Piauí.

E-mail: rafaele.geo.grafia@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3155942537072856>

Edson Osterne da Silva Santos

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro representante suplente do Colegiado do Curso do PPGGeo (UFPI), biênio 2024-2025. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD/UFPI/SEB/MEC). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus “Poeta Torquato Neto” (2019 - 2023).

Possui experiência docente na Educação Básica como professor assistente e instrutor voluntário na SEDUC (2022-2023). Atuou como voluntário e bolsista no Programa de Residência Pedagógica da CAPES (2022-2024). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PI-BIC) (2021-2023) e atuou no Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO/UESPI) como Diretor de Comunicação (2022-2023). Atualmente é colaborador externo do PIBEU/UESPI (2024-2025) e membro dos núcleos de pesquisa NEZCPI, GEPEG, GEOFIS e do Grupo de Estudos em Geografia Física da UFPI, com foco em Pedologia aplicada. Além disso, tem experiência como monitor de disciplinas e realizou estágio no CPPD da UESPI, supervisionando atividades docentes (2020-2021). Técnico em Desenho de Construção Civil pelo IFPI (2017-2019) com habilidades em AutoCAD. Associado à AGB de Fortaleza (2023). Atualmente ministra aulas de estágio docência no ensino superior no curso de Geografia da UFPI (2024-2025). Trabalha com temáticas físico-naturais no ensino de Geografia com ênfase em Geografia Educadora dos fundamentos teórico-conceituais metodológicos. Possui experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, Análise ambiental e Pedologia atuando principalmente nos seguintes temas: Impactos Ambientais, Educação Ambiental, estudo dos solos, análise conjunta da Geodiversidade e Biodiversidade, estudo da percepção das realias, análise de áreas próximas a rios e áreas litorâneas, tendo em grande parte das pesquisas voltadas ao estudo do conceito de paisagem.

E-mail: edsonosterne23@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4318087538278709>

Edvania Gomes de Assis Silva

Licenciada e Bacharel em Geografia. Especialista em Geografia e Gestão Territorial. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Doutora em Geografia. Atua nas áreas de Geografia e Meio Ambiente. Desenvolve pesquisas em Bacias Hidrográficas, Estudo da Paisagem. Gestão do Território, Gestão Social das Águas, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Turismo. Ministra disciplinas de Geografia, Meio Ambiente e Geografia do Turismo para o curso de Graduação em Turismo (UFDPar) e Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Patrimônio em Bacias Hidrográficas (GESBHAP/CNPq/UFDPar). Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Geoconservação (CNPq/UFPI). Membro do Grupo de Estudos Urbanos (GERUR/UFPI). Membro do Conselho da APA Delta do Parnaíba. Membro do Conselho

de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ilha Grande – PI. Membro do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI). Membro do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (EITUR/UFPI).

E-mail: edvaniasilva@ufdpar.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4936910988646173>

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 1985). Graduada em Ciências Biológicas pela UFPI (1997). Especialista em Ecoturismo, interpretação e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002). Especialista em Literatura, Estudos Culturais e outras linguagens pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2015). Mestre em Educação pela UESPI (2000). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI (2004). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010). Realizou estágio de Pós-doutorado em Geografia pela UFPI (2019). Foi Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia Regime Regular e Especial da UESPI, Campus “Poeta Torquato Neto”, Pró-Reitora Adjunta de Ensino e Graduação e Coordenadora Adjunta do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da mesma IES. Professora Associado II Dedicção Exclusiva do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus “Poeta Torquato Neto” e Coordenadora e do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI). Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE/UFPI) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e Questão Urbana no/do Maranhão (GEPEQ-MA/UEMA). Atua principalmente nos seguintes temas: zona costeira, recifes de arenito, ecossistemas costeiros, geomorfologia costeira, litoral piauiense, paisagem, geodiversidade, geoconservação, geoturismo, geoeducação, serviços ecossistêmicos, recursos hídricos, educação ambiental, ecoturismo e turismo sustentável, geografia e meio ambiente, biogeografia, geografia e literatura, geografia cultural, história ambiental, metodologia da pesquisa, geografia do Piauí e desenvolvimento sustentável do nordeste e do Piauí.

E-mail: baptistaeli@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5386103931112605>

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), especialista em História do Brasil pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizou estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Vice líder do grupo de pesquisa História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq), integra o Núcleo de Estudos em História Social das Cidades (NEHSC/PUC-SP) e o GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia da ANPUH, sendo, atualmente, vice-presidente da Seção Piauí do referido GT.

E-mail: fabioleobrito@hotmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216271040048140>

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Graduado em História pela UESPI, Graduação em Pedagogia pela UFPI e Graduação em Psicologia pela UNINASSAU - Teresina. Registro CRP 21/04623. Especialização em Docência do Ensino Superior pela UESPI, Mestrado História do Brasil pela UFPI, Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-doutorado História pela PUC/SP. Coordena os Programas *Stricto Sensu* da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG/UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “História Política, Arte e Cultura”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo.

E-mail: franciscoufpi@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305918928692600>

Francisco de Assis Sousa Barbosa Júnior

Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portella. Atuou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), estando em sua segunda experiência como bolsista, ambas orientadas pelo Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. Integrou o projeto de extensão Saberes e Fazeres das Comunidades Indígenas e Quilombolas do Piauí. Tem

experiência na área de História Cultural, especificamente nos estudos sobre cinema documentário, Caravana Farkas, cultura brasileira, identidade nacional, futebol, migrações e Nordeste.

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7446442000242757>

Francisco Wellington de Araujo Sousa

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2011 - 2016). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2018 - 2020). Participa como Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação, com cadastro na plataforma do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), atuando na linha de pesquisa Geomorfologia, Dinâmica de Bacias Hidrográficas, Análise Ambiental e Geodiversidade. Atualmente é Coordenador de Ensino e Capacitação da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Piauí. Realiza pesquisas sobre os seguintes temas: Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, Geotecnologias e ensino de Geografia, Resíduos Sólidos; Gestão e impactos socioambientais dos resíduos em ambientes urbanos e rurais; Impactos Ambientais em áreas urbanas; Geodiversidade; Geoturismo; Geoconservação e Patrimônio Geomorfológico.

E-mail: wellingtongeo88@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2634535645721034>

Ítalo José Pereira Sobral

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2017-2022). Desenvolveu Iniciação Científica Voluntária no período de 2017 a 2018. Foi monitor das disciplinas Geologia aplicada a Geografia no período 2018.1 e Geomorfologia no período 2019.2. Foi bolsista PIBIC no período de 2018 - 2019. Participou do Projeto de Pesquisa “Levantamento de dados dos municípios por sub-bacia hidrográfica do Rio Parnaíba e do Litoral do Piauí” de 2019 a 2020. Participou do Programa Residência Pedagógica de 2020 a 2022. Participa como estudante do Grupo de Pesquisa Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação, com cadastro na plataforma do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), atuando na linha de Pesquisa Meio Ambiente e Uso da Terra. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI. Tem experiência na área de Geografia, atuando nos seguintes temas: Educação, Sustentabilidade, Energia, Geodiversidade e Economia.

E-mail: prof.italojoseps2022@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2311646344027753>

João Paulo de Sousa Silva

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Piauí (UESPI). Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC - UESPI) nos períodos de 2020/2021 e 2022/2023, tanto como bolsista quanto voluntário, realizando pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre Geodiversidade, Geoconservação e Ensino de Geografia Física. Participou do Programa Residência Pedagógica da UESPI nos períodos de 2022/2024, desenvolvendo tarefas do magistério em turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio, e executando pesquisas na área da educação voltadas às estratégias e metodologias ativas de ensino. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase nos aspectos que correspondem a Geografia Física. Durante a graduação realizou atividades como monitor na disciplina de Elementos de Geologia, no qual participou de exercícios e acompanhamento de alunos, auxiliando o professor da disciplina. Possui interesse em áreas relacionadas ao Ensino de Geografia, elementos da Geodiversidade e estratégias de Geoconservação, além de temáticas voltadas a Educação Ambiental.

E-mail: jpssilva@aluno.uespi.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8522326159157369>

João Vitor dos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2021-atualidade). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/HISTÓRIA/UFPI/CMPP), atuando em escola de educação básica de nível médio do Estado do Piauí. Pesquisador Voluntário do Programa de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI/CAPES/UFPI), integrando a equipe responsável pela administração da plataforma virtual do Museu de História do Piauí (MHP). Professor estagiário vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC - Teresina), atuando como docente de História ao nível fundamental de ensino na Escola Municipal Extrema, na capital piauiense. Membro eleito do Centro Acadêmico de História-UFPI “Igo Castro Carrero”, responsável pela Diretoria de Assuntos Estudantis. Bailarino Clássico formado pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (2020).

E-mail: joaovsantos146@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4106052569654157>

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Realizou Estágio Pós-Doutoral em História junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Associado IV do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro permanente do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI) e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP/UFPI). Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Membro do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CPA/CEPHiMEx) integrado a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX). Investigador colaborador junto ao Grupo de Investigação de História Militar do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-FLUL), Portugal. Líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de História, Memória, Sociedade e Política e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, ambos cadastrados junto ao CNPq. Tutor do Programa de Educação Tutorial/PET, do Curso de Licenciatura em História/UFPI.

E-mail: johny@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6182725298799980>

Jorge Martins Filho

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Geografia Humana pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e Questão Urbana no/do Maranhão (GEPEQ-MA/UEMA). Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI). Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia do Turismo, Geografia Econômica, Geografia Regional, Ensino de Geografia.

E-mail: jorgemartins@cchl.uespi.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6699644702589496>

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Realiza pesquisas em história da saúde, das doenças e das Ciências, Ensino de História e Gênero. Líder do Grupo de Pesquisa História da Saúde e das Ciências no Piauí (Sana) e do GT de História da Saúde e das Ciências (ANPUH- PI).

E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2819637531603284>

Leonardo José da Silva Costa

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Integra o Núcleo de Estudos da Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI), vinculado às linhas de Pesquisa em Geografia, História e Meio Ambiente, Paisagem, Geodiversidade e Geoconservação. Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza (UFPI), vinculado à linha de pesquisa: América Latina, recursos naturais e espaço novo. Atuante nas áreas de Geografia Humana com ênfase em Estudos Regionais, principalmente nos temas de Geografia Regional, Geografia do Turismo, Organização do Espaço Geográfico e Ensino de Geografia.

E-mail: leonardojc.06@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0892110661790455>

Liége de Souza Moura

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 1996) e mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI (2004). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2015). Professora Adjunta I com Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Tem experiência na área Multidisciplinar, com ênfase em Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de Geografia, turismo e meio ambiente, geografia aplicada ao turismo, ambiente semiárido, paisagem, geoecologia da paisagem, geodiversidade, geoconservação, proteção ambiental e organização geoambiental.

E-mail: liege.smoura.lm@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7237051390221644>

Lívia Eduarda Ferreira da Silva

Graduanda do 8º período do Curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portela. Técnica em Meio Ambiente pelo SENAI. Ex-bolsista CAPES no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Email: liviaeduarda@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8404463577513294>

Luis Eduardo Santiago dos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI) e Núcleo de Estudos Rurais e Regionais (NUPERRE) da Universidade Estadual do Piauí.

E-mail: luissantos@aluno.uespi.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5358280688994153>

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Realizou estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2024). Doutor em História do Brasil pela UFPI (2021-2023). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2017-2019). Especialista em História Sócio-Cultural pela Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP, 2015-2016). Especialista em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo pela UFPI (2023-2024). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2012-2016). Professor efetivo na Universidade Estadual de Goiás (UEG) do Curso de Licenciatura em História da Unidade Universitária de Porangatu. Integra o Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI) atuando nas linhas de pesquisa: Geografia, História e Meio Ambiente e Educação, Cultura, Turismo e Espaço Geográfico e o grupo de pesquisa História Política, Teatro e Música (UFPI). Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). Foi professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) no Curso de Licenciatura em História no Centro de Estudos Superiores de Caxias (2019-2021). Foi Professor Formador II no Curso de Licenciatura em História no Centro de Educação à Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD / UFPI). Foi Professor Formador II no Curso de

Licenciatura em História no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica da Universidade Federal do Piauí (PARFOR/UFPI) no polo de Miguel Alves. Foi professor substituto do Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí no Campus Ministro Petrônio Portella na cidade de Teresina (PI). Tem interesse na área de Identidade, História e Cidade, História do Brasil, Memória, Patrimônio Cultural, História Oral, História e Literatura e Biografia e História e História Ambiental.

E-mail: marcus_pierre@hotmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8835791668331783>

Maria Natielly Soares Campos

Doutoranda em História do Brasil, pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira (Faculdade IBRA). Possui Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista da FAPEPI, atuando no projeto de Digitalização, Restauração e Catalogação dos registros paroquiais de terras do século XIX no Piauí. Integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (UFPI). Tem experiência na área de História, com ênfase em Historiografia piauiense, História Militar, História e Cidade. Atualmente integra o GT de História Militar do Piauí.

E-mail: natielly.scampos@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1071908411426615>

Mateus Rocha dos Santos

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI (PPGGEO UFPI). Bacharel em Turismo, pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Atuante em pesquisas de bacias hidrográficas do Baixo Parnaíba e na área litorânea do estado do Piauí (2018 – presente). Foi membro Trainee da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (2020/UFDPar); Membro do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Patrimônio em Bacias Hidrográficas (GESBHAP/CNPq/UFPI). Voluntário do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (El-TUR/UFPI). Membro do Grupo Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE/UFPI).

E-mail: mattityahkephas@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1254040058926972>

Natanael da Silva Cardoso

Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portella. Foi bolsista por duas vezes seguidas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq). Membro do GT História, Cultura e Subjetividades, coordenado pelo Prof. Dr. Edwar Castelo Branco, do qual é orientando. Possui experiência de pesquisa na área da História Cultural, com ênfase nos estudos relacionados às décadas de 1960 e 1970 no Brasil, especificamente direcionado ao jornalismo contracultural piauiense, além disso, tem prática nas pesquisas históricas relacionadas à Cannabis Sativa.

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0711082271054103>

Pedro de Alcântara Vasconcelos Nunes Júnior

Graduando do Curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella.

E-mail: pedro.junior@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9287816843020644>

Pedro Vagner Silva Oliveira

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) onde é bolsista CAPES/PROEX, mestre em História pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP), graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF), do Núcleo de Pesquisa “História social da cultura: imprensa e literatura” (UNIFESP) e do Núcleo de Pesquisa em Literatura, Imprensa e Sociedade (UESPI).

E-mail: pdrovagner@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7664477149316926>

Rakell Milena Osório Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Bolsista CAPES. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças (GEPHPD). Realiza pesquisas sobre a História da Saúde e das

Doenças, com enfoque em Floriano (PI). E-mail: rakellosorio@gmail.com
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0733650484051640>

Roneide dos Santos Sousa

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2015-2019). Mestrado e Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Geografia, pela Universidade Estadual do Piauí (2011-2013). Atua como Professora formadora do curso de Geografia/CEAD/UFPI. Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Geografia (CGEO/CCHL) da Universidade Federal do Piauí. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE/CNPq/UFPI). Atua como coordenadora do curso de especialização em Ensino de Geografia e Pesquisa/ CEAD/UFPI. Tem experiência na área de Geografia Física, com ênfase em Geomorfologia, Análise Ambiental e Geotecnologias, atuando nos seguintes temas: Geomorfologia, Mapeamentos de Uso da terra, Zona Costeira, Bacias Hidrográficas, Fragilidade Ambiental. Zoneamento Geoambiental. Geotecnologias e Ensino de Geografia.

E-mail: roneide.sousa@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7650255220053901>

Thamires Oliveira Silva

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2019). Durante a graduação foi bolsista/monitora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) no período de 2013/2014. Foi monitora da Disciplina Fotointerpretação em Geografia, no período 2015.1. Foi bolsista PIBIC no período de 2015-2016, com o projeto intitulado: Caracterização do uso e ocupação da região Norte do Planalto da Ibiapaba, Piauí - Ceará. Professora da rede de ensino particular da Cidade de Timon. Atualmente atua como Secretária titular do Colégio Militar Tiradentes V em Timon. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Cultural e Análise Ambiental, atuando nos seguintes temas: Análise de Impactos socioambientais, Energia Eólica e Geotecnologias.

E-mail: thamiresgeografia@gmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3717781741580993>

Vitor Gabriel Bezerra Arrais

Graduando em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2021-atualidade). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/HISTÓRIA/UFPI/CMPP), atuando em escola de educação básica de nível médio do Estado do Piauí. Pesquisador voluntário do Programa de Iniciação Científica (ICV/UFPI) intitulado “Milton Hatoum entre a Memória e a História”, sob orientação da Professora Doutora Marylu Alves de Oliveira. Pesquisador voluntário do Programa de Iniciação Científica (ICV/UFPI) intitulado “Os estudantes e defesa da democracia na História do Brasil Contemporâneo”, sob orientação da Professora Doutora Cláudia Cristina da Silva Fontineles. Professor estagiário vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC – Teresina), atuando como docente de História ao nível fundamental de ensino na Escola Municipal São Sebastião, na capital piauiense. Membro eleito do Centro Acadêmico de História “Igo Castro Carrero” (UFPI), responsável pela Diretoria de Finanças.

E-mail: vitorgabrielvgba@ufpi.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8880669196312829>.

SOBRE O NEZCPI



Grupo de Pesquisa criado em 2010 a partir de um esforço conjunto de professores pesquisadores do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em face de inexistência de um espaço, mesmo que virtual, que congregasse material, estudos e pesquisas relacionados ao litoral do Piauí, estando Cadastrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela IES.

Visando a elaboração de alternativas prováveis de ordenação do espaço para uma gestão sustentável do litoral piauiense, os objetivos do grupo incluem:

- Desenvolver estudos e pesquisas voltados para a análise multi e interdisciplinar sobre os processos dinâmicos socioambientais relacionados à zona costeira piauiense.
- Realizar estudos e pesquisas em outros espaços piauienses dentro da proposta da temática, pertinente ao grupo de pesquisadores.

Deste modo, seus pesquisadores e colaboradores vêm desenvolvendo investigações nas seguintes Linhas de Pesquisa:

- Biodiversidade, Conservação da Natureza e Unidade de Conservação.
- Educação, Cultura, Turismo e Espaço Geográfico.
- Geografia, História e Meio Ambiente.
- Paisagem, Geodiversidade e Geoconservação.

Contatos e outras informações:

E-mail: nezcpi.geo.uespi.tn@gmail.com

Website: <https://nezcpiespi.wordpress.com>

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM GILL SANS E IMPRESSA PARA A EDITORA CANCIONEIRO
EM JUNHO DE 2025.